



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS**

**IARA CAVALCANTE MELO**

**REINVENTAR PARA NÃO MORRER: OS COLETIVOS CLASSISTAS COMO  
NOVA FORMA DE AÇÃO POLÍTICA NO NORDESTE BRASILEIRO**

TERESINA-PI  
2020

**IARA CAVALCANTE MELO**

**REINVENTAR PARA NÃO MORRER: OS COLETIVOS CLASSISTAS COMO  
NOVA FORMA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO NORDESTE BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Mesquita de Oliveira.

TERESINA-PI  
2020

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras  
Serviço de Processamento Técnico

M528r Melo, Iara Cavalcante.  
Reinventar para não morrer: os coletivos classistas como  
nova forma de organização social no nordeste brasileiro / Iara  
Cavalcante Melo. – 2020.  
173 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade  
Federal do Piauí, Teresina, 2020.  
“Orientador: Prof. Dr. Francisco Mesquita de Oliveira”.

1. Ações coletivas. 2. Coletivo. 3. Movimentos Sociais. 4.  
Pós-modernidade. I. Título.

CDD 303.484

**IARA CAVALCANTE MELO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Francisco Mesquita de Oliveira (UFPI)  
Orientador

---

Profa. Dra. Lila Cristina Xavier Luz (UFPI)  
Examinadora Interna

---

Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros (UFPB)  
Examinador Externo

## AGRADECIMENTOS

Com as considerações finais deste trabalho dou mais um passo na minha trajetória acadêmica, marcada por tantos sujeitos, locais, experiências e vivências. Uma dissertação feita por várias mãos, na qual cada parágrafo é fruto de muito esforço, dedicação e ajuda de muitos que me acompanharam nessa trajetória árdua de quase vinte quatro meses de doação e aprendizado. Por isto tenho muito a agradecer.

Inicialmente gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Dr. Francisco Mesquita de Oliveira, por compartilhar comigo todo seu conhecimento; esse trabalho não seria possível sem a sua intermediação e contribuições. Agradeço por me apresentar grandes autores e obras, novos paradigmas e principalmente por me fazer ver além das caixinhas e sair da minha zona de conforto. Agradeço pelos quase dois anos de parceria, repletos de muito respeito, paciência e credibilidade neste trabalho que sabíamos que não seria fácil, mas conseguimos concluí-lo. Parte da minha aprovação no doutorado é devida a sua dedicação e compromisso com o seu papel de professor e orientador.

Às professoras maravilhosas que marcaram minha vida e que tive o prazer de conviver na graduação em ciências sociais e no mestrado em Sociologia na Universidade Federal do Piauí, a exemplo da professora Dra. Mary Alves a quem sou agradecida pelos inúmeros incentivos e orientações. Às professoras que compõem o grupo Bem-estar UFPI, por me incluírem nesse projeto lindo de cuidado e acompanhamento dos animais da instituição, conviver e compartilhar a vida e o amor por eles com vocês tornou essa trajetória muito mais leve. Que possamos continuar nossos laços de carinho, amizade e respeito ao longo do tempo. Obrigada por tudo Profa. Dra. Márcia Leila, Profa. Dra. Monica Araújo, Profa. Dra. Romina Paradizo, Profa. Dra. Simone Santos e Profa. Dra. Ceciane Portela; vocês são exemplos de mulheres, não poderia me espelhar em profissionais e seres humanos melhores.

Um agradecimento especial à Profa. Dra. Olivia Perez do departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Piauí, por ter transformado minha vida quando me selecionou para participar da pesquisa sobre coletivos de gênero no Nordeste e apresentou-me essas organizações. A partir daquele momento eu finalmente consegui perceber o que realmente queria fazer e quem e gostaria de me tornar. Obrigada pelo carinho e dedicação; seus ensinamentos são uma base que espero levar para toda a vida.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa no Piauí (FAPEPI) pelo apoio financeiro com o provimento de bolsa com a qual pude dedicar-me integralmente às atividades do mestrado, cujo resultado

foi a aprovação no doutorado antes mesmo de concluir o mestrado. Agradeço a Deus por ter me dado saúde, forças, coragem e determinação para cumprir o que me propus.

Agradeço aos meus amigos e amigas que caminham lado a lado comigo nessa jornada, por estarem presentes nesse momento tão importante da minha vida. À Andynara Paulyna por ser minhas pernas nesses últimos anos, por nunca me deixar desistir e por sempre estar ao meu lado em qualquer momento, você é uma amiga maravilhosa. À Diarlison Lucas por ser o melhor socorrista que existe, um exemplo de pesquisador que sempre está disposto a ajudar. À Ilana Magalhães por toda compreensão e amparo. À Gabriela Pinheiro pela amizade e sinceridade que compartilha comigo por tantos anos. Aos colegas de turma do mestrado por partilharem os anseios e alegrias nessa jornada conturbada.

Agradeço aos meus interlocutores, sem eles este trabalho nunca poderia ter sido feito, a disponibilidade e receptividade, por compartilharem seus conhecimentos e vivências ao me apresentarem seus coletivos. Este trabalho é tanto meu quanto deles.

Aos professores Dra. Lila Xavier e Dr<sup>o</sup> Rogério Medeiros pela disposição em participar da banca examinadora de qualificação e por terem aceitado integrar a banca examinadora de defesa desta dissertação, obrigada por todas as contribuições valorosas postas a este trabalho.

Por fim, meu maior agradecimento vai a essas duas pessoas ímpares e únicas, meus pais Raimunda Nonata de Lima Cavalcante e Domingos de Oliveira Melo. Nunca terei palavras ou serei capaz de expressar minha gratidão por tudo que fazem, por me apoiarem nessa escolha, por me incentivarem e trazerem luz quando tudo parece perdido. Obrigada por me colocarem no caminho do conhecimento.

Aos que aqui não lembrei, mas tiveram importantes contribuições para este resultado, sou grata a todos.

## RESUMO

Os Coletivos se apresentam como uma “nova” forma de mobilização de pessoas que atuam na sociedade brasileira, na sua grande maioria, nas universidades e por meio digital, discutindo temas relacionados a marcadores sociais de diferença, de gênero, de raça, educação, sexualidade, classe, arte e urbanismo. Alguns estudos os apontam como grupos fluidos, fragmentados, sem liderança, diferenciados, autônomos e sob a influência de ideias anarquistas e libertárias, que se afastam do Estado, partidos políticos e de formas tradicionais de ações coletivas. O objetivo deste trabalho é contribuir para a compreensão dos coletivos que se formam na região Nordeste do Brasil, examinando a organização, os sujeitos, a composição e a relação social com a sociedade, com o Estado e demais organizações tradicionais. A hipótese desta pesquisa é: os coletivos seriam novas formas de ação ou extensões de movimento social travestidos de novidade. Parte-se da suposição de que os coletivos se apresentam na literatura como organizações “novas”, mas, empiricamente, observando suas pautas e demandas, eles almejam os mesmos objetivos já reclamados historicamente por formas tradicionais de ações coletivas, como movimentos sociais e partidos políticos. Eles adotam um perfil autonomista e até mesmo anarquista, no qual buscam (ou não) o Estado para concretizar suas demandas, e esse nível de relação pode depender das clivagens sociais que enfrentam enquanto sujeitos. Os dados empíricos desta pesquisa foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas, com sete coletivos de seis estados da região Nordeste, onde todos apresentam questões de classe como pauta principal. Os resultados do estudo mostram que esse tipo de organização se tornou preferível porque tem por base união e comunhão entre os participantes, sem a existência de hierarquias, de formalizações institucionais, de dirigentes e regras que possam engessar o seu funcionamento. As decisões são tomadas com base na deliberação democrática entre seus membros; o perfil dos participantes depende dos outros marcadores sociais da diferença; nos coletivos entrevistados eles se concentram em questões de gênero, raça e estudantil e; o número de participantes não é fixo. Além desses resultados, que demonstram atribuições um tanto “inovadoras”, é perceptível, nos coletivos pesquisados, a convivência entre passado e futuro, pois mantêm relação com o Estado, movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e ainda acreditam na necessidade de atuação política em espaços públicos para alcançar seus objetivos e promoverem mudanças. Os coletivos pesquisados na região Nordeste, aqui denominados de classistas, vão de encontro a muitas características apontadas na literatura sobre essas organizações. As novidades conferidas a eles estão mescladas de características antigas e tradicionais, possível consequência da transição entre a modernidade e a pós-modernidade e a necessidade de construção de paradigmas epistemológicos explicativos dessa sociedade pós-moderna, com olhar atento às questões locais, universais e particulares.

**Palavras-chave:** Coletivo. Ações coletivas. Movimentos Sociais. Pós-modernidade.

## ABSTRACT

Collectives present themselves as a “new” form of mobilization of people working in Brazilian society, mostly in universities and digitally, discussing themes related to social markers of difference, gender, race, education, sexuality, class, art and urbanism. Some studies point to them as fluid, fragmented groups, without leadership, differentiated, autonomous and under the influence of anarchist and libertarian ideas, which distance themselves from the State, political parties and traditional forms of collective action. The objective of this work is to contribute to the understanding of the collectives that are formed in the Northeast Region of Brazil, examining the organization, the subjects, the composition and the social relationship with society, with the State and other traditional organizations. The hypothesis of this research is: the collectives would be new forms of action or extensions of social movement dressed again. It starts with the assumption that collectives present themselves in the literature as “new” organizations, but, empirically, observing their agendas and demands, they aim at the same objectives that have been historically claimed by traditional forms of collective actions, such as social movements and political parties. . They adopt an autonomist and even anarchist profile, where they seek (or not) the State to fulfill their demands, and this level of relationship may depend on the social divides they face as subjects. The empirical data of this research were collected through semi-structured interviews, with seven collectives from six states in the Northeast region, where all present class issues as the main agenda. The results of the study show that this type of organization has become preferable because it is based on unity and communion among the participants, without the existence of hierarchies, institutional formalizations, leaders and rules that may hamper its functioning. Decisions are made based on democratic deliberation among its members; the profile of the participants depends on the other social markers of the difference; in the collectives interviewed they focus on gender, race and student issues and; the number of participants is not fixed. In addition to these results, which demonstrate somewhat “innovative” attributions, it is noticeable in the researched collectives experience between the past and the future, as they maintain a relationship with the State, social movements, political parties, unions and still believe in the need for political action in public spaces for achieve their goals and promote change. The collectives surveyed in the Northeast region, here called classists, go against many characteristics pointed out in the literature about these organizations. The novelties conferred to them are mixed with ancient and traditional characteristics, a possible consequence of the transition between modernity and postmodernity and the need to build epistemological paradigms that explain this postmodern society, with a watchful eye on local, universal and particular issues.

**Keywords:** Collective. Collective actions. Social movements. Postmodernity.



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Síntese da literatura sobre Coletivos no Brasil .....	94
<b>Quadro 2</b>	Características de coletivos e movimentos sociais .....	100
<b>Quadro 3</b>	Sobre a definição dos coletivos e suas características .....	141
<b>Quadro 4</b>	Sobre a criação e os participantes dos coletivos .....	148
<b>Quadro 5</b>	Relação com a Sociedade, Estado e Organizações Tradicionais .....	154

## LISTA DE SIGLAS

- ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.
- BIENAL – Qualquer evento que ocorra a cada dois anos.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- CEBs – Comunidades Eclesiais de Bases.
- DCE – Diretório Central dos Estudantes.
- EUA – Estados Unidos da América.
- IES – Instituto de Ensino Superior.
- LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.
- LGBTQ+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queer, o sinal de mais denota tudo no espectro do gênero e sexualidade que as letras não descrevem.
- MR – Mobilização de Recursos.
- OIGs – Organizações Intergovernamentais.
- ONG – Organizações não governamentais.
- ONU – Organização das Nações Unidas.
- OP – Orçamento Participativo.
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte.
- PCB – Partido Comunista Brasileiro.
- PP – Processo Político.
- PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
- PSL – Partido Social Liberal.
- PSOL – Partido Socialismo e Liberdade.
- PT – Partido dos Trabalhadores.
- RU – Restaurante Universitário.
- SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia.
- SCIELO – Scientific Electronic Library Online.
- TNMS – Teoria dos Novos Movimentos Sociais.
- UESPI – Universidade Estadual do Piauí.
- UFPI – Universidade Federal do Piauí.
- UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- UNE – União Nacional dos Estudantes.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2</b>	<b>DA MODERNIDADE A PÓS-MODERNIDADE: O EMERGIR DE NOVOS ESPAÇOS, SUJEITOS E QUESTÕES</b> .....	19
2.1	MODERNIDADE E TRADIÇÃO, A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MUNDO .....	20
2.1.1	As ferramentas da modernidade .....	25
2.2	O DECLÍNIO DA MODERNIDADE .....	32
2.2.1	Consequências do capitalismo.....	37
2.2.2	O Estado-Nação e suas violências .....	43
2.2.3	Riscos da Globalização .....	47
2.3	A TRANSIÇÃO PÓS-MODERNA: ANÚNCIO DE NOVOS TEMPOS.....	51
2.3.1	Identidade, cultura e ações coletivas no pós-moderno .....	58
<b>3</b>	<b>DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CLÁSSICOS AOS COLETIVOS: NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO NA SOCIEDADE CIVIL</b> .....	65
3.1	REVISITANDO PERSPECTIVAS TEÓRICAS DAS AÇÕES COLETIVAS .....	66
3.1.1	Os aportes contemporâneos sobre ações coletivas e movimentos sociais .....	71
3.2	NOVOS E NOVÍSSIMOS: AS NOVIDADES NAS AÇÕES COLETIVAS .....	80
3.3	OS COLETIVOS CLASSISTAS COMO NOVA FORMA DE ORGANIZAÇÃO.....	92
<b>4</b>	<b>ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: O QUE ACONTECE COM AS QUESTÕES DE CLASSE NO NORDESTE?</b> .....	102
4.1	AS NOVAS FACES DO ESTADO: DO MÁXIMO PARA O MÍNIMO.....	103
4.1.1	Demanda por um novo Estado no Brasil .....	106
4.2	SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS NO BRASIL E NO NORDESTE .....	111
4.2.1	A sociedade civil no Nordeste .....	116
4.3	AS QUESTÕES DE CLASSE NO NORDESTE .....	120
<b>5</b>	<b>COLETIVOS CLASSISTAS: REIVENTANDO A AÇÃO POLÍTICA NO NORDESTE BRASILEIRO</b> .....	127
5.1	O QUE SÃO OS COLETIVOS CLASSISTAS DO NORDESTE E COMO SE ORGANIZAM? .....	128
5.2	DA CRIAÇÃO AOS PARTICIPANTES DOS COLETIVOS CLASSISTAS NO NORDESTE .....	142
5.3	OS COLETIVOS CLASSISTAS E SUA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE, O ESTADO E AS ORGANIZAÇÕES TRADICIONAIS .....	148
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	157
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	160
	<b>APÊNDICE 1</b> .....	170
	<b>APÊNDICE 2</b> .....	173

## 1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre movimentos sociais não são recentes, pois o movimento social tem sido objeto de pesquisa desde o nascimento da sociologia no século XIX<sup>1</sup>. A área de investigação dessa temática tem relação com outros campos, a exemplo da ciência política, com os estudos dos processos políticos; da antropologia, com os estudos de cultura e; da sociologia, por meio dos estudos da ação coletiva, fazendo-o tema amplamente estudado. Estas pesquisas abordam, com relativa constância, formas de organização na sociedade a partir de perspectivas que vão desde a teoria da Mobilização de Recursos, teoria do Processo Político e Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Essas teorias explicativas reinventaram o campo de estudo dos movimentos sociais e configuraram várias vertentes analíticas. Assim, tem surgido, nos últimos anos, uma teoria que abarca as “novas” formas do fazer político e afirma não se enquadrar nas acima citadas, denominada de teoria dos Novíssimos Movimentos Sociais (DAY, 2005<sup>2</sup>; GOHN, 2017; AUGUSTO, ROSA; RESENDE, 2016).

A temática dos movimentos sociais, no âmbito das ações coletivas, firma-se enquanto uma área clássica nos estudos das ciências sociais, não sendo, apenas, momento de produção teórica como definem alguns autores que os reduzem a manifestações empíricas. O que se observa, no entanto, é a evolução do conceito de movimentos sociais se adequando a partir do tempo, do espaço e das práticas sociais.

A sociedade civil tem se apresentado como espaço viável à construção de grupos sociais que buscam visibilidade e obtenção de respostas para suas demandas. A partir da dinâmica das relações sociais, resultam novas formas de organização, uma delas são os *coletivos classistas*, que ganham visibilidade no momento por conta de sua fácil formação e presença em quase todo o país. Esta denominação se refere aos grupos que se reconhecem como coletivo, como os que são analisados nesta dissertação, cuja atuação tem estreita relação com questões de classe social.

---

<sup>1</sup> A temática dos movimentos sociais surge como objeto de estudo junto ao nascimento da sociologia. Na sociologia acadêmica o termo movimento social foi inicialmente aplicado por volta de 1840, na defesa da necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais, como o movimento proletário francês, o comunismo e o socialismo emergentes (SCHERER-WARRE; KRISCHKE, 1987; GOHN, 2008).

<sup>2</sup> O canadense Richard Day (2005) foi um dos primeiros teóricos a utilizar a expressão “novíssimos movimentos sociais”, por meio desse termo ele entende os movimentos criados após a década de 1980 (movimento de resistência indígena, organizações feministas e ativismo antiglobalização), que seguem a lógica de afinidade e não de hegemonia. Para Day, ideais atribuídos a Gramsci, na atualidade, sobre partido político liderando uma aliança de classes e grupos sociais hegemônicos é errôneo e desatualizado, pois é necessário o alerta sobre novas formas organizacionais que não sigam apenas essa vertente. Essas novas formas de auto-organização podem funcionar em paralelo ou como alternativas às formas existentes de organização social, política e econômica, e contém traços como anarquismo, apartidarismo e a recusa do Estado.

Meu interesse em estudar essas novas formas de ação coletiva nasceu por meio de pesquisas de iniciação científica<sup>3</sup> e monográfica, realizadas na Universidade Federal do Piauí durante a formação na graduação em Ciências Sociais. Com a pesquisa monográfica, sobre os coletivos de gênero em Teresina-PI<sup>4</sup>, concluiu-se que: os coletivos lutam também pelo reconhecimento de suas diferenças como forma de reivindicação e obtenção de espaço na sociedade – o reconhecimento de diferenças desses coletivos não está presente apenas nas questões de gênero, pois há interseccionalidade com outros marcadores sociais de diferença, que fazem parte de suas pautas de lutas e complementam suas demandas; os coletivos, como novas formas de mobilização têm suas demandas relacionadas ao reconhecimento de novas identidades, lutam por projetos simbólicos, culturais e defesa de direitos; e “reivindicar” e “reconhecer” são verbos presentes na história desses coletivos que buscam serem ouvidos e percebidos num cenário social marcado por opressões e diferenças.

O termo “*coletivo*” não é novo e muitas vezes foi designado para conceituar um grupo de pessoas. O uso desse termo se tornou recorrente na literatura sobre movimentos sociais, mas quando se trata de agrupamentos ele se refere à organização específica que se distancia das formas tradicionais de movimento e atuação política.

Os coletivos já foram objeto de estudos em alguns trabalhos acadêmicos, mas tais pesquisas ainda são escassas para a construção de um conceito ou análise aprofundada a respeito do tema. Na prática, no Brasil, os coletivos surgem nas universidades e utilizam as redes sociais para o exercício de sua ação social. Por ser um objeto fluido, existe dificuldade em conceituá-los. No levantamento de Perez e Filho (2017) foram identificados somente 12 artigos que tratam de coletivos publicados em plataformas acadêmicas como *Scielo* e periódicos da CAPES, demonstrando pouca produção sobre esse novo tipo de organização. No contexto brasileiro, até aquele ano, havia sete artigos em que os coletivos eram objetos de estudos<sup>5</sup>, e tais artigos apenas os analisam como estudos de casos (PEREZ, 2017).

---

<sup>3</sup> *Novas Formas de Mobilização da Sociedade Civil: gênese, pauta e práticas dos Coletivos que atuam com a temática de gênero no Nordeste brasileiro* (2017). O lócus dessa pesquisa foi a cidade de Teresina-PI (capital do Estado do Piauí), onde foram realizadas 21 entrevistas com participantes de coletivos que discutiam pautas variadas, como: gênero, raça, política, questão urbana, cultura, educação, entre outras. A pesquisa mencionada contou com a autora desse trabalho como bolsista de Iniciação Científica Voluntária.

<sup>4</sup> Com base na pesquisa da Coordenação de Curso de Ciência Política da Universidade Federal do Piauí, foram selecionados 05 coletivos: **Kátias Coletivo**, **Batuque Feminista**, **Olga Benário**, **Coletivo Seja** e **Manas Feministas**. Esses 05 coletivos atuam em Teresina-PI e têm nas discussões de gênero as pautas mais significativas. Eles foram sujeitos da pesquisa de monografia da pesquisadora autora desse trabalho e teve como título: “*A Participação das Mulheres na Sociedade Atual: Coletivos de Gênero na Cidade de Teresina-PI*”.

<sup>5</sup> Que são: (MESQUITA, 2008; BORELLI; ABOBOREIRA, 2011; SIQUEIRA; LAGO, 2012; COSTA; PAULON, 2012; MAIA, 2013; FERREIRA, 2015; AMADOR; CASTRO, 2016). Cinco são de pesquisadores estrangeiros, um da Venezuela (SAPRIEZA, 2015), outro do Chile (MORA; RIOS, 2009), Índia (DESOUZA, 2012) e dois dos Estados Unidos (BORDT, 1990; VALK, 2002).

Esses trabalhos possibilitam sintetizar as características dos coletivos, apresentando uma compreensão rasa sobre sua forma de organização e atuação. Por exemplo, os coletivos têm os seguintes atributos: são fluidos, fragmentados, sem um líder (dirigente), heterogêneos, autônomos (sem vínculo a partidos políticos), com múltiplas pautas e atuação em rede.

Para Gohn (2017, p. 27), os coletivos são “agrupamentos fluidos, horizontais, e muitos têm a autonomia e horizontalidade como valores e princípios básicos”. Os participantes se autodenominam ativistas, diferentes da denominação de militante dos movimentos sociais tradicionais. Para a autora, o coletivo pode apresentar práticas contestatórias ou não, isto depende muito do perfil de seus participantes, os quais na maioria das vezes são jovens<sup>6</sup>.

Para Maia (2013), os coletivos têm como característica a falta de liderança verticalizada. Gohn (2017, p. 27), reafirmando esta ideia, diz que eles “não têm liderança, mas todos são líderes”. Outra característica é a atuação e presença nas redes sociais, essa autora (2017, p. 25) afirma que “as redes sociais virtuais, digitais, são a forma básica de constituição e atuação da maioria dos coletivos”, recurso estratégico, com poder que vai além da mobilização e alcança maior número de pessoas na sociedade.

Com relação à autonomia política, os coletivos se mostram independentes, pois buscam distanciamento dos partidos e do Estado. A multiplicidade de pautas é outra característica que se coloca como diferencial nos coletivos, variando entre gênero, raça, sexualidade, política, classe, intervenção urbana, entre outras.

A atividade espontânea é outra característica dessas “novas” formas de ação coletiva, como coloca Maia (2013) e Gohn (2017). Por serem grupos fragmentados, a realidade presente é o que importa para esses coletivos que têm na sua continuidade algo circunstancial. A espontaneidade e a curta duração são momentâneas nesses atores coletivos que se mobilizam por meio de apelos nas redes sociais.

Mas onde atuam esses coletivos e de que forma eles se constituem no Brasil? Em um levantamento de Perez & Souza (2017), na rede social *Facebook*, foram encontradas várias páginas de coletivos. A pesquisa, nessa plataforma, foi iniciada a partir da busca pelo nome coletivo ou coletiva<sup>7</sup> e identificados 725 (setecentos e vinte e cinco) coletivos e coletivas em todo o país. Os grupos identificados por Perez & Souza reafirmam a questão da diversidade de

---

<sup>6</sup> De acordo com a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, no seu art.1º,§1º, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte nove) anos de idade. Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

<sup>7</sup> Coletivos feministas costumam adotar o nome coletiva reafirmando assim as questões de gênero, como foi observado na pesquisa monográfica realizada em Teresina-PI.

pautas, sendo de maior quantidade os que discutem arte, cultura, feminismo, LGBT, raça, classe, juventude, anticapitalismo e anarquismo. A pesquisa feita em rede social digital apresenta vários aspectos positivos, como a facilidade de acesso à quantidade e variedade de dados e grupos. Entretanto, toda pesquisa apresenta limitações, por exemplo: essa não conseguiu perceber elementos subjetivos, ações, demandas e a organização que conformam as atividades desses grupos.

A literatura aponta a existência de diferentes tipos de coletivos (gênero, estudantil, raça, sexualidade, urbanismo, artes, entre outros) que abordam temáticas variadas, no entanto, esta dissertação terá como objeto central os coletivos de classe, visto que as questões de classe historicamente estão ligadas à busca pela influência política e sua ação acontece em espaços de disputa de poder. Esse tipo de coletivo pode ter uma relação mais próxima com questões políticas, governamentais, categorias profissionais, assuntos voltados para a participação e formas de ação visando as políticas públicas. Isso pode ou não resultar em um relacionamento mais próximo com outros atores como movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, movimentos anarquistas e sujeitos anticapitalistas.

Essa escolha teve como recorte a crise social e política que o Brasil tem enfrentado desde o ano de 2013<sup>8</sup>, quando surgiram grandes manifestações populares contra o Estado, reunindo diversos grupos. Alguns coletivos se fizeram presentes e foram fundamentais no andamento das mobilizações a partir daquele ano, tornando-se alternativas de organização para discutir, refletir e até mesmo exigir ações por parte do Estado.

Dessa forma, busca-se compreender como as novas formas de fazer política (mobilização social) têm formulado estratégias para o enfrentamento das dificuldades de participação e resolução de demandas com relação às medidas governamentais e classistas. A partir da pesquisa acima citada, os coletivos que se enquadravam numa perspectiva classista no *Facebook*:

[...] 4,40% são movimentos estudantis e grupos ligados a partidos políticos, 2,70% são vinculados a classes sociais e categorias profissionais (incluindo sindicatos) e 1,20% se declaram anticapitalistas. [...] Esses dados reforçam a tese de [que] muitos coletivos não são novos, alguns são continuações de movimentos sociais antigos, embora com outras nuances (PEREZ & SOUZA, 2017, s/p.)

---

<sup>8</sup> Durante o mês de julho de 2013, milhares de pessoas se reuniram nas ruas de várias cidades do país com os mais variados temas, agendas, identidades políticas e estratégias de expressão pública de demandas. Para alguns analistas o que estaria por trás dos eventos que marcaram o mês de junho de 2013 dizia respeito a emoções de revolta e rancor não somente pelas políticas do governo da presidenta Dilma Rousseff (PT), mas também um sentimento de raiva com relação ao sistema político como um todo (ALONSO; MISCHÉ, 2017).

Os coletivos classistas são um tipo de coletivo, têm em suas pautas as questões de classe, formam-se na junção de indivíduos que possuem a mesma classe social, mesma situação econômica ou por categorias profissionais. Questões como essas ajudam a compreender a importância desses agrupamentos, seu grau de atuação e se são ferramentas de mudança política social.

Existem coletivos de viés classista, confrontando-se com as características de estudos anteriores que apontam elementos como apartidarismo e anarquismo nesses agrupamentos. Esses coletivos se apresentam como um fenômeno social em expansão na atualidade, presente no Brasil e especificamente na região Nordeste, lócus de estudo desta pesquisa. Sendo importante conhecer suas histórias, demandas, objetivos e possíveis relações com o Estado.

A perspectiva desta pesquisa, *Reinventar para não morrer*: os coletivos classistas como nova forma de ação política no Nordeste brasileiro, busca-se contribuir teoricamente para a compreensão desse tipo de organização, os sujeitos que a formam e suas estratégias de ação na região Nordeste do Brasil. Também, estimular a produção teórica acerca desse objeto, ainda pouco estudado e aparentemente viável para a compreensão de novas formas de ações coletivas pós-modernas, para além do estudo dos movimentos sociais com inserção no campo das identidades.

Como pressuposto, supõe-se que há dificuldade em inserir os coletivos nos estudos de movimentos sociais, já que eles não assumem atribuições adotadas por estes que são considerados clássicos. Em primeiro lugar, é necessário refletir sobre os coletivos, seus objetivos, suas demandas, sua ação, seus sujeitos, a teoria que os explica e a relação com instituições. Em segundo lugar, é importante observar se os coletivos não assumem as mesmas atribuições já adotadas por outros tipos de movimento social clássico, como pautas, demandas e objetivos semelhantes aos de classe social, governo, participação e se os seus participantes também não estão inseridos em outras formas clássicas, como o movimento estudantil, sindicatos e partidos políticos.

Assim, apresenta-se as questões que buscam ser respondidas por meio deste trabalho: o que são os coletivos de pessoas que se organizam na região Nordeste brasileira? São de fato uma nova forma de ação social coletiva, diferente das organizações tradicionais existentes? No caso de nova forma de organização que emana na/da sociedade pós-moderna, as teorias do campo dos movimentos sociais explicam suficientemente a ação desses grupos? Como os coletivos que tratam de questões governamentais, de classes profissionais e participação se relacionam com o Estado e com outras instituições? Como os coletivos se estruturam e que tipo de ação desenvolvem? Quem são as pessoas que os compõem e como desenvolvem suas ações?



Esta pesquisa tem como objetivo geral; investigar os coletivos classistas pela ótica das teorias dos Movimentos Sociais, submetendo sua atuação social à reflexão teórico-crítica, para conhecê-los em profundidade na perspectiva das ações coletivas contemporâneas; analisar as ações desenvolvidas pelos coletivos classistas, sua forma de organização, os participantes que os constituem, as demandas e seus possíveis projetos apresentados à sociedade e; refletir sobre a existência (ou inexistência) de relações dos coletivos com o Estado, instituições e organizações tradicionais.

Para investigar a incidência dos coletivos aqui denominados de classistas, na região Nordeste do Brasil, por se relacionarem com deliberações governamentais, partidos, sindicatos e outros tipos de movimentos, a metodologia qualitativa torna-se abordagem metodológica mais adequada na construção deste estudo, pela capacidade de adentrar no campo subjetivo e nas experiências individuais dos sujeitos. Para Melucci (2005, p. 29), “os indivíduos são abastecidos de recursos para conceberem-se e? agirem como sujeitos autônomos de ação. Isto concede para a experiência individual um papel e um valor muito importantes: daqui nasce à atenção sobre a dimensão da experiência do indivíduo especificamente”. Nesse sentido, o desenho metodológico da pesquisa, no âmbito da metodologia qualitativa, inclui estudo exploratório sobre o sujeito, técnica de *snowball* para rastreamento de coletivos e entrevista semiestruturada com membros dos grupos.

A pesquisa exploratória foi realizada no segundo semestre de 2018, por meio da internet, com objetivo de encontrar esses agrupamentos que tinham como foco principal as questões de classe, com páginas na rede social *Facebook*, atuantes no Nordeste, não adentrando em outros tipos de coletivos. A partir da pesquisa exploratória foram encontrados 26 (vinte e seis) coletivos (de todos os tipos), desses 08 (oito) possuíam claramente, por meio de sua descrição na página e postagens, proximidade com as questões de cunho classistas.

Dos 08 (oito) coletivos encontrados, 02 (dois) já não existiam mais naquele momento. A partir daí foi feito o contato com 06 (seis) coletivos que apresentavam pautas de viés classista, relacionadas com outros marcadores sociais da diferença e organizados em campos universitários<sup>9</sup>, por serem seus componentes estudantes. O contato se deu com o objetivo de se efetuar entrevistas e conseguir a indicação de outros coletivos que possuíssem as questões de classe como pauta central.

O processo de indicação foi feito por meio do uso da técnica de *snowball* (Bola de Neve), também divulgada como *snowball sampling*. Essa técnica é uma forma de amostra não

---

<sup>9</sup> A universidade se apresenta como um local que facilita a reunião e organização desses coletivos, mas isso não significa que os mesmos tenham relação com essas instituições.

probabilística em que são localizados participantes iniciais e esses indicam novos participantes até que se atinja o “ponto de saturação”, ou seja, os mesmos sujeitos começam a ser indicados (BIERNACKI; WALDORF, 1981). Detalhando melhor, aos entrevistados foram solicitados a indicarem o nome de outras organizações (coletivos) que atuam na área e assim sucessivamente, gerando novas rodadas de entrevistas – daí a ideia de uma “bola de neve”. A técnica é recomendável para rastrear grupos, pois os sujeitos entrevistados não são definidos *a priori*, mas sim empiricamente pela indicação dos seus colegas.

Com a aplicação da técnica *snowball* os 06 (seis) coletivos indicavam apenas 1 (um) agrupamento cada, quando indicavam, isso pode ser resultado do pouco número de coletivos dessa temática nos seus respectivos estados. A partir das indicações se chegou ao número de 11 (onze) coletivos presentes nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Bahia. No estado de Sergipe não foram encontrados esse tipo de agrupamento na rede social *Facebook* e nem ocorreram indicações por parte dos outros coletivos.

Mapeados os coletivos classistas no Nordeste, a próxima etapa foi a realização de entrevista semiestruturada. O roteiro semiestruturado da pesquisa contou com questões sobre definição dos coletivos, criação, organização, ações praticadas, demandas solicitadas, relação com o Estado ou outros tipos de instituições e questões políticas. Essa estratégia metodológica que busca conceitos de representação social por meio de entrevistas semiestruturadas julga-se mais adequada na busca pela “[...] visão do sujeito ativo e criativo na sociedade, em contraposição à passividade a que foi reduzido o homem na teoria cognitivista, apontando a função simbólica e o poder da construção do real aparelho cognitivo” (SAWAIA, 1995, p. 75).

Ainda sobre o corpus, dentre os coletivos os 17 (dezessete) coletivos (06 do estudo exploratório e 11 da técnica de *snowball*), 07 (sete) foram efetivamente entrevistados nos estados do Maranhão (01), Piauí (02), Pernambuco (01), Alagoas (01), Rio Grande do Norte (01) e Bahia (01). Para garantir o anonimato dos sujeitos que contribuíram com a pesquisa, no capítulo dos dados empíricos, foram identificados com o nome dos estados a que pertencem, a exemplo de “coletivo Maranhão”. Apesar da indicação e contato com coletivos classistas no Ceará e na Paraíba, as entrevistas acabaram não sendo feitas nesses estados por falta de retorno dos próprios agrupamentos. Foi entrevistado um integrante de cada coletivo, maior de 18 anos, sendo qualquer integrante do grupo apto a responder as questões, independente de sexo e orientação política – visto que os coletivos se apresentam como organização horizontal, sem hierarquia e líder, dirigente. Mas, no caso do coletivo da Bahia, constituído só por mulheres, todas as integrantes se reuniram para responder as questões.

Esta dissertação está organizada – além desta Introdução – com mais quatro capítulos e as Considerações Finais. Toma-se como ponto de partida o paradigma da modernidade que se iniciou na Europa no século XVIII, responsável pela constituição do homem moderno e suas ações com relação à natureza e à sua produção na sociedade, o primeiro capítulo “Da modernidade à pós-modernidade: o emergir de novos espaços, sujeitos e questões” discute temas como a perda do sentido dos objetivos universais, por meio da visão e constituição do Estado, do capitalismo e da globalização, tecendo uma reflexão sobre as mudanças que ocorreram nas últimas décadas e abriram caminho para outras reflexões, pós-modernidade, como a construção de um novo campo teórico que apresenta outros caminhos sobre as ações humanas e suas ferramentas organizacionais.

Continuando nessa linha reflexiva, o segundo capítulo “Dos movimentos sociais clássicos aos coletivos: uma análise da ascensão de novas formas de organização na sociedade civil” dá especial atenção à temática das ações coletivas e movimentos sociais, por meio de abordagens teóricas de novos paradigmas analíticos que proporcionam estudos de novos atores esboçados a partir da Teoria dos Novos Movimentos Sociais e a dos Novíssimos Movimentos Sociais. Resulta no florescer de novas bases teóricas que demonstram o dinamismo do campo das ações coletivas, que reflete nas (re)configurações de novas formas de organização como os coletivos de jovens que emergem no Nordeste brasileiro.

O terceiro capítulo aborda três temáticas – Estado, Sociedade civil e Classe. De início é realizada a discussão sobre as transformações ocorridas na configuração e ação do Estado brasileiro nas últimas décadas, o que, teoricamente, resulta na necessidade de se instituir um novo e diferente modelo de estado. No segundo tópico, intitulado “Sociedade civil e participação: a construção de espaços democráticos no Brasil”, trata-se do que vem a ser a sociedade civil no Brasil e mais especificamente no Nordeste, como ela tem se alterado e adaptado por meio de diferentes formas de participação. O terceiro tópico desse capítulo “As questões de classe no Nordeste” analisa a importância do aspecto de classe na região e de que forma esse marcador social ainda concebem sujeitos que ali se emergem.

Por fim, o quarto capítulo foi intitulado de “Coletivos classistas: reinventando a ação política no Nordeste brasileiro”. Por meio da fala de sete membros de coletivos que possuem em suas pautas elementos de classes foram analisados dados empíricos sobre a ação dos coletivos, tendo por base perguntas sobre autodenominação, criação, ações, participantes, organização, relação com partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e o Estado. Por meio das falas foi possível compreender e conhecer os objetivos e atuação dos coletivos pesquisados na região Nordeste do Brasil.

## **2 DA MODERNIDADE A PÓS-MODERNIDADE: O EMERGIR DE NOVOS ESPAÇOS, SUJEITOS E QUESTÕES**

O desenvolvimento do homem tem sido referenciado e dividido por meio da história, demais disciplinas e eras (fatos relevantes); novos modos de vida e formas de organização marcante. Nesse desenvolvimento se insere a sociedade, objeto de estudo da sociologia – disciplina e campo de estudo que surge no século XIX, com o objetivo de compreender e analisar o mundo social (GIDDENS, 1991).

A modernidade se apresenta como um estilo, costume de vida, comportamentos específicos, organização social que emergiram na Europa, a partir do século XVII, com o fim do feudalismo e até o século XX esses comportamentos se tornaram mundiais impactando a humanidade (GIDDENS, 1991; 2002). Para além das relações sociais, a modernidade traz novas formas de se refletir e produzir conhecimento, uma tentativa de se desprender das amarras dos dogmas, costumes e pensamentos totalitários que permearam a Idade Média até o século XVIII.

A modernidade é responsável pelas grandes alterações que aconteceram e acontecem nas sociedades ocidentais, mudando a forma de conhecimento, identidade, cultura, meios de produção, organização e ação dos sujeitos (GIDDENS, 1991; 2002; HALL, 2019; HABERMANS, 2000; SANTOS, 2013). Essa nova estrutura social se relaciona com os meios de produção, que equivalem ao “mundo industrializado” e ao “capitalismo”; e atinge a sociedade que passa a ser permeada pelo fluxo constante de informações que abrem caminhos para sua disseminação por meio da globalização. Neste sentido, a modernidade marca a produção de novas formas sociais distintas como o Estado Nação, uma entidade sociopolítica que gera e controla as sociedades modernas. Os indivíduos também sofrem alterações radicais, com intervenções que acontecem na vida social cotidiana e nos aspectos pessoais.

Contudo, ainda vivemos todos esses processos de transformações? A modernidade ainda é um período no tempo que se vivencia no século XXI? Em meio à dinâmica e às transformações recorrentes nas sociedades, para muitos autores, a modernidade já não pode ser considerada a medida de análise central para compreender a sociedade e tudo aquilo que a forma. O surgimento de um novo tipo interpretativo intitulado de pós-modernidade apresenta a necessidade de alargamento do conhecimento.

A pós-modernidade passa a ser vista como uma superação do pensamento moderno que já não é suficiente para atender os dinamismos da sociedade que se encontra ultrapassada e congelada nos ideais europeus, que outrora eram considerados únicos e absolutos

(HABERMAS, 2000; LACLAU, 2011; HALL, 2019; SANTOS, 2013; HARVEY, 2007; LYOTARD, 2006).

Neste capítulo são abordadas as principais perspectivas teóricas a respeito das chaves interpretativas conhecidas como modernidade e pós-modernidade; como a alteração e o desenvolvimento do pensamento social têm fomentado a emergência de novos tipos analíticos, de que forma têm se esforçado para compreender as sociedades atuais através desses prismas que se reinventam no tempo e no espaço. Em primeiro lugar, são discutidos os aspectos e características da modernidade, como sua formação e implementação, dentre as sociedades ocidentais, transformaram os sujeitos e priorizaram formas econômicas, culturais e científicas.

No segundo tópico, é estabelecido um debate sobre as consequências da modernidade e uma visível transição para novos paradigmas que buscam alargar e considerar outros tipos de conhecimento por meio da teoria crítica de Laclau (2011), Habermas (2000), Santos (2013). No último tópico deste capítulo aborda-se a pós-modernidade, suas características e inovações que ultrapassam o horizonte da tradição da razão, e /que refletem nos sujeitos, nas ações, conhecimento e instituições.

## 2.1 MODERNIDADE E TRADIÇÃO, A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MUNDO

A modernidade teve início na Europa do século XVII, a partir do Iluminismo e mais tarde das mudanças provocadas pela Revolução Francesa aceleradas no século XIX. Esses novos tempos tinham o propósito de reconstituir ruptura com o passado, proporcionando renovação contínua.

Esse novo projeto, sob a ótica intelectual, foi fruto do extraordinário esforço de pensadores iluministas em busca do desenvolvimento da “ciência objetiva, a moralidade e a leis universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna deles” (HARVEY, 2007, p.23). Os iluministas buscavam a quebra e distanciamento do pensamento retrógrado medieval, por meio do acúmulo de conhecimento através da liberdade de trabalho e criatividade visando a emancipação humana e enriquecimento diário.

A natureza dominada pela ciência era a promessa dada pelos iluministas, que resultaria no controle e escassez de calamidades que assolavam as pessoas naquela época. A partir do desenvolvimento do racionalismo (organização social e pensamento), os sujeitos estariam livres das amarras e atrasos da religião, dos mitos e do poder arbitrário. O projeto proposto pelos

iluministas, como afirma Harvey (2007), buscava revelar por meio das qualidades universais, eternas e imutáveis as possibilidades humanas.

Mas o que seriam os novos tempos? Como ocorre esse desprendimento com o passado? Habermas (2000) afirma que:

[...] a época moderna só se deixa compreender como um tempo novo desde o momento que as expectativas começam a se afastar cada vez mais de todas as experiências feitas até então. A específica orientação para o futuro da época moderna só se forma na medida em que a modernização social escancara o campo de experiência de mundos da vida de expressão rural e artesanal, próprio da velha Europa, o mobiliza e desvaloriza como diretriz que regula as expectativas (HABERMAS, 2000, p. 19)

O campo do novo surge e desvaloriza tudo aquilo que é categorizado como ultrapassado, rural, que remeta à tradição e experiência. O que passa a ser valorizado é o desconhecido, aquilo que é exclusivo e limitado, que leva os sujeitos a experiências totalmente novas. Há uma necessidade de se desprender totalmente do passado como colocou Habermas (2000), exercício esse que na visão dele é uma forma de tentar dissipar a culpa do presente para com o passado.

No exercício de romper e não respeitar o passado, qualquer coisa que remeta à ordem social antecessora, a pré-moderna, não preserva a continuidade histórica desse processo de crescimento. A falta de linearidade e supressão histórica gera dificuldades como imprecisão, limite de discussão e aprendizado com os erros do passado. Harvey (2007, p. 22) afirma que a modernidade “não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes”. A modernidade se caracteriza como uma ordem social que nasce por meio de uma repressão radical, que não busca se utilizar de continuidades do passado.

Para Giddens (1991), não existe um total rompimento entre a modernidade e o passado, por elas estarem cerradamente entrelaçadas. O autor apresenta a “reflexividade” para compreender como a modernidade age diferente do que era dito como tradicional com relação à reflexão da ação dos sujeitos. O que se observa é que anteriormente, nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. “A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade” (GIDDENS, 1991, p. 47). Para o autor a tradição se perpetua no tempo e resiste a mudanças.

Com o advento da modernidade, essa reflexividade que se baseava na tradição e naquilo que era passado entre gerações vai assumir um caráter diferente. A rotina na modernidade já não é mais ligada ao passado, “exceto na medida em que o que foi feito antes por acaso coincide com o que pode ser defendido de uma maneira proba à luz do conhecimento renovado” (idem,

p. 48). A tradição deixa de ser parâmetro para as ações sociais e pode ser ou não reprovada com base na luz do conhecimento que solidifica a modernidade.

Giddens (1991) observa que a tradição continua a desempenhar um papel importante, mas menos significativo do que enfocam autores que buscam basear suas análises do tradicional e moderno como algo homogêneo e integrado. Para ele, a modernidade da vida social consiste no “fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alternando assim constitutivamente em seu caráter” (p. 49). O que antes era relativizado, a modernidade passa a radicalizar e aplicar a todos os aspectos da vida humana. Para Giddens não se tem uma adoção voraz pelo novo, mas a suposição de uma reflexividade indiscriminada, onde a noção de conhecimento e certeza são erroneamente interpretadas, restando a reflexão o papel de diferenciador do que é novo e o que é antigo, o que nos leva a insegurança de qualquer conhecimento produzido pela modernidade.

O filósofo Hegel é o primeiro a empregar o conceito de modernidade, antes de tudo, em contextos históricos, como conceito de época: os “novos tempos” são os “tempos modernos”, como bem elucidada Habermas. Mas o que vem a ser denominado como modernidade não foi especificada tão claramente no começo. “O adjetivo moderno foi substantivado só muito mais tarde, aproximadamente nos meados do século XIX e, pela primeira vez, ainda no domínio das belas-artes” (HABERMANS, 2000, p.14). Ser moderno estava ligado ao estético, marcado pela compreensão da arte de vanguarda, que se relaciona até hoje com essa concepção.

O substantivo moderno passa a existir e a justificar o dinamismo das sociedades, os modos de vida, as novas organizações que resultam da modernidade, e assim conseguem se distanciar de todos os tipos tradicionais de ordem social já estabelecidos anteriormente a ela. Giddens observa que:

Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intencionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana (GIDDENS, 1991, p. 14)

Apesar de todas as alterações e inovações trazidas pela modernidade e a busca pelos iluministas por uma total ruptura com o passado, pensar a modernidade como algo único e intocável é impossível. Para Giddens (1991) existem ainda continuidades entre o que antes era visto como o “tradicional” e o moderno. A exemplo disso podemos citar as continuidades existentes entre Estado e Estado-nação, que mesmo sendo uma “criação” da modernidade, é permeado por configurações baseadas nas formas tradicionais de Estado como a existência de

um parlamento, um exército comum, monopólio da violência legítima e a figura central de um líder.

Em meio a essa discussão, Habermas afirma que a modernidade “vê-se referida a si mesma, sem a possibilidade de apelar para subterfúgios. Isso explica a suscetibilidade da sua autocompreensão, a dinâmica das tentativas de “afirma-se” a si mesma, que prosseguem sem descanso até os nossos dias” (2000, p. 12). Para o autor existe uma necessidade de autocrítica que não foi aplicada à modernidade por aqueles que a construíram e dão continuidade. E só por meio da estética no século XIX que se iniciam os questionamentos aos aspectos aplicados e referenciados por ela.

Santos (2013), por outro lado, vê a modernidade como um projeto ambicioso e revolucionário, que se assenta em dois pilares fundamentais, o pilar da regulamentação e o da emancipação. Para ele o pilar da regulamentação “é constituído pelo princípio do Estado, cuja articulação se deve principalmente a Hobbes; pelo princípio do mercado, dominante sobretudo na obra de Locke; e pelo princípio da comunidade, presente na filosofia política de Rousseau” (2013, p. 100). Já o pilar da emancipação é constituído pela lógica da racionalidade estética expressiva da arte e da literatura, trazendo o adjetivo moderno; racionalidade moral-prática da ética e do direito; e a racionalidade cognitiva-instrumental da ciência e da técnica. Santos observa ainda que as possibilidades da modernidade são infinitas, “contemplam tanto o excesso das promessas como o déficit do seu cumprimento” (SANTOS, 2013, p. 101). A modernidade passa a ser terreno de grandes possibilidades, permeada por incertezas e grandes consequências para aqueles que se inserem nos seus domínios.

Dentre esse campo de incertezas e necessidades a modernidade se forma em uma busca sagaz por novos conhecimentos, liberdades, inovações, produção e crescimento. Giddens (1991; 2002) elucida três aspectos importantes da modernidade. No primeiro ponto, a modernidade traz um ritmo de mudança e movimento das sociedades dos “novos tempos”, sendo essa rapidez da mudança extrema. As produções tecnológicas, a difusão e o acesso à informação, a globalização, são exemplos de como a modernidade acelerou e transformou a estrutura social do ocidente.

O mundo moderno é um mundo dinâmico, mas o que explica o caráter peculiarmente dinâmico da vida social moderna? Giddens (2002, p. 23) vai investir na análise do tempo e do espaço para compreender a dinamicidade das sociedades modernas, que são capazes de reintegrar o tempo e o espaço – anteriormente vistos de maneira separada – por meio da organização da vida social que “supõe a coordenação precisa das ações de seres humanos



fisicamente distantes”. Dessa forma a dinamicidade é homogeneizada e se torna global, cria um passado padronizado e um futuro universalmente aplicado.

O segundo ponto é a mudança que a modernidade implica; diferentes áreas do globo são colocadas em interconexão, “ondas de transformação social penetram através de virtualmente toda a superfície da Terra” (GIDDENS, 1991, p. 16). A homogeneização dos costumes, conhecimento, ações, meios de produção e organização; a modernidade se difunde para além da Europa, e é levada por meio do discurso do desenvolvimento, da modernização, do futuro, para diferentes partes do globo.

Por fim, o terceiro ponto observado por Giddens é a natureza intrínseca das instituições modernas. A modernidade trouxe outros meios de organização social que não existiam em outros períodos históricos precedentes, como o Estado-nação, fontes de energias inanimadas, os produtos manufatureiros e o trabalho assalariado, sendo meios totalmente novos e nunca antes vistos. Nessa leitura, o autor apresenta a noção de desencaixe das instituições,

[...] o deslocamento das relações sociais dos contextos locais e sua rearticulação através de partes indeterminadas do espaço tempo. Esse deslocamento é exatamente o que quero dizer com desencaixe, que é a chave para a imensa aceleração no distanciamento entre tempo e espaço trazido pela modernidade. (GIDDENS, 2002, p. 24)

As instituições formadas pela modernidade agora atingem o seu caráter global, sendo exportadas principalmente para as sociedades capitalistas modernas. Esses novos tipos de ferramentas são responsáveis pela organização e o encurtamento das fronteiras entre modos de vidas, costumes, culturas, conhecimento e ação.

Por meio desses três pontos fundamentais que surgem na modernidade, constroem-se novas concepções, as quais têm lados positivo e negativo. O campo do desenvolvimento permeado pelas instituições modernas foi alvo de estudo pelos fundadores clássicos da sociologia. Durkheim, por exemplo, via benefícios na modernidade, Marx acreditava que por meio da modernidade emergiria um sistema social mais humano. Max Weber era visto como o mais pessimista dos três e via o mundo moderno como algo paradoxal, no qual o progresso era atingido por meio da expansão da burocracia (GIDDENS, 1991).

Essas questões observadas pelos três autores atingem pontos fortes e inovadores da modernidade. A industrialização, a produção em larga escala, a maior oferta de produtos, economia em expansão, tudo isso são aspectos positivos que emanam da modernidade. Mas, junto com ela vêm as consequências degradantes, como um labor maçante da classe trabalhadora, o impacto ecológico não observado que ainda hoje continua parcialmente invisibilizado, em nome do progresso.

O projeto sociocultural da modernidade coincide com a emergência do capitalismo enquanto modo de produção dominante nos países da Europa e integram a primeira onda de industrialização. A partir desse momento, o trajeto histórico da modernidade está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo nos países centrais (SANTOS, 2013). Isto faz desse modo de produção elo e característica fundamental que demarca e distingue a modernidade de outros períodos históricos.

### **2.1.1 As ferramentas da modernidade**

A modernidade é uma ordem social vasta, que permeia as áreas política, social e econômica. Porém, para atingir, formar e atuar nesses campos a modernidade se utiliza de algumas ferramentas, nexos institucionais, conceitos que a formam e auxiliam na dominação e implementação a nível global. Várias são as perspectivas presentes na sociologia que avaliam essas instituições, alguns autores, inclusive, chegam a reduzir em apenas duas, como capitalismo e industrialismo, ou uma derivando da outra.

A busca pelo afastamento e adoção de uma visão mais crítica sobre esse contexto tem surgido nas últimas décadas. Isto resulta em maior diversidade de “ferramentas organizacionais” envolvidas na manutenção e perpetuação da modernidade, representam as discontinuidades com as culturas e modos de vida pré-modernos. Neste tópico, analisamos as consideradas mais importantes na atualidade, que são: o capitalismo que surgiu em conjunto com a modernidade, o Estado-Nação e a globalização. Por meio dessas três ferramentas é possível compreender as dimensões, características e alcances buscados pela modernidade, como essas mudanças afetam e alteram os modos de vida, sujeitos e interrelações nos últimos séculos.

O sistema capitalista se tornou um dos objetos de estudo mais importantes na era moderna e continua na atualidade. Vários autores o fizeram objeto central de análise, para compreensão das diversas esferas da vida social, todas essas discussões permeiam entre pontos positivos e negativos. É inegável o papel que o capitalismo adotou e adota atualmente na transformação das sociedades modernas e contemporâneas, iniciando pelos modos de produção e atingindo drasticamente os modos de vida e os próprios sujeitos.

Marx (1980) foi um dos autores que colocou o capitalismo nos fundamentos de sua concepção de modernidade, marcado pelas fortes críticas ao sistema que se inicia no século

XVIII e destituiu e dispersou ainda mais as diferenças econômicas e de classes por meio da divisão social do trabalho e no desenvolvimento das relações de troca.

No ensaio intitulado, *A chamada acumulação primitiva*, Marx (2009) mostra através da história, os eventos e fatores fundamentais que levaram à transformação do modo de produção feudal para o manufatureiro, a sociedade capitalista. Ele explica através da acumulação primitiva que esta não decorre do modo capitalista de produção, mas é um ponto de partida para o surgimento e aplicação do capitalismo.

O autor utiliza como contexto a Inglaterra, com o objetivo central de demonstrar que essas transformações que ocorreram de um sistema econômico a outro não ocorreram de forma linear e coesa e não podem ser consideradas homogêneas em todas as partes do globo. Com base em economistas, historiadores, juristas, leis, Marx consegue constatar a jornada enfrentada pelo capitalismo na Inglaterra, na busca de se firmar como sistema único e legítimo para todas as idades e estágios de desenvolvimento.

Nesse processo de criação do sistema capitalista, Marx (2009) observa a retirada do trabalhador da propriedade e dos meios pelos quais realizavam o seu trabalho. Assim, transformam em capital os meios sociais de subsistência e convertem em assalariados os produtores diretos. A acumulação primitiva passa a ser o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. A retirada dos trabalhadores que antes tinham o direito à terra e dela viviam, vai acontecer através da expropriação por parte do Estado e pelos lordes latifundiários que passaram a transformar as terras comunais em propriedade privada.

Essa expropriação foi legitimada pelo Estado por meio de uma legislação extremamente violenta que se justificava como a busca do fim da “vadiagem”, vadiagem essa que se iniciou por conta da retirada da terra desses trabalhadores que se viam sem trabalho. O que passa a acontecer é que naquele momento as ofertas de emprego não eram proporcionais à necessidade, como até hoje não são. Marx vê que à medida que diminui o número de capitalistas que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumentam a miséria, a opressão, a escravização, a degradação, a exploração; mas cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo capitalista de produção. O monopólio do capital passa a entrar o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho alcançam um ponto em que se tornam incompatíveis com o envoltório capitalista (MARX, 2009).

Giddens (1991, p. 67) define o capitalismo como sendo um sistema de produção de mercadorias “centrado sobre a relação entre propriedade privada do capital e o trabalho

assalariado sem posse de propriedade, esta relação formando o eixo principal de um sistema de classe”. O empreendimento capitalista depende da produção para mercados competitivos que se baseiam na lei da oferta e da procura.

Na percepção de Santos (2013), o paradigma cultura da modernidade se iniciou antes mesmo do modo de produção capitalista se tornar dominante. Segundo esse autor, a trajetória histórica da modernidade está diretamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo nos países centrais. Giddens (1991, p. 68) reconhece as sociedades capitalistas como um subtipo específico das sociedades modernas em geral: “uma sociedade capitalista é um sistema que conta com diversas características institucionais específicas”. O autor cita três delas, a primeira é a ordem econômica que possui uma natureza fortemente competitiva e expansionista, o empreendimento capitalista foca na inovação tecnológica e no seu constante desenvolvimento. A segunda característica é uma economia razoavelmente distinta das outras arenas sociais, principalmente das instituições políticas e, devido à alta taxa de inovação na esfera econômica, ocorre grande influência sobre as demais instituições. E por fim, a união entre o Estado e a economia que pode assumir diversas formas, como a citada por Marx (2009) através da expropriação, a preeminência da propriedade privada e os meios de produção.

Concordando com Marx, Giddens vê no capitalismo um divisor entre a vida social moderna e as instituições do mundo tradicional. Ele afirma que:

[...] a emergência do capitalismo, como diz Marx, procedeu o desenvolvimento do industrialismo e na verdade forneceu muito ímpeto para sua emergência. A produção industrial e a constante revolução na tecnologia a ela associada contribuem para processos de produção mais eficientes e baratos. (GIDDENS, 1991, p. 73)

O capitalismo inovou e aprimorou os objetivos da modernidade, conseguiu fornecer condições e opções para que a nova ordem social pudesse se expandir, mas sua expansão não foi de forma igualitária entre os países que passaram a assumir seu sistema com os ditames da modernidade. Santos (2013) divide em três os grandes períodos de desenvolvimento do capitalismo nos países centrais (Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos da América do Norte e Suécia). O primeiro período cobre todo o século XIX, marcado pelo capitalismo liberal. O segundo inicia-se no final do século XIX e atinge o pleno desenvolvimento no período entre guerras, o autor o intitula de capitalismo organizado. O terceiro período começa no final da década de setenta e, para o autor, é o que nos encontramos hoje.

O desenvolvimento do capitalismo marcou e resultou em alterações profundas na sociedade, nos sujeitos, e necessitou de outras ferramentas, instituições para que seu potencial fosse utilizado e aproveitado. Quando se fala em Estado, o pensamento involuntário e

automático nos remete à força, autonomia, segurança, território e união. Essas sempre foram alguma das características e funções dos Estados, desde a sua criação e consolidação que se iniciou no medievo e que na modernidade passou a ampliar sua ação e função.

Existe um grau de contradição referente às concepções do Estado na modernidade, para alguns autores o Estado se utiliza de formas cada vez mais totalitárias, anulando outras formas de ação como as que surgem por meio da sociedade civil na atualidade. Já outros autores veem o Estado como uma instituição ineficaz, incapaz de desempenhar suas funções. Para Santos (2013), continuar nessa dicotomia é não avançar em novas formas de análises que precisam se afastar de parâmetros adotados no século XIX.

Giddens (1991, p. 69) diz que “uma sociedade capitalista é uma “sociedade” somente porque é um Estado-nação”. As características das sociedades capitalistas só alcançam seus objetivos quando confinadas dentro de limites específicos como os dos Estados-nação. Para que o capitalismo se expanda é preciso a emergência de um Estado com potencial de influenciar a vida do povo, munido de soluções práticas que o impeça de promover o abuso de poder, superior ao Estado feudal. Mas o que seria o Estado-nação? Quais são as suas atribuições?

O Estado moderno surge no Ocidente como um desdobramento do estado absolutista, que era em grande medida um estado feudal. A diferença do seu antecessor se apresenta em muitos aspectos, como a separação entre o público e o privado, no qual a propriedade do soberano não mais se relaciona com o patrimônio do estado. “O direito moderno agora impunha limites e definia as regras legais para o funcionamento do estado e atuação dos encargos de geri-lo.” (DOMINGUES, 2005, p. 88). O Estado moderno passa a ter autonomia para administrar os territórios nacionais se utilizando da burocracia que o gere, como Weber (1919) denominou, por meio da racionalização que o possibilita uma crescente eficiência. Assim, para Weber, o Estado moderno é uma dominação racional-legal, legitimado pela lei e pela eficiência burocrática. Para Marx e Engels (1999) o estado era um comitê executivo da burguesia ou uma ditadura de classe da burguesia, no qual a classe proletária era oprimida por meio da ditadura.

A passagem do Estado moderno para o Estado-Nação se dá a partir do momento da sua circunscrição a um território específico, com pretensão de representar um povo ou uma determinada cultura pertencente àquele povo que será promovida como cultura nacional. Através da repressão de culturas particulares, inclusão de uma única linguagem, “a instituição de sistemas de ensino nacionais, que difundiam a cultura do grupo étnico dominante, a invenção de tradições comuns, com narrativas capazes de explicar e justificar a existência e manutenção daquela cultura nacional” (DOMINGUES, 2005, p. 95). E nos países mais atrasados essa operação de unificação e implementação dessa ferramenta da modernidade ainda foi mais

agressiva, porque foi feita sob imposição de estados-nações que já haviam atingido sua unificação; a associação internacional dos Estados, primeiro se iniciou na Europa e se expandiu pelo globo (HELD; MCGREW, 2001).

O Estado Nação é uma ferramenta inovadora da modernidade, e considerado por Giddens (2002) como o objeto central do sociólogo, quando aplicado ao período da modernidade. Neste trabalho ele é analisado de forma separada da discussão do capitalismo e industrialismo, mas isso não quer dizer que estes não possuem relações, o Estado-nação é importante o suficiente para ser compreendido de forma autônoma e individual.

O seu surgimento do Estado -Nação foi algo planejado e fica evidente no pensamento de Adam Smith, que defende a liberdade de comércio e o surgimento por parte da civilização de instituições políticas que garantam essa liberdade. Essa foi a função primordial do Estado-nação, como muito bem afirma Santos (2013, p. 149) “ao Estado cabe um papel muito ativo e, de fato, crucial na criação de condições institucionais e jurídicas para expansão do mercado”. E só com essa instituição consolidada que se poderia ter um desenvolvimento econômico forte.

O Estado-nação afastaria todas as mazelas dos Estados pré-modernos, como o despotismo, abuso de poder, governos arbitrários que governam pela força, instabilidade, entre outros. Porque, ao contrário deles, ele tinha as leis, as instituições jurídicas, ordem, funções reguladoras que trariam organização e harmonia para o desenvolvimento das sociedades modernas e capitalistas. Giddens diz que:

[...] o sistema administrativo do Estado capitalista, e dos Estados modernos em geral, tem que ser interpretado em termos do controle coordenado que ele consegue sobre arenas territoriais delimitadas. [...] Tal concentração administrativa depende, por sua vez, do desenvolvimento de condições de vigilância bem além daquelas características das civilizações tradicionais. (GIDDENS, 1991, p. 69)

A vigilância é um meio utilizado pelo Estados-nação para supervisionar os sujeitos, é a base do poder administrativo. Essa supervisão pode ser feita através da violência como bem coloca Giddens (1991, p. 70), o “monopólio bem-sucedido dos meios de violência dentro de fronteiras territoriais precisas é específico do Estado moderno”. Por meio da capacidade de assegurar poder militar, os Estados pré-modernos dependiam de outros fatores para terem apoio militar. Na modernidade os Estados já compõem o seu próprio poderio que garante sua autonomia e capacidade de defesa contra qualquer adversidade, pelo menos esse é o argumento de quem defende esse tipo de ação.

A globalização é a terceira ferramenta marcante que compõe a modernidade e atualmente pode ser vista como a mais eficiente e significativa nos anos 2000. Ela também se

entrelaça com as duas ferramentas analisadas anteriormente e formam o que chamamos hoje de “mundo moderno”, “mundo globalizado”.

As questões que envolvem a globalização têm sido discutidas de forma extensa por vários autores, mas para Giddens (1991), essas discussões dificilmente têm sido correspondidas à altura pela literatura sociológica. A globalização para o autor está diretamente ligada à questão de tempo-espaço, sendo uma de suas funções o encurtamento das distâncias. “Na era moderna, o nível de distanciamento tempo-espaço é muito maior do que em qualquer período precedente, e as relações entre as formas sociais e eventos locais e distantes se tornam correspondentemente “alongadas” (GIDDENS, 1991, p. 76). O encurtamento desse espaço se dá pelo alongamento das relações, que mesmo com grandes distâncias podem ser alongadas através de meios resultantes da globalização.

“O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros “ausentes”, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face” (GIDDENS, 1991, p. 29). O processo de alongamento se refere à globalização, na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se entrelaçam através do globo.

No conceito criado por Giddens, a globalização é “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (1991, p. 76). Toda essa dialética resulta em transformações, o local é transformado tanto pela globalização quanto pela extensão das conexões sociais através do tempo e do espaço, como observa o autor.

As influências que permeiam a ordem social local não acontecem de forma homogênea, o acesso a novos conteúdos, modos de vida; o mundo do consumo que atua na globalização passa a ser vendido como mercadoria. Os que conseguem acessar são os que têm maior poder aquisitivo e assim são vistos como sujeitos modernos que aproveitam todos os benefícios da globalização.

Giddens (1991) traz duas perspectivas teóricas sobre a globalização, as quais aparecem em dois corpos de literatura que são bastante diferentes. A primeira perspectiva estaria ligada à literatura das relações internacionais, ela foca mais no desenvolvimento de Estados-nação, analisando suas origens na Europa e sua disseminação em escala mundial. Nessa visão os Estados-nação são:

[...] tratados como atores, evoluindo-se entre si na arena internacional – e com outras organizações de tipo transnacional (organizações intergovernamentais ou atores não Estado). [...] Os Estados soberanos, supõe-se emergem primeiro como entidades amplamente separadas, tendo controle administrativo mais ou

menos completo no interior de suas fronteiras. Conforme o sistema do Estado europeu endurece e vai se tornando um sistema global de Estados-nação, os padrões de interdependência ficam cada vez mais desenvolvidos. (GIDDENS, 1991, p. 77-78)

A possibilidade da germinação de organizações intergovernamentais demonstra um movimento expansor possibilitado pela globalização. Mas essa interligação funciona de forma coesa e harmônica? As guerras são uma forma de desaceleração dessa interdependência mostrada pela perspectiva das relações internacionais. A interconexão está tornando os Estados cada vez menos soberanos, e faz com que os seus líderes utilizem de métodos de violência para resguardarem seus domínios, assim diminuindo as possibilidades da emergência de um “Estado Mundial”.

A teoria do sistema mundial vai se diferir da anterior, como bem coloca Giddens (1991). A discussão com base no sistema mundial é feita por meio de Wallerstein, quando ele observa a emergência do capitalismo e o compreende como um tipo de ordem diferente, porque é genuinamente global. Ele divide o sistema mundial moderno em três componentes: o centro, a semiperiferia e a periferia. Segundo ele, o capitalismo foi desde cedo assunto da economia mundial, sendo uma influência globalizante fundamental e não determinado por limites nacionais.

Isso demonstra a interligação entre capitalismo e globalização. A globalização tem a função de disseminar o sistema capitalista, o espalhando para os centros ainda não totalmente atingidos, como os semiperiféricos e periféricos.

Segundo Giddens (1991), a teoria do sistema mundial se concentra nas influências econômicas e considera difícil conseguir explicar os fenômenos da globalização através do Estado-nação, como colocado pelos teóricos das relações internacionais. Para facilitar a compreensão sobre a globalização, a qual o autor acha rasa, ele elucida quatro dimensões da globalização que vão facilitar a compreensão e entendimento desse campo.

A primeira dimensão se refere à economia capitalista mundial que se dissemina em todo o globo, sobressaindo-se em relação ao político. A segunda é o Estado-nação que está ligado aos fatores de territorialidade e de controle dos meios de violência, como foi explicado anteriormente. “Não existe uma área na superfície da Terra que não tenha sido reclamada como legítima esfera de controle de um ou outro Estado” (GIDDENS, 1991, p. 83). A globalização tem viabilizado a produção de “modelos” de Estado-nação que vêm sendo exportados para outras regiões do globo, o que acarreta interligação e, ao mesmo tempo, em disputas cada vez mais graves sob o território, culturas e modos de vida.



A terceira dimensão se relaciona com a ordem militar que cresce por meio das disputas entre os Estados e a indústria da guerra, que vende armamentos cada vez mais destrutivos e rompe fronteiras ideológicas e nacionais, através do mercado da guerra. A globalização do poder militar não se limita apenas à questão do armamento e alianças entre forças armadas de Estados diferentes, mas também às questões de mercado não importando a natureza dos itens, mas o seu potencial destrutivo. Os que compram os produtos não estão preocupados com a origem, mas com a tecnologia e sua finalidade.

A quarta e última dimensão da globalização vista por Giddens (1991) é a do desenvolvimento industrial, que resulta na expansão global da divisão do trabalho. A indústria moderna vai se basear na divisão do trabalho, os tipos de trabalho e as funções estabelecidas vão depender das áreas em que são implementadas a industrialização. Quanto mais rico, mais industrializado se torna aquele determinado país, que segue o padrão de difusão mundial das tecnologias. A aplicação dessa nova ordem tecnológica vai afetar não só o viés econômico, mas também as questões culturais, cotidianas da vida dos sujeitos, influências essas percebidas que variam com o grau de desenvolvimento de cada território.

A união dessas três ferramentas, capitalismo, Estado-nação e globalização, proporcionou o desenvolvimento da era moderna, tanto em riqueza econômica, quanto em estabilidade política e crescimento social e cultural. A combinação desses fatores tornou a expansão da modernidade ocidental irresistível, o que passou a ser objeto de desejo nas mais diferentes culturas e locais. O verdadeiro e único caminho para ascensão de uma sociedade livre, desenvolvida e rica.

## 2.2 O DECLÍNIO DA MODERNIDADE

A emergência da modernidade, como já se discutiu, trouxe uma gama de benefícios para “novas” sociedades que aplicavam e aperfeiçoavam o seu projeto de liberdade, expansão, desenvolvimento e estabilidade política. Mas não foram só coisas boas que a modernidade trouxe com todo seu aparato organizacional e rupturas com o passado.

O seu projeto e ferramentas também trouxeram sérias consequências à ordem social, consequências estas a longo prazo, as quais também sentimos atualmente e que parecem que irão perdurar por muito tempo. Inicia-se um declínio de credibilidade com relação às potencialidades da modernidade e sobre esse ser um projeto certo para sociedade ou não.

A modernidade nasce na busca pela ruptura dos pensamentos totalizantes que emanaram das crenças, mitos e religião e mesmo com toda racionalização, meios científicos para explicar o mundo e fenômenos, esse desprendimento não ocorre totalmente. Ela surge da procura pelo “afastamento”, como um de seus objetivos, mas traz em suas consequências a frustração com suas propostas, que demonstram que o desprendimento total nunca será uma realidade presente.

O grande número de problemas resultantes da expansão ocidental da modernidade preconiza um cenário de falência dessa realidade. Todavia, quais seriam os pontos que resultaram na falta de otimismo nessa ordem social? Todo esse cenário visivelmente otimista com relação ao desenvolvimento de riquezas, liberdade e ciência ainda é capaz de responder aos anseios que surgem nas sociedades contemporâneas?

Os questionamentos nos levam a uma análise crítica do que veio a ser e se transformou em modernidade. Harvey (2007) traz questões pontuais de como a visão do que viria ser a modernidade era extremamente positiva, mas que com o advento do século XX, com seus campos de concentração e esquadrões da morte, desfez a crença na ciência e em sua capacidade de promover o controle da natureza, progresso moral, a justiça das instituições e o bem estar harmônico das pessoas.

O autor observa por meio da tese apresentada por Horkheimer e Adorno, chamada de *The dialectic of Enlightenment*, o início das suspeitas sobre o projeto do Iluminismo, que estaria fadado a voltar contra si mesmo e transformar “a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana” (HARVEY, 2007, p. 23). Valendo-se de episódios como os de Hitler na Alemanha e Stálin na Rússia, os teóricos alegavam que a lógica que se oculta por trás da racionalidade iluminista é uma lógica pautada na dominação e opressão, no qual a liberdade que tanto era exposta nos discursos formadores da modernidade havia sido deixada de lado e dado base para governos autoritários e totalitários.

Habermas (2000) também tece críticas a respeito da modernidade, a partir de análises de autores como Weber, Hegel, Kant, Durkheim, Mead e outros. Inicialmente ele observa que a modernidade se pauta e se baseia na ciência, e que as ciências empíricas modernas seriam:

[...] as artes tornadas autônomas e as teorias morais e jurídicas fundamentadas em princípios formaram esferas culturais de valor que possibilitaram processos de aprendizado de problemas teóricos, estéticos ou prático-morais, segundo suas respectivas legalidades internas. (HABERMAS, 2000, p. 3-4)

Os parâmetros culturais formados na modernidade e utilizados por ela como meio de exportação de seu projeto são fundamentais para a preservação na sua conservação e expansão. A racionalização exacerbada, pautada nos modos, epistemologias e costumes da Europa, foi exportada a nível mundial, utilizada como meio único e ideal.

A crítica à modernidade se inicia no campo dos sujeitos, por meio de Hegel, que liga a fisionomia dos novos tempos diretamente à liberdade das subjetividades que resultariam em ganhos positivos ao espírito e libertação do homem, pois segundo Habermas,

Hegel descobre o princípio dos novos tempos: a subjetividade. Valendo-se desse princípio explica simultaneamente a superioridade do mundo moderno e sua tendência à crise: ele faz a experiência de si mesmo como o mundo do progresso e ao mesmo tempo do espírito alienado. Por isso, a primeira tentativa de levar a modernidade ao nível do conceito é originalmente uma crítica a modernidade. (HABERMAS, 2000, p. 25)

Para Hegel, a subjetividade comporta quatro conotações; a do individualismo no mundo moderno, no qual a singularidade infinitamente particular pode fazer valer suas pretensões. O direito à crítica, que pode ser expressa por cada um como algo legítimo, a autonomia da ação na qual o homem é responsável por aquilo que faz e, por fim, a filosofia idealista na qual ela apreenda a ideia que se sabe a si mesma (HABERMAS, 2000). O princípio da subjetividade que emana por meio dos sujeitos que são os responsáveis pelas manifestações da cultura moderna.

Os conceitos morais dos tempos modernos são talhados para reconhecer a liberdade subjetiva dos indivíduos. Fundam-se, por um lado, no direito do indivíduo de discernir como válido o que ele deve fazer; por outro, fundam-se na exigência de que cada persiga os fins do bem-estar de todos os outros. A vontade subjetiva ganha autonomia sob leis universais (HABERMAS, 2000, p. 27)

Inicialmente o impacto da modernidade se dá diretamente nos sujeitos, na cultura, nos modos de vida. A identidade no iluminismo estava baseada na concepção da pessoa humana como um indivíduo centrado, unificado, dotado de capacidades da razão, de consciência e de ação (HALL, 2019). O “eu” era a grande preocupação dessa concepção que investia em um viés individualista do sujeito e da identidade, definido no interior dessas grandes estruturas administrativas da sociedade moderna.

Habermas vê por meio de Weber uma profanação da cultura ocidental, os mitos, costumes, rituais, pensamentos, que não condiziam com o projeto da modernidade e foram destruídos e apagados da memória em nome do desenvolvimento. A modernidade assim vai se taxando, especificando e excluindo aquilo que não lhe serve. E. Durkheim e G. H. Mead viram o mundo da vida racionalizada sendo:

[...] caracterizado antes por um relacionamento reflexivo com tradições que perderam sua espontaneidade natural; pela universalização das normas de ação e uma generalização dos valores que liberam a ação comunicativa de contextos estreitamente delimitados, abrindo-lhe um leque de opções mais amplo; enfim, por modelo de socialização que se dirigem à formação de identidades abstratas do eu e que forçam a individualização dos adolescentes.

Em linhas gerais, esse é o quadro da modernidade tal como traçado pelos clássicos da teoria social. (HABERMANS, 2000, p. 4)

A generalidade e a universalização se tornaram aspectos formadores da modernidade (HABERMAS, 2000; LACLAU, 2011; SANTOS, 2010). O pensamento clássico da teoria social levou a análises de como os processos e as estruturas são sustentados pelos papéis que os indivíduos nele desempenham. O fruto da interação entre o “eu” e a sociedade resultaria em indivíduos isolados, exilados ou alienados, contrapondo a uma multidão ou metrópole, vista como um organismo vivo e impessoal, era o destino previsto ao homem na modernidade.

A influência e supressão das identidades que são modificadas pela realidade moderna e que criam modos de agir, ficou conhecida como a noção de sujeito sociológico. Sobre este aspecto, Hall diz que:

De acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na “interação” entre o “eu” e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem. (HALL, 2019, p.11)

Essa concepção expôs graves consequências, principalmente nos países não centrais e subdesenvolvidos, que tiveram seus costumes, culturas, suprimidos e rejeitados, em nome da padronização, interação e modernização exportadas da Europa ocidental. “O advento da modernidade traz mudanças importantes no ambiente social externo do indivíduo, afetando o casamento e a família assim como outras instituições” (GIDDENS, 2002, p.18). O sujeito é costurado junto às instituições, e o “encontrar se a si mesmo” que as condições sociais da modernidade impõem a todos nós. É um processo de intervenção e transformação ativas” (GIDDENS, 2002, p.19). Os sujeitos são modificados a todo tempo, devido às imposições culturais e modos globais que rejeitam sua essência. O ato de questionar essas universalidades e a relação dos sujeitos com a sociedade, é uma crítica às imposições propostas pela modernidade.

Como reconhecer as diferenças e particularidades? Laclau (2011) demarca a impossibilidade concreta e finita de uma subjetividade multifacetada. O início do reconhecimento da existência de “sujeitos” diferente do “Sujeito” único e absoluto criado e defendido pelo iluminismo. O autor observa que a lógica de definição do universalismo surgiu a partir do cristianismo, a relação entre Deus e sua totalidade e a razão humana que é inalcançável da de Deus. A partir desse pensamento surge o “agente privilegiado da história”, no qual Laclau o descreve sendo:

[...] aquele cujo corpo particular era a expressão de uma universalidade que o transcendia. A ideia moderna de uma “classe universal” e as várias formas de

eurocentrismo nada mais são do que os efeitos históricos longínquos da lógica da encarnação. [...] Porque a modernidade foi, no limite, em grande medida, uma tentativa de interromper a lógica da encarnação. Deus origem absoluta de tudo que existe, foi substituído em sua função de fiador universal da Razão; só que um fundamento e origem racionais têm lógica própria, o que é muito diferente da de uma intervenção divina – a principal diferença é que os efeitos de uma fundamentação racional têm de ser inteiramente transparentes à razão humana. (LACLAU, 2011, p. 51)

As principais correntes do iluminismo efetivaram uma fronteira entre o presente e o passado, passado esse marcado por mitos, dogmas e domínios de erros e loucuras do homem, o futuro racional existiria a partir do “homem”, “Sujeito”, desprendido de algo superior a ele. Laclau observa que o universal foi encarnado no homem, habitando seu próprio corpo, mas essa encarnação não respeitou as particularidades dos receptáculos que se diziam donos e produtores da razão.

A cultura europeia do século XIX, que era particular de alguns povos, utilizou do “universalismo europeu no qual havia construído sua identidade precisamente pelo cancelamento da lógica da encarnação e, com resultado, da universalização de seu próprio particularismo” (LACLAU, 2011, p. 52). A expansão imperialista da modernidade se inicia, vendida e apreciada como fonte e função civilizatória universal. Dessa forma:

[...] no mundo moderno a emancipação transformou-se em privação de liberdade, pois a força desencadeadora da reflexão se autonomizou, e ela só é capaz de realizar a unificação por meio da violência de uma subjetividade que subjuga. O mundo moderno padece de falsas identidades, porque tanto no cotidiano como na filosofia eleva algo condicionado a absoluto. (HABERMANS, 2000, p. 48)

Aqueles que resistiam e se apresentavam no campo da luta entre identidades e culturas particulares eram vistos como povos sem histórias e no fim incapazes de representar o seu universal. Dentro desse campo de disputas existem diversas identidades. Para Castells (2001, p. 22), a identidade se entende como uma “fonte de significado e experiência de um povo”. Tudo aquilo que compõe um determinado grupo, raça, costume pode ser entendido como identidade.

A identidade dos atores sociais proposta pelo autor é vista como um processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou um conjunto de atributos culturais inter-relacionados que prevalecem sobre outras fontes de significados.

A heterogeneidade presente no mundo fez da modernidade um projeto paralelo para muitos povos e, conseqüentemente, deu margem para abertura de críticas, questionamentos a respeito de suas potencialidades e objetivos. Assim:

[...] ao fundar a possibilidade do conhecimento objetivo, do discernimento moral e da avaliação estética, a razão crítica não só assegura suas próprias faculdades subjetivas e torna transparente a arquitetura da razão, mas também assume o papel de um juiz supremo perante o todo da cultura. (HABERMAS, 2000, p. 28-29)

A crítica ao idealismo subjetivo e à ascensão do homem pode ser vista ao mesmo tempo como uma crítica à modernidade e às suas ferramentas, que não conseguiram alcançar as máximas em grande parte dos países não centrais, não cumprindo todas suas promessas, o que deixa marcas severas na ordem social desses locais. Iniciemos a análise das consequências das ferramentas aplicadas pela modernidade, em locais não ideais.

### **2.2.1 Consequências do capitalismo**

A primeira das ferramentas observada é o capitalismo, que se perpetua na sua infinidade e ação, devido à sua influência globalizante que se fundamenta em uma ordem econômica e não política, não dependendo de governos para conseguir alcançar suas totalidades. “O capitalismo envolve a insulação do econômico em relação ao político contra a tela de fundo do trabalho e mercados de produtos competitivos” (GIDDENS, 1991, p. 56). O que resulta em uma intersecção poderosa dentro das sociedades complexas e que, somado com a modernidade, trouxe graves consequências.

Por meio da divisão histórica feita por Santos (2013) é possível compreender com clareza os resultados alcançados pelo capitalismo a nível global, visto por Wallerstein, como o grande responsável pelas transformações modernas (GIDDENS, 1991).

O primeiro período no qual o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais se inicia, ocorre no século XIX, o qual se intitula de capitalismo liberal<sup>10</sup>, e é nesse período temporal que as contradições do projeto da modernidade, como solidariedade, identidade, justiça e a autonomia entre igualdade e liberdade são percebidas. Inicia-se o déficit do cumprimento das promessas do projeto que se baseava na harmonização entre os princípios do Estado, mercado e comunidade, e aspiração de globalidade e de frutificação do cotidiano (SANTOS, 2013).

---

<sup>10</sup> O capitalismo liberal contava basicamente com o estado para manter uma concorrência ampla e um regime de mercado de trabalho sem peias, o que implicava até a proibição de sindicatos, que contrariavam a ideia da livre concorrência e do contrato somente entre indivíduos. A base dessa crença está na autorregulação do mercado (DOMINGUES, 2005, p. 63).

Ao se buscar a harmonia entre esses três princípios, acarretou um desenvolvimento sem precedentes desde o princípio do mercado e a atrofia da comunidade, ocasionando o aumento ambíguo do princípio do Estado. O desenvolvimento do mercado se pauta “no surto vertiginoso da industrialização, na crescente importância das cidades comerciais, na primeira expansão das novas cidades industriais” (SANTOS, 2013, p.105). No período do capitalismo liberal é quando se nota a diferenciação funcional analisada por Weber (1979), na qual toda a liberdade pregada pela modernidade no campo da arte, literatura, direito, ciência, técnica, torna-se impossível em uma relação positiva com o projeto da racionalidade.

Santos (2013, p. 106) observa que no campo das relações da racionalidade cognitivo-instrumental ocorreu o “desenvolvimento espetacular da ciência, na conversão gradual desta em forma produtiva e no conseqüente reforço da sua vinculação ao mercado”. Já no campo da racionalidade moral-prática, a responsabilidade moral se torna exclusiva dos indivíduos. O domínio da racionalidade estético-expressiva, passa-se na constante autonomização e a especialização.

Essa transformação da vida social moderna não deriva exclusivamente do capitalismo, mas de uma complexa divisão de trabalho, na qual, para Durkheim (2008), a evolução da divisão do trabalho nos conduzirá a uma sociedade com alto grau de diferenciação social, pautada em uma grande especialização dos indivíduos em diversas funções, o que leva a uma maior padronização das formas e meios de produção.

A introdução por Henry Ford da jornada de trabalho de oito horas por cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros foi um dos divisores de águas iniciais da autonomização e especialização no qual caminhou o mercado. O que Ford fez foi racionalizar velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho, que já preexistia no século XIX, conseguindo elevar os ganhos de produtividade. Assim:

[...] produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (HARVEY, 2007, p. 121)

O poder corporativo era a saída para esse novo tipo societário moderno, industrial, de acordo com Ford. O incentivo de oito horas por cinco dólares servia como um treinamento disciplinar, para o trabalhador aprender manusear a linha de montagem de alta produtividade, além de gerar tempo e lazer suficiente para que se fossem consumidos os produtos produzidos em massa pelas corporações. Mesmo com todos os incentivos e a demonstração do poder

corporativo, não foram suficientes para frear as consequências da Grande Depressão<sup>11</sup>, retrato das leis coercitivas da competição do mercado, o que fez ser necessária a intervenção do Estado por meio do New Deal para recuperar o capitalismo e a volta do crescimento (HARVEY, 2007).

O retorno da expansão do mercado e o protagonismo norte americano, depois do período pós-guerra, fez com que o fordismo se disseminasse desigualmente. E dessa forma:

A medida que cada Estado procurava sua forma própria de administrar as relações de trabalho, política monetária e fiscal, estratégias de bem-estar e investimento público, limitados internamente apenas pela situação das relações de classe e, externamente, somente pela sua posição hierárquica na economia mundial e pela taxa de câmbio fixada com base no dólar. (HARVEY, 2007, p. 132)

O capitalismo liberal como sistema econômico, titular e único do projeto moderno do primeiro período, fortaleceu ainda mais a expansão internacional do fordismo, no qual os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema distinto de alianças militares e poder. A não observância das particularidades dos Estados que aplicavam seus métodos fez com que as desigualdades produzissem sérias tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos grupos excluídos do sentimento de bem-estar social, proposto pelo capitalismo e vendido pelo projeto moderno.

O processo de modernização prometia desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo, mas que, na prática, promoveu a destruição de culturas locais, opressão e numerosas formas de domínio capitalista em troca de ganhos simplórios, em termos de padrão de vida e serviços públicos. O progresso atingia apenas uma elite nacional detentora de capital que decidiu colaborar ativamente com o capital internacional (HARVEY, 2007).

O fordismo se manteve até o ano de 1973, no qual favorecia o trabalho sindicalizado e o consumo de massa, mas essa produção entra em crise, o que impulsiona uma “maior diferenciação dos mercados de compra e novos métodos de produção como o Toyotismo e o “*just in tim*”, que dispensavam uma hierarquia rígida e a especialização no processo de produção dos setores avançados, assim como grandes estoques” (DOMINGUES, 2005, p. 64). Iniciava-se o período do pós-fordismo em que, por meio de um processo de transição rápida, surgia um novo tipo de acumulação, regime esse intitulado por Harvey (2007) de *acumulação flexível*. Resultado de um confronto direto com o fordismo, apoia-se na flexibilidade dos

---

<sup>11</sup> Também conhecida como a crise de 1929, foi uma grande depressão econômica que persistiu ao longo da década de trinta, e foi considerada como o pior e mais longo período de recessão econômica do século XX. Os efeitos da quebra da bolsa de valores de Nova York foram sentidos no mundo inteiro, resultado no fim da retração do consumo, devido ao fim da Primeira Guerra Mundial que deflagrou os países europeus, que eram grandes consumidores de produtos manufaturados e industrializados dos Estados Unidos, produzidos em larga escala devido ao alargamento e potencial da industrialização e modos de produção norte-americanos (HOBSBAWN, 2003).



processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Por meio da acumulação flexível os grandes centros produtivos não estariam presentes em apenas países centrais, mas em regiões até então subdesenvolvidas e com um movimento de emprego voltado para o setor de serviços.

O século XIX apresentou as perspectivas e aplicação de forma concreta do projeto social moderno, e por meio do capitalismo demonstrou contradições e uma redução dos indivíduos na busca pelo desenvolvimento econômico. O que deixa claro que a modernidade não conseguiria se fundar em lemas como igualdade e comunidade.

No segundo período retratado por Santos (2013) já é possível ver o que se pode ser cumprido ou não em uma sociedade capitalista que está em constante expansão. Para o autor, ocorreu um alargamento do campo do possível, o que resultou em uma maquiagem dos déficits de cumprimento do projeto da modernidade. A eliminação da ideia de déficit marca a passagem da ideia de modernidade à ideia de modernismo, a qual Harvey (2007) analisa como sendo a “destruição criativa”, que resultaria da segunda guerra mundial e cominaria na destruição do ideário capitalista.

O surgimento da crítica às concepções imutáveis que permeavam o século XIX por meio da ideia do eterno foi o divisor de águas desse segundo período, que viu toda a enfermidade, fragmentação e caos no ideário do projeto moderno. A mudança radical da estratégia racional para uma estratégia mais consciente das metas iluministas.

Nesse período o princípio do mercado continua em constante expansão, e para que sua continuidade ocorra, ele rompe com quadros institucionais e os limites de atuação que eram utilizados no período anterior. O capitalismo assume novas formas e ousa buscar horizontes mais amplos, como bem afirma Santos (2013):

[...] o capital industrial, financeiro e comercial concentra-se e centraliza-se; proliferam os cartéis; aprofunda-se a ligação entre a banca e a indústria; cresce a separação entre a propriedade jurídica das empresas e o controle econômico da sua atuação; aprofunda-se a luta imperialista pelo controle dos mercados e matérias-primas; as economias de escala fazem aumentar o tamanho das unidades de produção e a tecnologia de que estas se servem está em constante transformação; surgem as grandes cidades industriais estabelecendo os parâmetros do desenvolvimento para as regiões em que estão situadas. (SANTOS, 2013, p. 109)

O capitalismo nesse período está imbricado em todas as esferas da ordem social, não sendo mais possível observar a vida social sem a sua interferência. A comunidade se encontra cada vez mais envolvida com o desenvolvimento capitalista, o advento dos sindicatos e associações patronais, negociações coletivas, partidos operários começam a disputar um espaço

político anteriormente pertencente aos partidos burgueses, que questionam o sistema e buscam melhores condições de vida.

Santos (2013) vai chamar esse processo de *rematerialização social e política*. Essa dinâmica se dá com base nas transformações da composição da classe trabalhadora, sua crescente diferenciação interna, as mudanças constantes dos setores produtivos privilegiados pela lógica da acumulação do capital. A classe trabalhadora busca se fortalecer tanto no campo social quanto no político por meio de diversas formas de organização, como movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e outros.

Cada forma de ação e regulação por parte do Estado nesse segundo período varia de país para país, são estabelecidos à nível nacional, o que leva em consideração o grau de justiça, de solidariedade, e de igualdade que é possível compatibilizar com determinada realidade. O modernismo surge antes da Primeira Guerra Mundial, sendo uma reação às novas condições de produção, dos transportes e do consumo por meio dos mercados de massas. Assim, conseguiu absorver, codificar e refletir sobre as rápidas mudanças, assim como sugeriu linhas de ação capazes de modificá-las e sustentá-las, ampliando as ações da possibilidade de uma especialização e diferenciação funcional dos diferentes campos de racionalidade, tendo cada local sua particularidade (HARVEY, 2007; SANTOS, 2013).

O modernismo, no segundo período, marca o início da relação entre a política e a cultura popular ou de massas, temáticas que antes se encontravam distantes por conta da hierarquização e falta de acesso por parte da camada popular, e agora se encontravam em volta de uma contaminação que ia desde o campo da arte até o social.

Santos (2013, p.110) conclui que nesse período o projeto da modernidade “cumpre-se em excesso porque em tudo o que cumpre excede todas as expectativas e em tudo o que não cumpre é suficientemente convincente para negar que haja algo ainda a cumprir.”. O que torna claro que nem tudo foi maravilhoso nesse tempo, resultando na emergência de vários movimentos vanguardistas (futurismo, surrealismo, dadaísmo, construtivismo russo, a proletcult) que buscavam questionar e ampliar as formas de observações e ações, por meio de denúncias do processo histórico de exclusão e vivência nas sociedades dos anos 20 e 30 do século XX.

Por fim, o último e terceiro período de análise sobre a construção e influência do capitalismo têm início nos anos sessenta. A sua complexidade analítica acontece por conta da designação dada ao capitalismo neste período, *capitalismo desorganizado*, na medida em que entraram em declínio no terceiro período muitas formas de organização que tinham vigorado no período anterior (DOMINGUES, 2005; SANTOS, 2013). Ocorre o início de um processo de

desestruturação, que dá a possibilidade do surgimento de uma nova forma de organização em todos os campos da vida social.

As transformações que surgiram a partir dos anos sessenta têm sido profundamente vertiginosas. O princípio do mercado adquiriu pujanças sem precedentes, saindo do campo do econômico e indo se inserir até mesmo no princípio do Estado, por meio do neoliberalismo, criando uma superestrutura interligada e codependente. No viés econômico, ocorre uma explosão de crescimento do mercado mundial, por meio de um novo agente, as empresas multinacionais, na qual é possível agora se contornar a capacidade de regulação nacional da economia que ocorreu no período anterior, essas empresas enfraquecem a relação salarial se torna precária, o que faz voltar a aparência do período do capitalismo liberal (SANTOS, 2013).

A automatização dos processos produtivos, combinada com o barateamento dos transportes, facilita a industrialização dependente do terceiro mundo e destrói a configuração espacial do aparelho produtivo nos países centrais, descaracterizando as regiões, o que leva à necessidade da emergência de novos dinamismos locais para sanar as lacunas deixadas pelas indústrias e formas de produção em massa. A expansão do mercado corre em paralelo com a intensiva produção e diferenciação dos produtos de consumo, acarretando um abandono da produção em massa para buscar promover a particularização dos gostos e o aumento das escolhas. O capital em conjunto com a era das redes (conexões), digitalização, encontra infinitas perspectivas para alargar sua reprodução com seu conteúdo e possibilidades infinitas (SANTOS, 2013).

No período anterior houve uma maior valorização das classes e união em busca de um objetivo comum. Na atualidade, ocorre esse enfraquecimento, na visão de Santos (2013), pelo menos com relação às formas anteriores, como o potencial incisivo que possuíam os movimentos sociais clássicos. As classes trabalhadoras continuam a se diferenciar internamente entre estratos e frações cada vez mais distintas; a classe dos serviços atinge proporções sem precedentes, as organizações operárias deixam de poder contar com a lealdade garantida dos seus membros o que, com o decorrer da evolução capitalista e tecnológica, diminui drasticamente. Tudo isso acarreta uma perda de poder negocial, face ao capital e ao Estado.

O que pode ser percebido como grande descoberta nos períodos anteriores é que o capitalismo produz classes e agora é complementado pela comprovação de que também produz a diferença sexual e racial<sup>12</sup>. Desse modo, o terceiro período é marcado pela contensão de

---

<sup>12</sup> A produção de outras diferenças como a sexual e a racial, resultaram no crescente número de movimentos feministas e antirracistas. Isso ocorre porque a classe deixa de ser a única prática unificadora que resultava na

movimentos de classe, estudantil e a decadência da ideia de revolução social e com total preponderância da filosofia e da prática política neoliberal em volta dos anos oitenta. Aumentam as buscas por novas formas de emancipação que não conseguem ser anuladas pela regulação econômica e social da atualidade.

Outras consequências que surgem nesse período são os resultados do investimento capitalista aplicados durante o primeiro período, nas áreas científico-tecnológicas, que resultaram na proliferação nuclear e em catástrofes ecológicas que ameaçam a sustentabilidade da vida no planeta e podem ser considerados sintomas do cumprimento excessivo e irracional da racionalidade instrumental da modernidade (SANTOS, 2013). A lógica da racionalidade moderna quando aplicada aos elementos neoliberais, transforma-se em uma lógica de dominação e regulação à nível mundial, baseada em interesses hegemônicos dos países mais desenvolvidos e detentores do capital e do poder.

A injustiça social é outro resultado notável devido ao crescimento imparável e recíproco da concentração da riqueza e da exclusão social em escalas nacional e mundial que atinge todos os países, independentemente de serem centrais ou não centrais. Dessa forma as sociedades capitalistas avançadas parecem bloqueadas, condenadas a viver do excesso irracional do cumprimento do projeto da modernidade e a racionalizar um processo de esquecimento ou autoflagelação do? déficit vital das promessas não cumpridas.

### **2.2.2 O Estado-Nação e suas violências**

O Estado-Nação surge com o objetivo de unificar e organizar administrativamente as nações, por meio do fornecimento das condições de liberdade, justiça, direitos e desenvolvimento. No entanto, por trás de todas as suas atribuições e capacidades, o Estado-Nação trouxe graves e irreparáveis consequências para com aqueles que ele é responsável e os demais que com ele interagem.

Os Estados-Nações são tratados muitas vezes como atores ou agentes, que trazem consigo a ação de “monitoramento” numa escala geopolítica. Eles são um exemplo da ascensão

---

união e organização de sujeitos; surgem novas práticas de mobilização social, os novos movimentos sociais, formados por questões pós-materialistas, como ecologia, o antinuclear, o pacifismo, sexismo, racismo. As sociedades complexas e os sujeitos que as formam não se concentravam apenas nas questões de distribuição, iniciam-se debates e mobilizações sobre as formas de vida, identidades, particularidades (SANTOS, 2013).

da organização, e esse é seu diferencial com relação aos tipos passados. Para Giddens, “dizer modernidade é dizer não só organizações, mas organização – o controle regular das relações sociais dentro de distâncias espaciais e temporais indeterminadas” (2002, p.22). Os Estados passam a figurar um agente de grandes possibilidades e responsabilidades dentro da estrutura social da modernidade.

A primeira das grandes violências trazidas pelos Estados-Nação está no seu caráter unificador, que exclui e oprime formas culturais diferentes presentes naquele mesmo território, e cria um conjunto de símbolos e convicções únicos que são responsáveis pelo sentimento de pertencer a uma única comunidade política. Dessa forma, Giddens (2005, p. 343) afirma que “os estados nações estão relacionados ao crescimento do nacionalismo”, nos quais o nacionalismo surge com o desenvolvimento do estado moderno e passa a ser a expressão do sentimento de identidade em uma comunidade soberana distinta.

Na busca pela adequação aos modelos de Estado dos países centrais e desenvolvidos, muitos países periféricos, ricos em diversidade identitária, cultural e territorial cometeram crimes. A extinção de grupos étnicos, a supressão dos seus modos de vida, a sua língua, a padronização das raças, a exigência de códigos e meio de agir universais, tudo em nome da procura pelo desenvolvimento e uniformização presentes no projeto da modernidade e instituídas pelos países centrais vistos como modelo de desenvolvimento.

A segunda violência foi a grande concentração de poder na figura dos Estados-Nações que trouxe graves consequências, que muito se esperava ter ficado no passado, como o uso arbitrário do poder político praticados pelos reis. O despotismo parecia ser principalmente característico de Estados pré-modernos, mas com a ascensão de governos totalitários é perceptível que essa possibilidade ainda é contida na modernidade e não foi excluída (GIDDENS, 1991). O poder exercido pelos Estados-Nações dentro de suas fronteiras, muitas vezes envolve o emprego direto do uso da força contra ações coletivas (movimentos sociais) e outras formas de organização que surgem na sociedade civil. A autoridade é outro emprego legítimo do poder, já que “entende-se que aqueles que se submetem à autoridade de um governo consentem nessa autoridade” (GIDEENS, 2005, p. 342). Os cidadãos que fazem parte e compõem um determinado Estado têm que seguir as regras determinadas e impostas pelo conjunto de leis que o compõe, e assim cabe ao Estado o uso da força e autoridade para manter a ordem e harmonia que ele julga ser a “correta”.

Essa forma de ação dos Estados já resultou em muitos confrontos civis, principalmente em países não centrais, onde a instituição da padronização não se deu de forma pacífica e

homogênea, e fez com que vários grupos se organizassem contra o Estado, o que resultou em muitas mortes.

O moderno Estado-Nação não apenas se tornou o principal tipo de governo político em todo o globo, como também assumiu cada vez mais, desde a descolonização e o colapso do império soviético, uma forma política particular, ou seja, cristalizou-se como uma democracia liberal ou representativa. Giddens (2005) afirma que:

[...] em meados dos anos de 1970, mais de dois terços de todas as sociedades do mundo poderiam ser consideradas autoritárias. Desde aquela época, a situação mudou visivelmente – agora, menos de um terço das sociedades é de natureza autoritária. A democracia não está mais concentrada principalmente nos países ocidentais, mas agora é defendida, ao menos em princípios, como a forma de governo desejada em muitas regiões do mundo. Conforme observou David Held (1996), “a democracia tornou-se o padrão fundamental da legitimidade política na era atual”. (GIDDENS, 2005, p. 345)

A popularização da democracia liberal foi uma das marcas da difusão dos Estados-Nações. A busca pela liberdade democrática, na qual o Estado se abstenha na interferência nas questões de direitos dos cidadãos e economia, fez dela um tipo ideal a ser adotado por meio das bandeiras do desenvolvimento econômico, autorregulação e liberdade de mercados. A fusão entre Estado e mercado são as marcas desse novo tipo ideal, que em meio a existência de muitos Estados marcados pelo autoritarismo, e o fracasso de outros regimes como comunismo (ditaduras), assinalados por características como o populismo, nacionalismo e autoritarismo, influenciaram na busca por outra forma de governo se adequasse às necessidades do mercado e do desenvolvimento do capitalismo (MENDONÇA, 2019; CROUCH, 2004).

Giddens (2005) destaca que a associação da democracia com a economia de mercado se mostrou eficaz enquanto sistema gerador de riquezas. O segundo ponto seria a ampliação do acesso ao conhecimento por parte das pessoas que compreendem como são governos e resulta em uma ampliação da democracia e, por fim, a influência dos meios de comunicação de massa, internet e televisão, fez com que os governos não conseguissem mais manter o controle sobre os indivíduos, e proporciona o contato com outros pontos de vista que não apenas os impostos pelo governo.

Todavia, não só de coisas positivas a democracia liberal se fez; ela também produziu uma diversidade de paradoxos. Um deles é a desilusão em países centrais, onde a população já questiona se esse é o melhor sistema político, visto que o debate público eleitoral se tornou um espetáculo rigidamente controlado, no qual a política é feita de forma privada na interação entre os governos eleitos e as elites que representam os interesses empresariais (CROUCH, 2004). O

que se percebe é que o governo se tornou pequeno para responder as grandes questões que surgem por conta da globalização, impacto das novas tecnologias e as necessidades do mercado.

A falta de confiança nos representantes eleitos tem sido o estopim explorado por grupos contrários que lutam por poder nos países da América Latina, principalmente os que possuíam um governo de viés progressista. São exemplos o Brasil, Argentina, Venezuela, que passam por uma crise de representatividade e desilusão com seus representantes, fazendo com que movimentos contrários aos governos desses países surgissem questionando e exigindo novas posturas. A internet e a mídia foram os meios utilizados para difundir ideias conservadoras que têm acarretado a eleição de governos autoritários e reacionários na condução do estado.

Anteriormente se acreditava que os Estados-Nações eram capazes de controlar suas riquezas, o que acarretava harmonia entre o Estado e a economia, que se desenvolviam positivamente. Mas o que se observa nas últimas décadas é uma divisão entre o Estado e a economia, como afirma Harvey (2007), Bauman (1999) e Giddens (1991), devido a uma compreensão entre o tempo/espaço; alguns objetos movem-se mais rápido que outros. A economia é um desses objetos, ela se move rápido o bastante para se manter permanentemente um passo adiante de qualquer Estado que possa tentar conter e redirecionar suas viagens.

A economia passou a ser livre de restrições e o Estado, que antes a condicionava e até mesmo a impulsionava, com planos econômicos que buscavam seu crescimento, já não é mais capaz de responder as expectativas impostas a ele. O capital não possui mais domicílio fixo, o fluxo das relações econômicas se multiplicou, não existe apenas um caminho, mas vários e os Estados que não conseguem acompanhar toda essa velocidade que resulta da contração entre espaço/tempo perdem gradativamente poder.

Hoje o Estado-Nação enfrenta uma crise relativamente profunda. Não seria razoável supor que sua importância declinará, muitos menos que a globalização econômica o tornará irrelevante a curto ou médio prazos. O Estado-Nação ainda controla instrumentos importantes de poder político, militar, até mesmo econômico (DOMINGUES, 2005). Não é raro vê-lo perdendo influência cultural no âmbito de suas fronteiras, com uma tendência à reemergência de sentimentos étnicos antes subordinados e mesmo adormecidos. Mas é no plano global que ele enfrenta suas maiores desditas: são inúmeros os problemas que ultrapassam sua capacidade de coordenação. O tráfico de drogas, o crime organizado, epidemias, os fluxos de finanças e do comércio internacional, a crise ecológica, entre outras, são questões que clamam por soluções coordenadas para além das fronteiras dos estados singulares.

### 2.2.3 Riscos da Globalização

A modernidade não pode ser compreendida sem a globalização; é uma ferramenta que está imbricada nas instituições formadoras do projeto moderno e que ganhou ainda mais relevância na atualidade por conta da nossa interdependência dos complexos laços sociais e econômicos que as sociedades estabeleceram entre si.

Os sociólogos têm utilizado o termo “globalização” para compreender esses rápidos processos que influenciam e intensificam as relações de interdependência sociais a nível global (GIDDENS, 2005). Mas o que seria a globalização? Existe um conceito unificado? E que tipo de riscos tem produzido?

As conexões entre o local e o global têm fomentado e influenciado as relações sociais entre os sujeitos e instituições. Nos últimos 40 anos, com os avanços da comunicação, tecnologia da informação e transporte tem ocorrido o deslocamento contínuo entre pessoas e bens por todo o mundo, e tem feito da globalização um fenômeno social com várias implicações.

Não existe um conceito único de globalização, assim como ocorre com todos os conceitos produzidos pelas ciências sociais. Helden & Macgregor (2001) observam que a globalização tem sido concebida como:

[...] ação a distância (quando os atos dos agentes sociais de um lugar podem ter consequências significativas para “terceiros distantes”); como uma compreensão espaço-temporal (numa referência ao modo como a comunicação eletrônica instantânea vem desgastando as limitações da distância e do tempo na organização e na interação sociais); como interdependência acelerada (entendida como a intensificação do entrelaçamento entre economias e sociedades nacionais, de tal modo que os acontecimentos de um país tem um impacto direto em outros); como um mundo em processo de encolhimento (erosão de fronteiras e das barreiras geográficas à atividade socioeconômica); e, entre outros conceitos, como interação global, reordenação das relações de poder inter-regionais, consciência da situação global e intensificação da interligação inter-regional. (HELDEN; MACGREGOR, 2001, p. 11)

O que vai distinguir cada uma dessas concepções vai ser a ênfase adotada e o tipo de abordagem sobre a globalização. Helden & Macgregor (2001, p. 12) levam em consideração todas essas questões e concluem que “a globalização se refere a esses padrões arraigados e duradouros de interligação mundial”, conseguindo avançar sobre as fronteiras dos Estados e culturas. E assim “representa uma mudança significativa no alcance espacial da ação e das organizações sociais, que passa para uma escala inter-regional ou intercontinental”. Isso não



quer dizer que o que há em nível local, regional e nacional não tenha importância, mas que podem se inserir em um conjunto mais amplo de relações.

Giddens (2005) elenca algumas causas que transformaram a globalização contemporânea em um fenômeno. A queda do comunismo<sup>13</sup> é o primeiro fator que influenciou ainda mais a ação da globalização, os países que compunham o bloco soviético, mudaram para o sistema político e econômico do estilo Ocidental alargando ainda mais a ação do projeto moderno. O segundo fator é o crescimento dos mecanismos regionais e internacionais de governo, as Nações Unidas e a União Europeia são exemplos mais proeminentes de organizações internacionais, os países pertencentes seguem as diretivas, regulações e tribunais dessas organizações, nos quais algumas de suas normas são supraconstitucionais, estão acima das leis internas de um Estado. O terceiro e último fator é a condução da globalização pelas organizações intergovernamentais (OIGs) e as não-governamentais (ONGs), que passam a assumir funções que eram antes exclusivas dos Estados, ajudando na organização e regulação de serviços.

Esses três fatores foram essenciais para expansão e concretização do projeto moderno por meio da globalização. Mas como fica o capitalismo e o Estado-Nação nessas sociedades cada vez mais conectadas e integradas? Com relação ao capitalismo, Ianni observa que:

[...]a globalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório, propicia o desenvolvimento de relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica de alcance mundial. Alteram-se as formas de sociabilidade e os jogos das forças sociais, no âmbito de uma vasta, complexa e contraditória sociedade civil mundial em formação. Isto significa a emergência e dinâmica de grupos sociais, classes sociais, estruturas de poder, acomodações, tensões e lutas em escala mundial. (IANNI, 2003, p. 144)

No contexto econômico, o sistema capitalista tem conseguido adentrar em mais territórios por meio das Corporações Transnacionais<sup>14</sup> que contabilizam dois terços do

---

<sup>13</sup> No século XX os sistemas políticos mundiais estavam divididos entre a democracia liberal e o comunismo. Este último existia na antiga União Soviética e na Europa do Leste (Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Transcaucásia, Estônia, Lituânia, Letônia, Moldávia, Georgia, Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Quirguizão e Tadjiquistão), fazendo-se presente atualmente na China, Coreia, Cuba, Vietnã e Laos. Na maior parte do século XX, a maioria da população mundial vivia sob sistemas políticos de orientação comunista ou socialista, os escritos de Karl Marx corroboraram para o prognóstico da disseminação do socialismo e das revoluções dos trabalhadores em todo o mundo. O comunismo se baseava em um sistema de partido único, no qual os eleitores escolhiam entre diferentes candidatos. Em 1989 se inicia uma mudança dramática dos acontecimentos, à medida em que os regimes comunistas foram consecutivamente caindo, os comunistas perderam o poder numa sequência cada vez mais rápida nos países que tinham dominado por meio século. Muitas são as atribuições dadas ao fim do comunismo, entre elas estão o ruir da estrutura do próprio regime, enfraquecimento dos partidos comunistas e o avanço da ideologia capitalista (GIDDENS, 2005).

<sup>14</sup> São companhias que produzem bens ou serviços comerciais em mais de um país. Podem ser empresas relativamente pequenas, com uma ou duas fábricas fora do país onde estão baseadas, ou gigantescas empresas internacionais, cujas operações se entrecruzam ao redor do globo (GIDDENS, 2005).

comércio mundial e são as principais protagonistas dos mercados financeiros internacionais, seguindo as determinações neoliberais que fazem uma nova frente do capitalismo (SANTOS, 2002; GIDDENS, 2005).

A partir da priorização das exportações, a ordem transnacional surge e com ela uma nova classe capitalista que, por deter grande parte do produto industrial, contribui para o alargamento das desigualdades já existentes em todo o mundo. “A globalização parece estar exacerbando essas tendências ao concentrar mais renda, riqueza e recursos em um pequeno núcleo de países” (GIDDENS, 2005, p. 75). O que se observa é que somente um grupo de países (Estados Unidos, China, Alemanha, Inglaterra, França, Japão, Canadá, entre outros) tem se beneficiado com esse crescimento e processo de integração da economia global.

A saída encontrada por muitos economistas e organizações para resolver a questão das desigualdades é o “livre comércio”, no qual tanto os países desenvolvidos como os em desenvolvimento sairiam ganhando. Entretanto, Santos (2002) afirma que esse mecanismo vendido como solução é, na verdade, ideais falseados que se baseiam em uma abertura irrestrita dos mercados mundiais com base em uma redução inflacionária e privatizações, o que acarreta ainda mais desigualdades e descontrole dos Estados não centrais.

A questão da divisão do trabalho é outro ponto dentro do capitalismo que recebeu novos contornos com a globalização. Os novos indicadores de comércio internacional e a mudança para uma economia de informações transformaram os padrões de emprego e produção. O mercado tradicional anterior, marcado pelas indústrias, tornou-se obsoleto: os trabalhadores industriais acabaram perdendo seus empregos tanto por conta das novas tecnologias e transferências de indústrias para países periféricos, devido à mão de obra mais barata, bem como pela falta de capacidade técnica necessária para ingressar na nova economia da informação.

Giddens (2005) observa que essa mudança nos padrões do trabalho representam o fim do modelo de emprego para a vida inteira, no qual o trabalho se tornou mais flexível. Porém, o acesso à informação e à técnica tem um alto preço; a capacitação tem excluído uma grande parcela da população da obtenção de empregos que possam proporcionar qualidade de vida. Os que não conseguem se integrar neste espaço extremamente concorrido acabam trabalhando em cargos e carreiras com baixa remuneração, e até mesmo sendo vítimas de modalidades de exploração que são frequentes em países periféricos, como o trabalho semiescravo. A diversidade de formas de trabalho também dificulta a organização dos trabalhadores através de ações coletivas na busca de reivindicações como melhores condições de trabalho, resultado da grande fragmentação e alteração do campo da divisão do trabalho.

O Estado-Nação também se viu modificado por meio da globalização. No início de sua construção tinha como ideal sua soberania, com autonomia dentro do território reivindicado e o reconhecimento dos demais estados. Com a globalização e a criação de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que surgem depois da Segunda Guerra Mundial e têm como finalidade trazer garantias e segurança para os países signatários através de pactos de paz. “Os países envolvidos nestas alianças necessariamente aceitam limitações sobre suas oportunidades de forjar estratégias militares independentes externamente.” (GIDDENS, 1991, p. 69). Esses novos mecanismos integrativos que surgem através da união entre os países reduzem a soberania e ação dos Estados-Nações que se encontram cada vez mais enquadrados em meio a muitas normas e tratados.

A soberania dos Estados não é ameaçada apenas no quesito militar, mas também econômico: com muitas corporações transnacionais, a produção interna de países não centrais tem sido reduzida drasticamente. E para tentar evitar esse déficit na balança econômica, muitos países acabam criando políticas monetárias e fiscais para atrair grandes conglomerados e empresas estrangeiras visando desenvolvimento e geração de empregos. Além dessas políticas, vem ocorrendo, com mais frequência em países da América Latina, a prática da privatização de empresas nacionais com objetivo de reduzir a intervenção do Estado, o que tem resultado na perda de riquezas nacionais e uma invasão de empresas e grupos internacionais de todas as partes do mundo nesses Estados. A globalização trouxe mais oportunidades aos Estados extremamente ricos de ganharem ainda mais dinheiro e poder. Enquanto os mais pobres têm decaído ainda mais pela falta de acesso à tecnologia e riquezas, o que faz com que diversas formas de resistências surjam na busca pela defesa do patrimônio nacional.

Como observado nos tópicos anteriores que tratam do capitalismo e do Estado-Nação, a globalização também impacta os sujeitos, não só as instituições. A globalização tem contribuído, como afirma Ianni:

[...] simultaneamente a todos os desenvolvimentos, nexos, contradições e transformações em curso, desenvolve-se uma nova configuração histórico-social de vida, trabalho e cultura, desenhando uma totalidade geohistórica de alcance global, compreendendo indivíduos e coletividades, povos, nações e nacionalidades, culturas e civilizações. (IANNI, 2003, p. 144)

O que antes tinha como propósito integrar e aproximar os povos, culturas, economias, têm fomentando contradições, desigualdades, dificultando ainda mais a vida daqueles que não têm acesso às suas ofertas. A globalização, como ferramenta do projeto moderno, promove nas sociedades periféricas e semiperiféricas um modelo de desenvolvimento social desregulado,

cujas trocas e diferenças sociais são desiguais e excludentes. Resulta em um caráter paradoxal, no qual, na visão de Santos (2002), não há globalização, mas sim globalizações, um retrato das impossibilidades de um desenvolvimento igualitário.

### 2.3 A TRANSIÇÃO PÓS-MODERNA: ANÚNCIO DE NOVOS TEMPOS

As discussões acerca da pós-modernidade, a sua existência, o que ela proporciona, ainda permeiam a filosofia, as ciências sociais e a história na atualidade. A busca pela compreensão da mudança social, o surgimento de novas tecnologias, a ascensão das diferenças, têm feito com que se exija uma nova forma de pensar, mais fluida e coerente na contemporaneidade.

A sua explicação não é algo fácil, seus postulados têm sido reduzidos a políticas neoliberais como coloca Gadea (2005, p. 138), no qual “o desencantamento e a indiferença política de muitos jovens, ao culto ao individualismo e ao cuidado de si, levaram a uma confusa e pouco precisa compreensão do que ela representava”. A pós-modernidade se tornou um termo ambíguo, composto por diferentes concepções e sem pacificações à sua volta, na qual a aplicação e teorização têm se dado por meio de uma “crítica” que permeia a teoria social, que por muito tempo se preocupou em buscar legitimar e engessar conceitos, métodos da modernidade.

Um dos primeiros pensadores que se debruçou sobre a pós-modernidade foi Nietzsche. Ele analisa a ausência de consequências de uma tradição cultural desacoplada da ação e expulsa para a esfera da interioridade. A padronização que ocorreu por meio da tradição moderna, resulta, para o autor, na incapacidade de transformação dos sujeitos de dentro para fora, o que acarreta a criação de um manual de formação, o qual todos devem seguir, para se enquadrarem dentro do que se denomina de Novo Mundo (HABERMAS, 2000).

Por meio do Nihilismo, Nietzsche inicia sua crítica atacando a concepção histórica totalizante produzida na modernidade, na qual o homem perdeu a capacidade de interpretar o passado a partir do presente, ficando preso às concepções progressistas que focam no futuro. Ocorre uma deformação historicista da consciência moderna, com a presença de conteúdos aleatórios e o esvaziamento daquilo que é essencial. Para o autor, os sujeitos modernos não possuem mais nada, são todos vazios. Na visão de Habermas, Nietzsche entende que:

[...] a situação de partida é clara. Por um lado, o esclarecimento histórico apenas reforça as crenças sentidas com as conquistas da modernidade; a razão,

apresentada na forma de uma religião cultural, não desenvolve mais nenhuma força sintetizadora, capaz de renovar o poder unificador da religião tradicional. Por outro, à modernidade está barrado o caminho de volta a restauração. (HABERMAS, 2000, p. 125-126)

A modernidade, na crítica de Nietzsche, perde o prestígio, e marca o fim de uma época de longa racionalização, por meio da história, que foi capaz de destruir o mito. A liberdade dos sujeitos da modernidade só aconteceria pela arte que, diferente da concepção de Hegel, na qual a razão resultaria somente da poesia, surgiria por meio da nova mitologia, que não se resumiria a uma única arte, mas a um dom divinatório. Habermas (2000, p. 134) afirma que “a nova mitologia deveria restituir uma solidariedade perdida, mas não rejeitar a emancipação que a liberação dos poderes míticos originários trouxera também para o homem individualizado em face do deus único”. O meio mais viável para se escapar da modernidade é através da ruptura com o princípio da individualização.

Por meio dos escritos de Nietzsche, autores como Heidegger, Bataille, Derrida, Lacan e outros, começaram a produzir novas concepções filosóficas que partem da sua crítica à modernidade. Concepções essas que vão de uma crítica da razão que se distancia de uma mudança de atitude que penetra tudo, mas continua vazia de conteúdo, como afirma Heidegger. E da investigação feita por Bataille sobre a exclusão e extermínio cada vez mais completo de tudo o que é heterogêneo. Dessa forma nasce a crítica radical da razão<sup>15</sup>, que vai servir de base para as produções contemporâneas que discutem a pós-modernidade.

As duas grandes Guerras mundiais (1914-1918/1939-1945) ascenderam uma perspectiva de um modernismo heroico<sup>16</sup> que se ancorou na ideia de hegemonia e universalismo. No entanto, devido às consequências do pós-guerras, perdeu seu atrativo de antídoto revolucionário e se transformou em uma ideologia tradicionalista. Nesse contexto de revolta surgem vários movimentos contraculturais e antimodernistas dos anos 60, em que se discutem as qualidades opressivas da racionalidade técnico-burocrática de base científica que se manifesta nas formas corporativas estatais monolíticas, e em outras formas de um poder institucionalizado (HARVEY, 2007).

---

<sup>15</sup> Surge através de Heidegger e Bataille e tem como pretensão levar a cabo uma crítica que ataca as raízes da própria crítica. A crítica totalizada da razão abandonou a esperança de uma dialética do esclarecimento, o ser passa a ser definido como aquilo que se retirou da totalidade do ente (HABERMAS, 2000).

<sup>16</sup> A crença em um progresso linear, verdades absolutas e planejamento racional de ordens sociais ideais são marcas do modernismo, no qual o conhecimento passou a ser padronizado por meio de condições cada vez mais particulares. A modernização das economias e o impulso do comércio internacional justificado no ideal progressista de um terceiro mundo atrasado, acarretaram o período heroico, que organizava, expandia e revitalizava economias, cidades e povos envelhecidos ou arrasados pela guerra (HARVEY, 2007).

Esses movimentos exploram o domínio da autorrealização individualizada por meio de uma política neo-esquerdista, da incorporação de gestos antiautoritários e da crítica da vida cotidiana, eles surgiram nas universidades, institutos de artes e nas margens culturais da vida na cidade grande. Esses movimentos de resistência se espalharam nas principais capitais mundiais, na luta contra as pretensões universais da modernidade que se combinavam entre um capitalismo liberal e o imperialismo, assim fornecendo fundamento material e político para esses movimentos que, mesmo fracassando em seus objetivos, serviram como arauto cultural e político para uma virada pós-modernista (HARVEY, 2007).

A partir dos anos de 1970 a crítica pós-moderna surge com força no meio acadêmico europeu e norte-americano. Em 1979, Lyotard lança o livro intitulado *A condição Pós-Moderna*, considerada a obra que marca o início das discussões sobre pressupostos objetivos que permitem falar sobre uma transformação radical na maneira como o saber é produzido nas sociedades contemporâneas, não cabendo mais se enraizar e considerar as metas narrativas produzidas pela modernidade clássica como únicas e ideais. Esse trabalho geraria um debate nas ciências sociais que se materializa em torno do que Gadea (2005) chamou de diagnóstico do presente e em uma eventual crise de legitimação que afetaria os espaços sociais e políticos.

Em sua obra, o autor observa que vem ocorrendo uma modificação na natureza mesma da ciência (universidade) provocada pelo impacto das transformações tecnológicas sobre o saber. O que leva a uma

[...] crise dos conceitos caros ao pensamento moderno, tais como “razão”, “sujeito”, “totalidade”, “verdade”, “progresso”. Constatamos que ao lado dessa crise opera-se sobretudo a busca de novos enquadramentos teóricos legitimadores da produção científico-tecnológica numa era que se quer pós-industrial. (LYOTARD, 2006, p. VIII)

O autor compreende o pós-moderno enquanto condição da cultura nesta era, caracterizando-se pela incredulidade perante o metadiscurso filósofo-metafísico, com suas pretensões atemporais e universalizantes. As tecnologias começam a permear as relações e o conhecimento e a partir delas surgem novas linguagens que escapam das determinações teóricas dos dispositivos modernos, o que contribui para a deslegitimação das formas de pensar tradicionais.

Lyotard (2006, p. XI) afirma que “se a revolução industrial nos mostrou que sem riqueza não se tem tecnologia ou mesmo ciência, a condição pós-moderna nos vem mostrando que sem saber científico e técnico não se tem riqueza”. A pós-modernidade se caracteriza pela presença da ciência, como também ocorre na modernidade, mas para além da ciência se tem a tecnologia

que vai aprimorar esse saber com o objetivo de eliminar as diferenças epistemológicas significativas entre os procedimentos científicos e políticos.

O que se pode observar, na visão de Lyotard (2006), com a pós-modernidade é uma posição do saber, o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX. É uma forma de se conseguir lidar com o desconhecido que vem a surgir a partir do século XX, no qual a modernidade vai perdendo suas capacidades de explicar e lidar.

As mudanças para o autor ocorreriam no campo do saber, na problemática de sua legitimação, no qual o saber científico não é um todo absoluto, presente nos jogos de linguagem. Outra característica que faz parte dessas mudanças é como a economia vem se modificando, apresentando novas interfaces através do capitalismo avançado, no que o autor afirma:

O “redesdobramento” econômico na fase atual do capitalismo, auxiliado pela mutação das técnicas e das tecnologias segue em paralelo, já se disse, com uma mudança de função dos Estados: a partir desta síndrome forma-se uma imagem da sociedade que obriga a revisar seriamente os enfoques apresentados como alternativa. (LYOTARD, 2006, p. 27)

A partir de todas essas mudanças, muitas das “ferramentas” da modernidade como Estados-Nações, sistemas econômicos, partidos políticos, profissionais e as tradições históricas, que serviam como base para a sua conservação e perpetuação, perdem seu atrativo. O debate se volta para o conflito de interpretações sobre o caráter das transformações socioculturais quanto à maneira com a qual se analisa o social e tudo o que ele imbrica. O kit formado pela modernidade através de instituições, cultura, epistemologias passa a ser questionado e criticado.

Lyotard (2006) vê a preocupação da modernidade pela linguagem como uma forma extrema e dispersiva que prejudica as produções de saber. O autor afirma que mesmo que o vínculo social seja linguístico, ele não é tecido por um fio único, mas por um número indeterminado de jogos de linguagem. O conhecimento passar a ser a principal força de produção, mas o problema estaria no lugar do poder, já que ele se encontra disperso em nuvens de elementos narrativos. Na sua visão, não deveríamos reificar prematuramente as instituições, mas reconhecer como a realização diferenciada de jogos de linguagem cria linguagens e poderes institucionais, uma saída para as universalidades modernas.

As mudanças que ocorreram com a visão pós-moderna não atingiram apenas a ciência e a linguagem. Ocorreu a busca pela revitalização urbana por parte da arquitetura, na literatura por meio da mudança de perspectiva com relação a realidades radicalmente diferentes que podem coexistir, a confusão a respeito do eu e o seu papel no mundo. Na filosofia acontece uma mesclagem entre o pós-marxismo e pós-estruturalismo, na qual a raiva do humanismo e do

legado Iluminista resultou em uma denúncia da razão abstrata e em uma profunda aversão ao projeto que buscasse a emancipação humana universal por meio da ciência e da razão (HARVEY, 2007).

As dúvidas com relação aos significados dos sistemas de pensamentos que possam substituir a modernidade não cessam, mesmo com a superação e desconstrução dos sentimentos modernistas. A pós-modernidade passa a ser vista como a criação de um termo que busca compreender as heterogeneidades, mas que não nos mostra concretamente que ela existe. Essa incerteza torna particularmente difícil avaliar, interpretar e explicar as mudanças que todos concordam ter ocorrido (HARVEY, 2007; GIDDENS, 1991).

Harvey (2007) observa que o pós-modernismo se ancora em sua total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico que formavam uma metade do conceito baudelairiano de modernidade. Mas a resposta que a pós-modernidade dá para todos esses elementos é bem diferente, não tenta ultrapassar e nem se opõe a eles, o que resulta nas dúvidas sobre suas capacidades epistemológicas e paradigmáticas. Para o autor isso não significa que o pós-modernismo seja apenas uma versão do modernismo, a inovação com relação a condição de fragmentação, enfermidade, descontinuidade e mudança caótica são significativas e apresentam um movimento diferente do que se constituiu no passado.

Apresentando um pensamento diferente, Habermas vê o projeto da modernidade como incompleto, que pode ser completado com recursos e instrumentos analíticos, políticos e culturais desenvolvidos por ela mesma. O autor observa duas teorias da pós-modernidade: a neoconservadora, crítica à visão de cultura, que para eles já se encontra ultrapassada; e os teóricos que não consideram que tenha ocorrido uma divisão entre modernidade e racionalidade, mas uma ruptura completa, a pós-modernidade vista sob a forma de anarquia; “reclamam igualmente o fim do esclarecimento, ultrapassam o horizonte da tradição da razão, da qual a modernidade europeia entendeu outrora fazer parte, e fincam o pé na pós-história” (2000, p. 7). A modernidade passa a ser vista como uma pura vontade do poder quando retirado o véu da razão proposto.

Touraine (1994) é outro autor que traz contribuições sobre a modernidade. Para ele a saída da crise que as sociedades contemporâneas passam não consiste em abandonar a modernidade. A pós-modernidade em sua observância, não apresenta possibilidades reais de superação para essa crise de uma possível “transição”. Em sua perspectiva, a saída aconteceria apenas com o renascimento do Sujeito por meio da sua subjetivação e racionalização, assim sendo possível construir uma modernidade mais plena.



Em consonância ao defendido por Habermas e Touraine, do não esvaziamento total da modernidade, Wood questiona acepções do anúncio do fim da civilização ocidental, o início do niilismo cultural, esclarecimento para um inverno de individualismo, o fim da idade moderna. Para autora, a pós-modernidade busca romper com questões que são impossíveis de se desligar:

[...]as análises mais recentes da pós-modernidade, que combinam tantos traços de velhos diagnósticos de declínio da época, mostram-se notavelmente inconscientes de sua própria história. Em sua convicção de que o que dizem representa uma ruptura radical com o passado, elas se esquecem sublimemente de tudo que outrora foi dito tantas vezes. Mesmo o ceticismo epistemológico, o assalto às verdades e aos valores universais, o questionamento da auto-identidade, parte tão importante das modas intelectuais correntes, têm uma história tão antiga quanto a filosofia. Mais particularmente, o senso pós-moderno de novidade de época depende de se ignorar ou negar uma realidade histórica avassaladora: que todas as rupturas do século XX se unificam num todo histórico particular pela lógica e pelas contradições do capitalismo, o sistema das mil mortes. (WOOD, 1995, p. 120-121)

A pós-modernidade se apresenta como um movimento de inovação, desligamento e superação daquilo que já não é mais cabível para compreender as mudanças que ocorrem no mundo. Wood vê o “despeito” como uma das características de alguns teóricos pós-modernos que insistem em diferenciar épocas sem levar em conta a historicidade de todos os valores e conhecimentos, o que os transforma em pessoas insensíveis à história.

Aceitar a fragmentação, o pluralismo e a autenticidade de outras vozes e outros mundos traz um agudo problema de comunicação e dos meios de exercer o poder através do comando. A maioria dos pensadores pós-modernos está fascinada pelas novas possibilidades da informação e da produção, análise e transferência de conhecimento (HARVEY, 2007).

As discussões sobre fragmentação, alteridade que embasam a pós-modernidade formam pensamentos importantes sobre os caminhos que devem ser seguidos para uma sociedade mais justa e igualitária. Na busca pela liberdade, Santos crê que, o que falta concluir da modernidade não pode ser mais concluído em termos modernos sob pena de “nos mantermos prisioneiros da mega-armadilha que a modernidade nos preparou: a transformação incessante das energias emancipatórias em energias regulatórias.” (2013, p. 93). A racionalização, organização social, progresso científico e tecnológico, difusão do ensino universal nas sociedades ocidentais avançadas, ferramentas produzidas pela modernidade para auxiliar e garantir a liberdade dos sujeitos, transformaram-se em amarras regulatórias que engessaram e limitaram a ação e o desenvolvimento.

Esse pensamento vai condizer com o que já discutia Foucault (1972), quando questiona a constituição do poder, e na sua visão de última instância na figura do Estado, na qual ele deveria ser compreendido pelos seus próprios mecanismos, história, trajetória, técnicas e táticas

e como eles continuam a ser utilizados, colonizados, transformados, deslocados por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de domínio global.

Foucault observa que os sistemas de conhecimento (discurso) desenvolvidos na modernidade, aplicam-se como uma forma de poder que codificam técnicas e práticas para o exercício do controle e domínio sociais em contextos localizados particulares. O sentido de poder parece bem mais compreendido nos termos micropolíticos das redes de relações de poder que subjazem em todas as formas de sociabilidade, nos quais a compreensão do que ocorre nesses locais não integrados não pode ser enquadrada por uma teoria abrangente, universalista, geral.

Ao contrário dos autores anteriores, Santos defende a pós-modernidade como o rompimento total do paradigma moderno, não acreditando em continuidades. Para ele a pós-modernidade representa:

[...] defesa da primazia do conhecimento científico, mas de uma ciência assente numa racionalidade mais ampla, na superação da dicotomia natureza/sociedade, na complexidade da relação sujeito/objeto, na concepção construtivista da verdade, na aproximação das ciências naturais entre a ciência e ética assente na substituição da aplicação técnica da ciência pela aplicação edificante da ciência e, finalmente, numa nova articulação, mais equilibrada, entre conhecimento científico e outras formas de conhecimento com o objetivo de transformar a ciência num senso comum, para o que propus o conceito de dupla ruptura epistemológica. (SANTOS, 2010, p. 25-26)

A pós-modernidade defende uma proposta epistemológica que se desenvolveu e consolidou-se não podendo ser vista apenas como um projeto de transição. As crises do capitalismo e do socialismo no início da década de 1990 contribuíram para ampliar o conceito de pós-modernidade que passou a designar “não só um novo paradigma epistemológico, mas um novo paradigma social e político” (SANTOS, 2010, p. 26). Pensar as transformações para além das ferramentas da modernidade (capitalismo, globalização e Estado Nação) tem sido aceito como um novo caminho de produção e de reinvenção da emancipação social como afirma Santos (2010).

A ideia de pós-modernidade construída por Santos (2010) está na radicalização da crítica à modernidade ocidental, propondo uma nova teoria crítica que, ao contrário da teoria crítica desenvolvida pela modernidade, não converte a ideia de transformação emancipatória da sociedade em uma nova forma de opressão social. Os paradigmas modernos serviram para fundamentar violências, a teoria crítica pós-moderna iria sanar e produzir novos significados para a liberdade igualdade e da solidariedade.

### 2.3.1 Identidade, cultura e ações coletivas no pós-moderno

A modernidade e a pós-modernidade foram antecipadas por movimentos estéticos no campo da arte, modernismo e pós-modernismo, uma resposta às novas condições de produção e uma reação para as transformações e sensibilidade às heterogeneidades nos mais variados campos. Para Ianni a modernidade:

[...] pode ter algo a ver com moderno, modernização ou modernismo, no sentido de modo de vida, trabalho e cultura correspondentes ao que se supõe ser o padrão mais desenvolvido, avançado, contemporâneo, conspícuo. Simultaneamente, a modernidade pode ter algo a ver com democracia e tirania, elite e massa, povo e cidadania, alienação e emancipação, reforma e revolução ou capitalismo e socialismo. Em todos os casos, a modernidade envolve algo de secularização, urbanização, industrialização, individuação, liberação. Trata-se de um conceito que pode traduzir-se na idéia de iluminismo e romantismo, tanto quanto de racionalismo e pragmatismo ou liberalismo e marxismo. É possível ir longe nessa estrada, especificando e desdobrando o conceito, as realizações, as conquistas e as ilusões. Mas é inegável que tudo isso entra no que podem ser os dilemas e as metamorfoses do que foi e tem sido o Novo Mundo. Mais ainda, tudo isso entra decisiva e radicalmente nas diversidades e polarizações que se observam no que resulta da história do Novo Mundo no fim do século XX, quando já se anuncia o XXI. (IANNI, 2003, p. 64)

A diversidade e os novos movimentos que surgem a partir do século XX dão base para a necessidade de mudanças e novas especificações para o Novo Mundo. Alguns pontos marcantes que convergem nas opiniões de teóricos que se arriscam a discutir e fomentar a pós-modernidade se firmam na necessidade de mudanças paradigmáticas, buscando epistemologias totalmente novas e não meramente subparadigmáticas, permeadas por ideias, conceitos e justificativas no plano moderno, como a história e as instituições que a formam.

Laclau, por exemplo, observa que a modernidade tem seu conhecimento pautado na superação das ideias cristãs nas quais o ponto de vista da totalidade pertencia a Deus, que passa ser “substituído em sua função de fiador universal da Razão” (LACLAU, 2011, p. 51) e quem assume é a fundamentação racional que deve ser inteiramente transparente. Ocorre a morte da ideia de classe universal e passam a agir várias “particularidades” que derivam desses sujeitos heterogêneos e multiculturais, ocorrendo um confronto entre o particular e o universal da modernidade marcado pela visão eurocêntrica e pela figura do agente privilegiado da história.

Para o autor a visão ultrapassada da modernidade não altera só questões teóricas e sociais, mas também as instituições que devem se renovar para conseguir atender aos anseios

desses sujeitos que buscam por demandas, que vão desde minorias aos grupos étnicos. Ele afirma que:

[...] as instituições liberais, nesse sentido, têm de ser desconstruídas. Como foram originalmente pensadas para sociedades muito mais homogêneas do que as atuais, baseiam-se em toda sorte de pressupostos implícitos que não mais se sustentam. As lutas políticas e sociais de hoje podem trazer à tona esse jogo de decisões tomadas num terreno indecível e nos ajudar a ir em direção de novas práticas democráticas, a uma nova teoria democrática que esteja inteiramente adaptada às presentes circunstâncias. (LACLAU, p. 64, 2011)

A inconstância do pensamento homogêneo ocidental se dá pelo surgimento de outras identidades que antes se encontravam oprimidas e invisíveis ao campo produtor de conhecimento. Dessa forma:

Tanto europeus como norte-americanos sentem-se desafiados pelos desenvolvimentos da globalização, em seus nexos sociais, econômicos, políticos e culturais. E assustam-se com as manifestações práticas e ideológicas dos outros povos, culturas e civilizações. Simultaneamente, os Estados Unidos empenham-se em apresentar-se como guardiães e arautos da ocidentalidade. Daí a profusão de formulações ideológicas, propostas em termos científicos e literários, ou em prosa e verso, mas sempre empenhadas em demarcar a estranheza ou o exotismo dos outros: orientais, africanos, indonésios, latino-americanos, caribenhos, eslavos, árabes e outros. E o empenho em afirmar e reafirmar a Europa Ocidental e os Estados Unidos como exemplos, modelos ou parâmetros nos quais os outros deveriam espelhar-se. (IANNI, 2003, p. 81)

A pós-modernidade e os conhecimentos que partem dela trazem uma nova esperança para a compreensão do auxílio de grupos antes marginalizados e esquecidos, possibilitando uma maior integração dos que antes não faziam parte desse ciclo representativo. Laclau (2011, p. 154) conclui que “se a passagem da modernidade para a pós-modernidade ocorresse no nível de seus horizontes sociais e intelectuais, tal movimento não implicaria o colapso de todos os objetos e valores contidos no horizonte da modernidade”. Desse modo, o que teríamos seria uma “reformulação” a partir de outras perspectivas, nas quais devemos nos distanciar das exigências necessárias da razão trazidas pelo iluminismo e buscar construções sociais mais reflexivas e pragmáticas.

A racionalização exacerbada iluminista causou o esvaziamento do sujeito que perdeu suas particularidades e criou um sistema sem atores; o neoliberalismo contribuiu para que sua exclusão fosse efetivada, por meio de seu aparelho dotado de aspectos mercadológicos e autorreguláveis. Na busca pela superação da modernidade e do seu individualismo, o sujeito não pode se desligar da sua liberdade e das tradições culturais, ele é constituído tanto como indivíduo quanto ator, a exemplo dos movimentos sociais, logo, o ator individual sempre existe dentro dos movimentos (STRECK, 1995; TOURAINÉ, 1994).

O fim da percepção de um sujeito global, e conseqüentemente a morte do sujeito, são características da transição entre modernidade e pós-modernidade (LACLAU, 1986; HALL, 2019). Laclau (1986) afirma ser este um dos avanços fundamentais nas Ciências Sociais nos últimos anos. As subjetividades de cada sujeito vieram à tona como marcas identitárias significativas dentro da formação da ação, tornando-se impossível falar de um agente social como se estivesse lidando com algo unificado e homogêneo. Hall (2019) observa que o sujeito do Iluminismo, visto como uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando em identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno.

A valorização do campo identitário e cultural faz com que:

[...] conflito nesse novo mundo não será essencialmente ideológica ou essencialmente econômica. As grandes divisões na humanidade e a fonte predominante de conflito serão de ordem cultural. As nações-Estados continuarão a ser os agentes mais poderosos nos acontecimentos globais, mas os principais conflitos ocorrerão entre nações e grupos de diferentes civilizações enigmas da modernidade-mundo. O choque de civilizações dominará a política global. As linhas de cisão entre as civilizações serão as linhas de batalhas do futuro... A identidade das civilizações será cada vez mais importante no futuro, e o mundo, em grande medida, será moldado pelas interações entre sete ou oito grandes civilizações: ocidental, confuciana, japonesa, islâmica, hindu, eslava ortodoxa, latino-americana e, possivelmente, a africana. (IANNI, 2003, p. 81-82)

A cultura acrescenta uma nova perspectiva notável e novas formas de conhecimento, fazendo dela um aspecto constitutivo da ciência e que, por ser múltipla, traz a necessidade de se reconhecer a existência de outras explicações. Touraine (1989) observa que a técnica passa a ser deixada de lado e a cultura ganha espaço, mostrando-se uma produtora de conteúdo. “A crítica dirigida desde o começo do século XX contra a racionalização tayloriana e o desenvolvimento da sociologia do trabalho teve e ainda tem fundamental importância” (TOURAINÉ, 1989, p. 10). As análises sociológicas vão deixando de ser fundadas em termos de empresas e economia e passam a se dirigir mais às questões das organizações e o intuito da ação.

Para o autor, essa transição ocorre e intervém na mudança da natureza do conflito que ocorria no século XIX, e que era voltada especificamente para o cidadão ou trabalhador, através das lutas reivindicatórias contra algum aparelho de dominação, como o Estado. Com a mudança começa se notar as diversas coletividades existentes na sociedade, no qual Touraine (1989, p. 10) afirma que são “definidas pelo seu existir mais do que pela sua atividade”. As diferenças agora começam a ser percebidas no cenário social.

Inicia-se o fim da identidade global na qual se lutava através de uma resistência global contra a manipulação, a dominação, sendo muito dos objetivos e metas não específicos de

determinados grupos. A resistência passa a se fragmentar, não sendo mais “a resistência”, mas “as resistências” (SANTOS, 2013; HALL, 2019).

Laclau (2011) segue a mesma perspectiva de Touraine (1989) e afirma que “o universal nada mais é do que um particular que em algum momento se tornou dominante, que não há nenhuma possibilidade de alcançar uma sociedade reconciliada” (LACLAU, 2011, p. 54). Nas sociedades pós-modernas passam a proliferar outros particulares que já não se sentem contemplados com o universal. “As lutas políticas e sociais dos anos 1990 parecem nos confrontar com uma proliferação de particularismos, enquanto o ponto de vista da universalidade vai sendo colocado posto de lado como um sonho totalitário ultrapassado” (LACLAU, 2011, p. 54). Contudo, isso não deve ser analisado como uma supremacia das questões particulares e uma negação total das causas universais, mas sim levar em consideração que o universal só existe por conta do particular e *vis a vis*.

Touraine (1989) observa que a questão do trabalho não desaparece, mas acaba sendo englobada num conjunto mais amplo, deixando de ser central. Os grupos identitários de mulheres, estudantes, negros passam a crescer e se organizar, formam o *bum* dos novos movimentos sociais. As causas não são mais adquiridas, como melhores salários, condições de trabalho, as novas ações agora têm seu estatuto transmitido através da cultura, identidade, o seu ser (existir).

Melluci (2001) é outro autor que vê na cultura um fundamento imprescindível para a formação dos novos sujeitos e para a transformação das ações coletivas. Ele observa que os erros das análises passadas sobre movimentos sociais estavam ligados ao ato de se ignorar “a produção de códigos culturais que constitui a principal atividade das redes submersas dos movimentos, além da condição para a visibilidade da ação” (MELLUCI, 2001, p. 26). Muito se atentava acerca da relação dos movimentos sociais com os sistemas políticos, partidos e como essa ligação oferecia qualquer efeito, mas esqueciam o vínculo dos próprios sujeitos integrantes dos grupos e deles com a sociedade civil.

Sob este prisma, a identidade é uma característica imprescindível de análise e composição dentro da formulação de uma teoria da ação para o autor, ele afirma:

[...] sem a presença de um ator que se define por sua própria identidade, sem a identificação de uma relação de oposição no qual o ator é um dos polos, enfim, sem a delimitação de um campo que dá significado àquilo por que se luta ou do que o ator se sente privado, torna-se bastante difícil estabelecer um nexos entre expectativas e recompensas e, sobretudo, explicar porque os atores coletivos se mobilizam. (MELUCCI, 2001, p. 61)

A cultura e a identidade são ferramentas que auxiliam a construção e compreensão das ações coletivas contemporâneas, não visando só o contexto em que os atores estão inseridos, mas o porquê da sua organização, da ação, o que o sujeito quer e acredita faz parte de toda análise, as subjetividades dos indivíduos, as diferenças que carregam. Não mais importa as ideias impostas, ditadas através de universalidades, mas a condição de ser um protagonista? social, um ser singular.

Laclau (1989) enfatiza que o agente social deve ser abordado com pluralidade, o que depende das várias posições dos sujeitos, dentro de várias formações discursivas. Esse novo agente social é a marca das sociedades pós-modernas, e para melhor compreendê-lo é necessária uma abordagem teórica através da *noção do sujeito*, como um agente descentralizado e “destotalizado”.

Essa noção de sujeito mostra sua interação dentro das ações que participam em uma estrutura discursiva essencialmente instável, de modo que é possível perceber como essas diferentes posições agem no campo da “diferença” entre elas. É viável um diálogo/convivência/conexão desses sujeitos mesmo sendo diferentes uns dos outros, e a sua relação só se torna concreta a partir de conexões variáveis e historicamente contingentes.

Para Touraine (1994) é importante se pensar o Sujeito como uma figura composta pelo potencial de emancipação, que emerge e ganha força por meio dos novos movimentos sociais que surgem em 1960. A organização desses sujeitos compostos por diversificadas questões que mesclam temas identitários, culturais e sociais demonstra a capacidade de conexão e a falta de reconhecimento da ordem social que estão inseridos, e assim buscam novos meios de participação.

Além dos papéis do sujeito, Laclau (2011) chama atenção para a capacidade de absorção da cultura dominante para com a cultura da diferença, que pode ter como destino o englobamento de suas questões. Como por exemplo, o caso das religiões de matrizes africanas ou grupos étnicos que são dotados de particularidades, costumes e com o passar do tempo acabam sendo englobados, perdendo suas raízes identitárias diferenciais.

Para o autor, é necessária uma aceitação da natureza plural e fragmentada das sociedades contemporâneas, não à reduzindo apenas nas particularidades radicais. Tentar se inscrever em normas equivalentes de pluralidade e universalidade, por meio da hibridização, não significaria a perda de identidade, mas também o fortalecimento das identidades existentes à abertura de novas possibilidades.

Para Santos (2010) é necessário aceitar a existência de uma pluralidade de explicações ou concepções da realidade. E caso seja escolhida uma delas é preciso averiguar o porquê de

sua preferência com relação às demais. Para o autor qualquer escolha epistemológica é baseada em um juízo de valor que leva em consideração as questões culturais, políticas ou éticas. Essa afirmação coloca em questão um dos principais aspectos do pensamento científico moderno que traz a necessidade de uma racionalização exacerbada e um afastamento total entre pesquisador e o objeto.

A necessidade de se afastar da premissa da unidade ainda é vigente, mas com a produção de novos paradigmas ela tem sido cada vez mais confrontada com a premissa alternativa da pluralidade, da diversidade, da fragmentação e da heterogeneidade. Laclau (2011, p. 52) afirma que “o universal havia encontrado seu próprio corpo, mas este ainda era o corpo de uma particularidade”. Todo conhecimento que se baseia na lógica da universalidade parte de uma particularidade, é uma relação no qual não sai uma única resposta totalizadora e definitiva.

Atualmente a lógica universalista tem sido afrontada pelo reconhecimento da diversidade epistemológica, cultural. Na pós-modernidade não há uma separação entre os processos de exclusão característicos, a globalização permeou as fronteiras e dificultou a visualização das diferenças, os atores não conseguem deixar de serem universais mesmo lutando para não serem, tem sido uma queda de braço quase que invencível.

As disputas entre o universal e o particular, o global e o local, reacendem diferentes formas expressivas nos sujeitos contemporâneos. O debate sobre pós-modernidade na região Nordeste do Brasil está ancorado no campo das artes, para Lusvargui (2008), pois o crescimento de políticas da multiculturalidade na região tem valorizado mais as questões da “terra” do que os costumes e necessidades de outras regiões notoriamente hegemônicas do país. O início de uma ruptura com a homogeneização cultural em benefício da diversidade, a defesa do popular e tradicional da região.

A necessidade de um regionalismo nunca foi tão urgente em um país de grande extensão e multiculturalidade, onde cada região tem características únicas e sujeito diversos. Para que se possa recriar um nacional mais plural, a regionalização é necessária (IANNI, 1999). As diferenças, deficiências e contradições nos revelam um Brasil pós-moderno, onde os pensamentos binários já não possuem espaço na contemporaneidade e as influências não ocorrem apenas entre regiões, mas os modos de representação simbólica de diversos países e continentes se interrelacionam e formam diferentes modos de vida (CANCLINI, 2008).

As discussões sobre a modernidade e pós-modernidade nos apresentam um cenário rico nos estudos das ciências humanas, os dois paradigmas nascem da necessidade de construir e pensar para além do que já se foi estabelecido. O uso da ciência, a valorização do homem, a criação de ferramentas que contribuíssem para o desenvolvimento humano, social e político



fizeram da modernidade um estilo de vida, costume e organização que possibilitou a humanidade crescer, sem as amarras dogmáticas religiosas, por meio da liberdade, igualdade e solidariedade, mas pecou no andamento do seu projeto que beneficiou poucos e violentou vários. Pensar a sociedade por meio dos prefixos “pós” é adentrar em um campo de incertezas, embates e divergências. As várias concepções produzidas acerca do que é a pós-modernidade confluem na ideia de “novo”, “reinvenção” e “superação”, o que nos faz lembrar os ideais da modernidade, mas a diferença está na reconstrução e ressignificação dos sujeitos que superam o individualismo e a homogeneização, apresentam suas diferenças, pluralidades e diferentes formas de ações, assim buscam produzir suas próprias concepções e ideias.

### **3 DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CLÁSSICOS AOS COLETIVOS: NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO NA SOCIEDADE CIVIL**

As ações coletivas, na literatura, têm sido caracterizadas como movimento social (GOHN, 2008). Mas essa perspectiva tem se alterado na contemporaneidade devido à emergência de novos sujeitos coletivos, alteração nas suas formas de mobilização e atuação com o advento das tecnologias de comunicação e da globalização econômica e cultural. Essas são algumas razões que têm influenciado na mudança de percepção sobre as ações coletivas na atualidade.

Os estudos acerca dos movimentos sociais são marcados pela grande pluralidade de abordagens e interpretações e variam de acordo com o contexto das produções. A abordagem clássica dos movimentos sociais é composta por descrições que veem irracionalidade nas motivações das erupções das massas, para quem comportamentos coletivos representam risco à ordem social (PASQUINO, 1992). Até os anos 1970 os movimentos sociais eram associados a ideias revolucionárias radicais, era frequente a relação das lutas políticas dos movimentos sociais ao quadro de luta de classes no interior das sociedades capitalistas, fruto de confronto. Os movimentos sociais eram vistos como um produto da ação histórica da sociedade ante as contradições do sistema capitalista (MACHADO, 2007).

As discussões sobre movimentos sociais rompem com marcos teóricos até então adotados desde os anos de 1970, nos quais a literatura produzida a respeito de movimentos sociais e as realidades apresentadas na sociedade resultavam em análises engessadas sobre organizações coletivas novas. A própria definição de movimentos sociais não é algo estabelecido e “delimitar o objeto de estudo a um típico específico de ação coletiva é tornar invisível formas importantes de organização social” (ABERS; BÜLOW, 2011, p. 53).

Neste capítulo, são analisadas diferentes correntes teórico-metodológicas presentes nas análises das ações coletivas, destacando as teorias dos movimentos sociais que partem desde abordagens clássicas até as produções contemporâneas. A partir dessa discussão é possível compreender a existência de ações coletivas que não se caracterizam especificamente enquanto movimentos sociais (TORO, 2007; GOHN, 2008). Isto demonstra as alterações na configuração dos sujeitos e nas suas formas de organização, nos quais novíssimos atores entraram em cena e com eles a necessidade de se produzir novas categorias analíticas que ampliam as teorias existentes.

No primeiro tópico do capítulo são avaliadas as principais teorias que permeiam o campo das ações coletivas, por meio de suas características, objetivos e contextos. No segundo tópico opta-se por apresentar as contribuições teóricas mais recentes. Por fim, no terceiro tópico é feita uma análise sobre as produções acerca do objeto de estudo desta dissertação, um tipo de ação coletiva de elevado número de adesão no Brasil, os “coletivos”, apontados como uma nova forma de organização da sociedade civil que possuem características próprias que os diferem dos movimentos sociais.

### 3.1 REVISITANDO PERSPECTIVAS TEÓRICAS DAS AÇÕES COLETIVAS

É necessário compreendermos a lógica das mobilizações no campo das ações coletivas, onde os movimentos sociais têm sido representantes mais fortes no aspecto analítico e exemplificativo. Por quais razões as pessoas têm se organizado em grupos no decorrer da história? Para Melucci as ações coletivas são:

[...] os indivíduos, agindo em conjunto, construindo suas ações por meio de investimentos organizados”; isto é, eles definem em termos cognitivos, afetivos e relacionais o campo de possibilidades e limites que percebem, enquanto, ao mesmo tempo, ativam seus relacionamentos para dar sentido a "estar juntos" e os objetivos que perseguem, (MELUCCI, 1999, p. 43)

As ações coletivas ultrapassam o pensamento de simples agrupamentos e demonstram ser uma ação complexa que demanda múltiplos sujeitos e relações construídas com diferentes atuações. O resultado dessa união é produzido a partir de negociações e interações, o que demonstra a complexidade da formação de sujeitos em torno de diferentes questões.

Os movimentos sociais e outras formas de organizações coletivas estão inseridos na teoria da ação social (GOHN, 2008; TILLY, 1978; TOURRAINE, 2006). A teoria da ação social é discutida em diversas perspectivas como materialismo histórico, escola de Frankfurt, interacionismo, e áreas do conhecimento: teoria política, antropologia e sociologia. A ação social na sociologia apresenta duas abordagens, a primeira a apresenta como produto do sistema; e a segunda privilegia a ação social propriamente dita, por meio da ação e interação dos sujeitos (GOHN, 2008).

Ações coletivas/movimentos sociais são termos intercambiáveis, seus referidos conceitos denotam perspectivas teóricas distintas (MUTZENBERG, 2002); mas inicialmente a compreensão das ações coletivas aconteceu por meio do objeto denominado de “Movimento Social”. Gohn (2008, p. 20) afirma que “Lorenz von Stein foi um dos pioneiros a utilizar o

termo “movimento social”, em 1842, ao postular a necessidade de uma ciência da sociedade para o estudo do socialismo emergente na França, dando-lhe o sentido de uma luta contra a dada situação”. Os primeiros estudos que tinham como objeto central as ações coletivas no século XIX analisavam agrupamentos similares aos que conhecemos na atualidade, movimentos sociais, resumindo-os a um comportamento de massas e a distúrbios populares.

No século XX, a temática dos movimentos sociais se firma como principal linha de análise das ações coletivas do ocidente e se transforma em uma área clássica de estudo das ciências sociais. A partir das produções de Max Weber referidas à sociologia interpretativa, sobre a teoria da ação, foi possível abranger mais a percepção sobre as ações coletivas, não as reduzindo apenas a momentos de selvageria, mas as analisando em conjunto com os conceitos de racionalidade, burocracia e formas de dominação. Para Weber, as ações possuem um sentido para aqueles que as praticam, o esforço de interpretação dever ser para conectar o pensado e o praticado, os valores que orientam a ação e o que ocorre na prática (GOHN, 2008; MUTZENBERG, 2002).

A teoria da ação weberiana acrescenta o “sentido da ação” nas análises das ações coletivas, por meio da compreensão da intencionalidade dos fenômenos e processos. Para o autor, as ações sociais são orientadas por fins, valores e meios que se baseiam na visão de mundo dos indivíduos onde estão inseridos. O pesquisador deve dar importância aos conteúdos simbólicos e às intenções dos atores que fazem parte da sua cultura (WEBER, 1999).

Mutzenberg (2002) afirma que as análises sobre o comportamento coletivo eram assentadas em uma crença generalizada, e direcionadas para o “como” essas ações coletivas se constituíam. Por meio de leituras das produções de Smelser, o autor entende que a concepção da ação coletiva vai além da sua compreensão como desvio, mas as considera também como uma resposta à disfunção do sistema e restabelecimento do seu equilíbrio. “A ação coletiva estrutura-se a partir da tensão e incerteza através de uma crença generalizada que mobiliza a ação a restabelecer o equilíbrio em que as mudanças estão referidas a adaptabilidade do sistema” (MUTZENBERG, 2002).

As abordagens sobre ações e comportamentos coletivos passaram a dominar a sociologia estadunidense e europeia, as diferentes abordagens que surgiram nesse intervalo temporal podem ser colocadas como os estudos dos “movimentos clássicos”<sup>17</sup> que se iniciaram no século XIX e foram até a década de 1960.

---

<sup>17</sup> Os movimentos sociais clássicos eram caracterizados por meio de um quadro de referências estabelecido pela interpretação histórica das revoluções, no qual visavam apossar-se do poder de um Estado antagônico. O modelo

A partir do surgimento de outras correntes teóricas sobre as ações coletivas, para além das produções clássicas marxistas e norte americanas sobre os movimentos sociais, se inicia uma diversificação de abordagens que transformaram esse campo de estudo em um complexo heterogêneo teórico:

[...] quando aquelas teorias passam a redefinir os conceitos de ação coletiva e o de movimento social tenderam a torna-se equivalentes, eliminando, assim, as suas especificidades. Isto está presente tanto na literatura como no senso comum. Esta equivalência no campo da literatura decorre, a nosso ver particularmente a partir de dois pontos de origem. Um dos quais se situa na acentuação na busca de responder como surgem as ações coletivas e o outro está ligado ao afastamento do marxismo como campo teórico capaz de explicar as ações coletivas presentes nas sociedades contemporâneas, onde novos atores são analisados não a partir da estrutura e da ação das classes. (MUTZENBERG, 2002)

As produções teóricas clássicas detinham os movimentos sociais como objeto central para compreensão da ação dos grupos. Mas perguntas de como e quando surgem as ações coletivas trouxeram outras perspectivas importantes para análise num sentido amplo, o que levou à diluição do objeto movimentos sociais. Outro fator preponderante para a diluição dos movimentos sociais está relacionado ao afastamento da análise marxista, centrada na estrutura e classes sociais que proporcionava um critério de distinção entre movimentos sociais e demais formas de ação coletiva (MUTZENBERG, 2002).

Para analisar melhor o campo das ações coletivas/movimentos sociais é preciso compreender as produções teóricas sobre o tema. Gohn (2008) divide em três correntes teóricas os estudos dos movimentos sociais: a histórico-estrutural, a culturalista-identitária e a institucional /organizacional – comportamentalista.

A primeira corrente segue a linha de análise aplicada aos “Velhos movimentos sociais” com fontes em Marx, Gramsci, Rosa de Luxemburgo. Marx foi o principal expoente, delineou o perfil de movimento social concreto, o proletariado, no qual toda explicação verdadeiramente

---

clássico que se formou a partir do século XIX e que refletia a realidade da época (emergência da sociedade industrial) estava impregnado de materialismo ontológico e realismo epistemológico, derivações das raízes práticas da mudança radical, eram concebidos de maneira instrumental e suas ações eram resumidas ao objetivo de alcançar a distribuição radical dos bens (ALEXANDER, 1998). Para Touraine (1985) que intitulou esses movimentos clássicos de “Os velhos movimentos sociais”, eles eram associados a ideia de revolução, no qual esta associação deu origem a uma clara orientação tática para o poder, violência e o controle. O enfoque das ações estava ligado aos arranjos institucionais da divisão do trabalho e das formas de organização econômica, permeados por uma narrativa meta-histórica fruto dos escritos de Karl Marx, formados por interesses econômicos e materiais; a reflexão moral e a solidariedade só serão consideradas posteriormente. Dessa forma os movimentos sociais clássicos se voltam a respostas práticas e coerentes à distribuição desigual das privações sociais criadas pela mudança social institucional, constituídas por posições, estratos e classes sociais, verdadeiros herdeiros da divisão do trabalho.

empírica da luta dos trabalhadores, toda liderança era eficaz em um sentido prático de transformar as relações sociais existentes (GOHN, 2008; ALEXANDER, 1998).

As abordagens que resultaram da corrente histórico-estrutural fundada no paradigma marxista, desenvolveram um conceito de movimento social ligado à luta de classes, que buscavam uma reforma ou revolução. A consequência foi a vasta produção de estudos empíricos que tinham como objeto o movimento operário ou camponês, a organização sindical e os partidos políticos (GOHN, 2008).

A partir dos anos de 1960 ocorre uma transformação no termo “movimentos sociais”; ele passa a ser utilizado em referência aos conglomerados de pessoas que se unem em busca de um objetivo comum, clamando por mudanças, não se interessando apenas pelo poder do Estado (ALONSO, 2009). Existem diferentes critérios para se estabelecer uma passagem entre uma formação social e outra. Um ponto de referência para as mudanças nas ações coletivas/movimentos sociais são as manifestações de cunho cultural da década de 1960 e o processo político da década de 1970 acontecendo simultaneamente ao pós-modernismo (MUTZENBERG, 2002).

Apatia social apontada por estudiosos começou a mudar nos anos de 1960, quando tanto nos Estados Unidos quanto na Europa grupos da sociedade passaram a se mobilizar mais. Esses grupos não estavam ligados às classes operárias, eram movimentos bastante peculiares que precisavam ser estudados. Essas mobilizações:

Não se baseavam em classe, mas sobretudo em etnia (o movimento pelos direitos civis), gênero (o feminismo) e estilo de vida (o pacifismo e o ambientalismo), para ficar nos mais proeminentes. Tampouco visavam a revolução política, no sentido da tomada do poder de Estado. Não eram reações irracionais de indivíduos isolados, mas movimentação concatenada, solidária e ordeira de milhares de pessoas. Então não cabiam bem em nenhum dos dois grandes sistemas teóricos do século XX, o marxismo e o funcionalismo. (ALONSO, 2009, p. 50-51)

As questões da classe operária e suas mobilizações baseadas na luta de classe e privações materiais passam a ser colocadas em segundo plano. A ascendência de mobilizações tomadas por um caráter identitário, nas quais grupos antes apagados das esferas de discussão passam a reivindicar participação e direitos. Para Mutzenberg (2002),

[...] as condições culturais eclodem nas manifestações dos anos de 1960, expressando um novo contexto cultural e psicológico. Não se trata de um processo espontâneo, mas de um processo orientado por conflitos e confrontações de diferentes jogos políticos, articulados por diferentes atores sociais, e do qual emerge um novo quadro político na década de 70 que imprime suas marcas. (MUTZENBERG, 2002, S/P)

O período que é retratado na discussão sobre as transições da modernidade para a pós-modernidade torna-se campo fértil para eclosão de diversas pluralidades identitárias, culturais e sociais que possuem demandas diferentes dos grupos anteriores. A formação de mobilizações que discutem outras perspectivas marca o início da segunda corrente teórica, a culturalista-identitária, influenciada pelo idealismo kantiano, o romantismo rousseauiano. Esta corrente construiu o que hoje é chamado de teoria dos “Novos Movimentos Sociais”, marcada por novas ações que abriram espaços culturais, compostas por sujeitos e temáticas heterogêneas que não estavam na cena pública ou não tinham qualquer visibilidade, como os de mulheres, negros, jovens, índios, ambientais, etc. (GOHN, 2008). As demandas objetivadas desses grupos e as diferentes formas de ação política formaram um ambiente propício para ação em busca de mudanças, pautadas em persuasão, mas longe da ideia de revolução e tomada do poder do Estado.

Por fim, a terceira corrente teórica, institucional/organizacional-comportamentalista que se iniciou em 1970 reafirmou o distanciamento dos conceitos estruturadores e as noções de conflito estabelecidos em uma sociedade do trabalho (MUTZENBER, 2002). Teve seu desenvolvimento nos Estados Unidos e aborda os estudos dos movimentos sociais pela ótica econômica, no qual os objetivos das organizações são os interesses, os recursos, as oportunidades e as estratégias (GOHN, 2008; ALONSO, 2009).

Existem três linhas teóricas nessa corrente, a Teoria da Mobilização de Recursos (MR) que tem como representantes Olson, McCarthy e Zald e é fruto das mudanças sociais ocorridas na sociedade norte-americana nos anos 1960. A psicologia que passou a ser rejeitada como meio explicativo das ações coletivas, o papel das crenças e da identidade também foi rejeitado no paradigma dos movimentos clássicos porque os tratavam como ações irracionais das massas (GOHN, 1997). A MR vai refletir a respeito das condições de emergência, dinâmica, estrutura de organização em contraste com a teoria clássica. A racionalidade passa a ser um elemento desses movimentos por parte dessa teoria, esses agrupamentos têm sentido e organização. Afastada das razões emocionais, a decisão de agir passa a ser ato de liberdade individual, resultado de um cálculo racional de custo benefício (ALONSO, 2009).

A ação na teoria MR acontece visando recursos materiais, humanos e de organizações. “Os movimentos sociais passam a ser observados por meio da sociologia das organizações e comparados a firmas” (ALONSO, 2009, p. 52). Ocorre uma burocratização dos movimentos por meio da racionalização, surgindo assim normas, divisão do trabalho, hierarquia, especialização dos membros. Para atingirem a longevidade os movimentos deveriam ser

burocráticos e campeões da concorrência do mercado, já que poderiam surgir vários movimentos que tratassem do mesmo tema.

A mobilização do movimento é analisada na sua forma econômica, tendo essa teoria como base, os movimentos sociais são abordados por meio da retomada do conceito de racionalidade na perspectiva da sociologia das organizações como grupos de interesses (MUTZENBER, 2002). “Enquanto tais são vistos como organizações e analisados sob a ótica da burocracia de uma instituição” (GOHN, 1997, p. 50). O uso de técnicas avançadas para a mobilização é algo que será presente não só nessa época em que a MR surgiu, mas que se fará presente até nos movimentos atuais, como os movimentos globalizados.

As críticas dirigidas por essa teoria não foram poucas, tanto que sua entrada na Europa e na América Latina foi pouco expressiva. A formação de grupos mobilizados colocando em ênfase apenas aspectos econômicos como objetos motivadores e formadores, levou as vertentes culturalistas e subjetivas a duras sanções. Estudar um indivíduo sem observar o problema de formação da identidade coletiva é algo inimaginável para muitos estudiosos. Para Mutzenberg (2002) a MR contribuiu para a compreensão do processo de organização das ações coletivas, porém não respondeu o porquê da ação e o que leva a aproveitar os recursos e oportunidades. Analisar movimentos sociais com base em modelos das ciências naturais e não os vendo em contextos macro, limitando-se apenas a tratar os indivíduos como seres abstratos e “universalizando a experiência de um tipo particular de ser humano: a raça branca, as camadas médias da população, em país do capitalismo desenvolvido do Ocidente” (GOHN, 1997, p. 55), é dar continuidade a lógica universalista proposta pela modernidade que exclui culturas, etnias e inviabiliza a formação e ação de outros sujeitos (LACLAU, 2011; SANTOS, 2010).

### **3.1.1 Os aportes contemporâneos sobre ações coletivas e movimentos sociais**

A partir dos anos de 1960-70 surgem novos aportes teóricos que buscam acompanhar as mudanças das relações sociais, as transformações econômicas, políticas e culturais. A onda de novos movimentos sociais que surgiram na Europa e Estados Unidos que possuíam pautas, ações e demandas diferentes dos clássicos trazem novas possibilidades teórico-analíticas.

As duas correntes teóricas contemporâneas que analisam os movimentos sociais e que surgem simultaneamente são intituladas de teoria dos novos movimentos sociais (MELUCCI,



1989; 2001; TOURAINE, 1989; 2003; 2006; LACLAU, 1986; CASTELLS, 2001) e teoria do Processo Político (TARROW, 2009; McADAM; TARROW; TILLY, 2009; TILLY, 2010).

A teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) aparece também nos anos 1960 na Europa e traz nova proposta de análise com relação aos movimentos sociais. Ao contrário do que é aplicado na teoria de Mobilização de Recursos (MR), defende que esses grupos devem ser estudados levando em consideração suas demandas simbólicas (MELUCCI, 1989; TOURAINE, 2006). O que é “subjetivo” passa a ser essencial, a heterogeneidade e visibilidade de outros tipos de sujeitos se afasta da relação estagnada sobre classes sociais.

Para a teoria dos Novos Movimentos Sociais nem tudo está relacionado com a economia, ocorre uma vitalização da ação social. Como afirma Gohn (1997):

A dimensão da integração social é retomada sem reproduzir as teses das privações econômicas ou os modelos smelserianos de comportamento coletivo. Categorias que ficaram por duas décadas congeladas, por pertencerem ao corpo teórico funcionalista - tais como raça, cor, nacionalidade, língua, vizinhança etc., que eram utilizadas como "atributos básicos explicativos da ação dos indivíduos e grupos" -, foram retomadas de forma totalmente nova, em esquemas que privilegiam a heterogeneidade socioeconômica em detrimento da homogeneidade econômica dada pela classe. Os antigos estudos sobre lideranças e organizações foram resgatados, ganhando destaque no NMS. (GOHN, 1997, p. 132)

Os marcadores sociais da diferença presentes nas sociedades pós-industriais atualmente são vistos como símbolos de luta desses novos movimentos sociais. Raça, gênero e educação se transformam em bandeiras de lutas dos novos movimentos que agora investem em demandas subjetivas. Touraine (1989) observa que a questão do trabalho não desaparece, mas acaba sendo englobada num conjunto mais amplo, deixando de ser central. Os grupos identitários de mulheres, estudantes, negros passam a crescer e se organizar, formam o *bum* dos novos movimentos sociais nos anos de 1980. As causas não são mais adquirir melhores salários e condições de trabalho, as novas demandas têm seu estatuto transmitido por meio da cultura, identidade, o seu ser. O aspecto da diferença é o ponto de partida de análise que vai de encontro à teoria da Mobilização de Recursos que pregava a ideia de sujeito mobilizado pelos recursos materiais, agora as particularidades eram importantes para compreensão desses grupos. Mas o que tem de “novo” nos novos movimentos? Melucci (2001) afirma que:

A “novidade” está, com efeito na definição de um conceito relativo, que tem função temporária de assinalar algumas diferenças comparativas entre as formas históricas do conflito de classe e as formas emergentes da ação coletiva. [...] Os defensores da novidade dos movimentos contemporâneos se esforçam, por sua vez, para mostrar que as semelhanças são apenas formais e que os mesmos fenômenos mudam de significado quando são colocados em sistemas diversos. (MELUCCI, 2001, p. 24)

Por meio dessas diversas formas de ações que são proporcionadas pelos novos movimentos sociais, nos mais variados níveis da estrutura social, ocorrem diferentes orientações. É a capacidade de entender essa multiplicidade de elementos e como eles se combinam na concreta unidade de um ator coletivo o objetivo dos teóricos.

Na América Latina e no Brasil, a partir de 1970-80, inicia-se uma forte produção sobre as ações coletivas, movimentos sociais, o interesse sobre as configurações populares urbanas dos países de terceiro mundo foram palco para essas novas produções (GOHN, 2008). Mesmo com a grande demanda de questões econômicas, ocorreu uma correlação entre demandas materiais e pós-materiais que englobou os movimentos latinos na categoria de “novos”. Para Mutzenberg (2002):

[...] Na América Latina a novidade se contrapôs a crise do desenvolvimentismo e do populismo, passando a se acentuar neles o caráter espontâneo, democrático e o desatrelamento dos partidos tradicionais. Já em um outro contexto se voltou para as novas formas de organização de caráter descentralizado, flexível, hierarquicamente fluido e participativo, como também novos conteúdos. A identidade não é mais uma expressão de uma classe ou categorias profissionais, mas um conjunto variado de princípios e identidades, um retrato da transição da modernidade. (MUTZENBERG (2002, s/p)

A solidariedade em torno dos direitos e um retraimento comunitário encapsulado no particularismo de grupos sociais, os mais variados, fez da América Latina um polo forte de ascensão dos novos movimentos sociais. Touraine ganhou grande importância no Brasil na sua fase de redemocratização, “sua teoria foi aplicada para explicar o surgimento de “novos atores” e “novos movimentos sociais” nas periferias dos grandes centros urbanos ao longo dos anos 1980” (ALONSO, 2009, p. 63). Melucci, na década de 1990, passa a ser mais lido por conta do seu tema de identidade coletiva que iria abarcar e servir de base para o grande número de movimentos sociais envolvidos nas questões de gênero e raça.

Laclau (1986) também deu grande contribuição acerca da produção de novas premissas que possibilitam pensar o novo na América Latina. Para ele a conceituação dos conflitos sociais era tipificada a partir de três características: da *identidade dos agentes*, o *tipo de conflito* que era determinado em termos de um paradigma diacrônico e a *pluralidade de espaços* dos conflitos que era reduzida na medida em que os conflitos se politizavam. No caso dos movimentos latino-americanos, a sua construção não se baseia mais em um modelo de sociedade total ou na cristalização de equivalência em um único conflito que acabava dividindo toda a sociedade em apenas dois campos, mas agora se têm uma pluralidade de exigências concretas, conduzindo a uma proliferação de espaços políticos, e assim rompem com os espaços tradicionais e totalizantes.

A teoria dos Novos Movimentos Sociais toma por base a cultura. Um dos grandes representantes dessa corrente é Touraine (1989; 2003; 2006) que passa a dar importância aos sujeitos na história, não apenas como meros agentes reprodutores de papéis no sistema de produção. Os sujeitos para ele eram dinâmicos, produtores de reivindicações e demandas. Esse confronto dos indivíduos se baseava em termos culturais, em confrontos de valores. Para o autor, existem três princípios de interpretação dos movimentos sociais, que são identidade, oposição e totalidade, capacitando a possibilidade de se encontrar o projeto pessoal dos atores individuais (GOHN, 1997).

A disputa do campo cultural é, para Touraine, a razão dos conflitos e ação dos movimentos sociais, sendo fruto de uma vontade coletiva. "Eles falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apelo à modernidade ou à liberação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios" (TOURAINÉ, 1978, p. 35). Os movimentos passam a ser a ferramenta essencial da sociedade que buscam a restauração da ordem. Desse modo, os movimentos sociais devem ser construídos através das ações coletivas, da luta dos seus sujeitos (GOHN, 1997).

Os novos movimentos sociais resultam em um agente social mais autônomo, mas, por outro lado, a articulação entre as diferentes posições do agente o torna continuamente indeterminado. Não estão mais aprisionados a uma estrutura, classe, tipo de conflito e um único ambiente social – são plurais, autônomos, dependem de outros elementos para poder existir (LACLAU, 1986).

O próprio ator social passa a ser a figura central e produtora das ações coletivas, apresentando-se agora no plano central, suas demandas passam a depender dele. Quem dá continuidade a essa linha de pensamento é Melucci (1989; 2001). Para esse autor, o problema de pensar a ação coletiva como fenômeno dotado de uma autonomia é a dificuldade da teoria dos movimentos clássicos. Além das maneiras errôneas de olhar esses movimentos de maneira unívoca, já que nenhum fenômeno da ação coletiva pode ser assumido na sua globalidade.

A fragmentação dos grupos, na contemporaneidade, inicia em “uma crise na capacidade do povo de realizar uma totalização, seja em relação à identidade do inimigo, seja em relação à sua própria identidade “global”” (LACLAU, 2011, p. 149). A incapacidade de compreensão com base em teorias que se firmem em apenas reconhecer dois blocos, resumir a sociedade a relações dualísticas já não surte efeito.

Para Melucci (2001), é necessário reconhecer as dificuldades em entender as grandes transformações das sociedades complexas, dessa forma ele diz que, “os fenômenos coletivos

que atravessam as sociedades avançadas são os sintomas de movimentos antagonistas, mesmo que este não seja o único significado” (MELUCCI, 2001, p. 79). Então, como acontece na história dos movimentos, os novos falam sempre velhas linguagens porque ainda não têm sua linguagem própria, não porque são uma extensão dos anteriores, mas por estarem em desenvolvimento.

Em um balanço sobre as obras de Touraine, a autora Peralva observa que em seu livro *Crítica da Modernidade*, que a discussão sobre as imbricações entre os movimentos velhos e novos continuam. Essa relação não deve ser negada ou apagada das novas análises:

A pesquisa sobre os novos movimentos sociais representou um esforço para identificar esse conflito no interior dos quadros culturais que modelavam a experiência e a contestação estudantil e do movimento de mulheres, a identidade regional face à identidade nacional no caso do movimento occitano, o apelo a relações de equilíbrio entre o homem e a natureza por oposição às lógicas puramente tecnocráticas no caso do movimento ecologista nascente. Esse esforço, conforme dissemos, fracassou certamente por duas razões principais. De um lado esses movimentos, por mais novos que fossem, emergiam envoltos nos trajes do movimento operário. Usavam sua linguagem e queriam desenvolver-se à sua sombra. Era-lhes muito difícil, por conseguinte, conceber a si próprios como movimentos distintos e autônomos. (PERALVA, 2019, p. 173)

Para Melucci existem cinco características desses novos movimentos e suas dificuldades a serem enfrentadas: a primeira está ligada à especificidade dos conflitos emergentes que possuem uma vasta heterogeneidade e uma escassa negociabilidade; a segunda se refere à escassa focalização sobre o sistema político e um interesse limitado em torno do problema da tomada de poder, o poder não é mais a figura central desses grupos; a terceira está no fim da separação entre público e privado, mais questões da esfera privada são levadas à publicidade, um conhecimento geral; uma outra característica é a superposição entre comportamento desviante e movimentos sociais, o sistema já não sabe mais como identificá-los e; por fim, a busca pela participação e ação direta, a rejeição da representação. A união de todas essas características nos mostra movimentos emergentes que carregam desconfiança com relação à esfera política (MELUCCI, 2001).

As influências das esferas pública e privada contribuem para a determinação de desigualdades. Como coloca Melucci (1996), ocorre a criação de novas zonas de conflitos. A partir da perpetuação dessas zonas de conflitos surgem grupos e formas de contestação como os movimentos de mulheres e gays que se transformam em formas particulares de resistência com motivações de ordem simbólica “voltadas para a construção ou o reconhecimento de identidades coletivas” (ALONSO, 2009, p. 64).

Melucci (1989) reafirma o pensamento de Touraine apresentando novas composições que, além da identidade, esses grupos constroem solidariedade entre si. Afirma que:

[...] o conflito frequentemente pode afetar o próprio modo de produção ou a vida cotidiana das pessoas. Os participantes na ação coletiva não são motivados apenas pelo que eu chamaria de uma orientação “econômica”, calculando custos e benefícios da ação. Eles também estão buscando solidariedade e identidade que diferentemente de outros bens, não são mensuráveis e não podem ser calculados. (MELUCCI, 1989, p. 53)

A solidariedade entre os sujeitos nas ações coletivas, na teoria dos Novos Movimentos Sociais, é elemento importante, a coesão entre esses grupos se faz por meio dela que além de unir é capaz de gerar demandas comuns.

No caso do objeto desta pesquisa, os coletivos classistas são conflitos sociais contemporâneos. Melucci (1989) afirma que a “ação coletiva não é realizada apenas a fim de trocar bens num mercado político e nem todo objetivo pode ser calculado. Os movimentos contemporâneos também têm uma orientação antagônica, que surge de e altera a lógica das sociedades complexas” (MELUCCI, 1989, p. 53). Esses movimentos identitários como os de raça, gênero, educação, são contestações que buscam questionar e alterar a forma e a lógica das sociedades pós-industriais, deliberando e discutindo a respeito de formas de reconhecimento e reafirmação, buscando sua participação na sociedade.

Para Melucci (1989), os movimentos sociais não devem ser interpretados como um personagem. O movimento social pode ser entendido como:

O que é empiricamente chamado de movimento social é um sistema de ação que liga orientações e significados plurais. Uma ação coletiva singular ou um evento de protesto, além disso, contém tipos diferentes de comportamento e as análises têm de romper sua aparente unidade e descobrir os vários elementos nela convergente e possivelmente tendo diferentes consequências. (MELUCCI, 1989, p. 56)

O autor reafirma o caráter pluri-analítico dos movimentos sociais e estuda-los com fraca teoria é recorrer ao erro. O movimento social pode ser definido como uma forma de ação coletiva: baseada na solidariedade; desenvolvendo um conflito e; estabelecendo o rompimento dos limites do sistema em que ocorre a ação (MELUCCI, 1989, p. 57). Apesar de Touraine relacionar os movimentos sociais às identidades, foi Melucci quem apresentou a ideia de identidade coletiva. Para ele não existe ação sem atores (ALONSO, 2009).

Diferenciando-se em alguns aspectos da corrente teórica dos Novos Movimentos Sociais na Europa, a que surge nos Estados Unidos propõe disputas dentro do campo da teoria, em que a autodefesa de primazia explicativa reduz a controvérsia estratégia *versus* identidade (COHEN, 1985). As produções estadunidenses dão ênfase à racionalidade e estratégia da ação,

ainda que favoreça a compreensão de questões fundamentais sobre os movimentos sociais – como se organizam, como processam a acumulação de recursos e como percebem e respondem as oportunidades do contexto político –, o que conduziu a uma análise refratária a outras dimensões da formação do ator coletivo que não só aquele focalizado na sua constituição.

As produções europeias dos NMS “explica o significado dos movimentos em referência aos processos estrutural, histórico, político e ideológico, mas não integra em sua análise a dimensão estratégico-instrumental da ação social”, concernente às decisões tomadas, às estratégias desenvolvidas e aos recursos mobilizados (CANEL, 1992, n.p.).

Dessa forma não ofereceram “meios adequados para explicar as novas formas de organização ou os projetos dos movimentos contemporâneos que simplesmente não têm como objetivo que a economia ou o Estado os inclua ou lhes conceda benefícios materiais” (COHEN; ARATO, 1992, p. 562). Para Melucci essa racionalidade exacerbada relacionada ao conjunto de crenças e interesses dos sujeitos aplicada aos Novos Movimentos Sociais anula outras questões e deve ser usada com moderação. Relacionando-se com outras questões, “o legado de duas décadas pode ser consolidado criativamente por meio de uma concentração na análise de *como*, sem descuidar do *porquê*” (MELUCCI, 1999, p. 38, grifo nosso).

Por fim, um fator apontado por Oliveira (2010), no debate teórico mais geral sobre os novos movimentos sociais, está relacionado à preocupação em demonstrar a ação progressista dos atores, mas isso é questionado por Laclau “no sentido de que a análise sobre tais atores não deve permitir que incorramos na ilusão, por serem novos, sejam necessariamente progressistas” (OLIVEIRA, 2010, p. 48).

Na teoria do Processo Político, a mais aplicada nos estudos sobre movimentos sociais e a sua relação com o Estado e demais formas de institucionalização, as análises são com base no confronto. Nesse tipo teórico, ao contrário dos anteriores, tem-se a relação dos movimentos sociais, sociedade civil e o Estado. Por meio de um aprofundamento do conflito, ao invés da reciprocidade e da comunicação, agora se tem uma proposta em privilegiar o olhar sobre o que denominam de “política do conflito”. As ações promovidas agora se voltariam ao nível de institucionalização dos atores no sistema político (ABERS; VON BÜLLOW, 2011).

Na teoria do Processo Político é mantida a premissa da racionalidade e de ação estratégica, já aplicada na teoria de Mobilização de Recursos, a qual substitui a centralidade dada à mobilização de recursos econômicos e organizacionais pela dimensão política e cultural do movimento social. A ênfase recai sobre o papel do contexto político-institucional na emergência da ação coletiva. Seus principais expoentes priorizam a estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos a partir da qual os atores são encorajados ou desencorajados a se

engajar no confronto político. Conforme os teóricos dessa corrente, a estrutura de oportunidades políticas, como ambiente externo favorável, oferece as condições para o surgimento do movimento social, a qual se soma a uma estrutura de mobilização, ou seja, de organizações formais, redes sociais e um esquema de interpretação simbólica denominado *frame* (McADAM; TARROW; TILLY, 2001).

Nos modelos teóricos anteriores, as relações entre o Estado e os Movimentos Sociais eram definidas como questões antagônicas, o relacionamento entre essas duas esferas não seria possível por conta do afastamento buscado pelos movimentos sociais. Na teoria do Confronto Político a relação do Estado e Movimentos Sociais é vista como algo positivo e importante, tendo o Estado um papel central nesse modelo proposto, como um interlocutor capacitado na resolução de questões.

O surgimento de movimentos sociais estaria ligado ao conflito, como afirma Sidney Tarrow (2009), que compreende os movimentos sociais como “desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridades” (TARROW, 2009, p. 21). Os contextos sociais e políticos também contribuem para o surgimento dos movimentos sociais, por conta das modificações que irão acontecer nesse sistema político e os fatores políticos influenciam na emergência ou não da ação de movimento sociais.

A forma contenciosa dos movimentos sociais na teoria do confronto político é um aspecto importante desses movimentos. Tilly (2010) afirma que:

Tratar os movimentos sociais como uma forma específica de política contenciosa, no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem; política, no sentido de que governos, de um ou de outro tipo, figuram de algumas formas nesse processo, seja como demandantes, alvo das reivindicações, aliados desses alvos, ou monitores de contenda. (TILLY, 2010, p. 136)

Tilly (1976) não focalizou seus estudos apenas na relação contenciosa entre movimentos sociais e o Estado, contribuindo também com a produção da noção de “repertório de ações coletivas”. Esse conceito busca encontrar padrões, ou seja, repertórios que sejam familiares às ações coletivas que estão à disposição das pessoas comuns em determinados momentos históricos. Dessa forma o conceito de repertório é um conjunto de formas de ação (ALONSO, 2012). A escolha do tipo de repertório usado está diretamente ligada às questões econômicas, políticas e as oportunidades políticas apresentadas naquele determinado momento. Para o autor, o repertório muda por estandartização ou rotinização, e a partir daí se adicionam novas formas de ação bem-sucedidas e subtraem-se as menos eficientes.

A história tem contribuição importante para os estudos das formas contenciosas; ela vai explicar o porquê de alguns movimentos sociais incorporarem características relevantes que os distinguem de outras formas de política, também servindo para mostrar as mudanças significativas dos movimentos sociais, as condições cambiantes e as possibilidades de mudança para o futuro. Tilly (1976) destaca que existiram dois tipos históricos de repertório, uma para o século XVIII, outro para o XIX. O início da utilização de recursos culturais serviu para acabar com qualquer semelhança com os movimentos homogêneos, universalistas, como as greves nos anos de 1980, agora os conflitos se tornaram diversos, então os repertórios precisaram mudar e essa mudança segue constante.

Melucci ressalta a importância da intersecção com outras teorias e os benefícios que essa troca de análises e relações podem contribuir para o desenvolvimento do estudo das ações coletivas e dos Movimentos Sociais:

Hoje, muitas contribuições assumem uma abordagem sistêmica e orientada para o relacionamento, em direção à ação coletiva, enfatizando mais oportunidades e coerções que orientações ou fatores subjetivos meramente objetivos. É o caso de desenvolvimentos na aproximação da mobilização de recursos (Gamer e Zald, 1981) e de algumas análises sobre protestos (Marsh, 1977; Tarrow, 1982 e 1983 e Webb, 1983a). O protesto faz parte de um sistema de relacionamentos que inclui respostas do sistema político e interação entre grupos de protesto e elites. O conceito de estrutura de oportunidades políticas (Tarrow) é relevante para a análise da ação coletiva como sistema e não apenas como crença ou conjunto de interesses "objetivos". (MELUCCI, 1999, p. 39)

Como observa Carlos (2015), essa polarização paradigmática entre as vertentes estadunidense e europeia foi seguida por um espírito de integração das abordagens, que marcou a última década do século findo. Conquanto não tenha resultado em uma síntese teórica, a avaliação de insuficiência e de compatibilidade de ambas as correntes motivou proposições de complementaridades: os teóricos dos NMS reconheceram a estratégia e a ação instrumental nos movimentos sociais (COHEN, 1985; MELUCCI, 1985; 1999), ao passo que os analistas da MR e do PP incorporaram a dimensão cultural da ação coletiva (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1999).

A convergência mínima entre os dois enfoques ponderou que “as mobilizações envolvem tanto a ação estratégica, crucial para o controle sobre bens e recursos que sustentam a ação coletiva, quanto a formação de solidariedades e identidades coletivas” (ALONSO, 2009, p.32). Contudo, há limites nessa perspectiva de diálogo entre as abordagens teóricas. Estudiosos europeus têm postergado a admissão da estratégia em seus programas de pesquisa e, nos estudos estadunidenses, predominam uma “instrumentalização da abordagem cultural”, isto é, a cultura



e os elementos simbólicos ou são vistos estritamente como ferramentas ou recursos acionados pelas organizações de movimentos, desarticulados da ideologia e das tradições discursivas, ou como meios para um fim, não significativos em si mesmos (ALEXANDER, 1998).

As perspectivas dos movimentos sociais, nesse sentido, deveriam reconhecer as dimensões da ação coletiva frequentemente polarizadas, cultural/institucional, sociedade/Estado, expressivo/estratégico, “como campos que coexistem e se constituem em processos sociais dinâmicos e interativos” (CARLOS, 2015, p. 22).

Alonso (2009) conclui que os novos movimentos sociais são formados por grupos e minorias, nos quais “suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida. Recorreriam à ação direta, pacífica, baseada numa organização fluída, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada” (ALONSO, 2009, p. 67). Esses movimentos não se dirigiam diretamente ao Estado, mas almejam a sociedade civil buscando mudanças culturais, sendo essa ênfase social uma forma distintiva das demais teorias de movimentos sociais como as dos velhos movimentos sociais, os movimentos classistas.

Os movimentos sociais podem ser vistos como sujeitos sociais que constroem traduções entre o discurso da sociedade civil e os processos institucionais específicos de tipo mais particularista. São movimentos de natureza prática e histórica, mas que apenas podem ter êxito se forem capazes de empregar a metalinguagem civil para relacionar esses problemas práticos ao centro simbólico da sociedade e suas premissas utópicas (ALEXANDER, 1998). O maior desafio dos estudos sobre ações coletivas, movimentos sociais, é conseguir relacionar todas as propostas analíticas de forma coerente e não exclusiva, e assim produzir estudos que contemplem todas as formas existentes de coletividade.

### 3.2 NOVOS E NOVÍSSIMOS: AS NOVIDADES NAS AÇÕES COLETIVAS

É importante para as análises posteriormente apresentadas deslindar os quadros referenciais teóricos de suporte aos estudos de movimentos sociais e ações coletivas produzidos no Brasil nas últimas décadas. Visto que o nosso objeto de estudo se encontra em um campo indefinido de análise, esse exercício de compreensão sobre as produções atualíssimas nos ajudam a definir nossa visão de análise para os coletivos classistas.

Como já discutido no tópico anterior, a relação das diferentes correntes teóricas corrobora a análise e percepção mais completa das ações coletivas, e permanecer em uma única

vertente teórica é restringir a apreciação desses grupos. No Brasil se observa um engajamento por parte de autores que “adotam determinados pressupostos normativos que definem como “deve ser” o objeto de sua análise e, a partir desses pressupostos, avalia a atuação dos atores empíricos” (SILVA, 2010, p. 3). Neste trabalho procuramos não produzir um discurso totalizante em uma única perspectiva teórica, mas construir um campo compartilhado de discussões que nos ajude a compreender os coletivos classistas.

No último século a produção teórica tem se defrontado com novas demandas e novos conflitos e formas de organização, resultado das mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX, compreendida por alguns teóricos como uma transição da modernidade para a pós-modernidade (SANTOS, 2013; LACLAU, 2011; HARVEY, 2007; LYOTARD, 2006; HALL; 2019). As marcas e os efeitos das transições/reestruturações sofridas pelo sistema econômico mundial capitalista, a figura do Estado e o advento da globalização e de novas formas de comunicação e interação têm transformado os sujeitos, as ações, demandas e as formas de organização.

A presença de diversas pautas e diversidade de ações coletivas e movimentos aparece hoje como sintoma de profundas transformações ubíquas às sociedades contemporâneas, marca das transições sofridas na compreensão de uma sociedade do trabalho para uma sociedade heterogênea, a pluralidade defendida pelo pós-moderno tem influenciado as novas organizações que emergem nas últimas décadas (MUTZENBERG, 2002).

Todo esse contexto de mudanças da sociedade que nos levou a um modelo de rede, integrada por meio do desenvolvimento das tecnologias da informação, nos implica em um panorama drástico quanto ao desenvolvimento social.

Castells (2001) observa que:

[...] os sistemas políticos mergulhados em uma crise estrutural de legitimidade, periodicamente arrasados por escândalos, om dependência total de cobertura da mídia e de liderança personalizada e cada vez mais isolados dos cidadãos. Os movimentos sociais tendem a ser fragmentados, locais, com objetivos único e efêmeros, escolhidos em seus mundos interiores ou brilhando por apenas um instante em um símbolo da mídia. Nesse mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais. (CASTELLS, 2001, p. 22-23)

Não só a economia e o Estado se transformaram com o advento da “sociedade em rede”, os sujeitos coletivos também mergulharam em um campo de crise e isso refletiu na sua relação com os sistemas políticos, instituições e até mesmo com suas próprias formações:

[...] a identidade está se tornando a principal e, às vezes, única fonte de significado em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação

das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras. (CASTELLS, 2001, p. 23)

A crise do capitalismo contemporâneo, que resultou em uma transição para uma posição pós-moderna, desfez as grandes identidades comuns em especial a da pertença a uma classe social específica, país específico e tornou os conflitos heterogêneos, produzindo múltiplas identidades coletivas diferenciadas (LACLAU; MOUFFE, 2005). É a partir desse panorama de transformações que emergem novos e novíssimos atores como os movimentos sociais antiglobalização ou alterglobalização, no qual várias lutas sociais e conflitos que abrangem diversas temáticas têm as questões de identidade como base (GOHN, 2008).

A preocupação com a identidade não é algo novo, fez parte de um processo de universalização com a modernidade, como foi discutido no primeiro capítulo desta dissertação. Santos (2013) reflete sobre a necessidade de uma recontextualização das identidades devido a uma revisão radical do paradigma epistemológico da ciência moderna, a recontextualização e reparticularização das identidades estão proporcionando uma reformulação das interrelações entre os diferentes vínculos, nacional classista, racial, étnico e sexual. Para o autor, a emersão de identidades locais em face do global tem sido uma saída para a formação de novas formas de resistência.

A construção da identidade dos novíssimos movimentos sociais é algo complicado “[...] porque eles são diversificados em termos de referências, que são múltiplas, cruzando faixa etária, gostos, pertencimentos a grupos na mídia social” (GOHN, 2017, p. 22). A forma do movimento deixou de ser hegemônica e passou a ser aglutinador, pelo conjunto de valores e ideologias motivadoras.

Para Machado (2007), as novas características apresentadas pelas ações coletivas na contemporaneidade surgem com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação, as novas atribuições são: 1) proliferação e ramificação de coletivos sociais, devido à rapidez e ao alcance de novas tecnologias; 2) horizontalidade e flexibilidade das redes que resultam em organizações menos hierarquizadas e mais flexíveis; 3) tendência coalizacional, atuando em forma de redes coalizacionais; 4) existência dinâmica, possuem grande dinamismo, organizações fluidas; 5) minimalismo organizacional-material, possuir uma sede, a estrutura material se tornou irrelevante; 6) universalismo e particularismo das causas, possuem ideais universais e particulares; 7) grande poder de articulação e eficiência; 8) estratégias deslocalizadas de ideologias compartilhadas, que buscam ligar identidades, objetivos, ideologias e visões de mundo compartilhadas; 9) multiplicidade de

identidades/circulação de militantes, um mesmo ativista pode estar enredado com outras causas, com outros atores coletivos.

Além do ideal de transformar a sociedade, os sujeitos, as identidades, o novo século também exigiu a mudança nas categorias analíticas de análise das ações coletivas. Na atualidade, há um reconhecimento da insuficiência daquele eixo e unilateralidade daqueles fatores diante da ampliação do campo de investigação e da complexidade dos fenômenos sociais, que põe em evidência diferenças irreduzíveis aos conceitos no interior de modelos tradicionais (MUTZENBERG, 2002).

As redes sociais passaram a ter um papel mais importante nos estudos dos agrupamentos e são utilizadas como ferramentas de mediação e disputa (GOHN, 2008; MACHADO, 2007). Na América Latina, mais especificamente no Brasil, essas transformações também foram sentidas e resultaram em mudanças significativas no estudo sobre ações coletivas e movimentos sociais.

Por meio de um panorama desenvolvido por Gohn (2018) que dividiu em cinco blocos<sup>18</sup> os pressupostos teórico-metodológicos e os paradigmas utilizados nas análises sobre movimentos sociais e ações coletivas nos últimos 1950 anos no Brasil, podemos compreender como os novíssimos sujeitos têm se formado e que tipos analíticos têm sido utilizados.

Para fins de objetividade, iremos nos deter aos três últimos ciclos que demonstram o campo político e social que o país enfrentou e que acarretou mudanças. O terceiro ciclo se inicia por meio da aprovação da nova Constituição em 1988, que trouxe múltiplas formas de participação e resultou na atuação de diferentes atores nas políticas públicas e na construção de novos canais de participação institucionalizados (GOHN, 2018).

A relação entre os atores sociais e o campo político-institucional, por meio da institucionalização, foi o marco desse ciclo. A Teoria de Mobilização de Recursos (MR) e do Processo Político (PP) foram os paradigmas-chaves desse período, o que resultou em análises mais calculistas sobre a ação dos indivíduos, interessados nos recursos e oportunidades que poderiam surgir dos agrupamentos, ou a relação entre movimentos sociais e o Estado (SILVA, 2010; GOHN, 2018). As teorias marxistas, críticas, culturalistas ou identitárias tiveram menos ênfase, mas traziam críticas sobre a falta de autonomia que poderia acarretar o processo de institucionalização e relação entre movimentos sociais e o Estado.

---

<sup>18</sup> Os ciclos estão divididos em: 1º) Década de 1970 – Resistência contra regime militar e as teorias que influenciaram a produção acadêmica brasileira sobre os Movimentos Sociais; 2º) Transição para a Redemocratização até a Constituição de 1988; 3º) 1988 – A construção de Instrumentos Participativos Institucionalizados; 4º) Transformações no Novo Século; 5º) A década de 2010 e as Pesquisas sobre os Movimentos Sociais a partir de 2013.

O quarto ciclo se inicia no final dos anos 1990, tendo como marca uma forte articulação dos movimentos sociais no plano internacional. A combinação das transformações ocorridas na modernidade e a possível transição para uma nova realidade, modificou as condições de produção das sociedades. A importância do âmbito transnacional em oposição ao local e regional, redefiniu a presença dos protagonistas nacionais tradicionais. Esse novo sistema torna mais transparente a pluralidade de fontes de autoridade, no qual o Estado-Nação se tornou apenas uma das fontes (MUTZENBERG, 2002).

Dessa transformação para uma relação entre o transnacional e o local ocorre um desmanche de direitos e abre espaços para novos protagonistas em nível internacional, a exemplo do movimento ecológico, Fórum Mundial e, em nível local, para a crescente afirmação de particularismos. Ocorre uma mudança de sentido, há uma nova compreensão dos direitos para além daqueles sustentados pela igualdade, afirmando-se direitos de coletividades de sua autodeterminação, na afirmação de identidades culturais e de suas concepções sobre a vida social (MUTZENBERG, 2002; GOHN, 2018).

Com a inclusão de vários militantes de movimentos sociais e associações na estrutura estatal, os estudos levaram em consideração referenciais que abordassem instituições e estruturas de poder (GOHN, 2018). Como a teoria do Processo Político (PP) e a do Reconhecimento, com Fraser, Honneth e Taylor que inclui no debate as questões do reconhecimento de direitos sociais de grupos e povos discriminados.

Esse ciclo também teve a participação fora das instâncias institucionalizadas, os movimentos clássicos, como MST, MTST. Os sindicatos continuam com ações, mais pelo viés da negociação do que pelos protestos nas ruas, articulando-se em redes de mobilização para defender direitos e seus territórios (GOHN, 2017). A inserção dos movimentos na esfera pública possibilitou ganhos significativos com relação a leis sobre direitos de mulheres, demarcação de terras ancestrais, direito à moradia (GOHN, 2013). Movimentos como Passe Livre (MPL) que vão ter significativa atuação nas manifestações de junho de 2013, também se formaram no início dos anos 2000. Durante o processo de reconhecimento da diversidade de movimentos e ações civis coletivas que não precisam se resumir necessariamente a um único prisma teórico, logo os movimentos já citados neste trabalho continuam coexistindo e sendo válidos. Para Gohn (2008), os movimentos que surgem nos anos 2000 são fruto:

[...] De um novo cenário que movimentos sociais voltaram a ter visibilidade e centralidade a partir da primeira década do século XXI, como atores que pressionaram por processos de mudança social e reinventaram as formas de fazer política. Eles também se transformaram bastante, realizaram deslocamentos em suas identidades e incorporaram outras dimensões do pensar e agir social. Alteram seus projetos políticos. Mas como são muitos e

heterogêneos, parte deles fragmentou-se, perdeu ou redefiniu sua identidade, ideias e pontos de vistas centrais, alterando o projeto e a cultura política existente. (GOHN, 2008, p. 18)

“Os movimentos contemporâneos também têm uma orientação antagônica que surge e altera a lógica das sociedades complexas” (MELUCCI, 1999, p. 40). É perceptível a mudança na forma de ação dos atores na primeira década dos anos 2000, eles redefiniram sua identidade, ideias e alguns aproveitaram brechas e se conectaram com as possibilidades dadas pela globalização, na interligação e conhecimento de novas formas de agir, resistências, sociabilidades e interações possibilitadas pela internet (DELLA PORTA; DIANI, 2015). Scherer-Warren (2006) afirma que:

As redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações –, e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ainda que esse diálogo não seja isento de conflitos, o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito indenitário único à defesa de um sujeito plural. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 115-116)

Por fim, o último ciclo analisa a década de 2010 e as pesquisas sobre os Movimentos Sociais a partir de 2013. Para compreendermos o que aconteceu no Brasil em junho de 2013 é preciso retroceder um pouco na história e irmos até a crise do capitalismo global de 2008 que trouxe reflexos a longo prazo em vários países do mundo (GOHN, 2018; 2014; SCHERER-WARREN, 2014). Esses reflexos são resultados de uma interdependência e interconexão reativa, as decisões de governos locais não afetam apenas o Estado ou a jurisdição a que se referem, assim eles também respondem a situações que estão fora do seu espaço de controle (MACHADO, 2007). A partir da crise do capitalismo que se inicia nos Estados Unidos, surgem revoltas na Grécia, Espanha, Portugal; a Primavera Árabe, Movimento Occupy Wall Street se espalham pelo mundo e são intitulados de “Manifestações dos indignados” (GOHN, 2014).

Assim novos sujeitos políticos ganham destaque, compostos pelo sentimento de indignação, descrença, insatisfação. São eles que serão os protagonistas do que se vem intitulando de “Novíssimos Movimentos Sociais”, frutos da confrontação de várias culturas políticas, com repertórios, narrativas, visões e formas de criar representações sobre a coisa pública (GOHN, 2014; 2017).

Mas qual a semelhança entre essas manifestações, ações coletivas? O primeiro ponto é que são agrupamentos formados por jovens. A juventude é historicamente constituída por bastante idealismo e já compunha os movimentos caracterizados como “novos”, eles formam o perfil predominante dos “novíssimos movimentos sociais”. Eles têm buscado cada vez mais

coletivos e associações não institucionalizadas, recusando as disputas por hegemonia que caracterizam as práticas partidárias e sindicais (FERRAZ, 2019; GOHN, 2018; AUGUSTO, ROSA E RESENDE, 2016; SCHERER-WARREN, 2014).

O segundo ponto marcante dessas novíssimas ações é a sua atuação através de diferentes redes sociais e o uso da internet. A relação em redes é discutida desde os estudos sobre os Novos Movimentos Sociais, elas marcam os movimentos sociais que se configuram na contemporaneidade, e que formam uma complexa estrutura de redes que se conectam com uma multiplicidade de atores (MELUCCI, 1995; CARLOS, 2011).

A globalização e a internet impulsionam e formam outras variedades de redes sociais<sup>19</sup> na estruturação da ação coletiva. De acordo com Diani (2003) o movimento social é formado por atores formalmente independentes que se situam em contextos locais determinados. Eles produzem identidades específicas, valores e orientações, e perseguem metas e objetivos, constroem um elo a partir de formas de cooperação concreta ou reconhecem diferentes processos que vão além da ação de protesto pré-estabelecido.

As mudanças paradigmáticas propostas pela pós-modernidade que têm visado valorizar contextos locais em face do global, proporcionam diferentes visões de identidades e redes de interações informais compostas por uma multiplicidade de sujeitos heterogêneos. A análise dos movimentos por meio da perspectiva de redes sociais tem apresentado novas possibilidades de compreensão da interação entre os sujeitos e a formação de diferentes tipos de organização antes encobertos pela categoria de sociedade civil construída pelos tipos teóricos adotados atualmente (MR, PP, TNMS) (LAVALLE; CASTELLO; BICHIR, 2007; CARLOS, 2011). A teoria de rede de movimento se tornou ferramenta importante nos estudos de movimentos sociais, “oferecem contribuições fecundas às teorias dos movimentos sociais, ao propor uma investigação complexa que permita o reconhecimento das múltiplas facetas que perpassam a ação coletiva.” (CARLOS, 2011, p. 154).

Dentre essas múltiplas facetas estão incluídas diferentes formas de interação entre os sujeitos que a partir delas constituem uma rede de solidariedade entre si, os modos de constituição dessa rede variam de acordo com o tempo, o espaço e o local. Na

---

<sup>19</sup> A análise de redes sociais tem como objeto as relações ou laços sociais estabelecidos por indivíduos, atores coletivos, associações ou organizações e instituições (e entre eles) constituem o elemento por excelência da estruturação da vida social. A relação é compreendida por meio da ação social dos atores como constituída em um contexto de relações múltiplas, dinâmicas e mutáveis. Dessa forma a análise de redes quando estudada em conjunto à movimentos coletivos possibilita reconstituir o denso e complexo tecido relacional que estrutura as relações entre atores no interior de grupos e organizações específicas ao movimento. A perspectiva de rede pode apresentar diferentes dinâmicas que são importantes para compreensão empírica dos movimentos sociais, o que permite a apreensão da multiplicidade de níveis de experiência encontradas em processos de ação coletiva e de mobilização de base (EMBIRBAYER, 1997; CARLOS, 2011).

contemporaneidade tem se notado que os jovens têm construído redes sociais por meio de mecanismos virtuais, internet, usando o suporte das novas tecnologias para se organizarem. Nas redes virtuais divulgam, convocam e expressam seu posicionamento (SCHERER-WARREN, 2014). Como os atores políticos e econômicos se globalizam, o mesmo faz os coletivos sociais, de forma a compensar a desigual distribuição de recursos e poder, ao incorporarem o que as novas tecnologias de informação e comunicação têm a oferecer e as utilizando para seus interesses (MACHADO, 2007).

Esses conjuntos de pessoas começam a encontrar novas formas de interação, de fazer com que suas demandas específicas que se relacionam com suas identidades, busca de direitos e participação sejam ouvidas e integradas com outros grupos que atuem nas mesmas pautas. A ação através de “redes” como denominou, se inicia com o advento da globalização das relações interpessoais e a interação por meio da internet potencializou essa integração. Scherer-Warren (2006) afirma que:

As redes de movimentos possibilitam, nesse contexto, a transposição de fronteiras territoriais, articulando as ações locais às regionais, nacionais e transnacionais; temporais, lutando pela indivisibilidade de direitos humanos de diversas gerações históricas de suas respectivas plataformas; sociais em seu sentido amplo, compreendendo o pluralismo de concepções de mundo dentro de determinados limites éticos, o respeito às diferenças e a radicalização da democracia através do aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada. Essa é a nova utopia do ativismo: mudanças com engajamento com as causas sociais dos excluídos e discriminados e com defesa da democracia na diversidade. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 126-127)

Segundo Machado (2007), o longo alcance das manifestações que ocorreram em vários países do globo em diferentes anos se deu por conta da:

[...] possibilidade de comunicação rápida, barata e de grande alcance faz atualmente da Internet o principal instrumento de articulação e comunicação das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos de cidadãos. A rede se converteu em um espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores sociais para ampliar o alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes. Agrupando dezenas ou até centenas de organizações de diferentes portes e universos culturais, linguísticos e identitários diversos, com base na infra-estrutura da rede mundial, elas conseguem agregar eficiente e eficazmente o descontentamento, para gerar amplas e complexas sinergias em ações globais. Em suma, a rede é um espaço público que possibilita novos caminhos para interação política, social e econômica. (MACHADO, 2007, p. 268-269)

Castells (2013) interpretando as diversas mobilizações que ocorreram em alguns países do mundo, na Espanha, EUA, no mundo árabe, relaciona-as sob a perspectiva dos movimentos em rede. Ele chama atenção para as conexões existentes entre eles e a autonomia da



comunicação as quais por meio da internet e mídias moveis proporcionam a organização, ação e divulgação, tornando-se uma ferramenta importante e inovadora para as organizações que emergem na contemporaneidade. Para Machado (2007), a internet se transformou em ferramenta de integração e articulação, a comunicação não ocorre somente por meio de computadores ligados à internet, mas também por meio de celulares e diferentes formas de mídias moveis, como *Twitter*, *Facebook*, *Youtube*, *Blogs*, o que se convencionou chamar de ciberativismo.

Com todas essas “novidades” no campo das ações coletivas, novos aportes teóricos entram em cena, especialmente as teorias do autonomismo ou socialismo libertário (DAY, 2005), a teoria neomarxista e a abordagem relacional ou cyberativismo (GOHN, 2018; 2019; AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016).

A teoria autonomista já estava presente nas histórias de lutas sociais no Brasil, desde o século XX, em associações anarquistas. O tema da autonomia já esteve relacionado aos novos movimentos sociais no período em que foram considerados de costas para o Estado (EVERS, 1981; SILVA, 2010). Essa perspectiva autonomista não tem nada a ver com a matriz do autonomismo que atualmente tem forte presença entre inúmeros movimentos e coletivos sociais, permeados de ideias anarquistas e de um socialismo utópico. Gohn afirma que:

[...] A ideia de autonomia surge a partir do desejo de liberdade, igualdade, justiça e independência de um governo que não é governo. A reorganização de sociedade deveria ocorrer através de associações livres de contato. As mudanças econômicas deveriam ter primazia em relação às políticas. As ‘Sociedades de Ajuda Mútua’ seriam os principais meios de realizar a mudança social sem violência, dado seu caráter. Seu objetivo deveria ser a ação e a cooperação econômica e não associação para a propaganda política. (GOHN, 2018, p. 20)

Nos novíssimos movimentos sociais a ideia de autonomia ganha foco e centralidade nas lutas sociais, apesar de serem permeados de heterogeneidade, em termos de tendências e correntes internas. Um dos representantes desta corrente, o canadense Richard Day (2005), argumenta que os movimentos criados após a década de 1980 (movimentos de resistência indígena, organizações feministas e ativismos antiglobalização) devem ser considerados novíssimos movimentos sociais, pois seguem a lógica da afinidade e não da hegemonia. A solidariedade, apontada por Melucci (1989) por meio da identidade, é um mecanismo de união que juntamente com a mobilização em redes faz desses grupos mais coesos e seguros dos seus objetivos como uma massa única clamando por mudanças.

Os movimentos hegemônicos estariam ligados às tradições liberal e marxista que dominaram a ação política ao longo do século XX. Para Laclau e Mouffe (2005), a lógica da

hegemonia só seria alcançada pelos grupos por meio de um exercício discursivo de unificação de classes e grupos sociais em si mesmos, a partir dos interesses dominantes nesta aliança, assim constituindo um sujeito político forte, com capacidade de impulsionar seus líderes a assumir o controle do aparato estatal capitalista.

Para que ocorra a ascensão de sujeitos fortes capazes de alterar sua realidade é preciso que o campo seja construído e reconstruído na contingência das relações dos atores. Para isso há três condições: a) que algo (atores) a se hegemonizar seja heterogêneo desde o início, impedindo a construção de totalidades fechadas; b) que a sutura hegemônica produza um efeito re-totalizante (um novo centro); c) que a retotalização não tenha caráter de reintegração, mantendo viva a heterogeneidade em função da relação hegemônica (OLIVEIRA, 2010). Mutzenberg (2002), por meio dos escritos de Laclau, considera que a partir da pluralidade e a fragmentação das sociedades contemporâneas, os processos hegemônicos tornam-se mais plurais, não são determinados, mas sim uma construção de diferentes atos de identificação; esses atos sustentam, modificam, resistem ou rejeitam uma ordem concreta.

A premissa central da hegemonia é a suposição de que a mudança social efetiva só pode ser alcançada simultaneamente e em massa, em todo espaço nacional ou supranacional (DAY, 2005). Conforme Day (2005) os objetivos hegemônicos seriam uma forma de opressão intrinsecamente autoritária.

A relação autonomista dos novíssimos movimentos sociais segue uma lógica de afinidade, na medida em que estão enraizados em autonomia e na descolonização, desenvolvendo, para tanto, novas formas de auto-organização. Essas novas formas de auto-organização podem funcionar em paralelo ou como alternativas às formas existentes de organização social, política e econômica. A lógica da afinidade está presente no anarquismo libertário como recusa ao Estado e as formas de relações hegemônicas, permitindo assim que cada grupo desenvolvesse sociabilidades distintas sem obedecer a um único projeto em comum (DAY, 2005).

A utilização da nomenclatura de “novíssimos movimentos sociais” para se distanciar dos novos movimentos sociais dos anos 1980 é válida por conta de serem movimentos que radicalizam suas práticas e discursos com relação às suas demandas, criando novas formas de interação mais eficazes com a sociedade e o Estado. Para ele, os novíssimos não buscam apenas modificar as formas de dominação, mas também as formas de relações sociais e políticas que permitem essa dominação.

É perceptível a alteração do senso comum de análises sobre as ações coletivas, nas quais a maioria dos teóricos não davam muita importância para aquelas modalidades de ação política

não amparadas por instituições como as manifestações e coletivos (AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016). A predominância em prever e determinar comportamentos e características tem feito dos estudos sobre movimentos sociais mais uma concepção de autonomia com ausência de relação e marcada fundamentalmente pela interação conflitiva (SILVA, 2010).

As outras duas teorias que ajudam a compreender as ações dos novíssimos movimentos sociais são: a Teoria crítica e reconhecimento de direitos (Fraser, 2001; Honneth, 2003); a temática da participação surge vinculada ao eixo da justiça social. Destacam-se as questões do reconhecimento de direitos sociais a grupos e povos discriminados em dois campos básicos: o de diferenças, diversidades sociais, desigualdades, injustiças sociais; e o campo relativo às questões da redistribuição (de bens ou direitos), como forma de compensar as injustiças historicamente acumuladas (GOHN, 2019).

A teoria neomarxista na qual as lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carência econômicas ou pressão sociopolítica e cultural. Linha contemporânea de estudos sobre participação em movimentos sociais na Europa, que observa valores macroeconômicos e políticos, e a política passa a ser enfocada do ponto de vista de uma cultura política resultante das inovações democráticas relacionadas com as experiências nos movimentos sociais (GOHN, 2019). Nas análises atuais existe um forte afastamento das concepções marxistas, por acreditarem estar ultrapassado o debate entre classe e processos associativos. Sobre isto Silva (2010) afirma que:

[...] Aqui parece colocar-se a necessidade de uma postura que evite um posicionamento a priori sobre a relação entre classe e associativismo, tanto no sentido de afirmar sua importância quanto no de defender sua irrelevância. Em um contexto social marcado por profundas desigualdades socioeconômicas e altos níveis de carências, o descarte da posição de classe como elemento relevante para a construção de identidades e a organização social é uma posição inadequada e dificilmente defensável em termos teóricos e empíricos. Ao mesmo tempo, tomar a identidade de classe como um dado e o conflito de classe cuja definição assume uma posição de centralidade e até mesmo de exclusividade na motivação para o agir coletivo impede de apreender a complexidade da vida associativa e dos fundamentos potenciais dos processos de identificação e mobilização coletiva. (SILVA, 2010, p. 7)

As discussões sobre classe ainda encontram fundamentos no novo milênio, não devendo serem colocadas de lado. A discrepância entre a estrutura de rendimentos entre as classes sociais ainda é motivo de insatisfação por parte de sujeitos coletivos, greves de trabalhos ainda existem, a situação econômica e social ainda representa pautas importantes na organização de agrupamentos coletivos, sendo um dos motivos para a reconfiguração dos movimentos sociais marcados pela indignação com a situação econômica e pelo anseio de ruptura com as chamadas

velhas formas de organização de fazer política do movimento sindical e dos demais tradicionais movimentos sociais (FERRAZ, 2019).

A atuação em redes por meio da abordagem relacional que ocorre entre indivíduos no campo teórico dos novíssimos movimentos sociais acontece devido ao fácil acesso e difusão de informações e contatos que potenciou o alargamento das relações entre grupos e indivíduos. Essa relação tem base no interacionismo simbólico e advém das relações virtuais (GOHN, 2019; CASTELLS, 2001)

As agendas de pesquisa sobre ações coletivas e movimentos sociais no Brasil se alteraram a partir de 2011, porém ainda são poucas as produções brasileiras com o uso da nomenclatura “novíssimos movimentos sociais”, como afirma Perez e Souza:

Em uma consulta ao termo novíssimos movimentos sociais no portal de periódicos da Capes, apenas dezenove trabalhos foram encontrados em 2016. Tais trabalhos descrevem manifestações como as que ocorreram em Brasil em junho de 2013. Estas manifestações tiveram como estopim a reivindicação por parte do Movimento Passe Livre para que a tarifa na cidade de São Paulo não sofresse aumento e, em última instância, fosse gratuita — atendendo ao direito humano de ir e vir. O Movimento Passe Livre é identificado como um novíssimo movimento, que é caracterizado pelos “princípios do apartidarismo, horizontalidade, autonomia e constituição de frente de luta para pressionar por um objetivo específico” (AUGUSTO, ROSA e RESENDE, 2016, p. 26). O trabalho de Augusto, Rosa e Resende (2016) atribui as seguintes características aos novíssimos movimentos sociais, a horizontalidade, a autonomia, o federalismo (vínculo com outras localidades), o apartidarismo e o ciberativismo. (PEREZ; SOUZA, 2017)

A relação dos novíssimos movimentos e as manifestações que ocorreram em junho de 2013, em 12 capitais brasileiras, formando uma onda de conglomerados populares nas ruas, praças e avenidas, trouxeram novos ares para produções teóricas. As ondas de protestos demonstraram e promoveram um novo modelo de ativismo em que questionam os valores das sociedades capitalistas, promovem organizações de forma horizontal e sem o peso hierárquico das instituições e de seus intelectuais orgânicos, demonstrando desinteresse em dialogar com representante do Estado, que rompem com as tradicionais vias da política institucional e questionam os meios de participação política, em busca de espaços e objetos (AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016; GOHN, 2017; ALONSO, 2017; FERRAZ, 2019).

Os novíssimos movimentos passam a unir diferentes grupos, ações coletivas que tenham pautas em comum, tanto a nível local quanto global, criando uma rede de contato e ações para unirem forças em busca de um objetivo único defendendo sujeitos plurais. Os movimentos sociais a partir dos anos de 2000 não podem mais ser estudados como organismos homogêneos, hierárquicos, centralizados. A imersão de novos tipos categóricos reafirma a necessidade de se

acompanhar a sociedade e as necessidades de participação dos seus sujeitos que sempre vão se reinventando com o tempo.

### 3.3 OS COLETIVOS CLASSISTAS COMO NOVA FORMA DE ORGANIZAÇÃO

As ações coletivas, movimentos sociais, são ações que estão em constante mudança, essa mutabilidade se refere aos novos modos de interação que veem surgindo e se adaptando no espaço-tempo da pós-modernidade. Os grupos possuem aspirações emancipatórias, por um lado, e um processo de regulação, por outro. O equilíbrio entre esses dois termos constituiu o projeto da modernidade que persiste até hoje. Os movimentos sociais continuam nessa lógica entre a reprodução de uma ordem social e as possibilidades de emergir ativamente no processo de (re)construção social (MUTZENBERG, 2002; SANTOS, 2013). Conforme Mesquita, essas dificuldades levam a uma:

[...] tendência a uma percepção estanque dos movimentos sociais como objetos de análise, muitas vezes naturalizados e observados de modo homogêneo, não considerando as nuances de sua dinamicidade interna. Além disso, as dificuldades de diferenciá-los de outros fenômenos sociais como as ações coletivas de protesto, por exemplo. Estas dificuldades, em certa medida, estão relacionadas com a forma pela qual fomos habituados a pensar, compreender e estudar a realidade social enquanto temática de interesse e investigação. (MESQUITA, 2008, p. 181)

Alguns analistas tendem a assumir o papel de propositores de formas de organização e atuação dos movimentos sociais a partir de determinados princípios considerados corretos, justos e/ou eficazes (SILVA, 2010). Isso tem sido percebido nas produções recentes sobre novas formas de organização que têm emergido na sociedade. Elas se dedicam pouco à construção de modelos analíticos de identificação e de mecanismos que expliquem os processos organizativos que constituem e transformam essas ações.

As manifestações que ocorreram em junho de 2013, como citado, foram terreno fértil para atuação dos “Coletivos” (GOHN, 2017; LIMA; SCHMITZ, 2017). Esses movimentos emergiram na cena pública revertidos de um repertório autonomista, em busca de justiça e mudanças, por meio de signos e slogans anarquistas (ALONSO, 2017). Eles surgem nas universidades e nas redes sociais, adotam uma figura de nova forma de ação, organização.

Os coletivos discutem sobre temas relacionados aos marcadores sociais da diferença, como gênero, raça, educação, orientação sexual, entre outros. A palavra “coletivo” não é algo

novo e muitas vezes foi designado para conceituar um grupo de pessoas em movimentos sociais ou aglomerados de indivíduos. Seu uso é recorrente na literatura de movimentos sociais quando se trata de agrupamentos. Mas utilizar o termo como um tipo de organização, formação que se distancia das formas tradicionais de se fazer política e até mesmo se distanciando dos movimentos sociais tradicionais, é novo. (GOHN, 2017; MESQUITA, 2008; MAIA, 2013; PERALVA; 2017; PEREZ, 2017; LIMA, 2018).

A crescente adoção do termo coletivo e a sua relação com a literatura de novíssimos movimentos sociais por parte de trabalhos já produzidos nos levam a questionar: O que são os coletivos? Quais as razões de sua disseminação? Quais os aportes teóricos que possibilitam sua compreensão? As produções brasileiras acerca desse objeto ainda são tímidas e apresentam uma literatura escassa. Em um balanço realizado por Perez e Filho (2017) sobre produções a respeito de coletivos publicados em plataformas acadêmicas como *Scielo* e o periódico da CAPES foram encontrados 12 artigos sobre o tema, demonstrando a pouca produção sobre esse novo tipo de organização. Até então o Brasil possuía sete artigos que têm os coletivos como objetos que são: Mesquita (2008); Borelli e Aboboreira, (2011); Siqueira e Lago (2012); Costa e Paulon (2012); Maia (2013); Ferreira (2015); Amador e Castro (2016). Cinco são de pesquisadores estrangeiros de outros países, um da Venezuela (SAPRIEZA, 2015), outro do Chile (MORA; RIOS, 2009), Índia (DE SOUZA, 2012) e dois dos Estados Unidos (BORDT, 1990; VALK, 2002). Esses estudos têm como objeto os coletivos e foram analisados como estudos de casos.

A baixa produção sobre o tema é apontada por Perez e Filho (2017) em razão da recente formação desses grupos nos espaços acadêmicos e nas mais variadas arenas não institucionais. Os estudos sobre ações coletivas no Brasil têm sido restritos a um conjunto de organizações e movimentos que, em maior ou menor grau, compartilham determinados princípios político-organizativos adotados e defendidos pelos pesquisadores. Exclui-se, assim, a análise rigorosa de uma ampla gama de atores sociais cujas formas e/ou objetivos de ação confrontam aqueles princípios, tais atores tendem a ser simplesmente desconsiderados ou “condenados” (SILVA, 2010).

Em uma nova pesquisa realizada em plataformas acadêmicas, periódicos da Capes, livros e *papers* apresentados em eventos como ANPOCS e na SBS foi possível identificar uma certa evolução na produção sobre o tema. Por meio do balanço realizado por Perez e Filho (2017) foram encontrados sete artigos que têm os coletivos como tema central de suas discussões. A produção se inicia em 2008 e vai até o ano de 2016. A partir de 2017 se observa o crescimento latente sobre coletivos em periódicos e congressos, uma resposta à expansão e

proliferação de coletivos por todo o país, o que talvez tenha feito os analistas crerem que os coletivos não são formas de agrupamentos passageiros.

Dentre as 20 produções, descritas no quadro 1, é possível observar as abordagens dos pesquisadores sobre os coletivos, no qual as temáticas de arte e cultura e os coletivos como uma forma de representação são as principais vertentes analíticas das produções brasileiras.

**Quadro 1** – Síntese da literatura sobre Coletivos no Brasil

<b>TÍTULOS /INDICAÇÃO DE AUTORIA</b>	<b>PLATAFORMA DE ORIGEM</b>	<b>TEMA ABORDADO</b>	<b>PRESENÇA DE DEFINIÇÃO?</b>
1. A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política (MAIA, 2013)	Periódicos UFSM.	Representação	Sim. São formas de mobilização baseadas na multiplicidade e na temporalidade das pautas.
2. Cultura e política: a experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil (MESQUITA, 2008)	Periódicos CAPES	Arte e cultura	Não.
3. Teorias/metodologias; trajetórias de investigação com coletivos juvenis em São Paulo (BORELLI; ABOBOREIRA, 2011)	Periódicos CAPES	Arte e cultura	Não.
4. O Coletivo (com preguiça): encontros, fluxos, pausas, artes (AMADOR; CASTRO, 2016)	<i>Scielo</i>	Arte e cultura	Sim. São formas de mobilização na circunscrição de afetos e na fluidez.
5. Coletivo da música: um estudo sobre relações entre arte e saúde mental (SIQUEIRA; LAGO, 2012)	Academia.edu	Música	Não.
6. Participação social e protagonismo em saúde mental: a insurgência de um coletivo (COSTA; PAULON, 2012)	<i>Scielo</i>	Representação	Sim. São associações entre diferentes sujeitos em oposição ao indivíduo ou individual.
7. Margeando ativismos globalizados: nas bordas do Mujeres Al Borde (FERREIRA, 2015)	<i>Scielo</i>	Gênero e sexualidade	Não.
8. O legado de 2013: coletivos de ativistas e a agenda política brasileira (PERALVA, 2017)	ANPOCS	Representação	Sim. São um modelo de ativismo relativamente novo.
9. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil (PEREZ; FILHO, 2017)	Periódico UFAL	Representação	Sim. São novas formas de mobilização da sociedade civil.
10. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos (SOUZA; PEREZ, 2017)	ANPOCS	Representação	Sim. Refere-se à união de pessoas em torno de um objetivo comum.
11. Surgimento e atuação dos coletivos que discutem clivagens sociais (PEREZ, 2017)	Academia.edu	Representação	Sim. Um tipo de ação coletiva que debate questões de gênero, raça, orientação sexual e outros marcadores sociais da diferença.

12. Como os coletivos se mobilizam desde as manifestações de junho de 2013 em Belém (LIMA; SCHMITZ, 2017)	SBS	Representação	Não.
13. Coletivos de gênero em Teresina-PI: uma forma de participação das mulheres na sociedade atual (MELO; PEREZ, 2018)	Livro	Gênero	Sim. São uma forma de mobilização social que atuam nas universidades e no meio digital e discutem pautas de gênero, raça, sexualidade, educação, participação, desenvolvimento cultural, entre outras.
14. “Coletivo, “ativista e “horizontal”: uma análise de categorias em uso no movimento social contemporâneo (LIMA; 2018)	Periódico UFJF	Gênero e sexualidade	Sim. São a defesa da atuação política em grupo.
15. Virada comunicação: como coletivos de comunicação das periferias estão construindo uma nova forma de se comunicar (ASSIS, 2018)	Periódico USP	Comunicação	Não.
16. Imaginários urbanos, coletivos socio técnicos e vigilância cívica: a vida social em rede e os novos espaços da moralidade (ARRUDA, 2018)	<i>Scielo</i>	Comunicação	Não.
17. Juventude universitária e política: a descrença nas instituições parlamentares e o crescimento dos coletivos (PEREZ, 2018)	ABCP	Representação	Sim. São organizações fluidas, não hierárquicas e discursivamente distantes da política partidária parlamentar e das organizações mais tradicionais.
18. Os dois lados do Espelho: a cobertura midiática e as publicações do coletivo negro balanta no embate sobre as cotas na UFRGS (SILVA; CAMPOS, 2019)	Periódico Feevale	Raça	Não.
19. A inter-relação entre coletivos culturais e instituições no Espírito Santo: para além da fronteira (teórica) entre sociedade civil e Estado (MARQUES; MARX, 2019)	SBS	Arte e Cultura	Sim. Novas experiências de organização.
20. Autodenominação “coletivo”: o que essa escolha pode nos informar (PENTEADO; OLIVEIRA, 2019)	SBS	Representação	Sim. São grupos de mobilização e atuação política formados por pessoas que compartilham ideias e valores e que reconhecem o coletivo do qual fazem parte como espaço e meio de atuação política na sociedade para atingir um objetivo comum.

Fonte: a autora (2019).

Inicialmente os coletivos têm sido analisados pelo prisma dos Novíssimos Movimentos Sociais (GOHN, 2017; PEREZ; SOUZA, 2017; AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016) e são estudados pela ótica da autonomia, não buscando mais uma relação com o Estado e formas



tradicionais (partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, entre outros). Esse distanciamento e descrença é uma das justificativas da proliferação dos coletivos.

A descrença nas instituições e nos meios participativos frutos do modelo da democracia representativa fez com que esses atores se agrupassem em uma forma de organização que eles desejam que seja totalmente diferente dos modelos tradicionais. Essa crise de credibilidade na relação entre Estado e demais formas de associação se deu devido à abertura dada pelos Partido dos Trabalhadores (PT) nos seus mandatos à participação de vários membros de movimentos sociais (ABERS; VON BÜLOW, 2011; TATAGIBA, 2014). As manifestações de junho de 2013 foram o retrato da insatisfação com temas sociais e com a política institucional (GOHN, 2017; ALONSO, 2017).

As manifestações de 2013 demonstraram o desejo de distanciamento da política parlamentar, as massas ansiavam pelo desejo de um exercício de política sem mediações institucionais, além de um distanciamento dos partidos políticos (TATAGIBA, 2014). Os coletivos se firmam nesse cenário como uma organização que não aceita vínculo com partidos políticos, sindicatos, ou igrejas, movimentos sociais, seguindo a lógica da autonomia de total liberdade e desvinculo político.

Essa construção autônoma dos coletivos não existiu apenas nas manifestações de junho de 2013, ela continuou sendo característica base para formação e construção dos coletivos posteriormente. Os coletivos estudados por Mesquita (2008), Peralva (2017), Gohn (2017) e Lima (2018) demonstram o afastamento de formas organizacionais tradicionais, a não identificação política é o retrato da emergência da crise da representação política e da necessidade de se encontrar novas formas não engessadas pela normatividade das instituições.

Outro ponto central na análise dos coletivos está no perfil de seus participantes, a grande maioria é composta por jovens. A juventude tem contestado e renovado as práticas e valores estabelecidos por meio de sua cultura, essa mudança se dá pela elevação dos níveis de escolaridades dos jovens, seu idealismo e acesso às informações na internet (PERALVA, 2017). Eles passaram a participar mais ativamente e a se sentirem seguros em questionarem e contestarem o que não concordam, isso tem resultado em um esvaziamento dos movimentos de representação estudantil e outras formas tradicionais relacionadas à juventude (MESQUITA, 2008).

Atualmente os jovens estão mais capacitados e instruídos, imersos em um cenário de competição e incerteza proposto pelas transformações do capitalismo contemporâneo, acarretando uma preocupação demasiada com o futuro que deixou de fazer parte apenas da vida dos pobres, tornando-se fato regular na vida das classes médias. Assim eles se lançam em

movimentos que buscam construir vidas autônomas, por meio de formas singulares e coletivas que fujam dos costumes associados e cláusulas totalizantes da modernidade (SANTOS, 2013; AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016).

As universidades se transformaram em ambientes propícios para discussões sobre temas como identidade, sexualidade, raça, política e transformações sociais. Perez (2018) afirma que os coletivos universitários são formados por estudantes de ensino superior que atuam nas universidades, eles vão se diferenciar dos coletivos de artes por discutirem a identidade de grupos e propor ações que desconstruam preconceitos.

A desconstrução leva a inclusão de grupos com maior dificuldade de acesso, aliam essas pautas com outras questões mais relacionadas ao meio estudantil que também se inserem no campo de disputa e discussão, como a luta pela inclusão e permanência dos estudantes nas universidades, como demonstra Silva e Campos (2019), na sua análise sobre o coletivo Balanta e a luta pela política afirmativa de cotas para negros na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Nos centros universitários também se formam os coletivos ligados aos partidos políticos e/ou movimentos estudantis, tais coletivos se mostram peculiares, são formados por jovens universitários e atuam por direitos para os estudantes e/ou bandeiras partidárias. Além de parte deles expressarem ligação com partidos, esses agrupamentos utilizam suas páginas para criticar outros partidos e arenas parlamentares (SOUZA; PEREZ, 2017).

Diferente dos coletivos universitários, esses coletivos atuam mobilizando seus membros para manifestações, ou seja, têm como prática a organização de protestos. Nem sempre eles carregam o nome do partido ou da chapa do movimento estudantil com os quais têm ligação e adotam o nome coletivo, demonstrando a existência de um tipo de coletivo que se relaciona com formas tradicionais rechaçadas pelos coletivos, como partidos políticos e movimentos sociais (SOUZA; PEREZ, 2017).

A contestação dos jovens e a busca por táticas de resistência ao domínio do capital e de suas consequências, a não crença na luta institucional burocratizada, têm possibilitado aos jovens se organizarem de forma horizontalizada, sem a ideia de um líder. Essa característica dos movimentos da juventude é associada em quase todos os trabalhos sobre coletivos e novíssimos movimentos sociais, como em Borelli e Aboboreira (2011); Augusto, Rosa e Resende (2016); Maia (2013); Gohn (2017); Perez (2017); Melo e Perez (2017); Peralva (2017); Lima e Schmitz (2017); Assis, (2018); Marques e Marx (2019); Penteado e Oliveira (2019).

A ação por meio de redes, a partir do uso de novas tecnologias da informação, tornou-se uma das características dos novíssimos movimentos sociais, e se faz presente como uma

ferramenta essencial para ação e organização dos coletivos (GOHN, 2017). A forte presença de coletivos nas redes sociais digitais (MAIA, 2013; GOHN, 2017) demonstra a interligação dessas novas organizações e o mundo digital. Na pesquisa de Souza e Perez (2017), em sua procura por páginas de grupos que se intitulassem de “coletivo” foram identificadas setecentos e vinte e cinco páginas, isso demonstra a atuação dos coletivos nas redes sociais. A partir dessa busca também puderam constatar que a grande maioria das páginas de organizações que se intitulavam de coletivos foram criadas a partir de 2012, após o início dos protestos globais que serviram como um novo modelo de ativismo que se iniciaram em 2011 (ALONSO, 2017).

O ciberespaço conjugou-se como o espaço público e a influência da internet e das redes sociais de comunicação como meio de mobilização e divulgação têm sido utilizados pelos coletivos. Gohn observa que:

[...]são recursos e fatores estratégicos porque o seu poder vai além da mobilização, assim impactam o caráter da ação coletiva desenvolvida e as transformam em ações conectivas no que diz respeito a infraestrutura de recursos para formar pautas, consensos, mobilizar a população, fazer convocações, divulgar resultados de atos, agendas futuras (GOHN, 2017, p. 25)

Além do aspecto estratégico e de recursos que as redes podem proporcionar, deve-se observar as possibilidades que as mídias têm conseguido de criar ou até se apossar do espaço da opinião pública, e assim criar consensos por grupos de diferentes naturezas, opiniões e objetivos, o que torna perigosa essas relações. A possibilidade de todos terem voz por meio das redes sociais e o acesso fácil e rápido de conteúdo tem sido terreno fértil para a criação de consensos falsos, como as *Fake News* (MORAIS, 2017).

Os coletivos também herdaram dos movimentos dos indignados que surgiram a partir de 2011 uma característica bem peculiar, a fluidez. Ao contrário dos movimentos sociais, os coletivos têm sido enquadrados na literatura como organizações fluidas, a sua relação se dá por meio de apoiadores, os quais a permanência é circunstancial (GOHN, 2017; MAIA, 2013; PREZ; SOUZA, 2017; MARQUES; MARX, 2019). Assim, a dissolução e aparição dos coletivos têm relação com sua fluidez, eles aparecem e desaparecem com facilidade, são fragmentados, sem liderança, autônomos, com pautas múltiplas, temporárias e com forte presença na internet.

Outro ponto de grande importância para a compreensão dos coletivos são as identidades que permeiam esses agrupamentos; eles são grupos heterogêneos que podem discutir diversas temáticas. Na pesquisa de Perez e Souza (2017) é possível observar a diversidade temática dos

coletivos encontrados nas redes sociais como arte, cultura, gênero, comunicação, feminismo, meio ambiente, LGBT, raça, política, urbanismo, classe social, anticapitalismo e outros.

Essas temáticas podem se enquadrar como clivagens sociais, que não se resumem apenas à questão de renda, gênero, raça, geração, religião, deficiência, orientação sexual, moradia, escolaridade, mas também estão relacionadas à opressão e à violência. São clivagens contemporâneas que passaram a ser chamadas de marcadores sociais da diferença (MOUTINHO, 2014; PEREZ, 2017).

Um coletivo pode discutir e se formar a partir de mais de um marcador social da diferença. Essa heterogeneidade de clivagens demonstra as diferentes identidades e dificuldades que trespasam os participantes desse tipo de organização (MELO; PEREZ, 2018). A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido abordada como uma interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença, assim os coletivos promovem debates de clivagens sociais atentando para suas interseccionalidades (PEREZ, 2017).

Essa fluidez entre demandas sociais diferencia os coletivos dos movimentos sociais, o deslocamento entre diversas demandas faz com que os coletivos não apresentem claramente uma agenda ou projeto político, como expressou Lima (2018) quando analisou os coletivos negros que participavam do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES).

As atividades espontâneas foram apontadas por Maia (2013) como uma das peculiaridades dos coletivos, podendo os comparar com os *instants mobs* que “são eventos combinados nas redes sociais para promover uma ação específica no tempo e no espaço”, apresentando um caráter passageiro. Eles não visam ter continuidade, só o prazer momentâneo atendendo aos apelos nas redes sociais (GOHN, 2017, p. 27).

Dentre todas as características apontadas pela literatura já produzida sobre os coletivos, podemos observar que esses agrupamentos são uma nova forma de organização que têm se proliferado no Brasil, com uma forte adesão por parte da juventude. De acordo com o quadro 2 é possível observar com mais clareza as diferenças entre os coletivos e os movimentos sociais, como apontado por Maia (2013) e Gohn (2017). As distinções entre eles demonstram a não relação entre coletivos e movimentos sociais, não podendo os coletivos serem compreendidos a partir de características e conclusões totalizantes atribuídas aos movimentos sociais.

**Quadro 2** – Características de coletivos e movimentos sociais.

<b>CARACTERÍSTICAS</b>	
<b>COLETIVOS</b>	<b>MOVIMENTOS SOCIAIS</b>
Fluidos	Formas engessadas
Fragmentados	Centralizados
Sem lideranças	Com lideranças
Diferenciados internamente	Homogêneos internamente
Autônomos	Ocorre envolvimento com o Estado ou outras formas de fazer política
Múltiplas pautas	Geralmente trabalham com só uma pauta
Ativismo em rede	Militantes tradicionais

Fonte: a autora (2019)

Os coletivos se apresentam como organizações mais fluidas, moldando-se de acordo com a necessidade de seus integrantes. Enquanto os movimentos sociais têm formas mais rígidas, engessadas, fazendo com que seus participantes sigam suas estruturas estabelecidas. A falta de liderança é outro aspecto marcante desses coletivos que reiteram que todos os seus componentes têm a mesma importância dentro do grupo, não existindo qualquer hierarquia. Nos movimentos sociais é nítida a presença de lideranças que encabeçam os movimentos e os representam quando necessário.

Com relação à autonomia os coletivos, estes se mostram autônomos desejando um total distanciamento com partidos políticos e com o Estado. Os movimentos sociais nas últimas décadas já demonstram uma aproximação por meio de envolvimento com o Estado ou outras formas de fazer política. A multiplicidade de pautas é outra característica diferenciadora dos coletivos que podem tratar de uma só pauta ou até três, variando entre gênero, raça, sexualidade, política, intervenção urbana, entre outras. Os movimentos sociais tradicionais quando se organizam escolhem apenas uma pauta (ou grupo específico de pauta) como temática principal do seu grupo, trabalhando exclusivamente com ela.

A maneira como se mobilizam também afasta essas duas organizações. Os coletivos agem por meio das redes virtuais, internet, organizam-se, marcam encontros e divulgam suas ideias, enquanto os movimentos sociais têm nos militantes tradicionais seu maior meio de divulgação.

Na busca por compreender a emergência de grupos e movimentos sociais, nas últimas décadas, foram formuladas diferentes interpretações e os mais variados sentidos lhes foram atribuídos, houve quem vislumbrasse nesses grupos um novo tipo de libertários; outros os

interpretaram a partir de fórmulas matemáticas e outros ainda como sendo os resultados de transições paradigmáticas das sociedades pós-modernas. Nas últimas décadas, no Brasil, grupos que representam a formação de novos tipos de resistências têm ganhado espaço, os coletivos vêm construindo novas formas de agir, têm se inserido em diferentes clivagens e acomodado uma pluralidade de sujeitos. A análise da literatura brasileira sobre esses grupos os define como agrupamentos em “transição”, que possuem ações e demandas indefinidas. A pós-modernidade tem demonstrado que as caixas totalizadoras foram abertas e que a (re)construção das ações coletivas não deve ser constituída na ótica do determinismo, mas em um campo de possibilidades políticas.

#### **4 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: O QUE ACONTECE COM AS QUESTÕES DE CLASSE NO NORDESTE?**

O século XXI não trouxe apenas sentimentos de “mudança” e “evolução”. Até aqui, tem sido um século em que os questionamentos do final do século XIX têm encontrado respaldo à propensão a mudanças efetivas, que vão desde os costumes até componentes importantes da sociedade, do Estado e instituições.

A dinamicidade da sociedade é fator das análises recentes, os modelos de sociedade antes defendidos não podem mais ser aplicados na atualidade, a racionalização antes utilizada para perpetuar modelos, costumes e crenças da modernidade agora é utilizada para repensar estruturas, organizações e ações. Novos paradigmas apontam outros horizontes e questionamentos sobre os modelos instaurados que já não são capazes de produzir o resultado esperado para uma grande parcela da população.

O Estado-Nação se tornou uma das ferramentas importantes da modernidade e tem exercido papel de destaque na dinâmica social (GIDDENS, 1991; SANTOS, 2013), como já foi abordado no capítulo I, mas nas últimas décadas as discussões sobre a necessidade urgente da demanda para um “novo Estado” tem revelado e demonstrado as incompatibilidades e desigualdades promovidas por essa ferramenta moderna que não tem caminhado para o âmbito esperado.

A procura por outros espaços de atuação e até mesmo de enfrentamento contra Estados autoritários, e efeitos produzidos por eles, fez da sociedade civil um lócus importante de organização dos sujeitos na busca por espaços públicos mais democráticos e igualitários. A partir dela emanam diferentes grupos coletivos que lutam por temas e interesses antes excluídos do debate público e que agora almejam mudanças (DAGNINO, 2002; OLIVEIRA, 2019).

Mesmo com a virada do século XX e o desenvolvimento de diversos setores da sociedade, antigas questões ainda continuam afetando e influenciando os sujeitos. As discussões sobre classes, trabalho, capital, mercado e sociedade marcaram épocas e foram pautas de uma série de estudos importantes entre os séculos XIX e XX. Atualmente alguns são vistos como conceitos genéricos na tradição do pensamento social e até mesmo ultrapassado na análise das sociedades atuais. Mas o que se observa é que a importância da classe não pode ser negada e que as questões relacionadas a ela, mesmo que antigas, têm perdurado no tempo.

Nesse capítulo são discutidas as novas configurações adotadas pelo Estado na atualidade, mudanças estas que o tem afastado das configurações propostas pela modernidade

e que tem afetado mais incisivamente os sujeitos. No segundo tópico são apresentados os conceitos de sociedade civil e de que forma esse espaço tem proporcionado ações coletivas com maior desenvolvimento no Brasil e no Nordeste. Por fim, no último tópico, discute-se que, apesar da superação do enfoque teórico classista, a classe ainda se apresenta como um marcador social da diferença nos grupos constitutivos da sociedade brasileira e mais especificamente no Nordeste. Compreender como e porque ainda se discute sobre classe em sociedades globalizadas é um debate necessário, visto que o neoliberalismo e o sistema capitalista ainda apresentam clivagens entre grupos sociais e entre países.

#### 4.1 AS NOVAS FACES DO ESTADO: DO MÁXIMO PARA O MÍNIMO

O Estado é uma das ferramentas mais antigas da modernidade e das mais essenciais para o funcionamento e permanência do ideário moderno (GIDDENS, 1991). Com o decorrer dos tempos o Estado tem apresentado diferentes configurações, numa busca incessante para se adequar às mudanças e necessidades da sociedade, sem perder o poder e prestígio que ainda carrega. Mas até quando o Estado conseguirá manter tal posto e exercer a influência necessária para a continuidade da modernidade?

Existe uma concordância entre os cientistas sociais quanto a definição de Estado. Para eles, o estado é um conjunto de instituições definidas por seus próprios agentes. Essas instituições encontram-se no centro de um território geograficamente limitado, em que o Estado olha para dentro de si mesmo, no caso de sua sociedade nacional, e para fora, no caso de sociedades mais amplas entre as quais ele precisa abrir seu caminho. Por fim, o Estado monopoliza a criação das regras no seu território, na criação de uma cultura política comum, partilhada por todos os cidadãos onde sua jurisdição se impõe (WESOLOWSKI; SLOMCZYNSKI, 1996).

Mas nas características do Estado seu monopólio da violência é o mais questionado, e tem sido pauta de discussão e reflexão desde o início de sua criação. Os autores clássicos da sociologia como Marx e Weber produziram estudos sobre o Estado com base no questionamento sobre a legitimidade e o monopólio da violência física que ele exerce. Na visão marxiana o Estado é formado por um aparelho de dominação, ou “aparelho de Estado”, que compreende o governo, administração, exército, polícia, tribunais, prisões, dentre outras, as



quais são as instituições que formam o Estado e o auxiliam a cumprir suas designações (ALTHUSSER, 1980).

Essas instituições passam a ser consideradas dispositivos repressivos que se utilizam da violência. Althusser (1980) observa que a teoria descritiva marxista-leninista capta o Estado como força de execução e de intervenção repressiva que está a serviço das classes dominantes, assim o Estado tem a função fundamental na prevalência de determinadas classes sobre as outras. Dessa forma a teoria marxista do Estado afirmava que:

[...] 1) o Estado é aparelho repressivo de Estado; 2) é preciso distinguir o poder de Estado do aparelho de Estado; 3) o objetivo das lutas de classes visa o poder de Estado e, conseqüentemente, a utilização feita pelas classes (ou aliança de classes ou de frações de classe), detentoras de poder de Estado, do aparelho de Estado em função dos seus objetivos de classe; e 4) o proletariado deve tomar o poder de Estado para destruir o aparelho de Estado burguês existente, e, numa primeira fase, substituí-lo por um aparelho de Estado completamente diferente, proletário, depois em fases ulteriores, iniciar um processo radical, o da destruição do Estado (fim do poder de Estado e de todo o poder de Estado). (ALTHUSSER, 1980, p. 38)

Por meio desses quatro aspectos é possível perceber que as questões relacionadas ao Estado, na visão marxista, eram vistas como diretamente ligadas à violência, à luta pelo poder e ao fim dos seus aparelhos repressivos. Althusser (1980) afirma a necessidade de superar essa fase de constituição da teoria e observa outras formas de repressão promovidas pelo Estado, que não só as apresentadas pela definição clássica do Estado como “aparelho de Estado”.

Para o autor, existe “outra realidade que se situa manifestamente do lado do aparelho (repressivo) de Estado, mas não se confunde com ele. Designaremos esta realidade pelo seu conceito: os aparelhos ideológicos do Estado” (ALTHUSSER, 1980, p. 42). De acordo com Althusser, existem outras realidades que não só as instituições repressivas que são pertencentes ao Estado. Os aparelhos ideológicos indicados por ele são a escola, a família, o político (partidos políticos, sistema político), sindicatos, imprensa, cultura, aparelhos estes que estão inseridos no domínio privado.

Mas de que forma instituições que não são pertencentes ao domínio público podem ser designadas como aparelhos ideológicos do Estado? Althusser (1980) responde esta questão por meio de uma análise sobre até onde vai o domínio do Estado – o Estado que é da classe dominante, não é público nem privado – ele adentra tanto na esfera pública quanto na esfera privada, utilizando da violência e da ideologia.

A percepção de Althusser sobre outras formas de dominação, não só a repressiva do Estado, ajuda-nos a perceber mais nitidamente quão agressiva a ferramenta “Estado”, criada e moldada pela modernidade, determina uma representação de unificação e obediência que segue

uma mesma linha – a defesa dos interesses da classe que detém o seu controle, uma classe dominante que dispõe do aparelho repressivo e ideológico e que assim dita de forma livre os deveres, costumes e até mesmo a identidade a ser adotada por uma determinada nação.

Dessa forma o Estado se torna grande, máximo, controlador de toda uma sociedade, capaz de influenciar tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Mas até quando será cabível ao Estado todo esse poder? Para Bourdieu (2014) essa junção agente e instituições promovidas pelo Estado e a grande influência que ele exerce por meio da autoridade soberana, sobre uma determinada sociedade, fixada em um território e expressa de forma legítima, é um fetiche político. O Estado é concebido e definido como produtor de uma crença coletiva, detentor de um poder simbólico, local onde se produz princípios de representação legítima do mundo social. Mas para o autor essa representação só é possível por meio da violência física que ele exerce, imprescindível para sua condição e existência.

Bourdieu (2014) reconhece que a violência efetuada por parte do Estado continua a ser um ponto importante e verídico da sua perpetuação, mas nas sociedades atuais a coerção física vai perdendo lugar para a crença em uma “autoridade” pertencente ao Estado. O reconhecimento da autoridade do Estado está diretamente ligado a uma “crença organizada” nas suas atribuições e ações, no potencial pertencente a essa ferramenta, o Estado.

Tudo o que forma e se relaciona ao Estado é visto como algo oficial, reconhecido, ideal, correto, repassa a ideia de concordância e coesão, verdadeira representação da sociedade. Assim, o Estado consegue o efeito da universalização tão buscado pela ótica moderna, o qual, a partir dele, tem a elaboração oficial do bem público e universal. A sua credibilidade está diretamente ligada à sua lógica de imparcialidade; não estar ligado a qualquer tipo de interesse particular, isso facilita as manifestações de devoção ao universal, como explicita Bourdieu.

O universal marca a constituição da modernidade e conseqüentemente a formação de suas ferramentas, Bourdieu (2014) afirma ainda que as lutas que definem os processos de universalização são lutas entre agentes sociais interessados em monopolizar o acesso ao universal. Esses agentes derivam de diferentes campos, o Estado se torna o objeto de disputa entre agentes concorrentes interessados em fazer o seu ponto de vista – ideologia – prevalecer como legítimo.

Mas o reconhecimento da figura oficial, correta e coesa do Estado não é totalmente “inabalável”, é uma ferramenta gerida por “homens” e assim se torna passível de irregularidades. Bourdieu (2014) cita a corrupção como causa da corrosão da confiança no Estado como promotor do justo e do bem comum, isso ocorre devido a sua construção como algo universal – esse universal é uma obra inacabada e permanente – que irá se moldar de

acordo com o interesse daqueles agentes que detêm o seu poder. Quando se tem algo inacabado e em constante mudança os processos que os formam podem ser reversíveis e objetos de constante disputa. Giddens (1991) afirma que uma das justificativas da implementação de um Estado-Nação estava na necessidade de se evitar o poder arbitrário, como era utilizado pelos reis, mas essa prática se reconfigurou de outras formas e por meio de outras figuras, a exemplo da corrupção.

O Estado como um todo continua a ocupar os centros de debates, sua função e relevância ainda são essenciais para o andamento do ideário moderno, mas nas últimas décadas tem sido alvo de fortes questionamentos por parte de grupos marginalizados por suas ações. O Estado tem perdido o seu caráter universal com relação ao global, a necessidade da emergência de Estados específicos, aplicados a cada realidade, longe das amarras e dogmas universalistas, resultado da intervenção e do compartilhamento de diferentes povos, culturas e identidades.

#### **4.1.1 Demanda por um novo Estado no Brasil**

No decorrer de sua história o Estado tem adotado um perfil universalista, garantidor e intervencionista, mas eventos isolados que ocorrem em diferentes países têm o transformado. A divisão entre o Estado e a economia (mercado) tem resultado em uma reconfiguração do mesmo e suas atribuições (HARVEY, 2007; BAUMAN, 1999; GIDDENS, 1991). As questões centrais que envolvem o futuro da relação entre a sociedade e o Estado estão diretamente ligadas à capacidade de o Estado assumir um novo papel indutor-normativo-regulador, ao tempo em que a sociedade busca encontrar alternativas para lidar com a crescente exclusão e diferenciação social decorrente do modelo econômico global, o neoliberalismo (DUPAS, 1999).

A internacionalização dos agentes econômicos e a onda de privatizações dos serviços públicos trouxeram grandes benefícios à eficiência econômica da produção, mas todo esse aumento produtivo fez emergir outras questões, como o alto índice de desemprego, a flexibilização do trabalho e uma urbanização desregulada que acarreta sérios problemas de saúde pública e econômica (DUPAS, 1999). Todo esse cenário fez com que os governos acabassem inevitavelmente pressionados a garantir uma certa proteção social às populações menos desfavorecidas, que não estão incluídas no desenvolvimento promovido pelo neoliberalismo.

A partir dessa nova requisição do Estado, que não mais está relacionada apenas a deter e controlar aparelhos repressivos e ideológicos, ele passa a ser requisitado no ato de garantir e promover um bem-estar social à população que faz parte da sua jurisdição. As disputas sobre as prioridades que devem ser atendidas por parte do Estado envolvem não somente ele, mas também a sociedade civil e o setor privado. Harvey (2007) e Dupas (1999) observam que a eleição dessas prioridades leva a constantes conflitos com relação aos desejos do mercado.

Todas essas alterações têm contribuído para uma profunda revisão no papel do Estado moderno. Dupas afirma que:

[...] após ampla aceitação do esgotamento das possibilidades de manutenção das práticas keynesianas, o debate acabou se banalizando entre a ideia de um Estado mínimo – que não crie embaraço algum ao mercado – e de um Estado forte – que saiba atuar no mundo globalizado minimizando seus conflitos, inclusive a exclusão social. (DUPAS, 1999, p. 87-88)

Para o autor, a dicotomia entre um Estado mínimo ou máximo ficou para trás, não cabe mais ao debate atual. A preocupação generalizada sobre os limites do novo Estado têm sido presentes por conta da implosão de economias socialistas; a crise do *welfare state*; e a explosão de emergências humanitárias nos países não centrais, tudo isso têm contribuído para a exigência de um Estado que seja capaz de conviver e gerir todas as transformações não previstas pelo modelo moderno.

O capitalismo neoliberal e a globalização se fundiram e produziram um ideal único de desenvolvimento econômico global. Dessa fusão nasce um modelo de Estado marcado pela defesa de privatizações, aprimoramento de infraestruturas e menos envolvimento com as questões econômicas. A exportação desse modelo e a sua importação em massa por países da América Latina trouxe graves consequências; o alto índice de privatizações e a abertura total do mercado para o exterior que resultou no enfraquecimento das empresas estatais e acirrou a disputa do mercado de trabalho (DUPAS, 1999). Daí surge a necessidade de se construir um novo Estado com a missão de suprir e viabilizar os serviços públicos essenciais à população de baixa renda nas áreas sociais como um todo.

No caso do Brasil, um evento em especial aflorou ainda mais a discussão sobre a necessidade de uma reformulação do Estado que já não conseguia por si próprio se autorregular e se defender de agentes autoritários que se utilizavam dele. O golpe de 1964 marca a fragilidade do modelo de Estado no Brasil, quando nem a democracia foi capaz de deter a onda autoritarista dos militares que tomaram o poder no país. Se o Estado-Nação foi criado para deter o despotismo que marcava os governos pré-modernos, falhou totalmente poucas décadas atrás em alguns países da América Latina. Nogueira afirma que:

[...] a ditadura foi antidemocrática e anticomunista, prendeu, espancou e torturou a torto e a direito, disseminou ódio e pavor, abusou do arbítrio e da repressão. Seus porões foram indignos e repulsivos. Milhares sofreram barbaridades em suas mãos, tiveram vidas destroçadas, morreram trucidados e violentados. Mas a ditadura não chegou a ser propriamente reacionária, no sentido específico de que nunca freou nem bloqueou o desenvolvimento capitalista do país e a modernização da sociedade. (NOGUEIRA, 2005, p. 17).

Em nome do desenvolvimento e da modernização, o governo militar ascende no país em 1964, utiliza-se de todo o aparelho repressivo do Estado para se manter no poder por mais de vinte anos. Com o discurso baseado na necessidade de um alto desenvolvimento econômico e da expansão de forças produtivas, o país mergulhou no mais profundo modelo capitalista liberal. “Em vinte anos, tornou-se outro: mais capitalista, mais moderno, mais deformado e injusto” (NOGUEIRA, 2005, p. 15), dessa forma o Brasil conseguiu se adequar a modernidade dos países centrais. Os governos militares conseguiram em um curto espaço de tempo adequar o país ao modelo desenvolvimentista aos moldes modernos, mas a que custo?

A imposição dos aspectos universalistas por meio de uma industrialização, urbanização desorganizada e abertura do mercado e, conseqüentemente, de suas riquezas, fez com que a desigualdade ascendesse ainda mais no país, aumentando as diferenças de classes. O modelo implantado pelos militares beneficiava uma pequena parte da população e as conseqüências foram capazes de elevar na população o desejo de uma reformulação do modelo de Estado que havia se instaurado no Brasil com os governos militares.

Os vários anos de governos militares fracionaram a sociedade em compartimentos estanques sem a mediação de partidos ou instituições representativas (NOGUEIRA, 2005). Com a saída dos militares e o início da transição democrática o país se encontrava em um estado de total divisão, asfíxiado por um Estado totalitário, urgente pela volta da democracia e reformulação do Estado.

Com o fim da ditadura (1985), inicia-se o período de redemocratização que é marcado pela construção da Constituição cidadã de 1988, que prioriza a defesa dos direitos humanos, sociais e políticos e trouxe um novo horizonte com relação aos deveres do Estado.

Nogueira afirma que:

Durante a década de 1990, o Brasil consolidou e organizou institucionalmente seu compromisso com o regime democrático. Os ritos, rotinas e procedimentos da democracia prevaleceram e se estabilizaram, possibilitando a vigência de um amplo regime de liberdade e de direitos, tanto no plano partidário e sindical quanto em termos de opinião. (NOGUEIRA, 2005, p. 39)

Mas para o autor todo o desenvolvimento no campo democrático ainda não foi capaz de edificar um sistema político efetivamente democrático. O eleitoral permanece se sobrepondo

ao político, a democracia permaneceu mais formal que substantiva, o reformismo resultou em uma democracia sem sociedade e sem Estado, não existindo uma evolução completa.

O que tem ficado evidente são discursos relacionados à necessidade de reforma do Estado, que estão diretamente ligados à busca de adequação do mesmo em face ao mercado e à globalização, os processos da globalização capitalista não são irreversíveis, mas têm imposto exigências a diversos países, ou seja, diferentes Estados. Na perspectiva de Nogueira (2005), o Estado não tem mais como manter seu perfil estrutural e muitos menos seus encargos e atribuições, ele passou a ser forçado a agir em um ambiente desterritorializado, altamente dinâmico e competitivo.

A globalização trouxe sérias dificuldades ao Estado-Nação. Dupas (1999) observa a ocorrência de um estrangulamento da capacidade dos Estados nacionais de gerirem seus instrumentos de política econômica. Com uma economia mais integrada, com a ausência de um único poder hegemônico capaz de articular e regular a expansão e ação econômica internacional, fica cada vez mais difícil que os Estados consigam garantir uma distribuição de forma igualitária e justa.

O que resultou dessa mudança foi um reformismo voltado para um paradigma gerencial. O aparelho do Estado precisaria ser outro, no qual o modo de administrar deveria ser revisto para que o governo pudesse trabalhar melhor e gastar menos. O Brasil adotou esse modelo e inicia medidas para um enquadramento negativo da ação estatal, como cortes em gastos públicos e privatizações, como se pode perceber nos governos de Fernando Henrique Cardoso que teve seu primeiro mandato em 1995. A reforma aplicada ao Estado nos anos de 1990 foi composta por cortes e incentivos, ajuste fiscal e criação institucional, o paradigma gerencial foi a expressão adequada para controlar mais os resultados do que os procedimentos (NOGUEIRA, 2005).

Para Nogueira, esse reformismo implicou em uma grave perda do Estado, visto que disseminou na opinião pública uma visão negativa do papel do Estado e de sua intervenção na vida econômica e social. Enquanto na ditadura militar de 1964 o Estado era utilizado como meio de controle e coerção, no qual exercia um papel gigantesco na gerência e controle da economia, o Estado reconfigurado a partir de 1993 (com Collor de Melo) passa a ser desejado como leve, ágil e reduzido quase ao mínimo com o Fernando Henrique Cardoso. Dessa forma:

Ao longo dos anos 1990, a visão instrumental e fiscalista da gestão correspondeu a uma visão ético-política que definiu o Estado como devendo ser mínimo, submeter-se a contrapesos que estariam fora dele (mercado, sociedade civil, indivíduos), atuar muito mais em nome do que não deveria fazer do que de funções e atribuições explícitas. [...] O reformismo da década

de 1990, na verdade, caracterizou-se muito mais por empreender um motivo de ajuste do que por reconstruir o país. (NOGUEIRA, 2005, p. 50-51)

A reconstrução seguiu lenta e não conseguiu casar sua dinâmica racional-legal com uma dinâmica emancipatória que havia sido aberta no período de redemocratização, que visava a promoção social e cidadania. O que fica mais perceptível para Nogueira é que todo o movimento de reforma e seu discurso foi visado para dar ainda mais força ao neoliberalismo que no Brasil já brotava desde a década de 1960 e que nos anos 1980 toma força, com um discurso que atribuía a crise econômica ao fracasso de um modelo de organização social fundado em uma matriz estadocêntrica que facilitaria o intervencionismo por parte do Estado. Em razão desse diagnóstico, optou-se por diluir as fronteiras e substituir o discurso de eficiência do Estado pelo do mercado. Agora o mercado era eficiente, ágil e autônomo.

Dessa forma, o Estado não tem alternativa, a não ser atrair transnacionais com a venda de seu patrimônio e incentivos fiscais para garantir a geração de emprego e receitas para o próprio país, que muito já se perdeu devido às privatizações. Nessa nova queda de braço, os países centrais continuam à frente, por serem grandes consumidores e detentores de investimentos, já os países periféricos, como o Brasil, seguem a lógica produtivista e exploratória, com um baixo crescimento econômico e com políticas sociais cada vez mais restritas, vivendo uma eterna dependência dos idealizadores da econômica mundial.

A modernidade criou ferramentas importantes como o capitalismo, o Estado e a globalização, mas com a mutabilidade do tempo e espaço essas ferramentas também precisam acompanhar as mudanças da sociedade. O que se observa é uma inviabilização do Estado por meio das próprias ferramentas da modernidade, Dupas (1999) afirma que na era da globalização, a intervenção do mercado tem de ser combinada com a intervenção do Estado, na mesma perspectiva segue Nogueira (2005) quando diz que quanto mais o mercado se desvencilhou do Estado, mais se mostrou despreparado para funcionar sem o mesmo.

Após duas décadas sobre o controle de um Estado autoritário, ditatorial, o Brasil vê a chama da esperança acender mais uma vez com a redemocratização; a espera por um Estado mais social, igualitário, garantista e participativo era o almejado. Todavia, mais uma vez, os universalismos se sobrepõem aos particularismos, as formas hegemônicas criadas por países centrais se fundem ao sistema capitalista e a globalização, e assim perpetuam seus interesses sobre as necessidades. Tudo isso leva a um questionamento, um Estado novo para quem? Resta saber se o formato de Estado que conhecemos resistirá a tantas transformações e imposições, e se a população (sociedade civil) continuaria a apoiar um modelo que já perdeu seus horizontes há tempos.

## 4.2 SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS NO BRASIL E NO NORDESTE

O termo sociedade civil tem sido utilizado com frequência nas últimas décadas, mas seu recurso é antigo e já teve diferentes significados do que o adotado atualmente. No século XVIII era uma expressão comum no pensamento político europeu, no qual seu uso remetia à estado, todo o domínio do político, no qual a sociedade civil era a arena do cidadão politicamente ativo. A relação entre cidadania e sociedade civil sempre esteve presente e nunca se perdeu, mas a partir da metade do século XVIII se rompe com a relação histórica entre sociedade civil e o Estado. Com os escritos de Locke, Paine, Adam Smith e Adam Ferguson é elaborada uma ideia de uma esfera da sociedade distinta do estado e dotada de princípios próprios (KUMAR, 1996).

Dessa forma o rompimento entre sociedade civil e estado foi estabelecido, e a partir daí ocorreu uma mudança nesse conceito. Hegel (2003), por exemplo, elabora o conceito moderno de sociedade civil, para ele a sociedade civil é a esfera da vida ética interposta entre a família e o estado. Na sua perspectiva a sociedade civil também é formada por instituições sociais e cívicas que inibem e regulam a vida econômica, social, mas que acaba sujeitando a educação à vida racional do estado.

Na segunda metade do século XIX ocorreu um desuso do termo sociedade civil, coube a Gramsci (2001) resgatar o conceito na primeira parte do século XX. Para o autor a sociedade civil é parte do estado que se preocupa com a elaboração do consentimento, não com os aparelhos repressivos ou domínio formal. Diferente de Hegel, que acaba separando a sociedade civil do econômico, Gramsci a relaciona com a política e estabelece que as instituições que formam a sociedade civil são a igreja, escolas, sindicatos e outras formas de organizações da sociedade.

É a partir do conceito Gramsciano de sociedade civil que ascende nas últimas décadas um modelo observado pelo viés do confronto e do radicalismo, no qual sua situação é de oposição às estruturas dominantes da sociedade, principalmente na esfera cultural. A sociedade civil atualmente se tornou um campo de resistência contra as pretensões universalistas, mas foi na luta contra o autoritarismo que ocorreu em diversos países, nas últimas décadas, a compreensão do seu poder de mudança e resistência.

A sociedade civil que emerge a partir da década de 1960 demonstra as fortes mudanças resultantes da modernidade, uma esfera cívica que busca diferentes formas de refutar e lutar



contra as consequências da modernidade. Os sujeitos se organizam de diferentes maneiras, lutam contra o autoritarismo do Estado, exigem participação, direitos e reconhecimento, questionam modelos econômicos, sociais e culturais.

No Brasil, o conceito de sociedade civil tem conseguido um bom acúmulo por meio das pesquisas nas últimas décadas (OLIVEIRA, 2019). O ascendente número de produções que remetem à sociedade civil brasileira se dá pelo seu papel na luta contra o governo autoritário que controlou o país (1964-1985), no qual a partir da década de 1970 inicia um significativo ressurgimento da sociedade civil organizada. Assim a sociedade civil era vista como:

[...] o único núcleo possível de resistência a um Estado autoritário, a sociedade civil se organizou de maneira substancialmente unificada no combate a esse Estado, desempenhando papel fundamental no longo processo de transição democrática. A luta unificada contra o autoritarismo, que reunia os mais diversos setores sociais (movimentos sociais dos mais variados tipos, sindicatos de trabalhadores, associações de profissionais – como advogados, jornalista – universidades, Igrejas, imprensa, partidos políticos de oposição, etc.), contribuiu decisivamente para uma visão homogeneizada da sociedade civil, que deixou marcas profundas no debate teórico e político sobre o tema. (DAGNINO, 2002, p. 9)

A junção de diferentes setores da sociedade em busca do bem comum, a volta da democracia e a construção de um Estado mais igualitário e social, fez aparecer as diferenciações que permeavam a sociedade brasileira e uma organização hegemônica unindo os diferentes setores e grupos capazes de produzir resultados positivos para todos.

O retorno das instituições democráticas trouxe o avanço do processo de construção democrática e ao mesmo tempo os diferentes projetos políticos que se apresentavam como fruto de diferentes visões, o que comprova a heterogeneidade da sociedade civil. Assim ela reemerge no Brasil e mostra a não mais exigência da premissa de unidade antes defendida pelos grupos, agora as diferentes construções dos grupos e povos que formam o país buscam fragmentar essa visão totalizadora e traz o pluralismo tanto ao Estado quanto para a sociedade (DAGNINO, 2002).

Mas esse resultado positivo com a volta da democracia no Brasil e o fortalecimento da sociedade civil não foi uma conquista heroica e inédita, é também um reflexo do reformismo do Estado que incorporou quatro ideias ao discurso democrático e ao radicalismo democrático: descentralização, participação, cidadania e sociedade civil. A lógica de menos Estado e mais democracia e menos burocracia e mais iniciativa exigiu uma abertura para a sociedade, a realidade forçou a ocorrência de reformas institucionais, inclusão de novos atores e reformulações organizacionais, tudo isso agora se torna essencial para que se consiga governar a sociedade (NOGUEIRA, 2005).

A volta da democracia acabou não solucionando todos os problemas do país, como era esperado. A exclusão e a desigualdade social continuavam a crescer e a se agravarem ainda mais, isso trouxe outra percepção e ação por parte da sociedade civil; ela agora passa a radicalizar a sua própria noção de democracia e a lutar pelo controle do Estado (DAGNINO, 2002). É dessa radicalização e insatisfação que surgiram diferentes formas de ações coletivas e movimentos sociais, que a partir da década de 1980 reforçam o debate entre sociedade civil e Estado.

As diferentes formas de organizações da sociedade civil como movimentos sociais (operário, sindical) e outras organizações coletivas como associações de bairros, conselhos comunitários, comunidades eclesiais de Bases (CEBs), grupos de jovens, grupos pastorais e outros se intensificam (OLIVEIRA, 2019). Esses grupos vão ser importantes na luta contra as desigualdades sociais e econômicas, fruto do efeito reconhecido da implementação das políticas neoliberais, mas também contra o descaso do poder público, corrupção e a melhoria de seus serviços (DAGNINO, 2002; OLIVEIRA, 2019).

O espaço público passa a ser disputado e a busca por participação e integração demonstra que o “processo de construção democrática não é linear, mas contraditório e fragmentado” (DAGNINO, 2002, p.279). As novas possibilidades, a radicalização e a fragmentação trazem um novo paradigma epistemológico, social e político pertencente à pós-modernidade (SANTOS, 2010).

Nesse aspecto, a cultura se torna a base de transformação da sociedade, componente importante para união e ação de muitos grupos que ascendem positivamente nesse campo de peijas e disputas. O fim da percepção do sujeito global e o início do embate por particularismos relacionados à realidade de cada sujeito, dar aos movimentos sociais e ações coletivas motivos “reais” para se lutar. Dagnino afirma que:

[...] os espaços públicos estão colocando é o aprendizado da tarefa de construção hegemônica, que requer o reconhecimento da pluralidade como ponto de partida de um processo de busca de princípios e interesses comuns em torno dos quais a articulação das diferenças abra caminho para a configuração do interesse público. (DAGNINO, 2002, p. 286)

Mas que tipo de sociedade civil é essa que se formou no Brasil? E como ela se organiza? Inicialmente entre os anos 1976-1990, as apostas da própria sociedade e de pesquisadores estavam nos movimentos sociais urbanos e no sindicalismo. Esses movimentos sociais eram diferentes dos atuantes no período da ditadura, que lutavam por mais serviços públicos, questões diretamente ligadas ao Estado (PEREZ; SANTOS, 2019). A partir daí os novos personagens entraram em cena, preocupados com questões mais particulares, relacionadas à

identidade, direitos sociais, participativos, e isso só poderia ser possível com a tomada do Estado (DOIMO, 1995; SADER, 1988).

Os movimentos sociais eram vistos por uma ótica não relacional com o Estado, a sua interação com ele não produziria resultados positivos para aqueles determinados grupos, essa era visão tanto dos participantes quanto dos próprios pesquisadores que estudavam esses agrupamentos (PEREZ; SANTOS, 2019). Essa impossibilidade de relação vista tanto nos movimentos sociais da época quanto na literatura estaria imbricada na dificuldade do Estado em inserir esses novos sujeitos e abrir mão de sua totalidade histórica. Nogueira (2005) afirma que o processo de descentralização por parte do Estado ocorreu de forma lenta e a partir dele que as ideias de cidadania e sociedade civil vão se alterando.

A Constituição de 1988 proporcionou uma nova forma de relação entre o Estado e a sociedade civil, a exigência da sociedade na formação de políticas públicas representa um marco nessa interação. Nos governos de Fernando Henrique Cardoso se inicia uma relação mais efetiva por meio da promulgação de novas leis que previam a transferência da gestão de serviços não exclusivos do Estado, tais como escolas, hospitais, para o setor chamado de “público não estatal”, a também criação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSICIP) que ajudavam no surgimento de associações civis e a gerenciar equipamentos públicos e implementar políticas sociais (PEREZ; SANTOS, 2019).

A partir dessas diretrizes cresce o número de organizações da sociedade civil que passam a atuar em conjunto com o Estado. O que acarretou uma mudança da compreensão do que viria a ser a sociedade civil a partir de 1990; ela agora passa a ser um ambiente propício para uma participação convertida em movimento de maximização de interesses e/ou colaboração governamental. Além dos movimentos sociais, agora se inserem os Conselhos Gestores, Organizações Não Governamentais (ONGs) – que não estavam ligados ao Estado e ao mercado – o que levou ao desenvolvimento do que veio a ser chamado de “terceiro setor” (PEREZ; SANTOS, 2019; NOGUEIRA, 2005).

O que antes era um espaço no qual grupos coletivos deliberavam e buscavam melhores alternativas para si, tornou-se uma ação social corporativa, no qual as organizações que compõem o terceiro setor utilizavam um planejamento estratégico empresarial. Ocorre uma despolitização do sujeito coletivo, que permanece preso ao projeto de hegemonia voltado para a ótica operacional técnica do neoliberalismo.

As ONGs, Orçamentos Participativos, Conselhos Gestores e até mesmo Movimentos Sociais passam a integrar espaços públicos com uma relação direta com o Estado, perdendo o que Nogueira chama de “um posicionamento mais combativo e emancipatório” (2005, p. 58),

até mesmo a literatura produzida sobre essas organizações já defendiam um conceito mais normativo de sociedade civil. Os movimentos sociais passaram a compor gestões políticas e deixaram de fazer uma oposição efetiva, eles agiam em conjunto numa perspectiva de voluntariado e defesa de direitos e valores. A sociedade civil passou a:

[...] uma organização autônoma voltada para a emancipação, a construção de consensos e hegemonias ou a interferência coletiva nos espaços em que se definem as escolhas e as decisões fundamentais, mas de uma organização subalternizada, domesticada, concebida de modo “técnico”. A sociedade civil seria cooperativa, parceira: não um campo de lutas ou oposições, mas um espaço de colaboração e de ação construtiva. (NOGUEIRA, 2005, p. 59)

No início do período de redemocratização a Sociedade Civil tinha como bandeiras a luta por igualdades, direitos, participação e agia como um oponente de peso contra as ações controversas do Estado, mas acabou se reduzindo a um mecanismo do próprio Estado que passou a transferir muitas das suas atribuições voltadas às questões assistencialistas e sociais para essas organizações do terceiro setor. Assim o Estado conseguiu aplicar sua estratégia para a implementação do ajuste neoliberal e diminuir cada vez mais suas responsabilidades sociais, resultando no que Dagnino (2002) chamou de “confluência perversa”.

De 2003 a 2014 o Brasil teve um governo voltado para causas sociais, os três mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT) trouxeram alguns avanços com relação à participação e desenvolvimento da Sociedade Civil. O fortalecimento das Instituições Participativas, a exemplo das conferências e conselhos de políticas públicas, nos quais os sujeitos eram convidados a deliberar sobre assuntos importantes, resultavam em um aprofundamento da democracia (AVRITZER, 2002; PEREZ; SANTOS, 2019).

Nos últimos anos do mandato também aconteceu uma maior aproximação entre movimentos Sociais e o Estado, nos quais ocorria a escolha de lideranças de movimentos para cargos centrais no governo, o aumento do ativismo estatal se deu pelo próprio projeto participativo do Partido dos Trabalhadores. Essa relação acabou resultando em uma integração nebulosa entre as esferas da sociedade civil e do estado, o que resultou em elogios e críticas (ABERS; VON BÜLOW, 2011; TATAGIBA, 2014; PEREZ; SANTOS, 2019).

O fim do governo petista em 2016 trouxe fortes reações por parte da sociedade civil brasileira, em junho de 2013 ocorreu um ciclo de protestos políticos que retomou velhos temas, como a corrupção, má prestação dos serviços públicos, desigualdades, entre outros. As jornadas de junho não possuíam uma única pauta ou ator, foi um conglomerado de pessoas extremamente heterogêneo que reivindicam diferentes questões (TATAGIBA, 2014; GOHN, 2013). Após o impeachment da Presidente Dilma Rousseff o país passa a adentrar em uma onda de

conservadorismo que já permeava a Europa e que se volta à América do Norte e América Latina. A eleição de Jair Bolsonaro (PSL) em 2018 demonstra a fragilidade da sociedade civil que foi perdendo suas forças ao longo dos anos e hoje assiste a volta de um projeto totalmente universalista e neoliberal repleto de intolerância às diferenças e heterogeneidades sociais. Nesse contexto, nunca foi tão urgente no país se organizar e propor uma nova agenda voltada para as questões sociais e democratização do estado.

#### **4.2.1 A sociedade civil no Nordeste**

Quando se fala em sociedade civil no Brasil, somos remetidos à pensar e pesquisar ações que ocorrem em centros hegemônicos de poder, como as que se sucederam nas regiões Sudeste e Sul do país e se generalizaram. A grande maioria das forças de partidos, sindicatos, movimentos sociais e demais formas de organizações coletivas mais conhecidas e importantes se formam em estados dessa região, a maior parte dos estudos produzidos sobre essas organizações e suas experiências no país também estão localizados ali. Mas isso não quer dizer que nas demais regiões do país não ocorreram exemplos de ascensão de grupos a partir de suas sociedades civis.

O Brasil é um país extenso territorialmente e rico culturalmente, seria errôneo denominarmos e reduzirmos todos os sujeitos a uma única sociedade civil, temos que falar de *sociedades civis*. Esse ponto de vista deve ser levado em consideração em razão do pluralismo e grande heterogeneidade que compõe todo o país, e resulta em diferentes formas de resistência e demandas mais específicas.

A existência de um senso comum acerca do Nordeste é verídica, por muito tempo a região era vista e considerada como não participativa (AVRITZER, 2007), mas com o decorrer dos anos e com a criação e investimentos nas universidades públicas na região, é evidente a produção acerca de diferentes sujeitos e ações coletivas no Nordeste. Para Avritzer (2007), o Nordeste foi concebido por dois tipos de literatura que o diferencia das demais regiões do país. A primeira que segue um viés antropológico iniciada por Gilberto Freyre no qual as relações familiares e estruturas hierárquicas são de grande importância para a formação da região. A segunda busca definir o Nordeste a partir de suas relações econômicas fechadas e arcaicas, remetendo a relação colônia e metrópole.

A visão sobre o Nordeste e seu povo seguiu sendo construída de forma limitada e controversa, a insistência em reduzir o povo nordestino a diferentes características, tais como “flagelados da seca” se tornou expressão comum para caracterizar a população e resultou em uma identidade que foi firmada e transmitida para o imaginário nacional por meio da música, cinema, pinturas e discursos políticos. A descrição da miséria, fome e seca foram naturalizadas como problemas regionais e acarretou a formulação do paradigma de que os problemas da região eram causados por condições naturais e não pela falta de políticas sociais (BRITO, 2009). Araújo em uma mesa com o título “Revisitando a questão Regional” fala sobre a visão do Nordeste que era produzida na época:

[...] Até então, se dizia que o “o Nordeste vai mal por causa da seca”. Os textos da época iam somente neste ponto. Era esse o discurso das elites regionais. Furtado afirma o contrário: o problema do Nordeste não é a seca, é a reconfiguração do desenvolvimento brasileiro e como a região está se inserindo nela. E o segundo ponto, a seca não era a cauda do problema do Nordeste, o que era também uma contestação de fundo. Furtado dizia o contrário: a seca, o fenômeno social das secas, é consequência dos problemas do Nordeste. A causa é a estrutura econômica e política montada, há séculos, nessa região. A causa do atraso do Nordeste está na sua formação histórica. Ou se mexe nas estruturas ou não se enfrenta a questão nordestina [...]. (ARAÚJO, 2018, p. 62-63)

A situação nordestina tanto econômica como social estava diretamente ligada às políticas governamentais quase inexistentes na região. A atribuição a um imaginário causalista de fenômenos naturais serviu para retirar do Estado as suas responsabilidades, mas essa visão universalista do que vinha a ser o Nordeste passou a ser questionada e rebatida, assim passou a se exigir ações efetivas do Estado.

A abertura do Estado para a participação de novos sujeitos e a sua reconfiguração com o mercado e diferentes novas ações de desenvolvimento implementadas entre 1970 até os dias atuais, trazem condições para o início de uma dinâmica regional. A década de 90 é marcada pela desregulamentação financeira e o patrocínio da desnacionalização do sistema bancária (iniciada pelo governo Collor e aprofundada no período de Fernando Henrique Cardoso), não se tinha mais o interesse na integração do mercado interno, a inserção no mercado mundial ditada pela globalização e efetivada pelo neoliberalismo resultou em mercados mais competitivos (ARAÚJO, 1999).

Todo esse cenário iniciou uma disputa entre espaços econômicos portadores de empresas e que se configurassem mais competitivos. “Nesse processo ocorre a secundarização das regiões menos competitivas, as mais negativamente impactadas pela competição exacerbada ou as que se encontram em reestruturação” (ARAÚJO, 1999, p. 15). Dentre essas

regiões se encontra a Nordeste que acaba recebendo poucos incentivos e investimentos. Para suprir esse quadro desigual de desenvolvimento devido à descentralização do Estado, são criados novos modelos de gestão de políticas públicas (os pertencentes ao terceiro setor e diversas experiências coletivas que emergiram na sociedade civil), menos centralizados e mais democráticos que irão interferir e alterar diretamente no que se refere às políticas de desenvolvimento regional brasileiro.

A partir dos diferentes tipos de experiências participativas é possível aprofundar a análise de um processo de diferenciação social da região Nordeste que vai além das grandes regiões produtoras, essas análises das diferentes práticas sociais que foram se constituindo na no nordeste desde o final do século XIX (AVRITZER, 2007). É preciso reiterar que o processo de modernização das sociedades ocorreu de forma distinta entre as regiões que formam o Brasil, não podendo ser aplicada a universalização a todas. As questões culturais, estruturais, sociais precisam ser levadas em conta quando se trata das especificidades de cada região.

A sociedade civil que ressurgiu no país a partir de 1970 também produziu diferentes configurações coletivas na região Nordeste. Para Avritzer (2007), Pernambuco foi o único estado da região Nordeste cuja dinâmica participativa acompanhou o ápice do associativismo que ocorreu nas regiões Sul e Sudeste. Essa ascensão do associativismo no Estado se deu devido aos governos progressistas como o de Gustavo Krause que impulsionou o associativismo ligado aos movimentos sociais e urbanos, associações de bairros e movimentos de reivindicação urbana de áreas ociosas. No estado também foi aplicado a participação social no orçamento nos anos de 1980 por Jarbas Vasconcelos.

Pernambuco demonstra os principais traços de políticas participativas das outras regiões do país. No estado do Ceará durante esse mesmo período foi observado uma pouca presença de movimentos sociais urbanos. Em contrapartida ocorreu o movimento chamado de *mudancismo* que lutava por uma reforma política e administrativa no estado. Já na Bahia se observa nesse período um baixo desenvolvimento dos movimentos sociais e urbanos, retrato dos governos que continham uma administração antiparticipativa, nos quais não se tiveram grandes expressões de experiências de participação no estado (AVRITZER, 2007).

No Piauí, entre 1900 a 1964, emergiram também experiências que trouxeram uma certa participação a sociedade civil do estado. Ocorreu a criação de alguns poucos sindicatos de trabalhadores urbanos impulsionados na Era Vargas e posteriormente a criação dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais. A ação Católica se fez muito significativa e resultou em vários tipos de pastorais sociais que vão colaborar na organização de trabalhadores rurais, operários, no processo de alfabetização de adultos e outras atividades (OLIVEIRA, 2019).

A região Nordeste seguiu a lógica organizativa e participativa das demais regiões hegemônicas do país, criou e se organizou a partir da legislação nacional e dos regimentos específicos sobre conselhos e orçamentos participativos criados na década de 90 (AVRITZER, 2007). O movimento de transferência de responsabilidades por parte do Estado para a sociedade civil também aconteceu no Nordeste, os problemas relacionados às questões naturais, desigualdades, fome, miséria, desemprego foram assumidos pelo corpo de voluntariados e organizações que fazem parte do terceiro setor, o Estado já não mais se responsabilizava com importantes agendas da região.

Os anos 2000 trouxeram uma outra dinâmica para a sociedade civil nordestina com a chegada ao poder dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) que elaborou importantes programas sociais visando ações mais concretas com relação à região Nordeste (Luz para Todos, PRONAF, Bolsa família, Fome zero), com a volta de um Estado mais assistencialista e preocupado com as desigualdades, outros movimentos que não só relacionados a questões administrativas e de políticas sociais crescem na região.

Mesmo com a onda corporativa da sociedade civil, os movimentos sociais continuaram a desempenhar um papel importante nas lutas em busca de mudanças. Mesmo com os avanços nas áreas das políticas sociais a partir dos anos 2000, eles continuam a exercer forte influência na luta por direitos, terra, água, moradia, creches, segurança, alimentação, todas essas questões sociais permeadas por identidades individuais e coletivas que se relacionam com raça, classe, gênero e outros marcadores sociais da diferença (BRITO, 2009).

Em estados como o Piauí se destacam movimentos sociais que pautam demandas na direção de políticas públicas para juventude, e outras frentes como a economia solidária que também tem forte atuação em Pernambuco, a luta pela reforma agrária que é uma pauta de grande importância na região e a defesa da agricultura familiar (AVRITZER, 2007; BRITO, 2009; OLIVEIRA, 2019).

A união das questões tradicionais da região Nordeste como a desigualdade social, terra, água e os aspectos identitários, demonstram a necessidade de transformação e evolução dos assuntos que são discutidos no interior da sociedade civil nordestina e dos governos que a gerem. Dentro dos universalismos presentes nos nove estados da região, existem particularismos que se associam com essas questões e produzem novas ondas de movimentos sociais e ações coletivas cada vez mais fragmentadas e heterogêneas. A exemplo, no Piauí, do movimento contra o aumento da passagem de transporte público relacionado à juventude, a força tarefa popular que age contra a corrupção, os movimentos negros que ganham força na Bahia, o movimento indígena no Maranhão, os movimentos urbanos pela luta de espaços



públicos em Pernambuco e os diferentes coletivos que se formam na região na última década compostos por múltiplas pautas e demandas.

#### 4.3 AS QUESTÕES DE CLASSE NO NORDESTE

Um dos fatores utilizados pela sociologia para estudar a relação entre os sujeitos tem sido a estratificação. Ela é utilizada para descrever as desigualdades existentes entre os indivíduos e grupos sociais nas sociedades. A estratificação não se baseia apenas nas questões econômicas ou propriedade, ela também ocorre em atributos como classe, gênero, idade, religião e raça, entre outros.

A diferença ao acesso desproporcional às recompensas que está ligado à posição que aquele sujeito ocupa no esquema de relações dá origem a estratificação, um sistema desigual estruturado entre diferentes agrupamentos de pessoas. Um dos atributos de análise por base da estratificação é a “classe”. Para Giddens (2000) classe pode ser definida como um grupo grande de pessoas que partilham recursos econômicos comuns, que influenciam fortemente o seu estilo de vida. Já para Wesolowski e Wslomczynski, classe é conceituada como “grupos amplos, entre os quais a distribuição desigual de bens econômicos e/ou a divisão preferencial de prerrogativas políticas e/ou a diferenciação discriminatória de valores culturais” (1996, p. 92).

Muitas são as perspectivas do que vem a ser classe, ela foi alvo de estudo de grandes pensadores sociais e se transformou em um conceito genérico na tradição do pensamento social, seu significado está mais ligada ao aspecto de relação social do que o de distribuição estrutural. As classes são consideradas não apenas como grupo de indivíduos, mas grupos sociais reais com história e lugar identificável na organização social.

A classe é uma das formas de estratificação social, ao contrário de outras formas de estratificação, essa não é herdada, determinada por lei ou costume, ela se refere a tipos diferentes de estruturação da sociedade, podendo ser alcançado por meio da mobilidade social (GIDDENS, 2000; WESOLOWSKI; SLOMCZYNSKI, 1996).

Existem diferentes teorias sobre classe social, autores como Marx, Weber e Eric Olin Wright produziram bases importantes para o desenvolvimento e compreensão desse conceito. Marx não forneceu uma análise sistemática sobre esse conceito, ele foi reconstruído a partir do conjunto de seus escritos, na visão do autor, por exemplo: no *O Manifesto do Partido Comunista* o conceito de classe tem suma importância para a compreensão das relações de

exploração do modelo industrial. Segundo o autor, existem duas classes principais com preceitos distintos, uma que é dominada e a outra dominante, formada por um grupo de pessoas com posição comum face aos meios de produção. Para ele as classes são um conjunto de indivíduos que adquirem uma consciência de sua posição social, transformam-se em agrupamentos sociais ativos no cenário político (MARX; ENGELS, 1998; WESOLOWSKI; SLOMCZYNSKI, 1996).

De acordo com o pensamento marxista, nas sociedades industriais modernas que se formam existiam dois tipos de classes: a classe detentora dos meios de produção, que seriam os capitalistas ou industriais, e a classe que vendia sua força de trabalho, a classe trabalhadora ou proletariado. Na percepção de Marx, a relação entre classes consistia em uma relação de exploração que acarretava em desigualdades, fruto do sistema capitalista que se firmava por meio da modernidade e desenvolvia uma sociedade mecanizada, focada na produtividade, sem qualquer preocupação com as diferenciações que poderiam resultar das ações (GIDDENS, 2000).

Em *Economia e Sociedade*, Weber (1999) divide as comunidades políticas com base na distribuição de poder em três: classes, estamentos e partidos. A classe corresponde aos interesses econômicos das pessoas, as quais compartilham as mesmas oportunidades de vida que estão baseadas em suas ocupações e acesso aos bens. Para o autor existiam duas ordens distintas de classes econômicas: as classes de proprietários e de comerciantes, sendo a luta de classes referente ao enfrentamento entre os credores e devedores. Diferente da concepção de classe de Marx, a teoria weberiana é composta por várias classes com interesses econômicos específicos. Elas convivem com a divisão societária dos estamentos e com a busca pela influência política.

A sociedade então se caracterizaria por conflitos pelo poder e pelos recursos, o que traz uma visão mais complexa da sociedade, indo além da produção feita por Marx. Giddens observa que:

Na visão de Weber, a divisão em classes deriva não só do controle ou falta de controle dos meios de produção, mas também de diferenças econômicas que não tem diretamente a ver com a propriedade. A posição dos indivíduos no mercado influencia fortemente as suas oportunidades de vida. (GIDDENS, 2000, p. 288)

Weber vê questões mais complexas na sociedade do que apenas o econômico; o status passou a ser algo importante dentro do estilo de vida das pessoas e ele não estava apenas ligado ao campo financeiro, mas também aos aspectos culturais, como vestuário, modos de falar, ocupação e costumes. Outros autores vão surgir e ampliar a noção de classe com base em Marx

e Weber. Mosca (1986) vai produzir o conceito de classe de governante, que são todos os que desempenham um papel importante na política. Pareto (1916) apresenta o conceito de elite, classe elitista, formada por aqueles que estão capacitados a governar. Machakski (1994) traz o conceito de classe cultural, é a classe que domina os trabalhadores manuais. Bourdieu elabora o conceito de capital simbólico que se baseia no poder da classe dominante no cenário público (WESOLOWSKI; SLOMCZYNSKI, 1996).

Olin Wright vai modernizar e incrementar as análises sobre classes. Para o autor existem três dimensões de controle sobre os recursos econômicos na produção capitalista moderna, assim é possível identificar as principais classes existentes: 1) o controle sobre os investimentos ou capital monetário; 2) controle sobre os meios físicos de produção; 3) controle sobre a força de trabalho. Dessas classes surgem uma nova categoria que são os trabalhadores de colarinho branco, frutos da globalização e da criação de empresas globalizadas (GIDDENS, 2000).

Dentre todas as discussões e percepções teóricas apresentadas, é possível admitir que o conceito de classe está longe de ser definitivo e que segue em constante reconstrução, caminhando lado a lado com as mudanças da sociedade. Para Giddens (2000) o capitalismo, o mundo do trabalho, a globalização e a crescente divisão do trabalho alteram a estrutura ocupacional. Muitos estudos relacionaram a ocupação a um dos fatores mais críticos no posicionamento social, estando ligadas a oportunidades de vida e nível de conforto material dos indivíduos. A ocupação passou a ser um indicador da classe social por acreditarem que indivíduos da mesma ocupação tendem a experimentar níveis semelhantes de vantagem ou desvantagem social, a manter estilos de vidas comparáveis e a partilhar das mesmas oportunidades.

Muitas outras concepções de classe irão surgir nas sociedades ocidentais atuais. As classes médias, classe altas, as classes com relação ao estilo de vida, fatores culturais, padrões de consumo, níveis culturais, o pós-moderno passa a ser relacionado como o novo estilo de vida que emana dessas sociedades, que na falta de qualquer princípio definidor, passa a ser atribuído a tudo aquilo que é indefinido (GIDDENS, 2000).

Os movimentos sociais e as ações coletivas sempre estiveram diretamente ligados à luta pela melhoria das condições de vida e ao enfrentamento dos padrões hegemônicos de dominação, a sociedade civil que emerge no século XIX se une por meio dessas organizações lutando contra as consequências do sistema capitalista na busca por mais direitos e igualdade. A partir da década de 1960, com o surgimento de novas formas de ações coletivas e de movimentos sociais, eles encontram uma sociedade civil mais ativa e um Estado reformista, uma oportunidade para se voltarem para as questões identitárias, modos de vidas e fatores

culturais. As questões econômicas são retiradas do topo das pautas de lutas e outras demandas passam a ter visibilidade social.

Entretanto, no Nordeste, nas décadas entre 1960-1990, as questões de classe se tornam a principal razão para a proliferação de diversos movimentos sociais e diferentes formas de ações coletivas que se formaram na região, um retrato da realidade única do local. Com as reformas que ocorriam no Estado e uma maior atividade da sociedade civil, a dinâmica regional do país acaba sendo alterada. Araujo retrata que:

[...] o baixo dinamismo da economia nacional é comandado por “ilhas dinâmicas” localizadas nas diversas microrregiões do País, enquanto outras áreas sofrem impactos mais adversos, por não serem tão competitivas ou por serem submetidas a intensos processos de reestruturação. Isso tende a ampliar as diferenciações e a heterogeneidade intrarregionais. A tendência à fragmentação apresenta-se como uma das mais prováveis. (ARAUJO, 2000, p. 15)

Com um Estado cada vez mais mínimo as regiões passaram a atuarem sozinhas, isso resultou em ilhas de desenvolvimento, nos quais as regiões mais prosperas e com mais investimento conseguiram se sair melhor no jogo competitivo do mercado neoliberal. O que acarretou/propiciou/desencadeou uma ampliação das diferenciações intrarregionais e o Nordeste foi uma das regiões mais marcadas pela falta de investimento, desenvolvimento e distanciamento dos grandes centros de produção do país.

A indústria se desenvolveu em centros estratégicos como o da região Sul e Sudeste (1920-1970), voltada para a produção de bens duráveis e dos bens de capital. A abertura do mercado feita pelo Estado acabou deixando suscetível a região Nordeste que produz bens de consumo intermediários e não duráveis, o que resulta em uma maior competição com o mercado externo. Araujo (2000) afirma que essa desproteção demonstrou a capacidade da região em resistir à intensa competição com os produtos exportados, a produção de alumínio, segmentos têxteis, bebidas, produtos químicos seguiram resistindo. Assim, o Nordeste se converte em um local onde algumas empresas e indústrias que precisam de significativa mão de obra, como setor de calçados, confecções têm buscado realocar-se no interior da região na busca por mão de obra barata, baixos salários e flexibilização das relações de trabalho, para que possam competir com os concorrentes externos.

O desenvolvimento da região não se deu apenas pela iniciativa privada, o investimento de empresas estatais também teve grande importância. Elas contribuíram muito para o processo de desconcentração de produção nas regiões econômicas hegemônicas e passaram a investir em outras regiões. A exemplo da antiga estatal Vale do Rio Doce no Maranhão, Petrobras no Rio Grande do Norte, em Sergipe e na Bahia (ARAUJO, 2018). As regiões agora se encontram

conectadas economicamente, a sua dinâmica foi soldada pelo processo de integração e se tornou uma dinâmica nacional, mas as desigualdades e as diferenças sociais ainda estão distantes de serem niveladas.

Diante de todo esse contexto regional, da instalação e investimento em determinados setores da indústria e da vinda de estatais importantes para a região, o Nordeste passa a ter sua experiência com as questões de classe voltada para o aspecto ocupacional. De uma região sem qualquer tipo de produção econômica expressiva para o Brasil modernizado, onde sua população sobrevive por métodos de produção não modernos, como a agricultura e pecuária, o povo nordestino passa a conviver com as dificuldades do “projeto de modernidade”.

Mas na própria região, ocorreu um desenvolvimento desigual entre os nove estados, assim:

A concentração que se refletia no porte dos investimentos também estava expressa na sua alocação no espaço. Não somente são poucos os pontos que efetivamente nuclearam este crescimento (as regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza), como é igualmente desigual o peso relativo de cada um deles, seja em termos quantitativos, (expresso pelo volume de investimento destinado a cada um dos Estados), seja em termos qualitativos, expresso pelo tipo da atividade que se desloca preferencialmente para cada um deles. (GUIMARÃES; CASTRO, 1990, p.15)

Em cada Estado se constituíram agrupamentos específicos seguindo o fator “ocupação”, assim os movimentos sociais, sindicatos, associações que se formavam frutos do processo de industrialização e modernização do Nordeste, cresciam de acordo com cada ramo industrial aplicado nos locais. Outras formas de agrupamentos por meio de diferentes tipos de classes, que não só a industrial, também se constituíram no Nordeste, a classe dos produtores rurais que na década de 1990 e início dos anos 2000 recebeu fortes incentivos por parte do Estado e para luta pelo acesso à terra.

Da luta pela terra surgem diferentes movimentos de classes que passam a atuar na região e produzir novas formas de relacionar suas ocupações com a produção, com agricultura familiar, créditos à busca de direitos, como no caso desenvolvido pela “Economia Solidária”:

O desafio do exercício da economia solidária se dá desde juntar pessoas pelo tipo de atividade que praticam: produtoras(es) de artesanato, agricultores(as) da agricultura familiar e agroecológicos para comercializar seus produtos, trabalhadores(as) de cana-de-açúcar ocupados com o processamento para produção de seus derivados (como açúcar e outros), manipuladoras(es) de alimentos e outros(as), passando pela dinâmica de decidir de forma coletiva (autogestão) o método de produção, as instâncias de decisão, a forma de embalar os produtos, a comercialização desses, a gestão financeira e administrativa, a distribuição das sobras, com base na cooperação e na solidariedade, até obter-se resultados imediatos que garantam a essas pessoas

recursos financeiros para suprir as necessidades básicas existentes nos âmbitos familiares. (FERREIRA; OLIVEIRA, 2009, p.21)

Se observa o desenvolvimento da região e a instalação de indústrias, o crescimento do sindicalismo e a necessidade de lutar por demandas voltadas para as relações de trabalho, salários, maior acesso a bens de consumo e valorização de determinadas classes se tornaram prementes. Mas outros atores locais têm se articulado por outros tipos de classes, a exemplo dos artesãos, quebradeiras de coco, agricultores, pescadores e outros, diferente da classe trabalhadora industrial operária. Essas outras classes também têm demonstrado força para pensar e propor estratégias de mudanças e desenvolvimento da região.

A luta por recursos, menos desigualdades econômicas, a busca por uma equiparação voltada a oportunidades iguais no mercado e no acesso a recursos se tornou “defasada” e já não tinha tanta relevância nas sociedades contemporâneas que se formavam tão heterogêneas, fragmentadas e com sujeitos tão diferentes. A união por meio de uma “classe” que lutasse de forma conjunta, por um mesmo objetivo já não é mais vista como viável para análise das sociedades atuais.

Mas a região Nordeste por uma série de fatores históricos, econômicos e sociais ainda necessita discutir o que para outras regiões já é algo “defasado” e “ultrapassado”, questões não resolvidas e ainda urgentes para vários sujeitos que lutam diariamente por bens básicos e melhores condições de vida. No entanto, isso não significa que as questões identitárias não estejam imbricadas nas organizações desses sujeitos, suas lutas também refletem a defesa dos seus costumes e valores culturais e se interligam com questões atuais à nível global. A heterogeneidade, o particularismo e a fragmentação, características atribuídas à pós-modernidade estão presentes nas organizações recentes que se formam na região Nordeste que continuam a resistir as amarras universalistas que insistem em prendê-la como em seu período colonial.

Juntos: a sociedade, o Estado, o capitalismo e a globalização têm se modificado, essas mudanças têm proporcionado grandes alterações estruturais e conceituais a essas ferramentas tão importantes do projeto da modernidade. O Estado nunca foi tão demandado e exigido, dividido entre dar suporte à sociedade e às suas demandas, em face do mercado global que tenta diminuí-lo a todo custo em busca de lucro e independência. Inserida nesse embate, encontra-se a sociedade civil, composta por diferentes particularismos que tenta sobreviver aos ditames universais do Estado e do mercado global. Em meio a esse cenário, encontra-se também a região Nordeste que segue sua história de poucos investimentos, insuficientes políticas sociais e sofrendo preconceitos contra seu povo, mas toda essa situação tem proporcionado o surgimento

de diferentes agrupamentos e organizações que discutem, resistem e agem em busca de melhores condições de vida e de uma consciência de classe que, no Nordeste, não se encontra perdida, renascendo nos coletivos classistas.

## 5 COLETIVOS CLASSISTAS: REIVENTANDO A AÇÃO POLÍTICA NO NORDESTE BRASILEIRO

Como aqui nós estamos na periferia, da periferia, da periferia, as necessidades de organização são muito maiores, mas também as condições de organização são muito mais precárias (COLETIVO DO PIAUÍ).

O paradigma da pós-modernidade trouxe a necessidade e a obrigação de se olhar o diferente, as múltiplas possibilidades, nas quais não existem apenas um caminho ou verdade, mas sim caminhos e verdades. A multiplicidade pode ser aplicada a diferentes questões e contextos, ela passa a ser essencial nos estudos sobre os sujeitos sociais e em tudo aquilo que resulta das suas relações. As ações coletivas dos movimentos sociais passaram a ser estudadas por diferentes teorias inseridas em múltiplas realidades, consequência das mudanças paradigmáticas e da necessidade de compreensão de outras realidades.

O Nordeste do Brasil, por exemplo, tem se apresentado como uma região resistente com relação aos adventos climáticos (região do país mais árida e seca) e pelo seu histórico econômico e social marcado pela falta de investimentos econômicos, políticas públicas e integração aos centros hegemônicos do país. Não há o que falar de desenvolvimento no Brasil de forma generalizada e uniforme, mas de “desenvolvimentos”. As cinco regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) seguiram caminhos diferentes, cada uma apresenta suas próprias particularidades e cada povo possui diferentes necessidades.

E a partir dessa sociedade contemporânea complexa e globalizada, que comporta diferentes heterogeneidades, emanam formas diversificadas de organizações, como os coletivos que se formam por todo país e são o objeto de estudo desta dissertação. Os coletivos têm sido apresentados pela literatura brasileira como uma nova forma de organização que demonstra um afastamento de formas organizacionais tradicionais, não possuem uma identificação política, sua composição é, na grande maioria, de jovens, com múltiplas pautas, são autônomos, sem liderança, organizam-se de forma horizontal, atuam por meio de redes sociais e são fluidos (MESQUITA, 2008; PERALVA, 2017; GOHN, 2017; LIMA, 2018; SOUZA; PEREZ, 2017; BORELLI; ABOBEIRA, 2011; PEREZ, 2017; MARQUES; MARX, 2019; MELO; PEREZ, 2018).

Essas características são apontadas por estudos majoritariamente de pesquisas realizadas com coletivos que se formam nos centros hegemônicos do país, na região Sul e Sudeste, sendo



pouquíssimos os trabalhos que abordam coletivos que se formam na região Nordeste. Um olhar mais direto para esta região é necessário, visto que seus sujeitos possuem outros costumes e necessidades. Assim, buscamos compreender se as características apontadas pela literatura se aplicam aos coletivos que discutem preponderantemente questões de classe, já que as questões de classe são apontadas como defasadas e as demandas e lutas atuais são especificamente identitárias e heterogêneas, não cabendo mais o local que o sujeito “ocupa” como forma de identificação e união, pois as identidades estão para além da posição e tipo de função que se desempenha.

Nesse contexto, por meio de entrevistas semi-estruturadas com sete coletivos, um por estado da região Nordeste, que possuem as questões de classe como marcador social da diferença principal entre suas múltiplas pautas, fez-se um exercício de compreender como se formam esses coletivos, quais suas ações, demandas, se têm relação com formas tradicionais de organização, quem são seus participantes e como as questões de classe os constituem.

## 5.1 O QUE SÃO OS COLETIVOS CLASSISTAS DO NORDESTE E COMO SE ORGANIZAM?

Apesar de ser um objeto de estudo relativamente recente, os poucos trabalhos já produzidos sobre coletivos arriscaram a denominá-los de diferentes formas e não chegam a um consenso. Contudo, de forma geral, eles são mobilizações baseadas na multiplicidade e temporalidade de pautas, inseridos na categoria dos novos movimentos sociais ou novíssimos movimentos sociais, sua existência está na circunscrição de afetos e na fluidez, e estão distantes da política partidária (MAIA, 2013; AMADOR; CASTRO, 2016; PEREZ, 2018).

Mas, por que o uso do nome “Coletivo” para designar tais tipos de organizações? O porquê da escolha da denominação coletivo tem muito a dizer e nos leva a compreender de que maneira eles se organizam. Quando questionados por que se chamam de coletivo os entrevistados responderam o seguinte:

[...] nos entendemos enquanto coletivo a medida em que nos integramos dentro de nossas particularidades, compartilhando das mesmas inquietações em torno do que nos aproxima, no nosso caso, a conexão de mulheres no meio musical em nossa cidade (São Luís - MA). Mutuamente trabalhamos o que nos caberia “definir” enquanto denominação do que somos. (COLETIVO MARANHÃO, 2019)

Para os dois coletivos entrevistados no estado do Piauí, as respostas se direcionam também para a questão do compartilhamento e a luta contra o individualismo. O coletivo do Piauí “A” diz que: “acreditamos que o modelo de vida capitalista não é pra gente, então não queremos o individual, quero andar juntos, em coletivo, pois o bem de todos é muito importante e quando estamos juntos tudo fica mais fácil”. Para o coletivo Piauí “B”, escolher se chamar coletivo ocorre porque “nós somos um coletivo mesmo”, a escolha da denominação está na pluralidade e recepção de outras pessoas diferentes, “o coletivo foi pensado por mulheres do partido comunista brasileiro, mas não somente para mulheres comunistas, por isso é um coletivo que vai juntar pessoas de esquerda, com o pensamento de esquerda”.

O coletivo de Pernambuco escolheu o nome coletivo “porque a gente queria trazer o sentido de grupo mesmo, de união, de coletividade, como a própria palavra sugere”. Para o coletivo de Alagoas a escolha se deu porque “é um grupo que abrange um quantitativo de pessoas”. A percepção do Coletivo do Rio Grande do Norte está diretamente ligada à necessidade de diversificação, o coletivo nasceu:

[...] de uma tese que era de uma corrente do Partido dos Trabalhadores, da democracia socialista, e a ideia era criar um coletivo de estudantes que não tivessem teoricamente uma aproximação do partido apesar de ser criado por pessoas do partido, mas que qualquer pessoa pudesse se organizar nesse coletivo e organizar algumas pautas. (COLETIVO RIO GRANDE DO NORTE, 2019)

O coletivo da Bahia não respondeu à pergunta diretamente, mas afirmou: “porque remete a coletividade”. A partir dessas respostas é possível perceber que as particularidades se relacionam diretamente com a ideia de coletividade para os coletivos classistas que se formam no Nordeste. A morte do sujeito global trouxe à tona as subjetividades e marcas identitárias de cada sujeito (LACLAU, 1986; HALL, 2019), que agora não se resumem a uma única identidade, como a de classe, de mulheres do meio musical, ou como apenas mulheres comunistas, ou as pessoas diretamente ligadas a um determinado partido, mas também na aceitação de um conjunto de outras particularidades, reiterando a transformação social proposta pela pós-modernidade, no qual passam a proliferar outros particulares que já não se sentem contemplados pelo universal (LACLAU, 2011).

Outro aspecto apontado pelos coletivos foi o da necessidade de se afastarem do modelo capitalista que está diretamente ligado ao individualismo. A visão universalista e excludente, criada por essa ferramenta da modernidade, busca ser rebatida pela criação de coletivos que dão importância a “todos”, como afirma o Coletivo do Piauí “A”. As várias identidades que emanam em forma de “resistências” são exemplos das mudanças paradigmáticas contra os dogmas

universalistas e excludentes da modernidade, a construção de novas organizações e saberes surgem para confrontar as universalidades produzidas em centros de poder (SANTOS, 2010).

Em suma, dentre as respostas dadas para o questionamento do porquê se chamar coletivo, as palavras “coletividade”, “grupo”, “pluralidade”, “juntos” se fazem presente em quase todas as respostas. De acordo com Melucci “os movimentos dispõem uma grande parte de seus recursos tentando manter sua unidade e conseguir uma certa homogeneidade com um campo social composto de vários elementos” (1989, p. 56). A união, o agrupamento, a intenção de formarem uma unidade são objetivos que buscam ser alcançados por quem faz parte e forma um coletivo, mesmo que seus integrantes sejam pessoas heterogêneas, compostos por classes diferentes, raça diferentes, orientação sexual diferentes, elas se unem em torno de um objetivo ou objetivos. A fala dos entrevistados sobre o porquê da autodenominação corrobora com o já produzido pela literatura, que é dar a ideia de organizações compostas por sujeitos heterogêneos.

A partir de 1960 ocorre uma alteração no pensar sobre o Sujeito e a sua organização, a construção é formada por diversificadas questões que mesclam termos identitários, culturais e sociais (TOURAINÉ, 1994). Os Novos Movimentos Sociais retomam a dimensão de integração social, privilegiam a heterogeneidade e apresentam sujeitos preocupados com outras realidades que não só a lógica homogênea econômica (GOHN, 2017).

Dentre essas afirmações da presença de uma integração social e uma preocupação com a diversidade de sujeitos e temas, é importante saber o que os participantes entendem por “Coletivo”, qual o sentido dessa palavra usada de forma recorrente nos últimos anos e que virou símbolo (marca) de organizações.

Para o Coletivo do Maranhão a compreensão do que é coletivo está ligada à união, “a ideia de coletivo como algo que une pessoas conectadas por algo em comum, sem necessariamente haver um fim de interesse econômico, ou coisa do tipo”. O Coletivo do Piauí “A” afirma que a compreensão de coletivo, “vai desde a questão do coletivo político até a minha vida, pois tudo em coletivo é mais fácil, tendo outras pessoas para partilhar nossas alegrias, nossas tristezas, nossa confiança”. O Coletivo Piauí “B” diz que, “é um grupo de pessoas que tem uma finalidade idêntica em uma determinada luta. E que se organizam para incentivar essa luta”.

O Coletivo de Pernambuco segue a mesma linha dos coletivos anteriores e traz a reafirmação do trabalho em conjunto, ao afirmar que:

[...] a gente entende por coletivo, um grupo capaz de se auto organizar, independente, que tem como norte principal o consenso entre seus membros,

a gente pensa também em uma forma de estabelecer alguns princípios para o coletivo, pois acreditamos que precisamos de princípios para moverem nossas ações e principalmente a vontade de trabalhar em conjunto, a gente entende coletivo como vontade própria de trabalhar em conjunto, de se propor a trabalhar em conjunto. (COLETIVO PERNAMBUCO, 2019)

Para o Coletivo de Alagoas a compreensão de coletivo é “quando pessoas entram em consenso em se unir almejando algo em comum, no nosso caso, a mudança social que só acontecerá se for organizada coletivamente em prol da classe trabalhadora”. O Coletivo do Rio Grande do Norte afirma que a percepção de coletivo é “um espaço auto organizado de luta”. Já a visão do que vem a ser coletivo, do Coletivo da Bahia, é “um conjunto de pessoas que se unem em prol de um objetivo, que não se limita nelas mesmas”.

A partir da fala dos sete entrevistados é possível verificar dois tipos de percepções do que é coletivo. Para os coletivos de Pernambuco, Alagoas e Bahia a sua compreensão está mais voltada à união, o trabalho em conjunto em busca de algo comum, eles reiteram o pensamento compartilhado aplicado aos Novos Movimentos Sociais que se unem por meio de questões subjetivas e heterogêneas.

Os outros quatro coletivos, Maranhão, Piauí “A” e “B”, Rio Grande do Norte têm em suas falas um enfoque voltado para a luta, política e econômica. A união do grupo não está voltada apenas para as questões econômicas e corrobora com uma das características dos Novos Movimentos Sociais que inovam discutindo e apresentando outras temáticas como afirmados por Melucci (1989), Touraine (2006) e Gohn (2008), desde os anos 1980.

O Coletivo de Alagoas traz na sua fala a união e algo em comum que seria a mudança social, ela só aconteceria com a organização coletiva da classe trabalhadora. Essa fala nos remete a lógica da hegemonia apresentadas por Laclau e Mouffe (2005), na qual a hegemonia só seria alcançada pelos grupos por meio de articulação de classes e grupos sociais em si mesmos. A busca pela mudança social através da união da classe trabalhadora, na fala de um coletivo, no ano de 2020, leva a refletir sobre a volta de questões do trabalho que tinham deixado de se tornar centrais com a formação dos Novos Movimentos Sociais que emergem a partir de 1970, mas que em 2020 continuam vivas em coletivos que se formam no Nordeste do Brasil.

Os coletivos do Piauí e o Coletivo do Rio Grande do Norte reafirmam a formação de organizações coletivas que compreendem sua constituição por meio da “luta”, no qual levam a entender a existência de opositores e questões que precisam ser superadas. O embate está diretamente ligado a esses coletivos, o que os relaciona com a noção de conflito proposta por Tarrow (2009), que compreende os movimentos sociais como desafios coletivos baseados na solidariedade e objetivos comuns, e se sustentam por meio de uma interação de oposição. Mas

esse conflito não está relacionado exclusivamente com relação ao uso da força, o conflito acontece, para Tilly (2010), também quando ocorre divergência de interesse, demandas ou reivindicações que provoquem qualquer tipo de desentendimento.

Para Melucci (1989), o conflito é uma relação entre atores opostos, lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão valor. A solidariedade é a capacidade de os atores partilharem uma identidade coletiva. Essa mesma identidade coletiva contribui para a criação desses coletivos fazendo com que eles tenham capacidade de se unirem e buscarem demandas comuns a todos.

O interesse sobre a união de indivíduos em determinados grupos na busca de um objetivo comum já é estudado desde o século XIX (GOHN, 2008), com o decorrer do século XX, quando foi possível perceber as mudanças que ocorreram na formação dessas organizações, a partir de 1960-1970 é notado que a junção de pessoas em determinados grupos passou a ocorrer por meio de aspectos culturais e simbólicos citados por Melucci (1989). Essas especificidades encontradas nas ações coletivas e movimentos sociais da atualidade vão revelar outros objetivos e formas de ações diferentes das tradicionalmente conhecidas, o que resulta na percepção de outras necessidades que antes eram ocultadas e que agora são publicizadas com o advento da pós-modernidade.

Saindo mais do campo subjetivo e partindo para questões práticas, conhecer o trabalho feito pelos coletivos classistas que se formam no Nordeste, ajuda-nos a perceber outras necessidades mais particulares que precisam ser praticadas e inseridas no contexto social dos locais que os coletivos atuam. Os trabalhos desenvolvidos pelo Coletivo do Maranhão acontecem por meio de:

Uma rede de conexão de mulheres que por meio da música, compartilham técnicas, somam criações individuais umas das outras e fomentam a inserção de mais mulheres no meio cultural e no contexto do espaço público como um todo, tendo como fundamento a necessidade de romper com as desigualdades de gênero dentro da música e por meio da música poder tratar de questões relativas ao feminino em esferas para além da música propriamente dita. (COLETIVO DO MARANHÃO, 2019)

O Coletivo do Piauí “A”, apesar de ser um coletivo da classe estudantil, apresenta múltiplas pautas e intersecções com outros marcadores sociais da diferença. Essa diversidade do coletivo é perceptível pelos tipos de trabalho que a organização realiza:

[...] a gente tem a frente do movimento de moradia, a frente do movimento estudantil e nós temos as setoriais: setorial das mulheres, a setorial de negros e negras e a setorial LGBT, então, a gente a se insere nos estados nessas atividades e nas construções acerca desses temas, e acabamos no final inseridos em tudo, por exemplo, estamos sempre presente na luta da questão

dos transportes, e temos todas essas frentes que faz a dinâmica do coletivo. (COLETIVO DO PIAUÍ A, 2019)

O trabalho realizado pelo Coletivo Piauí “B”, direciona-se para uma determinada classe, a das mulheres trabalhadoras. A organização afirma que o seu trabalho é de “conscientização do público feminino, das mulheres. Conscientização e organização para a luta das mulheres dentro da sociedade capitalista”. O Coletivo de Pernambuco tem o seu trabalho voltado para:

[...] a formação, o debate, a gente trazer a questão de raça para as escolas, bibliotecas públicas. [...] tentamos trabalhar nesse norte, ir para as comunidades, para a periferia do Recife realizar eventos com outras organizações, inclusive partido políticos que se propõem a discutir a pauta racial.

O trabalho feito pelo coletivo está ligado à sua pauta principal que é a questão racial, com base nessa pauta eles atuam em diferentes locais discutindo demandas que defendem ser pontuais e necessárias na cidade de Recife.

O Coletivo de Alagoas que possui uma relação entre a classe trabalhadora e mulheres, afirmam fazer trabalhos que buscam:

[...] disputar a consciência de classe de pessoas da classe trabalhadora, principalmente de mulheres das classes mais pobres, com a finalidade de conquistá-las para a luta coletiva para a superação da sociedade e o comprometimento na construção de um novo modelo de sociabilidade, sem exploração e nenhum tipo de opressão. (COLETIVO DE ALAGOAS, 2019)

O trabalho realizado pelo Coletivo do Rio Grande do Norte se constitui:

[...] na luta pela assistência estudantil das Universidades e IES, além de lutar por bolsas, o bom funcionamento do RU, dentro de um contexto universitário o apelo é esse, e existem outras vertentes, inclusive existem participantes que constroem outros coletivos. [...] Acabo falando dos outros coletivos pois acabamos sendo ligados querendo ou não, pois existe toda essa interseccionalidade das pessoas que estão ali, afinal não é qualquer um, é alguém que viva aquela realidade inserida no mundo universitário, seja a mulher negra, seja o periférico, mas além dele como estudante consideramos o papel como pessoa, considerando os marcadores que demonstram a opressão. (COLETIVO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2019)

Esse coletivo, como os demais, apresenta outras interseccionalidades com outros marcadores sociais da diferença e seu trabalho não se volta exclusivamente para sua pauta principal, a classe estudantil. O Coletivo da Bahia afirmou que o seu trabalho consiste em “realizar atividades formativas e de atuação local, inserção das mulheres”.

A presença de múltiplas pautas e interseccionalidade com diversos marcadores sociais de diferença são características presentes nos coletivos, como afirmam Perez (2017), Perez e Souza (2017), Gohn (2017), Melo e Perez (2018), característica já apontada na literatura produzida e presente nos coletivos classistas que se formam no Nordeste do Brasil. Isso os

diferencia dos movimentos sociais de classe, tradicionalmente conhecidos e que se organizam em volta de uma única pauta, dificultando a atuação com outras temáticas e afastando-os da adesão por parte de um perfil diferente de participantes.

Outra pergunta feita aos coletivos foi relacionada às ações que realizam, de que maneira concretizam seus trabalhos e objetivos, sendo fundamental conhecer quais as atividades são desenvolvidas pelos coletivos formados por diferentes tipos de classes e outros marcadores sociais da diferença. Assim, é possível ver a partir do propósito de cada coletivo que os trabalhos que realizam podem estar diretamente ligados às necessidades do grupo.

O coletivo do Maranhão, formado por mulheres da classe artística, afirmou que as ações realizadas pela organização se baseiam no “criar colaborativamente, então criamos espetáculos musicais, encontros culturais com linguagens artísticas diversificadas, rodas de conversa, oficinas de instrumentos para mulheres e participação em eventos de cunho social”.

As ações desenvolvidas pelo Coletivo do Piauí “A”, que é formado por estudantes, são voltadas para a temática estudantil, eles afirmam que possuem “várias pessoas construindo algumas coisas, por exemplo, a gente constrói o DCE da UESPI, da UFPI e estamos inseridos em várias coisas como Núcleo Marielle Franco, enfim, participamos da construção de vários espaços”.

O Coletivo Piauí “B” tem como bandeira inicial a luta por um feminismo classista, as ações desenvolvidas pela organização buscam manter o diálogo com outras mulheres, acontecendo por meio de:

[...] roda de conversa, a conscientização por meio do estudo e depois o desenvolvimento de várias atividades. A gente participa de manifestação, de luta, de organização de outras ações contra, por exemplo o feminicídio, no âmbito educacional nas escolas, nos sindicatos, em todos os lugares onde a gente espera encontrar mulheres, seja elas de qualquer idade, qualquer orientação política a gente vai atrás porque sentimos que precisamos organizar todas as mulheres. Depois que elas tomarem conhecimento elas têm o livre arbítrio de se juntar a nós, a luta. (COLETIVO PIAUÍ B, 2019)

O Coletivo de Pernambuco é formado por jovens negros, as suas ações estão voltadas para as questões relacionadas à raça. O coletivo afirma que:

[...] finalidade de fortalecer a luta racial na cidade, principalmente dos jovens, a gente lutou muito no início com esse dilema de sermos um coletivo de estudantes universitários e nos afastarmos da periferia, do trabalho de base, ficar na academia, a gente se preocupa muito com isso, então gente tenta fazer com a que a gente saia mais desse espaço, e a gente já saiu, e já estamos fazendo outras coisas fora da universidade. (COLETIVO DE PERNAMBUCO, 2019)

Já as ações desenvolvidas pelo Coletivo de Alagoas estão relacionadas à formação de uma consciência de classe com base nas questões de gênero, atuando na:

[...] realização de cursos de formação sindical e atividades de formação interna para o coletivo trimestralmente realizamos cine discussão com temática sobre a questão de gênero; mensalmente realizamos o bazar popular indo a um bairro popular de Maceió para vender roupas, bijuterias, sapatos, itens de casa, mesa e banho propondo um tema de discussão política com as pessoas que se aproximam atraídas pela venda de utensílios a preço baixo. (COLETIVO DE ALAGOAS, 2019)

As ações do Coletivo do Rio Grande do Norte estão também voltadas para o campo estudantil: “realizamos muitas rodas de conversa, principalmente ao que diz respeito ao trabalho de base nos centros acadêmicos” e reafirmam sua atuação em diversas temáticas que não só nas questões educacionais, “temas seja reforma trabalhista, da previdência ou mudanças no ensino, todas essas pautas são levadas pro debate”. O Coletivo da Bahia não respondeu à questão.

Os coletivos iniciam sua formação e organizam suas ações em consonância ao que Melucci (1996) definiu de “fase de latência”. As suas ações são restritas e baseadas apenas com o contato interpessoal entre os seus membros, não estão diretamente preocupados com sua capacidade de mobilização, mas sim com as discussões e interesses internos. Mas diferente do que o autor afirma, que nessa fase os interesses e o senso de pertencimento a uma causa não seriam tão óbvios, a fala dos participantes demonstra que a escolha em se organizar como coletivo e as ações desenvolvidas por eles já são permeadas pelo o senso de pertencimento à uma causa ou causas, e são o motivo da formação da organização.

Dentre as falas dos sete coletivos, todos desenvolvem ações voltadas para o diálogo entre os participantes das organizações, a ênfase ao debate majoritariamente é desenvolvida por meio de rodas de conversa, o que demonstra a preocupação em compreender o “*outro*”, a disposição para ouvir outras opiniões, questões contrárias/opostas/dissonantes das que seriam “comuns” aos grupos. Essa sensibilidade com distintas opiniões é um dos pontos presentes no desenvolvimento das sociedades complexas, pós-modernas, que não estão focalizadas em apenas uma opinião, um saber, uma única verdade, mas em diferentes formas de discursos, como afirma Santos (2013).

Outro ponto interessante no que se refere às ações desses coletivos é que elas estão diretamente ligadas às suas demandas, os coletivos que discutem classe e que se relacionam com as questões de gênero, focalizam seus atos mais incisivamente no público feminino. Os coletivos vinculados às questões estudantis desenvolvem suas ações no campo acadêmico, atuando em espaços e questões específicas do campo estudantil. O coletivo de classe artística e feminista objetiva a atuação e percepção no meio artístico. O coletivo classista de raça atua em



espaços nos quais a discussão sobre a temática de raça seja urgente e significativa como escolas, universidade, comunidades periféricas e outras.

Todas as diferentes ações desenvolvidas pelas organizações demonstram as heterogeneidades apresentadas pelos coletivos, como os marcadores sociais da diferença funcionam como um elo e apresentam forte influência sobre os caminhos que as organizações irão tomar. Dos particularismos resultam suas formas de agir, mas isso não significa que não possam atuar em outros campos, como apresentado pelo Coletivo do Rio Grande do Norte.

Depois de conhecermos um pouco sobre os coletivos, porque escolheram essa denominação, o que eles compreendem por coletivo, quais os trabalhos propõem e que ações efetuam para conseguir seus objetivos, é essencial entender como eles conseguem tomar suas decisões, já que são a partir delas que o coletivo conseguirá organizar seus trabalhos e ações.

Na literatura os coletivos são vistos como organizações que não possuem liderança, essa característica foi observada por Gohn nos coletivos que atuaram nas jornadas de junho de 2013, Gohn (2017, p. 27). A autora endossa sua proposição dizendo que “não têm liderança, mas todos são líderes”, dessa forma esse tipo de organização se afasta dos movimentos sociais. Maia (2013) também afirma que os coletivos têm como característica a falta de liderança, a presença de horizontalidade. É possível que esses coletivos consigam se organizar sem a figura de líder? Ou sem uma estruturação hierárquica?

O Coletivo do Maranhão afirma que o seu processo de tomada de decisões é feito de forma democrática:

[...] utilizamos como meio mais urgente de articulação, um grupo de Whatsapp, onde todas as integrantes do grupo estão (hoje somos 35 no total), lá colocamos as pautas a serem debatidas e realizamos as escolhas por meio de votação. Ponderamos a respeito das questões a serem definidas e a partir disso fazemos votação, onde a decisão é da maioria. Questões mais simples, como data, horário e local das reuniões presenciais são decididas por meio do grupo, como forma de facilitar na escolha, outras questões de organização, tomada de decisões mais complexas fazemos de forma presencial nas reuniões, seguindo a mesma lógica de votação. (COLETIVO DO MARANHÃO, 2019)

O diálogo e o consenso são essenciais para a tomada de decisões do coletivo, quando questionados sobre a existência de alguma hierarquia de cargo na organização, o Coletivo afirmou que:

[...] os papéis de ação dentro do grupo são abertos e dependem da disponibilidade de cada uma em comparecer aos encontros e fazer parte das ações. Logo, em cada projeto novo, em cada nova ação, cada integrante do grupo se ocupa em realizar algo que lhe seja de interesse e que caiba dentro

da disponibilidade de tempo e questões afins. (COLETIVO DO MARANHÃO, 2019)

Quando questionados sobre a existência de algum tipo de liderança, foi prontamente respondido pelo coletivo que “não, há concepção mesma da ideia de coletividade que assimilamos rejeita a ideia de líder dentro do grupo”. As três respostas do Coletivo do Maranhão demonstram e corroboram com a ideia já produzida sobre coletivos; a sua tomada de decisão é baseada no consenso entre seus membros de forma democrática, não existe qualquer tipo de hierarquia ou imposição de tarefas, e a concepção de liderança não existe na organização, todos possuem o mesmo peso e atribuições.

O coletivo do Piauí A quando questionado sobre de que forma tomam decisões, respondeu que:

[...] no coletivo, nós temos pessoas que são a coordenação, mas não é aquela coordenação que a gente só vai lá e decide. Como é nacional, a gente tem as coordenações que pegam os informes nacionais e trazem para os estados, e aí os estados em reuniões gerais com todas as pessoas ou com as setoriais, conversam e tomam as decisões. É nacional, mas sempre discutimos esses planos que enviam pra gente. (COLETIVO DO PIAUÍ A, 2019)

Com relação à existência de algum tipo de hierarquia na organização, foi respondido que:

[...] na verdade, tudo é decidido com base das discussões, como pensamos muito parecido, as decisões são consensuais, sem muito confronto. A coordenações nacionais servem mais pra ajudar no contato com as pessoas de outros estados, por exemplo, para que as ações sejam nacionalizadas. (COLETIVO DO PIAUÍ A, 2019)

O Coletivo Piauí “A” demonstra uma formação diferente; eles agem de acordo com as diretrizes repassadas por uma “coordenação nacional<sup>20</sup>” do coletivo. As questões deliberadas são apontadas por essa coordenação, o que acarreta uma ideia de integração entre o local, no qual o coletivo age diretamente e o nacional que contém questões de caráter mais universalistas. O coletivo não vê as coordenações nacionais como figuras que estão hierarquicamente

---

<sup>20</sup> Dois dos sete coletivos entrevistados afirmam receberem diretrizes por meio de uma “Coordenação Nacional”. No caso do Coletivo Piauí “A” que faz parte de um coletivo que atua em vários estados e cidades brasileiras, a sua história se inicia a partir de 2013, quando eles afirmam que “*uma nova geração da juventude brasileira saiu às ruas em junho e nos permitiu sonhar*”. Eles se organizam por meio de “*regionais*” que estão presentes na região Norte (Amapá e Pará), região Nordeste (Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Pernambuco), região Sudeste (Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais), região Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul) e região Sul (Paraná, Rio grande do Sul). Todas essas regionais recebem diretrizes de uma coordenação nacional que será aplicada de acordo com o local do coletivo. Além dessa forma de organização o coletivo é composto pelas frentes: antiproibicionista, movimento estudantil e popular, e possui as setoriais: feminista, lgbt e negritude. No caso do Coletivo Piauí “A”, a frente adotada é a do movimento estudantil.

superiores; para eles nota-se que as coordenações são uma espécie de elo entre o local e o nacional, ajudando na organização e ação do coletivo.

Com relação à figura de um líder presente na organização, o Coletivo Piauí “A” afirma que “[...] não. Acontece de que algumas pessoas tenham uma tarefa um pouco maior, mas no final das contas ela é só mais um integrante do coletivo, e chamamos de base”.

O Coletivo do Piauí “B” afirma que a tomada de decisões:

[...] acontecem por meio de reuniões do coletivo. Nós discutimos até a última instância, dialogamos até a última instância. Eventualmente a gente convence, eventualmente a gente não convence aquela que não está de acordo. Mas democraticamente a maioria vence, se a minoria, que as vezes a minoria tem razão, não se convencer, a gente retoma a discussão mais tarde, em outro tempo para aclarar as ideias de todos. Se a questão de não concordância for uma questão fundamental, a pessoa sai, procura outro lugar, se ela não concordar de jeito nenhum com a questão classista dentro do coletivo não tem como continuar. Porque a caracterização do grupo, coletivo, é ser feminismo classista, isso é indiscutível. (COLETIVO DO PIAUÍ B, 2019)

As decisões são feitas por meio do debate e do consenso entre os participantes do coletivo. O Coletivo do Piauí “B” chama atenção para a importância da identificação com a pauta central do coletivo, o feminismo classista. A não identificação de algum participante com as questões relacionadas à pauta central resultou na saída dos membros. Isso demonstra a importância de se manter uma unidade que é constituída por uma particularidade, mas quando se está em grupo essa particularidade tende a se tornar universalista, como já afirmava Laclau (2011).

Com relação à existência de algum tipo de hierarquia, o Coletivo do Piauí “B” reafirmou a não existência, semelhante aos coletivos anteriores, eles dizem que: “existe a organização. existem pessoas que tem certos cargos, mas é temporário, não é definitivo. Não há uma hierarquia, ninguém faz carreira dentro do coletivo, existem cargos organizativos que a pessoa entra durante um determinado período”. Quando questionados sobre ter algum tipo de líder dentro do coletivo, eles responderam que:

[...] as lideranças aparecem na luta. Existem lideranças dentro da universidade, em todos os setores ninguém se apresenta como líder, não existe líder, existem líderes no coletivo mulheres, fora do coletivo homens conforme a circunstância proporciona. Tem pessoas que possuem variadas competências, conforme a sociedade e a conjuntura chama as competências, as pessoas assumem lideranças. Embora muitas vezes a pessoa nem tenha um cargo, mas ela lidera porque ela tem aquela índole. Isso é diferente de carreira, são coisas diferentes, para que essa pessoa que tem uma liderança natural não se perpetue, por isso que há os debates, as discussões, as leituras e as eleições. Para que os determinismos não aconteçam. (COLETIVO DO PIAUÍ B, 2019)

A figura da liderança é anulada pelos debates no próprio coletivo, a partir das discussões entre os participantes que estão em “igualdade” com relação a direitos e poderes, e acreditam que com essa base organizativa é impossível que alguém se perpetue como figura central dentro do coletivo.

O Coletivo de Pernambuco também toma suas decisões na busca de um consenso, ele diz que:

[...] quando fazemos nossas reuniões, tentamos estabelecer pautas para ter uma organização sobre o que vamos conversar, e o processo é muito consensual, assim: “você acham que vale a pena a gente participar desse evento, acham que vale a pena a gente iniciar tal atividade?” Então a gente tenta entrar em um consenso geral, e quando há uma divergência ou outra a gente tenta estabelecer um certo acordo, encontrar um equilíbrio. (COLETIVO DE PERNAMBUCO, 2019)

Com relação a possíveis diferenciações no coletivo, eles afirmam que “de todo mundo ter voz, todo mundo ter o mesmo peso, na teoria todo mundo tem essa valorização”, mas eles apresentam ressalvas, “porém há sempre e me parece muito comum que nessas organizações sempre tenha aquelas três, quatro, cinco pessoas que exatamente tem mais voz na prática porque elas são quem mais tomam iniciativas, que propõe, que falam, que comunicam, que agem”. O Coletivo de Pernambuco admite que possa existir algumas vezes a presença proativa de determinados participantes que tomam à frente das ações, e que de certa forma possam adotar um papel de líder.

O Coletivo de Alagoas afirma que as decisões são “deliberadas por meio do centralismo democrático, em que todas discutem coletivamente e o que é consenso entre a maioria é acatado”. A respeito de hierarquias na organização, eles dizem que “não existe hierarquia estatutária. No entanto, nos dividimos em secretarias de núcleo nas cidades em que o coletivo funciona e uma coordenação estadual para que as ações do coletivo sejam realizadas e a linha política de feminismo classista seja mantida”. A mesma forma organizativa adotada pelo Coletivo do Piauí “A”, é aplicada no Coletivo de Alagoas, uma interligação das relações locais com cenários mais amplos, no caso o estadual. Quando questionados sobre a existência de lideranças, foi dito que: “no sentido de poder hierárquico, não”.

O Coletivo do Rio Grande do Norte afirma que as medidas para que ocorram as tomadas de decisão no coletivo são feitas a partir de “plenárias, assembleias, para que a gente decida coisas pontuais, rápidas, mas sempre todo mês há uma reunião onde são expostos os problemas, onde há a análise das conjunturas, e tudo isso passa por um debate bastante plural”. Sobre a questão da hierarquia eles afirmam que “não existe uma hierarquia clara, mas existem aquelas

peessoas que a gente gosta de brincar chamando de dirigente, porque são justamente pessoas que tomam um protagonismo maior”. E sobre haver a figura de um líder, eles afirmam não existir.

O Coletivo da Bahia de maneira geral respondeu às questões sobre tomada de decisões, divisão de forma hierárquica e a existência de algum tipo de liderança afirmando que:

[...] somos um Coletivo organizado nacionalmente e temos atuação em alguns estados. Temos como base da nossa organização o Centralismo democrático, que em espaços de tomada de decisões, as mesmas são votadas e encaminhada a que possui mais votos. Isso acontece com a Coordenação Nacional quando delimita alguma ação para as militantes dos estados e seus núcleos. Existe uma Coordenação Nacional eleita pelas militantes em congresso e uma coordenação estadual, nos locais, os núcleos têm um secretariado que fica responsável por assumir algumas demandas, contudo, todas as militantes do núcleo desempenham as atividades para o andamento do coletivo. (COLETIVO DA BAHIA, 2020)

De forma geral é perceptível, dentre a fala dos coletivos, que a tomada de decisão é feita de forma consensual em reuniões, rodas de conversas, em espaços de união e integração do coletivo. O respeito pelo aspecto democrático é presente, sendo considerados todos os posicionamentos, mas até um determinado limite, como não ir contra as identidades formativas da organização. Todos os coletivos afirmaram não existir qualquer tipo de hierarquia, o que corrobora com uma das características apontadas pelos estudos, eles são agrupamentos construídos por meio de relações horizontais, como já observou Maia (2013), Gohn (2017), Melo e Perez (2018).

A questão da existência ou não de lideranças é algo um pouco nebuloso na constituição desses coletivos, isso fica claro na fala dos entrevistados. Para três coletivos a liderança está diretamente ligada à ideia de cargos desempenhados dentro das organizações. Para que não ocorra qualquer tipo de controle por parte de sujeitos isolados, eles fazem um rodízio dos cargos para garantir a igualdade de participação e atuação dos membros. A efetividade por meio dos cargos é uma ação que relaciona o ato de querer desempenhar aquele determinado cargo e ao mesmo tempo ter a necessidade de estar nele por parte das exigências do coletivo, visto que para os entrevistados todos precisam desempenhar algum tipo de função dentro da organização.

Por meio das falas também foi possível perceber semelhanças organizativas já presentes em movimentos sociais tradicionais e partidos políticos. A construção de uma relação entre Coordenações Nacionais e seus respectivos núcleos nos remete a formas organizativas antigas. No Nordeste é notória a existência de coletivos que espalham núcleos em outros estados, cidades e passam a integrar um corpo maior e conseqüentemente atingir um público maior com

suas ações e propostas<sup>21</sup>. A partir do quadro 3 é possível observar de forma sintética as diferenças e semelhanças da definição e caracterização dos coletivos classistas dos seis estados da região Nordeste.

**Quadro 3 – Sobre a definição dos coletivos e suas características.**

<b>DEFINIÇÃO DE COLETIVO E CARACTERÍSTICA DA ORGANIZAÇÃO</b>							
	<b>Maranhão</b>	<b>Piauí A</b>	<b>Piauí B</b>	<b>Pernambuco</b>	<b>Alagoas</b>	<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>Bahia</b>
<b>Por que se chama coletivo?</b>	Nos integramos dentro de nossas particularidades, compartilhando das mesmas inquietações em torno do que nos aproxima.	O bem de todos é muito importante e quando estamos juntos tudo fica mais fácil.	Porque é um agrupamento de pessoas que tem uma finalidade na sua organização.	Queria trazer o sentido de grupo mesmo, de união, de coletividade.	Porque é um grupo que abrange um quantitativo de pessoa.	Qualquer pessoa pudesse se organizar nesse coletivo e organizar algumas pautas.	Não respondeu.
<b>O que entende por coletivo?</b>	Algo que une pessoas conectadas por algo em comum.	A confiança política e isso faz com que a gente se reúna em coletivo.	É um grupo de pessoas que tem uma finalidade idêntica em uma determinada luta.	Um grupo capaz de se auto organizar, independente.	Pessoas entram em consenso.	Ideia de construção coletiva muito forte.	Um conjunto de pessoas que se unem em prol de um objetivo, que não se limita nelas mesmas
<b>Qual trabalho a organização realiza?</b>	Inserção de mais mulheres no meio cultural e no contexto do espaço público como um todo.	Ações com o movimento de moradia, a frente do movimento estudantil.	Conscientização e organização do público feminino.	Formação, o debate sobre a relação e classe e raça.	Despertar a consciência de classe nas mulheres trabalhadoras.	Luta pela assistência estudantil das universidades e IES.	Realizamos atividades formativas e de atuação local, inserção.
<b>Quais as ações desenvolvidas pelo grupo?</b>	Encontros culturais, rodas de conversa, oficinas de instrumentos para mulheres.	A gente constrói o DCE da UESPI, da UFPI.	Rodas de conversa, conscientização por meio do estudo e outras atividades.	Muitas rodas de formação dentro da universidade, nas bibliotecas públicas daqui de Recife.”	Atos públicos em todo o estado, cursos de formação sindical e atividades de formação interna.	Muitas rodas de conversas.	Não respondeu.
<b>Como são tomadas as decisões no grupo?</b>	Um grupo de whatsapp, onde todas as integrantes do grupo estão.	A gente tem as coordenações que pegam os informes nacionais.	Por meio de reuniões.	Tentamos estabelecer pautas.	Todas discutir coletivamente e o que é consenso entre a maioria é acatado.”	Fazemos plenárias, assembleias.	Em espaços de tomada de decisões.
<b>Existe hierarquia no coletivo?</b>	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.

<sup>21</sup> A depender do tamanho e dimensão do coletivo ele pode possuir núcleos em diferentes estados. No caso do Coletivo da Bahia, além de Salvador, o coletivo também está presente na cidade de Feira de Santa. E à nível nacional nos estados do Alagoas, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Santa Catarina.

<b>Existe liderança no coletivo?</b>	Não.	Não existe.	Não existe, a deliberação do grupo anula essa ideia.	Não existe líder, mas pessoas mais proativas.	Não no sentido hierárquico.	Não existe, mas sempre tem integrantes que se destacam.	Não.
--------------------------------------	------	-------------	--	---	-----------------------------	---	------

Fonte: a autora (2020).

## 5.2 DA CRIAÇÃO AOS PARTICIPANTES DOS COLETIVOS CLASSISTAS NO NORDESTE

A pós-modernidade tem proporcionado a emergência de diferentes formas de organização (SANTOS, 2013; 2010). A diversidade de pautas de ações coletivas e movimentos sociais demonstram as transformações das sociedades contemporâneas e a pluralidade proposta pelo paradigma pós-moderno marca a formação dessas organizações (MUTZENBERG, 2002).

Os coletivos têm se mostrado organizações ascendentes e que têm se proliferado por todo país, portanto, compreender quando esses coletivos foram criados, o porquê da não escolha de outras formas organizativas, a existência ou não de formalização, o perfil e a quantidade de pessoas que os constituem é essencial para entender a dimensão da ascendência e propagação dos coletivos na região Nordeste do país.

A primeira questão sobre como e quando se criou os coletivos estudados se torna pertinente devido à recentíssima produção literária sobre eles que configura um reflexo sobre suas construções e formações recentes. O primeiro trabalho sobre coletivos no Brasil pertence a Mesquita (2008). O autor estudou coletivos dos meios artísticos e culturais que estiveram presentes na BIENAL da UNE que ocorreu de dois em dois anos. A partir de 2008 só se terá outro trabalho sobre coletivos no ano de 2011, pertencentes a Borelli e Aboboreira, sobre os coletivos juvenis que atuam na cidade de São Paulo foram objetos dessa pesquisa.

A partir daí se observa um crescimento no estudo sobre essas organizações, mas esse crescimento e períodos de criação de coletivos estão em sincronia com os coletivos classistas que atuam na região Nordeste? Quando questionados sobre como começou a organização, os Coletivo do Rio Grande do Norte, Alagoas e da Bahia são os mais antigos dentre os coletivos entrevistados.

O Coletivo do estado do Rio Grande do Norte iniciou suas atividades entre os anos de 1998 e 1999, já com a denominação coletivo. A organização é o fruto de uma tese que trata da

luta pelo futuro dos estudantes na busca por uma educação de qualidade, gratuita, a defesa do sistema de cotas e a pauta LGBT.

O Coletivo de Alagoas afirmou que começou o coletivo a partir de “uma demanda da secretaria de mulheres do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que entendiam que havia uma necessidade de se ter um coletivo feminista classista para construir a luta da libertação da mulher”. E a partir dessa tese, em 2005, no XIII Congresso do PCB se cria e instala o coletivo no estado.

De acordo com o Coletivo da Bahia, eles iniciaram suas atividades no ano de 2013, com um núcleo em Feira de Santana com número reduzido de militantes e em 2015 começou a crescer e a partir daí ingressaram outras militantes. Com esse maior desenvolvimento o coletivo também estendeu sua atuação para a cidade de Vitória da Conquista e Salvador.

A discrepância de início da atividade dos coletivos é de quase uma década, isto demonstra que a criação dessas organizações não é algo tão recente; a ideia da criação de um espaço construído por discussões democráticas e heterogêneas está presente desde os anos 2000 no Nordeste, mesmo com a ascensão de outros tipos de organizações tradicionais, como ONGs, OPs, movimentos sociais e outros.

A partir de 2014 é possível observar um acréscimo na criação de coletivos e dos estudos produzidos sobre eles. Esse aumento pode estar relacionado às jornadas de junho de 2013, que ocorreram em todo país e tiveram forte presença de grupos que se autodenominavam coletivos. Eles ganharam grande visibilidade e apresentaram um repertório “novo” autonomista que repaginou signos e slogans anarquistas, baseados na defesa por um estilo de vida alternativo, organização descentralizada por meio de um distanciamento da política parlamentar e necessidade de um exercício da política sem mediações institucionais, contra símbolos dos poderes financeiros e políticos (TATAGIBA, 2014; ALONSO, 2017).

Os coletivos do estado do Piauí tiveram seu processo de criação a partir do ano de 2014, pós-jornadas de junho de 2013. O Coletivo Piauí “A” afirmou que o coletivo “começou em 2014 quando houve o acampamento de formação. Ele é resultado de vários coletivos que se fragmentaram com o tempo ou com a saída de pessoas”. Gohn (2017), em *Manifestações e protestos no Brasil*, afirma que os coletivos apresentam a característica de fluidez, no qual a permanência de seus participantes é circunstancial. Na fala do Coletivo Piauí “A” se nota essa característica, na qual o resultado do coletivo atual é a soma dos não desistentes de coletivos que não existem mais. O Coletivo do Maranhão é o mais recente dos pesquisados, criado em 2017.



Conforme observado no decorrer deste trabalho, existem diferentes concepções e teorias sobre as ações coletivas e movimentos sociais, todas elas possuem uma “visão” para os diferentes agrupamentos que se formam em nossa sociedade. Para alguns são movimentos antagonistas, para outros de resistência; a quem afirme que são resultado de ações voltadas para a mobilização de recursos ou que são peças importantes para um confronto político nas sociedades contemporâneas (MELUCCI, 2001; SANTOS, 2010; McCARTHY; ZALD, 2017; McADAM; TARROW; TILLY, 2001).

Com a enorme quantidade de formas organizativas presentes e atuantes na sociedade civil, por que os sujeitos criaram novo repertório de ação política? Saber o porquê de escolherem os coletivos e não outro tipo de organização nos ajuda a compreender mais diretamente as mudanças ocorridas na forma de agir dos sujeitos.

Quando questionadas sobre o motivo de decidirem se organizar em coletivo e não em outro tipo de organização, o Coletivo do Maranhão respondeu prontamente que “tem muito a ver com a ideia de criar algo mais livre, que se encaixasse dentro das possibilidades de cada integrante do grupo, estando como coletivo por exemplo, que não estabelece uma “função” específica para cada integrante.”.

Para o Coletivo de Pernambuco a forma organizativa em coletivo proporciona uma “maior facilidade de sair do espaço acadêmico, um núcleo de estudo ou uma organização de alguma coisa, poderia semanticamente trazer uma outra perspectiva para as pessoas de fora.”. O Coletivo do Rio Grande do Norte fez essa escolha devido à “fluidez do ambiente universitário, as pessoas são bem diferentes, cada um com uma construção, e acho que quando você pensa em um movimento social mais rígido...”.

Os três coletivos convergem entre si com relação à escolha de um coletivo como forma organizativa. É observado nos três que os coletivos apresentam uma estrutura mais livre, dinâmica, não são rígidos, em que eles podem efetuar diversas atividades e são capazes de acolher diversas heterogeneidades, para eles isso não poderia ser possível por meio de um partido político, movimento social tradicional ou sindicato. Isso demonstra as diferenças entre os coletivos e os movimentos sociais que foram apontadas por Maia (2013) e Gohn (2017).

Os outros quatro coletivos trazem um aspecto mais voltado para o político e se aproximam mais daquilo que foi apontado por Gohn (2017) nos estudos sobre os coletivos que atuaram nas manifestações de junho de 2013. Para o Coletivo Piauí “B”, a razão da escolha da estrutura de um coletivo está diretamente ligada à sua autonomia. Para o Coletivo de Alagoas a escolha se deu pela “necessidade de se organizar politicamente para além do movimento estudantil, em uma organização que tivesse comprometimento com a construção de outro tipo

de sociedade”. O Coletivo da Bahia afirma que devido ao “formato e possibilidade que o coletivo proporciona para a atuação e diálogo com as mulheres e os locais que elas estão inseridas, nos bairros, locais de trabalho e estudo e, justamente pelo coletivo não limitar nosso espaço de militância”. Por fim, o Coletivo Piauí “A” afirma que o coletivo é “muitas vezes a porta de entrada para outra organização, como o coletivo é integrado pela juventude, vejo como o início de tudo para que as pessoas tomem consciência de classe e organização.”.

A partir da fala dos quatro coletivos é possível notar que a autonomia se torna uma das razões centrais da escolha em se organizar por meio de um coletivo. Ela tem sido utilizada como uma característica importante nos novíssimos movimentos sociais e ações coletivas. Os sujeitos buscam liberdade, igualdade, justiça e independência não só de um governo, mas também de estruturas totalizantes como sistema capitalista e projetos totalitários que são marcas da modernidade (GOHN, 2018; SANTOS, 2013). O que tem sido intitulado de novíssimos seguem uma lógica baseada na afinidade e não da hegemonia, a unidade desses coletivos se mantém por meio da solidariedade baseada em várias identidades, a presença dessas formas de construção coletivas nos apresentam novas modalidades de ação política que não só as amparadas por instituições (MELUCCI, 1989; DAY, 2005; AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016).

Além do aspecto da autonomia presente nos coletivos, também é possível notar em suas falas o desejo de se fazer mais, de ir além do que é proposto, a política passa a ser foco do ponto de vista de uma cultura política na qual as inovações democráticas estão diretamente relacionadas com as experiências dos movimentos sociais (GOHN, 2019). Muitos dos participantes dos coletivos tiveram experiências em outros tipos de movimento como o estudantil e de acordo com o Coletivo Piauí “A”, os coletivos representam uma porta de entrada para inserção e preparação da juventude para o ingresso em formas de organização mais tradicionais.

O local em face ao global é uma disputa que tem ganhado força nas sociedades contemporâneas e tem sido exigido, cada vez mais, por parte dos sujeitos a integração e o respeito de outras heterogeneidades em espaços e formas hegemônicas. O aspecto local é colocado em evidência pelo Coletivo da Bahia; os coletivos têm a capacidade de integrarem e interagirem com espaços menores, locais, diferentemente dos movimentos sociais que possuem uma abrangência maior, não alcançando lugares considerados até mesmo “insignificantes” para os que se organizam em formas de organização consolidadas.

Outra pergunta feita aos coletivos é se eles possuíam algum tipo de formalização de suas organizações, os sete coletivos responderam de forma unânime não possuírem qualquer tipo de

registro ou formalização. Na busca de preservarem características como autonomia, heterogeneidade, liderança e fluidez, os coletivos não observam qualquer necessidade em se construírem de forma institucionalizada, mas isso não significa que não possuam uma organização interna, todos responderam ter suas reuniões registradas por meio de relatórios que são disponibilizados a todos os participantes da organização.

Saber quem são as pessoas que forma esses coletivos é de suma importância, quando questionados sobre o perfil dos participantes que compõe o grupo, os coletivos deram as seguintes respostas, para o Coletivo do Maranhão, “a única determinante para que se faça parte do grupo é que a integrante seja mulher e tenha alguma relação com o meio musical”. O Coletivo Piauí “A” possui participantes bastante heterogêneos que vão desde “pessoas prestes a ingressar na universidade as já concluíram o ensino superior. A grande maioria são pessoas LGBT negras, entre homens e mulheres é bem nivelado”. O Coletivo Piauí “B” também possui participantes diversos que vão desde jovens universitárias negras e pardas, jovens não inseridas na universidade, mulheres de quase cinquenta anos. “Para adentrar o coletivo o requisito é de mulheres interessadas em mudar a sociedade com consciência ou atrás de uma consciência de classe”. Seguindo a perspectiva da heterogeneidade dos participantes, o Coletivo do Rio Grande do Norte afirma que “tem muitos homens brancos e héteros, inclusive são os mais antigos no coletivo, mas tem o LGBT, tem a “poc<sup>22</sup>” da periferia e de classe média, tem a mulher negra.”.

O Coletivo de Pernambuco é todo formado por pessoas negras. O Coletivo de Alagoas afirma que seu coletivo é formado na sua grande maioria por professoras da educação básica e do ensino superior. Já o Coletivo da Bahia se concentra em mulheres trabalhadoras ou em formação.

A diversidade de identidades é uma das marcas mais importantes dos coletivos; eles discutem diversas temáticas, isso resulta da heterogeneidade de sujeitos que os formam. Dos sete coletivos entrevistados é perceptível o enfoque na juventude, mas isso não significa que pessoas mais velhas não participem. A presença forte das questões de gênero nesses coletivos, com muitos coletivos voltados para a classe de mulheres e suas respectivas ocupações, demonstra a grande e efetiva participação feminina fora da esfera privada, na luta por participação, melhores condições de trabalho e direitos. A raça também constitui uma classe

---

<sup>22</sup> Gíria utilizada pela comunidade LGBT que atualmente possui dois sentidos. No primeiro a palavra tem sido usada para denominar LGBTs do sexo masculino, na faixa etária dos 20 anos, assumidos, dotados de características femininas e que possuem preocupação com a aparência e moda, mas não necessariamente a pessoa tem que cumprir todos esses requisitos. O segundo sentido está relacionado à origem do termo da “bicha pão com ovo”, ou ainda tem a ver com os gays que andam de salto e reproduzem o som de poc, poc, poc.

importante na configuração dos participantes que formam esses coletivos, como as questões sexuais e socioeconômicas.

Por meio da multiplicidade de identidades é possível perceber quais são os marcadores sociais da diferença que marcam esses coletivos. Os coletivos não discutem apenas uma pauta, ocorre uma interseccionalidade com outros marcadores que fazem parte das suas pautas de lutas e complementam suas demandas (MOUTINHO, 2014).

Com relação à quantidade de pessoas que participam dos coletivos entrevistados, ocorreu uma grande incerteza nas respostas, visto que eles não possuem registros formalizados dos participantes, não existe qualquer tipo de ficha de inscrição e ocorre um excessivo fluxo de entrada e saída de participantes o que corrobora com as características de fluidez e fragmentação apresentadas pela literatura.

O Coletivo do Maranhão afirma ter trinta e cinco participantes mulheres, o Coletivo Piauí “A” afirma ter mais ou menos quarenta pessoas, o Coletivo Piauí “B” diz ter “entre 10 a 15 pessoas”, o Coletivo de Pernambuco diz ter em torno de “12 pessoas”, o Coletivo de Alagoas diz ter no estado “vinte duas mulheres que militam organicamente no coletivo”, o Coletivo do Rio Grande do Norte afirma “não tem uma quantidade fixa efetivamente e regularmente em todas as reuniões, mas é em torno de umas trinta pessoas”. Por fim, o Coletivo da Bahia diz ter em média: “vinte e cinco militante”.

É perceptível o uso das expressões: “em torno”, “entre”, “em média”, “regularmente”, elas demonstram a incerteza a respeito da quantidade de sujeitos que compõem essas organizações, não podendo se falar em um número fixo específico nos coletivos que foram entrevistados. Diferente dos coletivos, nos movimentos sociais e sindicatos é possível se ter um número específico e concreto sobre a quantidade de pessoas que participam dessas organizações, por conta da sua estrutura organizativa e formalização, mas não podemos nos fixar em interpretar a fluidez e fragmentação desses coletivos como um aspecto negativo. Com essas características eles conseguem se relacionar e angariar diferentes sujeitos, em espaços antes esquecidos e promover um sentimento maior de pertencimento a quem participa desses coletivos. O quadro 4, de forma sintética, mostra as semelhanças e diferenças entre os sete coletivos pesquisados que atuam na região Nordeste do Brasil com relação a sua criação se os seus participantes.

Quadro 4 - Sobre a criação e os participantes dos coletivos.

CRIAÇÃO E OS PARTICIPANTES DOS COLETIVOS							
	Maranhão	Piauí A	Piauí B	Pernambuco	Alagoas	Rio Grande do Norte	Bahia
<b>Como Começou a organização?</b>	Em um encontro entre compositoras e produtoras locais em 2017.	No acampamento de formação do Rua em 2014.	Criado em 2014 com um núcleo em Teresina.	Criado em 2015, a partir de incômodos racistas.	A partir de 2005 no XIII congresso do PCB.	Nasceu entre 1998 e 1999, a partir de teses a respeito da luta pelo futuro dos estudantes.	Em 2013 com um núcleo em Feira de Santana.
<b>Por que decidiram se organizar em coletivo e não em outra organização?</b>	Pela ideia de criar algo mais livre que se encaixe dentro das possibilidades de cada integrante.	O coletivo é a porta de entrada para outra organização.	Porque ele é autônomo ao partido.	O coletivo proporciona uma maior facilidade de sair do espaço acadêmico.	Da necessidade de se organizar para além do movimento estudantil	Pela fluidez do ambiente universitário.	Pelo formato e possibilidade que o coletivo proporciona para atuação e diálogo om as mulheres.
<b>Existe alguma formalização na organização?</b>	Não. A cada encontro uma fica responsável por redigir a ata do encontro e disponibilizar para as demais.	Não. Nós temos as relatorias, mas elas são disponíveis apenas aos militantes.	Não, de jeito nenhum.	Temos essa pauta acerca de ter ou não um CNPJ, ainda estamos em discussão.	Não. Mas todas as reuniões são registradas em relatoria.	Não. Toda reunião tem uma relatoria.	Não existe.
<b>Existe um perfil de participantes que compõem o grupo?</b>	Mulheres que tem relação com o meio musical.	Universitários (as), secundaristas, pessoas já concluíram o ensino superior, LGBT negras, homens e mulheres.	Não. Temos de tudo. Meninas universitárias, negras, brancas, de diferentes classes sociais.	Todos negros.	Professoras da educação básica e do ensino superior.	Homens brancos e héteros, LGBT, a “poc” da periferia e classe média, mulheres negras.	Mulheres trabalhadoras ou em formação, militantes negras e LGBT’s.
<b>Quantas pessoas participam do coletivo?</b>	35 mulheres.	40 pessoas.	Entre 10 a 15 pessoas.	12 pessoas.	22 mulheres	30 pessoas.	25 mulheres.

Fonte: a autora (2020).

### 5.3 OS COLETIVOS CLASSISTAS E SUA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE, O ESTADO E AS ORGANIZAÇÕES TRADICIONAIS

Tradicionalmente a relação dos movimentos sociais com o estado não tem sido harmônica e nem totalmente negativa, sendo muitas vezes produzida somente através do conflito (DAGNINO, 2002). A relação, nos últimos anos, entre movimentos sociais e a esfera política se mostra exitosa ao inverter a lógica do *conflito* para a da *cooperação*, proporcionando, assim, um maior alcance das instituições civis no âmbito de uma governança democrática. Os movimentos sociais conseguiram mais legitimidade em suas ações reivindicatórias quando o

governo e suas instituições assumiram práticas políticas cooperativas, fomentando instrumentos e políticas públicas que proporcionassem maior “porosidade” às demandas dos coletivos sociais. A mudança culminou com o reconhecimento, por parte das legislações nacionais, do status jurídico e político de tais formações sociais. Então, o estado passou a incorporar, através de arranjos institucionais e políticos, a ação social de organizações originadas na sociedade civil, como é notório no caso das organizações não-governamentais (MACHADO, 2007).

Os governos petistas, na última década, tiveram forte influência nessa relação entre sociedade civil e Estado, principalmente na região Nordeste onde a inserção de movimentos sociais foi ainda mais importante para a criação de políticas públicas voltadas para questões específicas da região. No entanto, as jornadas de junho de 2013 marcaram o fim da relação harmoniosa entre organizações da sociedade civil e o Estado, os coletivos entram em cena repletos de descrença nas instituições, nos movimentos sociais, sindicatos, devido à participação de seus membros em mandatos do governo (TATAGIBA, 2014).

O que era para ser algo positivo, ter membros da sociedade civil inseridos nos governos, passou a ser visto como algo negativo, organizações tradicionais da sociedade passam a ser mal vistas, não figuram mais como espaços representativos e democráticos. As massas e os coletivos que atuaram nas manifestações ansiavam pelo distanciamento da política parlamentar e um exercício da política sem mediações institucionais.

A partir desse cenário de descrenças, os coletivos surgem na cena nacional categorizados como formas inovadoras, totalmente diferentes das organizações tradicionais conhecidas. É necessário saber de que forma os coletivos que discutem questões de classe se relacionam com a sociedade, com organizações tradicionais e com o Estado. Quando perguntados sobre a importância do coletivo para a sociedade, todos os que foram pesquisados afirmaram apresentar algo ainda pouco discutido no cenário social em que estão inseridos.

O Coletivo do Maranhão afirmou ter “levantado algumas questões importantes no que diz respeito não só do espaço da mulher no meio musical e cultural, mas também da importância da discussão da presença da mulher na sociedade, na esfera pública.”. O Coletivo Piauí “A” que atua mais nas questões estudantis diz: “atuamos na questão da classe estudantil, questão de bolsas, cotistas, preconceito na faculdade, então a gente leva essas discussões pro meio acadêmico para que haja uma reflexão”.

O Coletivo Piauí “B” faz uma reflexão sobre sua relação com a sociedade e afirma:

[...] o coletivo é importante porque ele organiza as mulheres a partir de uma tomada de consciência das mulheres com relação ao seu papel na sociedade, não só dos seus direitos. A gente pensa que as mulheres têm direitos, os homens também, no nosso caso específico as mulheres tem direitos

individuais e tem direitos coletivos, e esses direitos podem ou não ser atendidos dependendo da sociedade, como a sociedade se organiza. Então, se nós queremos homens e mulheres tenham a mesma igualdade a gente tem que mudar o sistema social e estrutural. [...] A gente luta pra mudar o sistema social, mudar a sociedade, logico que a gente não vai esperar o dia em que a sociedade mude para luta por algumas conquistas, lógico que a gente luta por alguns direitos agora, já, mas sempre na perspectiva que esses direitos conquistados dentro do sistema capitalista são provisórios e retirados a qualquer momento dependendo dos interesses do capitalismo. (COLETIVO PIAUÍ B)

O Coletivo de Pernambuco afirmou que a partir da criação do seu coletivo outros coletivos surgiram, devido à expansão da mentalidade e às discussões sobre as questões de raça. Para o Coletivo de Alagoas, sua relação com a sociedade está diretamente ligada à luta contra ao sistema considerado por eles como opressor, o capitalismo, por meio da conscientização das mulheres trabalhadoras que estão inseridas nele. O Coletivo do Rio Grande do Norte disse que o coletivo proporciona uma desconstrução da visão política através do discurso acadêmico, o que proporciona ver o mundo de outras formas. Por fim, o Coletivo da Bahia disse que ainda busca uma relação mais efetiva com a sociedade, pois ela ainda não foi conquistada.

Na fala dos coletivos se percebe que eles se veem como organizações que contribuem para inserção de discussões e temas que não estão presentes na sociedade. Eles trazem à tona particularismos e os inserem numa sociedade marcada por universalismo, esse tem sido a principal relação dos coletivos com a sociedade. Outra questão colocada por eles é a da luta contra os sistemas totalizantes, no caso o capitalismo, que atinge mais direta e incisivamente a classe trabalhadora e as minorias.

A literatura sobre coletivos os coloca em face oposta às organizações tradicionais. Para os coletivos a relação com o Estado e demais formas tradicionais tem aspectos negativos que vão desde a cooptação à anulação de suas demandas, ações e projetos. A autonomia é uma concepção libertária diferente da adotada pelos movimentos sociais tradicionais, é a via ideal para conseguir seus objetivos (PERALVA, 2017; GOHN, 2017). Quando questionados se existe contato com Movimentos Sociais e outras formas de organização tradicionais, todos eles responderam que sim.

A relação com movimentos sociais e sindicatos é presente em todos os sete coletivos entrevistados. O Coletivo do Maranhão afirma está em frequente contato com movimentos e causas que acreditam que vão desde frentes quilombolas, indígenas, LGBTQ+, feministas, educação. Mesmo sendo um coletivo de mulheres da classe musical, eles se relacionam com a organização com pautas totalmente diferentes das suas, reafirmando a relação existente com movimentos sociais e a constituição de múltiplas pautas em que o coletivo atua.

O Coletivo de Pernambuco, além de se relacionar com outros movimentos sociais, também se relaciona com mecanismos do Estado, como o Fórum de Juventude de Pernambuco e mandatos parlamentares. O Coletivo Piauí “B” reafirma a relação com movimentos sociais e sindicatos dos professores tanto à nível estadual quanto municipal e dos correios. Elas afirmam que:

[...] não existe união, existe contato. Em algumas lutas existe união e em outras não, a gente tem um propósito, uma determinação nossa do coletivo e tem outros grupos que lutam por direitos e não estão preocupados em mudar a sociedade. Esse momento a maior unidade que a gente tenta construir, é a unidade na luta antifascista. (COLETIVO DO PIAUÍ B)

O coletivo observa que a sua relação com outras formas de organização tradicional muitas vezes não está pautada na união, mas de um contato, indo de encontro ao conceito de hegemonia proposto por Laclau e Mouffe (2005), aproximando-se mais da lógica da afinidade proposta por Day (2005).

Qual seria a importância da relação dos coletivos com outros tipos de organização? Para os sete coletivos entrevistados o contato com outros tipos de organização é inteiramente positivo, o que foge da característica defendida pela literatura de que os coletivos querem um total afastamento dos movimentos sociais, sindicatos e até mesmo do aparelho estatal, fruto de uma descrença nessas organizações e no sistema político.

Por meio das falas os entrevistados caracterizam essa relação como “basicamente inevitável”, a busca por uma “movimentação de forma unitária”, “trabalho em rede”, a necessidade de uma “união e articulação da esquerda”, “alianças de forma que fique interessante”, “dialogar para fortalecer as ações”. Para os coletivos que se formam no Nordeste é essencial e comum a relação com movimentos sociais, para os coletivos da região a ação dessas organizações não se constituem de um todo negativo, uma possível herança dos tempos harmoniosos e das ações coesas entre Estado e Movimentos Sociais durante os governos petistas na região.

O contexto político continua a influenciar a ação dessas organizações, isso está presente na fala do Coletivo de Alagoas que “uma união e articulação da esquerda como um todo, principalmente diante de um cenário de ataques aos direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora e tantas perdas como tivemos nos últimos tempos”. O atual governo do presidente Jair Bolsonaro tem atingido diretamente direitos voltados para questões sociais, estudantis e trabalhistas, e tem determinado pouquíssimos investimentos na região Nordeste. Os coletivos entrevistados apresentam discussões urgentes relacionadas ao contexto político como a defesa de direitos trabalhistas e estudantis, a luta contra o modelo conservador e o neoliberalismo. A



proximidade com organizações tradicionais na região se tornou urgente e necessária, para que assim possam lutar por seus objetivos e atender diferentes demandas.

A relação da sociedade civil com os partidos políticos também se fragilizou nas últimas décadas, a descrença na arena parlamentar influenciou principalmente a relação da juventude com os partidos políticos (GOHN, 2017; PERALVA, 2017; MESQUITA, 2008). Nesse sentido, os sete coletivos foram questionados se algum membro fazia parte de algum partido político, e se o coletivo é ligado a algum partido político. Para literatura sobre coletivos isso seria quase uma relação impossível, mas as respostas de cinco dos sete coletivos, os relaciona diretamente aos partidos políticos.

Apenas os Coletivos do Maranhão e de Pernambuco afirmaram serem apartidários. Todos os demais coletivos possuem membros filiados ou são frentes de partidos políticos. O Coletivo Piauí “A” afirma que “a maioria dos seus membros são de partidos de esquerda”.

O Coletivo do Piauí “B” diz que “tem membros do PCB, PT, PSOL e também pessoas sem partido”, esse coletivo em si foi pensado por mulheres do Partido Comunista Brasileiro, já que:

[...] o fato do partido existir, assustava algumas mulheres, não era uma ação do partido que restringia, era a figura, o preconceito que foi criado na sociedade contra a palavra comunista e especificamente contra o partido comunista que assustava muitas mulheres, aí nós abrimos o nome coletivo.  
(COLETIVO DO PIAUÍ B)

Nesse caso o coletivo surge como uma forma de apoio ao partido, apoio em conseguir trazer um público diferente, mulheres, pois devido ao peso do partido não existia essa relação. O Coletivo de Alagoas também é ligado à frente do Partido Comunista Brasileiro, o Coletivo de Pernambuco é resultado de uma tendência interna chamada de democracia socialista que foi fundada desde o nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT), e está diretamente ligado ao partido, mas isso não impede que exista membros de outros partidos.

O Coletivo da Bahia possui ligação com o PSOL e o PCB, elas afirmam que: “o coletivo, ele nasceu pelas mulheres do PCB, mas isso não significa que ser militante do CFCAM (sigla do coletivo) é necessário ser militante do PCB. Somos alinhados estratégica e taticamente com o Partido pela construção do socialismo e instrumento de luta da nossa classe, trabalhadora”.

Não se sabe se as formas de atuação e relação dos coletivos mudaram ou se os estudos produzidos sobre eles foram feitos de forma equivocada, mas por meio da fala de cinco coletivos foi possível observar a proximidade desses coletivos com determinados partidos políticos. A relação se baseia em uma autonomia duvidosa, visto a existência de quatro coletivos que são derivados diretos de partidos políticos de esquerda, no qual sua criação está diretamente

ligada à possibilidade de adentrar em espaços não alcançados pelos partidos, como no caso das mulheres e da juventude contemporânea que está cada vez mais preocupada com seus particularismos, afastando-se dos temas que formam os partidos.

A última questão indaga se os coletivos acham positivo se inserirem em questões políticas, já que a literatura os apresenta como grupos preocupados mais com suas próprias pautas, do que uma visão de bem comum. Nos estudos feitos por Gohn (2017), Peralva (2017), Mesquita (2008) e Lima (2018) os coletivos demonstram a não identificação com questões políticas, atuam sem relação com partidos políticos.

Todavia, no caso dos coletivos pesquisados, na fala dos entrevistados, todos acham importante estarem inseridos em questões políticas. De acordo com o Coletivo do Maranhão é importante “fazer parte dos centros de discussão de pautas que impactam o meio em que vivemos”. Para eles parece que o núcleo político, o Estado, ainda figura como esfera de extrema importância, no qual as decisões que impactam a vida social são tomadas, em que todos devem fazer parte.

Para o Coletivo Piauí “A”, a inserção política tem importância com base no impulso que daria às ações do coletivo, eles possuem uma ex-integrante que é deputada estadual e os representa e ajuda com relação às atividades do coletivo. O Coletivo do Rio Grande do Norte também possui uma integrante que também é deputada estadual e que auxilia nas ações e demandas do coletivo, para eles adentrar os espaços políticos é muito importante e válido. O Coletivo da Bahia, Alagoas e Pernambuco não possuem nenhum participante do coletivo eleito ou cumprindo cargo de assessoria, mas afirmam a importância da inserção nos espaços políticos como algo importante.

O quadro 5 sintetiza as respostas dadas por cada coletivo às questões que abordam sua relação com a sociedade, Estado e movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos.

Quadro 5 – Relação com a Sociedade, Estado e Organizações Tradicionais.

OS COLETIVOS E A RELAÇÃO COM A SOCIEDADE, ESTADO E ORGANIZAÇÕES TRADICIONAIS							
	Maranhão	Piauí A	Piauí B	Pernambuco	Alagoas	Rio G. do Norte	Bahia
<b>Qual a importância do coletivo para a sociedade?</b>	Feito o levantamento de questões e discussões sobre o espaço da mulher, a sua presença na sociedade e esfera pública.	Levar discussões sobre cotas, preconceito, questões da classe estudantil.	Ele organiza as mulheres a partir de uma tomada de consciência das mulheres com relação ao seu papel na sociedade, não só dos seus direitos.	Expandir a discussão sobre questões de raça e de classe.	Lutas pela emancipação, desperta a consciência de classe e destruir o sistema que explora.	Fazer a desconstrução da visão política e questionar outras realidades.	Ainda não conseguimos ter a inserção na sociedade que queríamos.
<b>Coletivo tem contato com Movimentos Sociais?</b>	Sim, estamos frequentemente em contato com movimentos e causas que acreditamos.	Sim, com vários coletivos e movimentos sociais.	Temos com movimentos sociais e sindicatos dos professores, correios.	Sim, com movimentos sociais, fórum de juventude de Pernambuco, mandatos parlamentares.	Sim, temos contato direto com vários movimentos sociais.	Sim, tem uma relação muito forte com movimentos da frente popular e de moradia.	Sim, com outros coletivos, movimento dentro do campo da esquerda.
<b>Qual a importância da relação com outros tipo de organização?</b>	Somos um grupo composto por mulheres “militantes” logo esse contato com demais movimentos sociais é basicamente inevitável	Nos ajuda cada vez a nos movimentar de forma unitária por um mesmo ideal.	O contato com outras organizações atualmente nos ajuda a formar uma unidade contra o fascismo.	É essencial, não conseguimos nos manter sem dialogar com outros movimentos sociais ou lideranças.	É necessária a articulação da esquerda como um todo, principalmente diante do nosso cenário atual.	As alianças são importantes e ocorrem até com movimentos que temos certas discordâncias.	Dialogar com outras organizações é importante para o fortalecimento das nossas ações.
<b>Membros do coletivo fazem parte de partido político? O coletivo é ligado a partido político?</b>	Não, somos um grupo que se preza apartidário.	Sim, principalmente de partidos de esquerda.	Sim, PCB, PT, PSOL e tem pessoas sem partido.	Não, um integrante faz parte de um mandato, mas participamos de atividades promovidas pelos partidos	Sim, o coletivo é ligado a frente do Partido Comunista do Brasil (PCB).	Sim, alguns membros são filiados ao PT.	Sim, filiados ao PCB, PT, PSOL.
<b>Vocês acham positivo o coletivo se inserir em questões políticas?</b>	É de grande importância fazer parte dos centros de discussão de pautas que impactam o meio em que vivemos.	Muito importante pois impulsionaria o nosso trabalho.	Sim, com nossa inserção conseguimos fazer algo mais plural.	Lutar por esse espaço sendo um coletivo da sociedade civil é algo que a gente não consegue. Precisamos de outros espaços.	Sim, precisamos ocupar todos os espaços.	Sim, adentrar esses espaços para criar e efetivar políticas públicas é muito importante.	Sim, para auxiliar o atendimento de nossas demandas, tudo é político.

Fonte: a autora (2020).

Considerando as mudanças no contexto político, os movimentos sociais e as ações coletivas passaram a desempenhar importantes papéis, como o de catalisadores de demandas sociais não contempladas pelo Estado, seja através de políticas públicas, seja através da falta de reconhecimento de tais atores sociais como atores políticos. Esses novos aspectos dos movimentos sociais, por meio da identificação com um determinado grupo, caracteres identitários vinculados ao crescente multiculturalismo nas sociedades contemporâneas e ao incremento da possibilidade de agenciamentos dos indivíduos em relação ao amplo arco de interesses, relacionamentos e visões do mundo as quais são confrontados, são fatores assumidos pelo sujeito como os coletivos (MACHADO, 2007).

A juventude tem discutido e contestado cada vez mais os marcadores sociais da diferença que os atravessam, como gênero, raça, sexualidade, educação, classe, entre outros. Os coletivos pesquisados possibilitam a discussão de múltiplas pautas, comportam várias identidades, mas, ao mesmo tempo, lutam por suas questões específicas e se relacionam com outras organizações ou coletivos com base na afinidade de questões e causas. Eles têm assumido as mesmas atribuições já adotadas por outros tipos de movimentos sociais, como pautas, demandas e objetivos semelhantes aos de classe social, governo, participação, e seus participantes também estão inseridos em outras formas clássicas, como o movimento estudantil, sindicatos, partidos políticos e cargos públicos.

Os coletivos classistas que se formam e atuam na região Nordeste do Brasil apresentam um tipo novo de ação política, interagem com outras organizações e discutem questões que vão desde discussões “novas”, como participação feminina, questões estudantis, até a luta pela terra, moradia e direitos trabalhistas. Isso demonstra a realidade da região Nordeste que se vê em uma luta constante contra as desigualdades sociais e econômicas.

O resultado dessa realidade é a formação de novas expressões de resistência que têm se reinventado por meio de uma ação política relativamente nova, e que deriva de estruturas clássicas, reafirmando o que Melucci (2001) diz; os novos falam sempre velhas linguagens porque ainda não tem sua linguagem própria, não porque são extensão dos anteriores, mas por estarem em desenvolvimento.

Dentre as dezoito questões selecionadas e respondidas pelos sete coletivos que possuem discussões de classe, foi possível perceber controvérsias com relação a algumas características defendidas pela literatura já produzida sobre o tema. Eles buscam formas de organizações mais livres, nas quais seus participantes atuem de forma igualitária sem qualquer tipo de hierarquia, suas ações são pautadas em práticas discursivas como rodas de conversas, leituras coletivas, reuniões e a sua grande maioria possui relação direta com outras formas tradicionais de

organização, chegando até mesmo a serem derivações dessas organizações. Atribuir a figura do novo aos coletivos é insistir em dogmas universalistas. Os coletivos classistas, no Nordeste, apresentam-se como uma reinvenção de organizações tradicionais vistas e consideradas como engessadas. Eles seguem o mesmo caminho das ferramentas da modernidade, que tem se reinventado com o decorrer do tempo, na busca pela continuidade das suas ações.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ficou demonstrado, antes de chegar ao objeto de análise desta dissertação, foi traçada uma trajetória da sociedade na qual se evidencia as alterações e os diferentes paradigmas até aos dias atuais, em que muitos autores, como vimos, nomeiam de pós-modernidade, e, para outros, estamos ainda em um período de transição entre modernidade e pós-modernidade. O desafio enfrentado foi compreender esses modelos analíticos sobre tais questões por meio de epistemologias produzidas em centros hegemônicos de saber e perceber os caminhos percorridos, os elementos que levam às ações coletivas nos movimentos sociais até chegar às configurações dos sujeitos coletivos atuais.

A produção do saber moderno, com base nas alterações sociais, continua a permear a constituição do conhecimento, na qual diferentes terminologias são criadas, como modernidade, pós-modernidade, novos movimentos sociais, novíssimos movimentos sociais, neomarxismo, neoconstitucionalismo, decolonialidade, entre outros. Essa marcha que se inicia com o iluminismo e perdura no imaginário acadêmico até os dias atuais expõe o contínuo desafio de interpretar o passado para compreender o presente.

Nessa trajetória elementos, perspectivas, características foram abandonadas por não serem mais adequadas aos novos tempos e às realidades da sociedade. As questões de classe, por exemplo, que outrora foram significativas e fundamentais para formação de grupos e lutas sociais, perderam importância e saíram do foco das produções analíticas atuais. Para muitos pensadores, nas sociedades contemporâneas, não há mais por que falar de classe, o econômico (mercado) dominou a política e ele já não influencia os grupos sociais pós-modernos. As identidades, aspectos culturais, as multiplicidades de pautas apresentadas pelos sujeitos são os novos elementos essenciais às organizações.

De certa forma, os paradigmas adequados à compreensão e descrição desses novos modos e ações da sociedade ainda se constituem como incógnitas. Porém, esse desconhecimento possibilita criar e recriar diferentes perspectivas de análises de distintas formas de organização que, na maioria dos estudos, aparecem como “novo”, a exemplo dos coletivos.

Os coletivos, como anteriormente assinalado, são apresentados pela literatura enquanto novas formas de organização, que emergiram na sociedade brasileira nos últimos anos com características que conquistam a juventude em sua atuação. A partir de diferentes trabalhos sobre os coletivos foi possível perceber a continuidade da produção sobre as ações coletivas e

movimentos sociais. A generalização de características e a falta de sensibilidade em observar e estudar distintas realidades e os contextos em que eles estão inseridos reforçam a produção brasileira sobre esses sujeitos. As regiões Sul e Sudeste são os principais lócus no Brasil de desenvolvimento desses estudos que têm como objeto de análises os coletivos. As demais regiões ainda são pouco exploradas e recebem as mesmas conclusões de estudos feitos em outros centros.

Como tentamos demonstrar, os coletivos classistas que se formam na região Nordeste confrontam características aplicadas aos coletivos e aos paradigmas produzidos sobre movimentos sociais e ações coletivas no âmbito dos novos movimentos sociais.

Na análise dessas organizações foi possível perceber que os sujeitos se organizam por meio de coletivo em busca de arranjos organizativos mais livres, menos burocráticos, nos quais os participantes possam ter a mesma importância, sem qualquer tipo de hierarquia ou liderança (dirigentes). Eles querem poder escolher suas demandas, seus objetivos, suas ações sem que sejam ordenados, e todos esses aspectos não podem ser interpretados como um desejo de total “ruptura” com as formas tradicionais de lutas, como indica até então a literatura.

Os coletivos entrevistados demonstraram, majoritariamente, apresentar algum tipo de relação com movimentos sociais, com partidos políticos, com sindicatos e até mesmo com o Estado. A autonomia que eles defendem não está diretamente ligada ao campo do confronto direto com o tradicional, eles se apresentam como agrupamentos abertos ao diálogo e interação. A autonomia se direciona a ação e liberdade dos coletivos em agirem de acordo com a escolha dos seus participantes.

O perfil dos participantes dos coletivos confirma as heterogeneidades presentes na sociedade, as pautas escolhidas por eles demonstram suas necessidades e anseios, os específicos marcadores sociais da diferença que os atravessam estabelecem os elos que possibilitam a criação de agrupamentos coesos com relação às demandas, mas são inteiramente distintos quando vistos por meio de uma ótica cultural identitária.

Também ficou demonstrado que o Nordeste ainda apresenta fortes deficiências no campo socioeconômico e isto reflete nos coletivos; eles ainda discutem questões como consciência de classe, questões de moradia, inserção de mulheres no mercado de trabalho, acesso à educação, a luta por direitos básicos. Não que nas outras regiões do país não se discuta mais isso, mas essas demandas já perderam sua centralidade para muitos movimentos sociais.

As estratégias dos coletivos classistas estão mais próximas da ideia de reformulação que de inovação. As semelhanças organizativas apresentadas pelos coletivos entrevistados com os movimentos sociais são nítidas, a presença de núcleos, coordenações nacionais,

desenvolvimento de diretrizes que são repassadas, a relação com partidos políticos, a importância dada a questões políticas e a participação em espaços públicos demonstram ações e características já conhecidas nos movimentos sociais tradicionais.

Os coletivos se apresentam como organizações que resistem ao tempo, mesmo com a fluidez que lhes é característica. Eles se tornaram agrupamentos importantes na construção da sociedade civil brasileira e apresentam diferentes perspectivas e necessidades. Ainda não é possível produzir um conceito consistente sobre esses agrupamentos, visto que os coletivos têm diferentes configurações, e não se pode reduzir apenas a “coletivos” no sentido geral, eles são coletivos tanto em um número reduzido de participantes, quanto em tipos que se agrupam por temáticas diferentes, precisando de uma visão mais exata e dinâmica, longe do aspecto universalista aplicado aos sujeitos coletivos.

Como ficou demonstrado, os coletivos classistas se apresentam como resposta ao engessamento das organizações tradicionais, com recorrente tentativa de inovação na ação, nas pautas e na participação. Entretanto, afirmar que tudo relacionado a esse tipo de organização é totalmente “novo” não é crível. Existem neles elementos organizacionais novos e velhos, aplica-se a lógica de continuidade e inovação. A dinâmica social possibilita espaços nos quais os atores coletivos se reinventam cotidianamente, sempre com a finalidade de lutar por direitos sociais, participação política e reconhecimento. É, reinventar-se para não morrer.

Por fim, mais pesquisas sobre esse objeto serão necessárias para aprofundar outros aspectos como a disputa interna de poder, a luta pelo poder político-social, as diferenças e as semelhanças das lutas sociais.



## REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, ano 13, n. 28, p. 52-84, 2011.

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 5-3, jun. 1998.

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

\_\_\_\_\_. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia e Antropologia** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jun. 2012. p. 21-41.

\_\_\_\_\_. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, São Paulo, p. 49-58, 2017.

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. **Bulletin of Latin American Research**, v.36, n.2, p.139-280, abr. 2017.

AMADOR, Arthur Calheiros; CASTRO, Eliane Dias de. O Coletivo (com preguiça): encontros, fluxos, pausas, artes. **Interface**, v. 20, n. 56, p. 267-280, 2016.

ARAÚJO, Tânia. B. Mesa I – Revisitando a questão regional. **Cadernos do Desenvolvimento**, v.1, n. 1, p. 59-76, 2018.

\_\_\_\_\_. Brasil nos anos 90: opções estratégicas e dinâmica regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, ANPUR, Recife, n. 2, p. 9-24, 2000.

ARRUDA, José Pedro. Imaginários urbanos, coletivos sociotécnicos e vigilância cívica: a vida social em rede e os novos espaços da moralidade. **Perspectivas Ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 124-143, set. 2018.

ASSIS, Larissa. G. Virada comunicação: como coletivos de comunicação das periferias estão construindo uma nova forma de se comunicar. **Revista Anagrama**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 1-10, 2018.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença; Martins Fontes, 1980.

AUGUSTO, Acácio; ROSA, Pablo. O.; RESENDE, Paulo. E. R. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos. **Revista Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 21, n. 40, p.21-37, 2016.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016, 154 p.

\_\_\_\_\_. A participação social no Nordeste. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **A participação social no Nordeste**. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 15-44.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BIERNACKI, Patrick.; WALDORF, Dan. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods & Research**, Thousand Oaks, CA, v. 10, n. 2, 1981.

BORDT, Rebecca L. How alternative ideas become institutions: the case of feminist collectives. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 26, n. 2, p. 132-155, jun. 1990.

BORELLI, Simone. ABOBOREIRA, Ariane. Teorias/metodologias: trajetos de investigação com Coletivos juvenis em São Paulo/Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v.1, n. 9, p. 161-172, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRITO, Paulo. A. B. Transformações recentes no Nordeste: avanços e desafios para maior equidade regional e social. In: **Movimentos sociais no Nordeste: avanços e desafios para maior equidade regional e social**, 2008, Carpina, Escola de Formação Quilombo dos Palmares. Recife: Equip. 2009, p. 6-14 (Cadernos do Nordeste, n. 14).

CANCLINI, Nestor. G. Latin American Cinema as Industry and as Culture: its transnational relocation. **Keynote for presentation in “Transnational Cinema in Globalising Societies: Asia and Latin América”**. Puebla, México: Universidad Iberoamericana Puebla and Nottingham Ningbo, 2008. p. 29-31.

CANEL, Eduardo. New social movement theory and resource mobilization theory: the need for integration. In: CARROLL, William. (Ed.). **Organizing dissent: contemporary social movements in theory and practice**. Toronto: Garamond, 1992. p. 22-51.

CARLOS, Euzenéia. Movimentos sociais e sistemas políticos na Teoria dos movimentos sociais. **INTERSEÇÕES**. Rio de Janeiro, v.17 n.1, p.15-53, jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Revista de Sociologia e política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 153-166, jun. 2011.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. v. 2. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

\_\_\_\_\_. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

COHEN, Jean. L. Strategy or Identity: New theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements. **Social Research**, n. 52, 1985.

COHEN, Jean.; ARATO. Los movimientos sociales y la sociedad civil. In: \_\_\_\_\_.; ARATO; Andrew. **Sociedad civil y teoría política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. p. 556-635.

COSTA, Diogo Faria Côrrea da; PAULON, Simone Mainieri. Participação social e protagonismo em saúde mental: a insurgência de um coletivo. **Saúde em debate**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 572-582, out/dez. 2012.

CROUCH, Colin. **Post-democracy**. Cambridge: Polity press, 2004.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil. In DAGNINO, E (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 09-15.

\_\_\_\_\_. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (Org). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.

DAY, Richard. **Gramsci is dead**: anarchist currents in the newest social movements. Londres: Pluto Press, 2005.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Los movimientos sociales**. Madrid: UCM, 2015.

DESOUZA, S. The Strenght of Collective Processes: An “Outcome Analysis” of Women’s Collectives in India. **Indian Journal of Gender Studies**, v. 19, n. 3, p. 373-392, 2012.

DIANI, Mario. Introduction: Social Movements, Contentious Actions, and Social Networks: “From Metaphor to Substance”? In: DIANI, M.; MCADAM, D. (Ed.). **Social Movements and Networks**. Relational Approaches to Collective Action. Oxford: Oxford University, 2003.

DOIMO, Ana. Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DOMINGUES, José Maurício. **Sociologia e modernidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra: 1999.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a Relational Sociology. **American Journal of Sociology**. v. 103, n. 2, p. 281-317, set. 1997.

EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 25-39, abr. 1983.

FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

\_\_\_\_\_. Recognition without Ethics. **Theory, Culture and Society**, [s.l.], n.18, 2001.

FERRAZ, Ana. T. R. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 135, p. 346-363, ago. 2019.

FERREIRA, Glauco. Margeando ativismos globalizados: nas bordas do Mujeres Al Borde. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 1, jan./ abr. 2015.

FERREIRA, R. M; OLIVEIRA, M. D. D. Economia Solidária e as novas relações de produção. In: **Movimentos sociais no Nordeste: avanços e desafios para maior equidade regional e social: 2008**, Carpina: Escola de Formação Quilombo dos Palmares. Recife: Equip. 2009. p. 21-22 (Cadernos do Nordeste: n. 14).

GADEA, Carlos A. Breves contribuições da crítica pós-moderna para a análise dos movimentos sociais. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 41, n.3, p. 137-142, 2005.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Cad. CRH Salvador**, v. 32, n. 85, p. 63-81, 2019.

\_\_\_\_\_. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017.

\_\_\_\_\_. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos Movimentos Sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol. 4. Edição de Carlos Nelson Coutinho, colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUIMARÃES, A. S.; CASTRO, Nadya A. Classes, regimes fabris e mudança social no Nordeste brasileiro. **Cadernos CRH**, n. 12, Salvador, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 16. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HEGEL, Georg. W. F. **Princípios da Filosofia do Direito**. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contra da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

IANNI, Octavio. **Enigmas da Modernidade-Mundo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KUMAR, Krishan. Sociedade Civil. In: **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Editado por William Outhwaite, Tom Bottomore; consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet, Alain Touraine; editoria da versão brasileira, Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos; tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, p. 717-719.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

\_\_\_\_\_. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **RBCS**, São Paulo, v. 1, n. 2, out. 1986.

\_\_\_\_\_.; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y Estrategia Socialista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2005,

LAVALLE, Adrian. G.; CASTELLO, Graziela.; BICHR, Renata. **Os bastidores da sociedade civil**. Protagonismo, redes e afinidades no seio das organizações civis. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 2006.

LAVALLE, Adrian. G.; SWAKO, José. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 157-187, abr. 2015.

LIMA, Elcimar. M. O.; SCHMITZ, Heribert. Como os coletivos se mobilizam desde as manifestações de junho de 2013 em Belém. In: **Anais do 18º Congresso Brasileiro De Sociologia**. Universidade de Brasília. Brasília: SBS, 2017. 20 p.

LIMA, Stephanie. “Coletivo”, “ativista” e “horizontal”: uma análise de categorias em uso no movimento social contemporâneo. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 1, p. 18-34, 2018.

LUSVARGHI, Luiza. C. A Desconstrução do Nordeste: cinema regional e pós-modernidade no cinema brasileiro. **Ícone**, v. 10, n.1, p. 20-38.

LYOTARD, Jean-Fraçois. **A condição pós-moderna**. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

MACHADO, Jorge. A. S., Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, n.18, p.248-285, jul./dez. 2007.

MAIA, Gretha. L. A juventude e os Coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v.8, n.1, p. 58-73, 2013.

MARQUES, Marcelo. S.; MARX, Vanessa. A interrelação entre coletivos culturais e instituições no Espírito Santo: para além da fronteira (teórica) entre sociedade civil e estado. In: **Anais do 19º Congresso Brasileiro de Sociologia**, Florianópolis, 2019

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. **Estud. av**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 7-46, dez. 1998.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1990.

McADAM, Doug.; TARROW, Sidney.; TILLY, Charles. Para Mapear o Confronto Político. **Lua Nova**, São Paulo, 76, p.11-48, 2009.

\_\_\_\_\_. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

\_\_\_\_\_.; McCARTHY, J.; ZALD, Mayer Zald (Ed.). **Movimientos sociales**: perspectivas comparadas. Madrid: Istmo, 1999.

MEDEIROS, Antônio. J. **Movimentos sociais e participação política**. Teresina: CEPAC, 2010.

MELO, Iara. C; PEREZ, Olivia. C. **Coletivos de gênero em Teresina-PI**: uma forma de participação das mulheres na sociedade atual. Juventudes, subjetividades e sociabilidades. Teresina: EDUFIPI, 2018.

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 1999.

\_\_\_\_\_. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. Entrevista concedida a L. Avritzer e T. Lyra. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 40, p. 152-166, 1994.

\_\_\_\_\_. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. The Process of Collective Identity. In: JOHNSTON, H.; KLANDERMANS, B. (Eds.). **Social Movements and Culture**. Minneapolis: University of Minnesota, 1995.

\_\_\_\_\_. Um objetivo para os movimentos sociais? **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 17, jun. 1989.

MENDONÇA, Daniel de. Democratas têm medo do povo? O populismo como resistência política. **Cad. CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 185-201, abr. 2019.

MESQUITA, Marcos. R. Cultura e política: a experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 81, p. 179-207, 2008.

MORA, Claudia.; RIOS, Marcela. De Política de Representación a Política de Coalición? Posibilidades de Movilización Feminista em el Chile Post-Dictadura. **Polis**, Revista de la Universidad Bolivariana, v. 8, n. 24, p. 133-145, 2009.

MORAIS, Fernando. **Uma tarde com Julian Assangen, o hacker que tirou o sono do governo americano**, 2017. Disponível em: <nocaute.blog.br>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MUTZENBERG, Remo. **Ações coletivas, movimentos sociais: aderências, conflitos e antagonismo Social**. Recife: ed. do autor, 2002.

NOGUEIRA, Marco. A. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. **Ações coletivas, cultura política e movimentos sociais: disputas de significado e antagonismo no âmbito da reforma urbana**. Recife: ed. do autor, 2010.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In **Sociedade Civil e Movimentos Sociais No Piauí**. VIANA, Masilene Rocha; OLIVEIRA, Francisco Mesquita de; MEDEIROS; Lucineide Barros (Orgs.). Teresina: EDUFPI, 2019, p. 7-17.

PASQUINO, Gianfranco. Movimentos Sociais. In: BOBBIO, N; PASQUINO, G; MATTEUCCI (Eds.) **Dicionário de Política**. v. 2, p. 787-92. Brasília: ed. UnB, 1992.

PERALVA, Angelina. Conflito e movimentos sociais no acionalismo de Alain Touraine. **Lua Nova**, São Paulo, n. 106, p. 160-194, abr. 2019.

\_\_\_\_\_. O legado de 2013: Coletivos de ativistas e a agenda política brasileira, **41º Encontro Anual da ANPOCS**, GT 8, 2017. LIMA, S. “Coletivo”, “ativista” e “horizontal”: uma análise de categorias em uso no movimento social contemporâneo. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 1, p. 18-34, 2017.

PEREZ, Olivia. C. & FILHO, Alberto. Coletivos um balanço da literatura sobre novas formas de mobilização da sociedade civil. **Latidade**, v. 11, n. 1, p. 225-294, 2017.

PEREZ, Olivia. C.; SANTOS, Gustavo. G. C. A produção acadêmica sobre participação social no Brasil: trajetória e agendas de pesquisa. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, São Paulo n. 90, v. 3, 2019, p. 1-22.

PEREZ, Olivia. C.; SOUZA, Bruno, M. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos. In: **41º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambú, 2017.

PEREZ, Olivia. Juventude universitária e política: a descrença nas instituições parlamentares e o crescimento dos coletivos. In: **11º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, Paraná, 2018.

PEREZ, Olivia. Surgimento e atuação dos coletivos que discutem clivagens sociais. In: **III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas**, UFES, Vitória, 2017.

PIERUCCI, Antônio. **O desencantamento do mundo**: todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia/Ed. 34, 2003.

RAUL, Rojas Soriano. **Manual de pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. 14. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura. S.; AVRITZER, L. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-82.

SANTOS, Boaventura. de S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. B. de S. (Org). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SAPRIEZA, Gabriela. “Nos habíamos amado tanto”. Años revueltos. Mujeres, colectivos y la pelea por el espacio público. **Estudios feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, set./dez. 2015.

SAWAIA, Bader. B. Representações e ideologia: o encontro desfetichador. In: SPINK, M. T. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 73-84.



SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, abr. 2006.

\_\_\_\_\_. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH, Salvador**, v. 27, n. 71, p. 417-429, maio/ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Cad. CRH**, [online], v. 21, n. 54, p. 505-517, 2008.

\_\_\_\_\_.; KRISCHKE, Paulo. **Uma revolução no cotidiano**. Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo, Brasiliense, 1987.

SIQUEIRA, J. L. D.; LAGO, Angela Maria Chagas Villaluso. Coletivo da música: um estudo sobre relações entre arte e saúde mental. **Estudos Interdisciplinares de Psicologia**. Londrina, v. 3. n.1, jun. 2012.

SILVA, Marcelo. K. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p.2-9, jan./abr. 2010.

SILVA, Wagner; CAMPOS, Deivison. Os dois lados do espelho: a cobertura midiática e as publicações do coletivo negro balanta no embate sobre as cotas na UFRGS. **Revista Prâxis**, 2019.

STRECK, Danilo. R. **Educação para um novo contrato social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. Crítica da Modernidade. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo-RS, v. 31, n. 1, p. 109-111, 1995.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, p. 35-62, 2014.

TILLY, Charle. Os movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.3, p.133-160, jan./jul. 2010.

\_\_\_\_\_. **From Mobilization to Revolution**. Londres: Addison-Wesley, 1978.

\_\_\_\_\_. Getting it together in Burgundy, 1675-1975. **CRSO Working Paper U128**, Center for Research on Social Organization, Universidade de Michigan, maio 1976.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia M. D. F. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, 2006.

\_\_\_\_\_. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Le voix et le regard.** Sociologie des mouvements sociaux. Paris: Seuil, Folio Essais, 1978.

\_\_\_\_\_. Os novos movimentos sociais: para evitar mal-entendidos. **Lua Nova** - nº 17, São Paulo: junho de 1989.

VALK, Anne M. Living a Feminist Lifestyle: The Intersection of Theory and Action in a Lesbian Feminist Collective. **Feminist Studies**, v. 28, n. 2, Second Wave Feminism in the United States, p.303-332, 2002.

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília; São Paulo: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WESOLOWSKI, W; SLOMCZYNSKI, K. M. Classe. In: **Dicionário do pensamento social do Século XX.** Editado por William Outhwaite, Tom Bottomore; consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet, Alain Touraine; editoria da versão brasileira de Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos; tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 92-97.

WOOD, Ellen. W. O que é a agenda “pós-moderna. In: WOOD, E. M; FOSTER, J.B. **Em defesa da história** – marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

## APÊNDICE I



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ- UFPI CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA-PPGS

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a) você está sendo solicitado(a) a autorizar sua participação em uma pesquisa. Leia cuidadosamente o que se segue ou escute a leitura e pergunte a pesquisadora responsável pelo estudo sobre qualquer dúvida que tiver. Este estudo está sendo conduzido pela estudante de mestrado **Iara Cavalcante Melo**. Após esclarecidos(as) sobre as informações a seguir, no caso de autorizar, assine este documento que se encontra em duas vias, assinadas e todas as páginas rubricadas pela pesquisadora.

#### **Esclarecimento sobre a pesquisa:**

Título do Projeto: Reinventar para não morrer: os coletivos classistas como nova forma de ação política no Nordeste brasileiro.

Pesquisadora Responsável: Iara Cavalcante Melo.

Telefone para contato: (86) 999715981 / (86) 3085-4361

**Informações gerais sobre a pesquisa:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo objetivo é: “analisar os *coletivos de viés classista* que atuam no Nordeste brasileiro, a partir da ação social por eles desenvolvida e as relações que estabelecem com o Estado, outras instituições e com movimentos sociais”. O local dessa pesquisa são os estados da Região Nordeste do Brasil que apresentam a incidência de coletivos de viés e demandas que envolvam questões de classe. A técnica utilizada da coleta de informações, em campo, será entrevista do tipo semiestruturada, guiada por um roteiro. As entrevistas poderão ser gravadas com a devida permissão prévia dos(as) entrevistados(as), resguardando-lhes o direito ao anonimato, sem suas identidades reveladas e manutenção de suas privacidades. A pesquisa de campo está sendo efetivada após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da UFPI. A análise dos dados dar-se-á através da categorização dos discursos dos(as) entrevistados(as) sobre o tema e será fundamentada na literatura especializada sobre teoria sociológica, pós-modernidade, ações coletivas e movimentos sociais. A expectativa é que essa pesquisa possa contribuir teoricamente para alargar a compreensão sobre os coletivos e servirá de estímulo para produção acerca desse objeto ainda pouco estudado, que, ao que parece, tem se mostrado meio viável de percepção de novas formas de ações coletivas pós-modernas.

**Riscos:** ressalta-se que a presente pesquisa, a princípio, não trará risco algum (psicológicos, financeiros, moral) aos participantes, mas poderá produzir desconforto diante de questões mais diretas a respeito de participação, ações coletivas e movimentos sociais. É possível que no momento dos relatos alguns(as) entrevistados(as) poderão sentir certo desalento emocional

oriundo da reflexão e escuta da sua própria fala sobre situações de discriminação, dificuldade e preconceito que envolvem as lutas coletivas, todavia essas situações serão contornadas por essa pesquisadora respeitando os limites éticos, morais e emocionais, por meio de uma entrada de campo gradual, no qual aos poucos a investigadora ganhará a confiança dos participantes. Após a inserção da mestranda no campo, as conversas e entrevistas serão realizadas de forma reservada, e o roteiro da entrevista não será extenso para evitar o aborrecimento e cansaço. Em caso de eventual desequilíbrio emocional provocado pelas perguntas a entrevista será encerrada, e a entrevistadora tratará de reestabelecer emocionalmente o(a) entrevistado(a).

**Benefícios:** ao detectar novos agrupamentos sociais, a exemplo daqueles relacionados à formação de grupos que, por meio de ações coletivas, reúnem-se em busca de participação e execução de demandas consideradas por eles importantes, esse estudo poderá contribuir para aumentar o quadro de organizações coletivas que atuam na sociedade e que tem capacidade de alterar a realidade por meio de ações políticas, se relacionando com formas tradicionais de organização e a sociedade civil. Além disso, ao finalizar esse estudo, os resultados serão encaminhados aos grupos estudados, que por ventura desejem recebê-lo, e que serviram de lócus dessa investigação para conhecimento e socialização junto ao seu agrupamento, visando melhorias nas relações sociais presentes no cotidiano e dinâmica com a sociedade civil, Estado e formas tradicionais de fazer política, seja no sentido de diminuir a produção de situações de desigualdades sociais que porventura possam estar presentes ou melhorar a luta por participação e direitos já presente nesse contexto.

**Custos:** ressalta-se que a presente pesquisa é isenta de custos, portanto, não haverá pagamento e nem ressarcimento de despesas para os(as) participantes. Endossa-se novamente, que essa pesquisa não implicará em remuneração para os(as) participantes. Em qualquer etapa do estudo, os(as) entrevistados(as) terão acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. A principal investigadora é Iara Cavalcante Melo, que pode ser encontrada no endereço Universidade Federal do Piauí (UFPI), campus Ministro Petrônio Portela – Teresina. O orientador dessa pesquisa é o Prof. Dr. Francisco Mesquita de Oliveira, professor no Departamento de Ciências Sociais e do Mestrado em Sociologia, da Universidade Federal do Piauí, telefones: 3215-5780/5781 (UFPI), (86) 99993 9318.

Nome e Assinatura da pesquisadora responsável

---

**Iara Cavalcante Melo**  
**Pesquisadora**

## CONSENTIMENTO

Eu, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar dessa pesquisa prestando as informações que me forem solicitadas. Tive pleno conhecimento das informações que li ou que foram lidas para mim sobre a pesquisa. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, a possibilidade de riscos, a atenuação dos mesmos, as garantias de confidencialidade e de

esclarecimentos permanentes. Ficou claro, também, que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia de acesso à pesquisa. Concordo, voluntariamente, em participar deste estudo, e estou ciente que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a execução do mesmo.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Nome e Assinatura do(a) sujeito(a) responsável pelas informações

**Observações Complementares:**

Caso você tenha alguma consideração ou dúvida, o CEP/UFPI, pode ser consultado pelos(as) participantes para explicar quaisquer dúvidas sobre aspectos éticos da pesquisa por meio do seguinte endereço:

Comitê de Ética em Pesquisa -UFPI  
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella-Bairro Ininga  
Pró Reitoria de Pesquisa-PROPESQ  
CEP: 64.049-550- Teresina-PI  
Telefone: (86) 3237-2332, E-mail: [cep.ufpi@ufpi.edu.br](mailto:cep.ufpi@ufpi.edu.br)

## APÊNDICE II



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

**REINVENTAR PARA NÃO MORRER: OS COLETIVOS CLASSISTAS COMO  
NOVA FORMA DE AÇÃO POLÍTICA NO NORDESTE BRASILEIRO**

Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

<b>I – DEFINIÇÃO DE COLETIVO E CARACTERÍSTICA DA ORGANIZAÇÃO</b>
--

1. (PREENCHIDO PELA PESQUISADORA) Código \_\_\_\_ da organização.
2. Por que se chama de coletivo?
3. O que você entende por Coletivo?
4. Você consegue definir em poucas palavras o que é um coletivo?
5. Qual o trabalho que a organização realiza?
6. Quais são as ações desenvolvidas pelo grupo?
7. Dê exemplos de ações mais realizadas.
8. Qual o objetivo (a finalidade) de vocês?
9. Vocês atuam em outras questões também? Quais?
10. Como acontece o processo de tomada de decisões na sua organização?
11. Existe uma hierarquia de cargo na organização?
12. Existe liderança no grupo?
13. Existe divisão das tarefas? Quais?
14. De onde vêm os recursos financeiros para realizar as ações?
15. Existe um perfil dos participantes que compõem o grupo (sexo, raça, renda, escolaridade)?
16. Quantas pessoas participam do coletivo?
17. Os participantes são alunos? E têm alunos cotistas? Se sim, Quantos?
18. Existem registros das reuniões? (se sim, solicitar cópias)

## II – CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

19. Como começou a organização?
20. Em que ano ela foi criada?
21. Como você entrou em contato com a ideia de coletivos?
22. Por que vocês decidiram se organizar em coletivos e não em outro tipo de organização?
23. As discussões em sala de aula sobre [marcador] influenciaram a decisão e se organizar?
24. A falta de discussões de conteúdos sobre [marcador] influenciou a criação da organização?
25. Existe formalização em cartório da criação da organização? Se não, por quê?

## III – RELAÇÃO COM UNIVERSIDADE, OUTROS GRUPOS, PARTIDOS E ESTADO

26. Na sua opinião, o Coletivo o qual você faz parte influenciou ou não o debate sobre classe na universidade? **[SE SIM]** Como? **[SE SIM OU NÃO]** Por quê?
27. A administração Superior da universidade aprova o coletivo no campus?
28. Há apoio formal ou não? Por quê? De quem?
29. E os alunos, como é a relação do coletivo com os alunos?
30. Qual a importância do seu coletivo para a universidade?
31. E para a sociedade?
32. Você tem contato com outros coletivos? Quais?
33. Os membros do coletivo fazem parte de algum partido político? Qual? Por quê?
34. O próprio coletivo é ligado a algum partido político? Qual?
35. Vocês se definem como de esquerda ou de direita? Por quê?
36. Vocês têm contato com órgão e/ou membros do Estado, como funcionários de secretaria? Se sim, como se dá a relação e por quê? Se não, por quê?
37. Vocês acham positivo o coletivo se inserir em questões políticas?
38. Algum de vocês é funcionário público?
39. Vocês participam de outros espaços de discussão como Conselhos gestores ou fóruns? Se sim, Por quê?
40. Que outras informações sobre coletivos você gostaria de apresentar?
41. Você pode indicar outros coletivos para a entrevista?

Muito obrigada por sua entrevista, ressalto que os dados serão tratados de forma anônima e a pesquisa possui apenas interesse acadêmico, aprovada pelo comitê de ética da UFPI.